

O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará



Sociologia da Cultura - Parte 02

Homenagem a Oswald Barroso



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Italo Alves Teixeira

PRO-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ana Paula Ribeiro Rodrigues

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

José Joaquim Neto Cisne

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Preciliana Barreto de Moraes

VICE-COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Alexandre Almeida Barbalho

O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

ALEXANDRE ALMEIDA BARBALHO
EDSON FARIAS NUNES
MARIANA BARRETO
(ORGANIZADORES)

O PÚBLICO E O PRIVADO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UECE

Volume 22 - Nº 47 - 2024 - e-ISSN 2238-5169



O PÚBLICO E O PRIVADO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE

© 2025 Copyright by Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado> - opublicoeoprivado@uece.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60.740-903

Telefone: (85) 3101.9887 · E-mail: ppgs@uece.br · Site: <http://www.uece.br/ppgsociologia/>

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará

CEP: 60714-903 - Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893

Internet: www.uece.br/eduece - E-mail: eduece@uece.br / editoradauece@gmail.com

Editora filiada à ABEU



EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA

Maria Glaucíria Mota Brasil

Roberto Marques

Francisco Elionardo de Melo Nascimento

PROJETO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Matheus Silva Teixeira

Imagem da capa: Cidade colonial de Ouro Preto - Minas Gerais
por Maiquel Jantsch (Getty Images)

O público e o privado - Sociologia da Cultura -Parte 02 -
Homenagem a Oswald Barroso / Alexandre Almeida
Barbalho, Edson Farias Nunes, Mariana Barreto (Orgs.);
Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da
UECE. – v.22, n.47 (2024).—Fortaleza, CE: EdUECE, 2025- 229p.

e-ISSN: 2238-5169

1. Sociologia. 2. Estudos Sociais. 3. Serviços públicos. 4.
Serviços privados. 5. Políticas públicas. I. Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados e
Centro de Humanidades.

CDD: 320

CONSELHO EDITORIAL

Abdelhafid Hammouche, Université Lille 1
Adalberto Moreira Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia
Daniel Cefai, École des Hautes Etudes em Sciences Sociales
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Universidade Federal do Ceará
Elísio Estanque, Universidade de Coimbra
Francilene dos Santos Rodrigues, Universidade Federal de Roraima
Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Isabel Lustosa da Costa, Fundação Casa de Rui Barbosa
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará
José Alfredo Zavaleta Betancourt, Universidad Veracruzana, México
José Jorge Pessanha Santiago, Université Lumière Lyon 2
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
José Mauricio Castro Domingues da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Letícia Maria Schabbach, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lila Cristina Xavier Luz, Universidade Federal do Piauí
Lilia Maia de Moraes Sales, Universidade de Fortaleza
Luiz Jorge Wernek Viana, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Manoel Domingos Neto, Universidade Federal do Ceará
Marcelo Parreira do Amaral, Universidade de Münster, Alemanha
Marcos Luiz Bretas, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Alejandra Otamendi, Universidade de Buenos Aires
Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Maria José Aquino Teisserenc, Universidade Federal do Pará
Maria Ozanira Silva e Silva, Universidade Federal do Maranhão
Maria Stela Grossi Porto (*in memoriam*), Universidade de Brasília
Mariano Fernandez Enguita, Universidad Complutense de Madrid
Miguel Alberto Bartolome, Instituto Nacional de Antropología e Historia do México
Milena Fernandes Barroso, Universidade Federal do Amazonas
Paulo Filipe Monteiro, Universidade Nova de Lisboa
Pedro Demo, Universidade de Brasília
Perla Orquídea Fragoso Lugo, Ciesas Peninsular, Ycatan-México
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ronald Chilcote, University of California
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo
Susana Durão, Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Editorial.....	6
-----------------------	----------

Apresentação

Situando quadro de ferramentas analíticas e agendas de pesquisa	8
--	----------

Mariana Barreto, Edson Farias, Alexandre Barbalho

DOSSIÊ

Designações Sistêmicas da Cultura e Sociologia:

reflexões a partir de recentes cognições sociológicas sobre o literário no Brasil.....	22
---	-----------

Edson Silva de Farias, Andréa Borges de Leão, Marcus Vinícius Gomes Caixeta

Exu e o imaginário sociológico da cultura.....	53
---	-----------

Ricardo Carvalho Nascimento

Políticas afirmativas na cultura do estado do Ceará.....	73
---	-----------

Francisco Rômulo do Nascimento Silva, Nívia Tórres Neves de Carvalho

Públicos de cinema, estratégias de diferenciação e Sociologia da Cultura.....	101
--	------------

Fábio de Sousa Neves

Carnaval e futebol em tempos de pandemia: União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e agremiações carnavalescas paulistanas de torcidas organizadas de futebol.....	125
--	------------

Júlio César Valente Ferreira

TEMAS LIVRES

Oswald Barroso, Um Companheiro de Estrada: o legado cultural do artista e do acadêmico...154	
---	--

Rosemberg Cariry

ARTIGOS

Educação Permanente em Saúde: reflexões acerca do programa de residência multiprofissional em atenção à saúde cardiovascular no Hospital Universitário do Maranhão	174
---	------------

Suerly Ferreira de Melo, Mariana Cavalcanti Braz Berger

Cartografia do Feminicídio em Fortaleza (2015-2019)	196
--	------------

Maria Jaqueline Maia Silva

Periferias, tráfico de drogas e redes criminais: diversificação de produtos, acumulação e controle social em Fortaleza, Ceará	212
--	------------

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, João Pedro de Santiago Neto

Editorial

 10.52521/opp.v22n47.15222

A equipe editorial da revista O Público e o privado tem a satisfação de divulgar, em seu volume 47, 05 novos artigos que enriquecem o debate sobre o campo da Sociologia da Cultura.

A partir da chamada de artigos sobre o campo, divulgado em 2023, recebemos um grande número de artigos, de diferentes recantos do país, muito deles tematizando políticas e ações culturais, ações de combate a desigualdades sociais marcantes em nosso país ou desafios a se enfrentar a partir de ações culturais e políticas públicas de cultura. No volume anterior, divulgado em junho de 2024, organizadores, organizadora, autoras e autores se detiveram ao debate sobre a cultura e suas relações com o território. Nessa nova edição, Edson Farias (UnB), Alexandre Barbalho (UECE) e Mariana Barreto (UFC) nos instigam a pensar “A cultura e suas fronteiras ampliadas”.

Á respeito do dossiê, chama a atenção o rigor da apresentação dos organizadores e organizadora ao mobilizar distintas tradições teórico-epistemológica a respeito do campo intelectual, político-econômico e prático da Sociologia da Cultura aqui mobilizado. Como ressaltamos no editorial anterior, o grande volume de artigos submetidos na chamada divulgada pela revista mostra o vigor da Sociologia da Cultura nesse momento de retomada do debate sobre democracia no Brasil. Para nós, editores e editora da revista O Público e o privado, é imensa alegria colaborar com esse debate. Não resenharemos cada um dos artigos do dossiê “Sociologia da Cultura: A cultura e suas fronteiras ampliadas”. Para pontuações sobre eles, remetemos leitores e leitoras à Apresentação supracitada. Vale ressaltar o importante artigo de Edson Farias, André Leão e Marcos Vinicius Leão sobre as apropriações da sociologia da cultura sobre a literatura. O bloco seguinte de artigos conflui artigos sobre os lugares instituídos sobre raça e desigualdade nos equipamentos culturais brasileiros e a importância das políticas públicas no acesso de distintas populações à cultura como direito. Os dois últimos artigos tratam as expressões culturais do cinema, futebol e samba em contextos bastante distintos, com análises a partir do consumo cultural.

Na sessão Tema Livre, temos um artigo inédito do cineasta Rosemberg Cariry. Por sua proximidade com o campo da Sociologia da Cultura, esse trabalho vem logo abaixo do dossiê, {à exemplo da decisão editorial no volume anterior. Nesse texto, Rosemberg Cariry presta uma homenagem necessária ao teatrólogo, pesquisador, professor e gestor cultural Oswald Barroso. Falecido em março de 2024, Oswald Barroso iniciou sua trajetória artística e intelectual em meados dos anos 1970. Pesquisador das manifestações populares, professor universitário, pesquisador, Oswald conviveu com diferentes gerações de artistas, intelectuais, gestores, tendo enorme impacto sobre todos nós. Sua doçura, generosidade e firmeza em seus posicionamentos intelectuais eram em si grandes ensinamentos. Junto a eles, tantos outros que se perpetuam em suas obras. Como dito no texto de Rosemberg Cariry, revela-se aqui uma relação entre dois importantes realizadores ao longo de mais de 4 décadas de convívio, lembrando nomes e documentos da cena cultural brasileira, com destaque para o panorama da produção artística no Ceará. Agradecemos imensamente a disponibilidade de Rosemberg em compartilhar tantas memórias, tanta alegria, tanto companheirismo. Agradecemos ainda a Alexandre Barbalho, professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia, por lembrar à equipe da revista a imensa dívida que a Universidade Estadual do Ceará possui em relação a Oswald Barroso. Essa lembrança inspirou o convite para Rosemberg Cariry escrever esse texto tão necessário.

Na sessão Artigos Livres, temos a avaliação de uma iniciativa no campo da política pública de Saúde da equipe multiprofissional do Hospital Universitário do Maranhão, lembrando a necessidade de formação contínua em serviços multiprofissionais de saúde. Ainda no campo das políticas públicas, o artigo “Cartografia do feminicídio em Fortaleza (2015-2019)” contribui com o debate sobre violência e desigualdade de gênero, com dados e referências intelectuais atualizadas sobre o tema. Por fim, o artigo de Clodomir Cordeiro de Matos Júnior e João Pedro de Santiago Neto discute o comércio varejista de drogas em periferias de Fortaleza. O artigo se destaca pela dificuldade dos dados trazidos à tona e inovação metodológica.

Desejamos a todas as leitoras e leitores uma excelente leitura!

Os Editores.

Apresentação

Situando quadro de ferramentas analíticas e agendas de pesquisa

Mariana Barreto 

barretomariana2016@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará - UFC

Edson Farias 

nilosed@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade de Brasília - UnB

Alexandre Barbalho 

alexandre.barbalho@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

 10.52521/opp.v22n47.15198

Introdução

Quando se trata de examinar a formação e o funcionamento de um campo epistemológico é incontornável observar como – no repertório conceitual e nas soluções analíticas de inferências por meios analíticos – os distintos paradigmas (entendendo por estes apenas aqueles consensos simultaneamente vigentes a respeito do que seja o fazer científico) que os constitui, têm pavimentado em estágios intelectuais, interativos e institucionais diferenciados, um trajeto em que as noções, categorias e conceitos consistem no sustentáculo último do hábitos de cognição da realidade proposto por uma subdisciplina. Ao mesmo tempo, embora associado ao aspecto anterior, requer ainda inquerir as condições sócio-históricas e culturais em que a produção do conhecimento e a atitude reflexiva, inscritos em modos de vida, se descortinam compondo uma cultura histórica.

Na apresentação que fizemos à primeira parte deste dossiê, procuramos traçar um panorama sucinto das matrizes intelectuais que compõem o horizonte hermenêutico e epistemológico da sociologia da cultura. Nesta oportunidade, interessa-nos situar

algumas ferramentas cognitivas e marcos temáticos com incisivo papel na definição de agendas temáticas nessa mesma subdisciplina. Ou seja, sem a ambição de esgotar o debate, o propósito é propor relações possíveis entre noções, categorias e conceitos, mesmo paradigmas do exercício sociológico ocupado da esfera cultural e os contextos sócio-históricos nos quais respectivamente se inscreveram. Se não está em pauta a defesa de um apriorismo intelectualista, tampouco se trata de ratificar concepções acerca da natureza reflexa das ideias, argumentado sobre o papel desta em espelhar um presumido real-referente que lhes seria externo. Parece melhor conceber estarem igualmente mediados pelos mesmos condicionantes os mundos sociais e a imaginação sociológica. Deste ponto de vista, o caminho que adotamos é equacionar os nexos entre instrumentos e agendas de pesquisa e reflexão da sociologia da cultura e os cenários sócio-históricos pela exposição dos condicionamentos que os tornam recíprocos. Se aqui prevalece a proposição de que as elaborações intelectuais são realizações discursivas inscritas no plano histórico-social, elas se distinguem, exatamente, por sintetizarem em conceitos, episódios e processos em que também se abrigam os agentes e as instituições compondo totalidades históricas.

A centralidade ocupada pelos clássicos da sociologia contracena com o cuidado a que se devotam alguns intérpretes na fase originária das ciências sociais em articular ferramentas conceituais e requisitos de método canalizados ao esforço de saturar analiticamente a estrutura social e as formas de consciência no estágio histórico de consolidação do capitalismo industrial na Europa ocidental. O caso de Marx é o mais ilustrativo a respeito, o que justifica nos concentrar em alguns dos seus argumentos. Como uma categoria-chave do seu esquema, o trabalho se insere na figura conceitual da possibilidade de exteriorização humana, na sua generalização, concatenando indivíduo e gênero humano. Ao situar o ser na existência, no processo histórico de autoprodução material da humanidade, Marx (e Engels) espera apresentar os meios para “superar” metodologicamente a filosofia especulativa, expondo os seus limites na medida em que a realiza no projeto do materialismo histórico. Tratar-se-á, desde agora, de compreender o homem na estrutura social que o engloba e remeter esta ao processo social do qual emergem representações. Logo, na contramão de seu mestre (Hegel), se o fundamento da história não está na consciência, isto é, no plano da ideia que trava ferrenha luta por sua emancipação, é tarefa do pesquisador o cotejamento simultâneo de planos distintos, com a finalidade de buscar neles aqueles nexos que os conformam e, sobretudo, a linha de força que os unifica em uma totalidade incongruente, quer dizer contraditória em decorrência do ajuste conflituoso entre as partes. É insofismável o efeito do empreendimento do autor sobre qualquer pretensão de uma razão ordenadora descolada das estruturas e processos cujos insumos são as relações sociais dotadas de modulações no

domínio e uso da natureza. Ou seja, os mecanismos que exercem a regulação das atitudes sócio-humanas, dispostos no plano da consciência e dos processos de cognição, são explicados na atenção a ser dada à inscrição do humano na natureza com a mediação exercida pelo trabalho, no tocante à objetivação da vontade humana (MARX, 2003, 2004 (a), 2004 (b) e 2005; MARX e ENGELS, 1987, s/d). Como chama atenção Merleau-Ponty, a concepção de materialidade no autor abarca a historicidade dos movimentos mesmos das relações sociais, com os seus impasses e alternativas, e porta as valorações tecidas nas reciprocidades e enfrentamentos, nas dilacerações e nas lacunas imanentes às formas, inclusive àquelas do entendimento, assumidas pela própria processualidade e indissociável das propriedades mesmas da consciência. Portanto, razão e objeto da fenomenologia cotidiana dialogariam por intermédio de específica intervenção histórica de uma sociedade na natureza (MERLEAU-PONTY, 1980).

Na interlocução com os representantes da economia política clássica em torno da complexa divisão do trabalho nas sociedades capitalistas, Durkheim, à contramão da tese de que o interesse precederia à troca, afirma que a sociedade preexiste à concorrência. Aliás, a concorrência decorreria das necessidades ambientais endógenas às sociedades. Pois a divisão do trabalho deve unir e opor, proporcionar diferença e unidade; individualização e complementaridade. Mas para que isto ocorra seria preciso já existir uma sociedade, possível a partir de vínculos morais que moldem os apetites humanos e os façam se comunicar com certa ou total permanência. Enfim, os regulamente. Daí porque a solidariedade “mecânica”, com o seu primado de coesão, sempre precede a natureza funcional diferenciada da “orgânica” e, embora subordinada, mantém-se atuante nesta. Sentencia Durkheim:

Numa palavra a associação e a cooperação são dois fatos distintos, e se o segundo, quando é desenvolvido, reage sobre o primeiro e o transforma, se as sociedades humanas se tornam cada vez mais grupos de cooperadores, a dualidade dos dois fenômenos não desaparece com isso (DURKHEIM, 1999, p. 278).

O argumento acima é crucial à empreita de Durkheim, a qual está motivada pelas condições europeias do seu tempo. O que também explica sua discordância em relação ao postulado utilitarista. Certamente, a individualização é uma consequência da divisão do trabalho e é um signo do todo especializado habilitado pela solidariedade orgânica. A esse respeito, o autor até observa uma dualidade: o individualismo compreende algo de concreto, quando implica em um espaço maior à criatividade individual, mas igualmente corresponde a uma crença coletivamente compartilhada – o culto ao individual. Porém, argumenta que isto não permite supor que a sociedade deriva das vontades individuais e desta se faz um instrumento na obtenção de satisfações pesso-

ais. O culto à pessoa expressa, antes, a ordem moral que sustenta o todo diferenciado, mas igualmente só tem validade numa sociedade dotada do ímpeto de especialização. Aqui, então, Durkheim volta os olhos para os conflitos originados com o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade industrial, isto é, a contradição capital e trabalho. Durkheim constata uma coerção forçada, mas não aceita a tese da luta de classes. A seu ver, há uma imposição unilateral de regulamentações, sim, contudo essa natureza seria motivada pela transição no processo de diferenciação, da sociedade, levando a uma solidariedade desprovida de espontaneidade causada pelo ardor mesmo da diferenciação. E nisso reside, entende ele, o fator normativo e normalizador da divisão do trabalho, já que porta a possibilidade de um contexto no qual os diferentes talentos humanos possam ser alocados na sua diferença e complementaridade.

Consideradas uma e outra contribuição, quais seriam as implicações da centralidade gozada pela sociedade industrial no campo da pesquisa e teorização sociológica, tendo por núcleo o trabalho como categoria explicativa, mas também fator-chave na elucidação das identidades, sobre os desenvolvimento da Sociologia da Cultura? Embora não possa ser desentrosada do tema da estrutura classista da socialidade burguesa, postulamos estar essa ingerência mais significativa na importância adquirida pela correlação entre ideologia e consciência, incidindo tanto sobre a focalização dos níveis culturais quanto nos exames que tomam por objeto de conhecimento o entretido de texto e contexto nas obras artísticas. À título tão somente de ilustração de ambos tratamentos, nos parágrafos seguintes, voltamos à duas importantes intervenções no âmbito dos estudos sociológicos sobre a cultura no Brasil: respectivamente, o olhar lançado por Renato Ortiz sobre a questão nacional neste país a partir da problematização da díade cultura e identidade nacional e o modelo analítico executado por Antonio Candido em *A Dialética da Malandragem*, quando retorna aos cruzamentos entre literatura e sociedade.

Como destaca Roberto Schwarz no seu ensaio sobre *A Dialética da Malandragem*, editado no início da década de 1970, ao longo da análise de *Memórias de um sargento de milícias*, romance de Manuel Antônio de Almeida, Antonio Candido se ocupa do protagonismo exercido por um “herói malandro”, isto em acordo com as convenções de um romance representativo, num realismo original, mas à luz da “intuição e figuração de uma dinâmica histórica profunda”. (CANDIDO, p. 67-89 e SCHWARZ, 1987, p. 131). Ocorreria no texto de Candido a transfiguração discursiva daquele ritmo da sociedade brasileira, na primeira metade do século XIX, em que se aproximam e fustigam ordem e desordem. Todo esforço estaria em realizar uma análise dialética cujo objetivo é desvelar o “princípio de generalização que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes intelligen-

bilidade" (*Op cit.*, p. 133). Se o acento na composição prioriza a apreensão do romance como um todo em movimento, algo assim aposta no efeito mimético do artefato literário com a finalidade de miniaturizar a estrutura sócio-histórica do Brasil monárquico no período das regências. Justamente porque reconhece a realidade como "formada", o autor assinala à dimensão significativa que, na sua permanência indiscutida, aproxima seletivamente aspectos díspares do real histórico, amalgamando-os como peças de uma mesma consciência tácita. No funcionamento do esquema analítico aplicado a *Memórias de um sargento de milícias*, recria-se discursivamente a versão literária de um horizonte histórico das classes populares, mas o faz a partir da identificação da forma que lhe confere inteligibilidade, atuando como fator de mediação entre a narrativa literária e o contexto que a referenda. A dialética da ordem e da desordem do mundo popular seria a tradução literária realizada pela composição construída por Manuel Antônio de Almeida. Voltando ao entendimento de Schwarz, o resultado obtido pela análise empreendida por Candido teria sintetizado as linhas particularistas e universalistas na formação da literatura brasileira. Enfim, o nexu lógico do argumento defendido em *Dialética da malandragem* ratifica a originalidade do nacional, ou seja, a particularidade (a exemplo do fabuloso "mundo sem culpa" do popular), mas o faz no movimento de reconhecê-lo como ingrediente da cena de processos então contemporâneos relacionados à universalização histórica do capital. Processo histórico de unificação dos mercados com penetrantes efeitos no desmonte do ensimesmamento das culturas, vicejando um comum irreduzível aos nichos nacionais.

Em *Cultura e identidade nacional*, livro originalmente editado em 1984, Renato Ortiz (1984) atribui um outro significado a tematização do nacional-popular no Brasil. O sociólogo retoma o problema a partir da base canônica do conceito, isto é, atualiza o raciocínio gramsciano a respeito da construção de uma hegemonia na sociedade, exercida pela ação dos grupos dominantes (detentores do excedente material e simbólico). Inseridos no Estado, de acordo o esquema do autor, a facção intelectual desses grupos torna-se arquiteta e construtora de um edifício cultural comum, a partir do qual operam a constituição da consciência nacional. E neste processo, a heterogeneidade fragmentada do popular concorre como matéria-prima crucial mobilizada na elaboração da alquimia ideológica; a eficácia ideológica reside em transformar o disperso material das expressões das classes populares em representantes de um mesmo espírito nacional-popular. Sublinha Ortiz que a problemática em torno da particularidade do popular, quando confrontado à universalidade de uma memória nacional, no contexto da sociedade brasileira, fora resolvida pela compreensão da constante reelaboração discursiva do traço mestiço feito intrínseco à cultura do povo. Logo, a heterogeneidade nela evidenciada devido à presença de remanescentes indígenas, negros e brancos, torna-se,

na trilha do pensamento de Gilberto Freyre, sinônimo de uma identidade plural mas distinta de qualquer outra ao ser igual a si mesma. A eleição do Carnaval como símbolo de brasilidade, após o advento da Revolução de 30, estaria embutido nesse esquema identitário e baseado no caráter sincrético do festejo. Para Ortiz, a ontologização promovida pelo discurso sobre o nacional, submete as particularidades populares a uma totalidade unívoca, a saber, o Estado-nação brasileiro. Modulando a concepção durkheimiana sobre a antecedência da sociedade com a finalidade de aplicá-la ao traço clivado e contraditório da estrutura social classista, ele sentencia: “O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional” (*Op cit.*, p. 138). Em particular, no Carnaval, teriam sido sobressaltados os sentimentos despertados no seu acontecer; saudada por encenar uma essência brasileira cuja face exhibe o espírito cordialmente alegre e telúrico da nação, a festa reverenciaria a unidade nacional sobre a multiplicidade de planos da sociedade de classes, não fundada em uma cosmologia mítica, mas nos mecanismos ideológicos que cimentam a dominação de uma ordem política e econômica historicamente figurada.

Elaboradas nas últimas décadas do século XX, as formulações de Ortiz e Schwartz são exemplares porque repõem, atualizadas, as ferramentas intelectuais forjadas no seio das sociedades europeias que experimentaram a implantação do dueto composto pelo capitalismo industrial e o Estado-nação, mas o fazem das margens da ampla periferia geopolítica ocupada pelas sociedades nacionais, mais precisamente no subcontinente latinoamericano. Deste ponto de vista, à agenda de pesquisa e reflexão concebida para a Europa burguesa são acrescentados aspectos que a redimensiona – os desafios posto pela questão nacional e a condição pós-colonial. Aspectos este que, por sua vez, complicam o pensamento orientado para os processos socioculturais, em particular a montagem e formação de uma esfera laica da cultura, ao ter que lidar com condicionantes tipificadores dessas realidades periféricas, como a industrialização tardia, as incongruências do processo estatal, a ampla desigualdade social, os efeitos da racialização, o traço túbio do mercado interno de trabalho e de consumo etc.

Em tempos mais recentes, a agenda intelectual e política de questões agudas do nosso presente, sem dúvida, torna notória as consequências de uma megasociedade transnacionalizada, tendo por dínamo a produção, distribuição e usos mercantis de bens e serviços, em obediência à governamentalidade obediente à racionalidade inerente ao imperativo da lucratividade privada das grandes corporações empresariais capitalistas. Aquilo que parece merecer atenção dos esforços cognitivos, portanto, é a arbitrariedade mesma da disjunção entre trabalhador e consumidor, com o potente efeito retórico proporcionado pela dicotomia com os seus apelos moralizantes. Sobretudo, vocalizar o

que permanece silencioso no cotidiano dos fugidios e multifacetados cenários sociais em que a cultura de consumo é um traço incontornável dos modos de ser, pensar, expressar e viver. Impôs-se incontornável à Sociologia da Cultura, expor e equacionar o quão estratégica é a coordenação da lógica mercantil da distribuição e usos de bens e serviços às conciliações e lutas sociais, os dissensos e a formação das certezas tácitas e/ou discursivizadas com as quais as vidas seguem, cruzam-se, são postas em confronto, mas também chegam a acordos, ainda que estes sejam breves.

Quando se trata do tema do consumo, no computo das ciências sociais, o que tem estado em debate é o estatuto do gosto que pauta as práticas consumeristas. Tomadas como canônicas, ainda na virada para o século XX, as ilações a respeito do economista estadunidense Thorstein Veblen legam ao pensamento social a teoria sobre a classe ociosa, mas da perspectiva das práticas “conspícuas” de consumo (VEBLEN, 1974). Calçado numa linha de raciocínio antropológico-evolucionária, Veblen descartou a tese sobre uma determinação substantiva do comportamento humano. Atento aos componentes socioantropológicos, o autor se impôs a tarefa de entender os padrões comportamentais em estágios de decursos históricos dotados de “hábitos mentais” que, por sua vez, correspondem à mútua implicação de tendências biológicas com a intervenção de hábitos e, logo, das maneiras como costumes e códigos de conduta fazem prosseguir instituições e, com elas, quadros de valores no compasso da vida cotidiana. À luz desse modelo analítico, ele concebe a natureza sociossimbólica do consumo, portanto, não redutível às idiossincrasias pessoais ou mesmo aos requisitos instintuais da espécie.

Por entendê-lo na sua condição de uma trama de convenções, para Veblen, o equacionamento das atividades consumeristas está na pesquisa sobre as especificidades das formas humanas de socialidade. De acordo com o autor, o advento e permanência de uma classe ociosa no escopo da produtivista estrutura urbano-industrial aponta às posições-funções estratégicas dessa classe social, ocupadas com funções político-administrativas, bélico-militares, de entretenimento e religiosas. Um traço unificador e identificador dessa condição de classe estaria nos investimentos feitos pelos seus membros na exposição pública de elementos que materializem a honorabilidade e distinção dos que os possuem. Deste ponto de vista, a emulação pecuniária é a chave do consumo, porque envolve a disposição manifesta no comportamento dos indivíduos de sobrepujar semelhantes no que tange à acumulação de bens. A propriedade de bens, portanto, adquire o valor de fonte de comprovação inequívoca de superioridade ontológica. Conclui que, no contexto sócio-histórico em que as atividades manufatureiras e, depois, industriais deslocam as atividades tão somente pecuniárias na qualificação das vidas e das coisas, “a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base costumeira de estima e reputação” (*Op.cit.*, p. 17). Em meio às lu-

tas na estratificação hierárquica entre as classes sociais, a demonstração dessa riqueza, por meio do consumo suntuário, impor-se-ia uma ferramenta de distinção poderosa no posicionamento diferenciado de um determinado agrupamento. Igualmente, servindo para assegurar o *status* desse grupo e o confirmar do modelo comportamental efetivado como alvo-ideal a ser atingido por outros grupos em suas maneiras de ser, agir e pensar.

Mais tarde, já em 1979, o sociólogo Pierre Bourdieu voltou à correlação entre gosto legítimo e distinção, focalizando o tema do consumo (BOURDIEU, 2007). O conjunto da obra de Pierre Bourdieu tem ocupado posição estratégica nos estudos socioantropológicos do consumo, porque dela partiram as soluções mais profícuas de entrosamento empírico, analítico e teórico no enfretamento das problemáticas sobre os processos de simbolização nas sociedades contemporâneas. Retomando o velho problema aristotélico das tendências (*hexis*) na formulação de uma teoria das disposições corpóreas, em grande medida sintetizada na sua noção de *habitus*, ele irá correlacionar à sociologia da cultura e da educação visando apreender como prosseguem positivamente distinções sutis inerentes ao mundo social (BOURDIEU, 2002). E como, para isto, fazem-se cúmplices pulsões vitais e fronteiras institucionais, mediante a intervenção de saberes que, por sua vez, habilitam os corpos humanos ao trânsito significativo nas vias dos mesmos espaços da socialidade. Na contrapartida, mas ainda de acordo com a perspectiva do sociólogo francês, tais corpos realizam o trabalho cognitivo de estender esse mesmo espaço social em suas condutas movidas pelo conhecimento tácito dos limites, mas em busca de reconhecimento, para isto acionando estratégias de interpelação e alocação de recursos (financeiros, culturais e sociais) valorados em graus diferenciadamente hierarquizados no contexto sócio-histórico e simbólico de possibilidades do capitalismo pós-industrial.

Nesse sentido, chama atenção no tratamento dado pelo autor aos usos culturais, na maneira como reconsidera o lugar da escassez e da distribuição da raridade na produção e reprodução das agências humanas e das instituições. Toma-se a sério o peso da interveniência dos fatores de classificação, nomeação e expressão-comunicação enquanto dispositivos capacitados a conferir existência na medida em que, incorporados e/ou objetivados como espaço social, atuam no posicionamento e qualificação diferenciada de pessoas, ideias, coisas e lugares em patamares desiguais de valor (BOURDIEU, 2000, p. 65-70). Deste modo, por alertar ao problema da construção social do valor, ele contorna o reducionismo utilitarista na formulação de uma pauta de sociologia econômica, não apenas para conceber a presença do interesse no seio do desinteresse na posse e uso dos bens simbólicos legítimos, referindo-se ao “lucro simbólico”.

No desdobramento do argumento de *A Distinção: a crítica social do julgamento*

retoma a discussão a respeito do gosto legítimo avançando na objetivação sociológica do interesse no seio do desinteresse, quando relativo ao consumo cultural. Para isso, de partida, ele inquirir o conceito de “gosto puro” tal como aparece na *Crítica da Faculdade de Julgar*, de Immanuel Kant (KANT, 2008 e TERRA, 1995). Parte do projeto kantiano de uma filosofia transcendental apriorística, as reflexões sobre a estética se inscrevem na finalidade do filósofo de delimitar o alcance e os objetos de legislação da razão, contudo, nessa oportunidade em pauta não está àquilo sob julgo da determinação da natureza, em face do centro exercido pela categoria de causalidade, tampouco obedece ao desígnio da liberdade, como marco da racionalidade prático-moral – sabemos, um e outro, foram temas das duas primeiras críticas. A atenção conferida ao gosto estético, portanto, se não tem por alvo nem o conceito nem a norma, examina a díade composta pela capacidade de julgar e a comunicabilidade desse julgamento. Faculdade esta irreduzível ao objeto artístico, mas também ao sujeito, logo, incompatível com quaisquer particularidades na medida do seu compromisso com a universalidade do senso comum compartilhado pela comunidade do gosto imaculado frente seja às descontinuidades das sensações, seja às sanções morais. A autonomia do gosto puro, enfim, sutura o abismo entre os domínios do epistêmico-cognitivo e da incondicionalidade suprassensível do agir prático moral, porque condiz com a soberania mesma da razão em autodefinir e autolegislar sobre os objetos, na condição de transcendência às imolações empíricas sejam elas quais forem.

Ciente da centralidade do problema em torno do gosto no equacionamento das relações, estruturas e processos socioantropológicos, em *A Distinção*, Bourdieu se ocupa das classificações como atos elevados à condição de grades cognitivas – hábitos mentais (BOURDIEU, 2009). Deste modo, a crítica ao argumento kantiano atinge em cheio o insulamento do gosto puro em relação às sensações e moralidades, afinal, sua autonomia é garantida no apagamento das mútuas dependências entre pessoas e coisas que sendo invisibilizadas na idiosincrasia dos usos, a um só tempo, consistem na matriz histórico-empírica que os facultam como gestos significativos. À contrapelo do ascetismo secular proposto por Kant, a tese bourdieusiana rastreia a formação, consolidação e funcionamento de uma crença – no sentido de um consenso tácito (*doxa*) – manifesta no duplo caráter do classificar/classificação como ato e estrutura de pensamento. Para o sociólogo, o compartilhamento do mesmo senso de julgamento, calcado num hipotético universalismo purista e a-histórico, se atualiza em práticas que, ao contrário de inatas ou universais, são intrínsecas à predisposição corporal para o exercício do julgamento estético. Assim, correspondem à figuração de processos de incorporação de saberes cognitivo-normativos e emocionais inscritos em condições socioeconômicas e culturais. Ainda que indissociável da violência física, afinal está em pauta a imposição de uma arbitrariedade, nota-se que, na operação classificatória intrínseca ao gosto puro,

a violência simbólica se exerce pelo desconhecimento da operação naturalizadora de uma relação de força assimétrica que se pereniza na percepção como uma necessidade. O trabalho próprio à produção da crença, manufatura básica à economia das trocas simbólicas, concentra-se na produção do valor, que dizer, da utilidade de algo, dotando-o de virtudes que o arranca da banalidade e lhe concede o *status* da unicidade do carisma, a raridade. No anverso desse trabalho está o estabelecimento de uma escala classificatória e de nomeação cujos efeitos estão na montagem de uma hierarquia de prioridade e dotação de prestígio na distribuição dos atributos. Mediador irreduzível e incontornável da economia das trocas simbólicas, o capital simbólico se define, justamente, espécie de catalizador das demais acumulações diferenciadas, porque só nele se realiza o conhecimento/reconhecimento do traço invulgar de algo, mas no andamento mesmo em que a crença na raridade é cúmplice do esquecimento da imposição do arbítrio que fundamenta a distinção. Nessa operação, a arbitrariedade se realiza na instauração da fronteira que divisa a comunidade dos detentores da raridade do gosto puro dos vulgares amorfos, pois desprovidos de desclassificação.

A tese da distinção em Bourdieu faz dueto com as lutas sociais no cerne sócio-histórico em que se fixam como padrão as mobilidades na estratificação social e o quanto essa fragilidade do *status* assombra com a insegurança ontológica, em especial, as frações de classe dominantes. O dilema posto a esses segmentos é como, no mesmo movimento, manterem-se diferenciados e servirem de modelos-alvos para as camadas que lhe são subalternas. Em tempos mais recentes, atidos ao tema da pátina, diversos/as intérpretes divergem da centralidade conferida às estratégias de distinção no tratamento da esfera de consumo no contexto tardio da modernidade (CAMPBELL, 2001; DESJEUX, 2011; MCCRACKEN, 2003 e ROCHA, 2011, p. 161-179). Certos de que o consumo compreende um subsistema vinculado às prerrogativas e dinâmicas do sistema econômico, estes/as autores/as sublinham a montagem de perfis identitários e estilos por parte de pessoas e grupos em detrimento das competições e lutas relacionadas à dominação política. Tendo por emblema o signo da moda, em sua característica de reunir tensamente duração e ligeireza, a cultura de consumo, no entendimento por eles/as proposto, goza de suficiente força sociossimbólica para anelar os planos coletivos e individuais, conjugando agendas em que grandes causas e transformações socioestruturais estão em estreito vínculo com tópicos da vida privada e das marcações dos encontros e desencontros intersubjetivos do cotidiano.

Os remanejamentos sensíveis provocados nos padrões das relações sociais e nas experiências pessoais pelo lugar estratégico hoje ocupado pelo consumo, tem incidência sobre a redefinição da empiricidade daquilo nomeado por esfera cultural nas ciências sociais, em razão da extensão global adquirida pelo padrão moderno de socialida-

de e de condutas, ou seja, pelo incremento vertiginoso na emergência e acomodação dos hábitos, costumes e instituições da modernidade pelo conjunto do planeta. E, no mesmo diapasão, explicitam ou ao menos indicam os dilemas socioantropológicos inerentes aos modos de aproximação e tratamento da pauta de atributos dessa condição histórica contemporânea, no instante em que tanto tendências generalizantes quanto reposições de singularidades étnico-históricas emergem mutuamente associadas. Dilemas intelectuais, sim, mas que gravitam em torno do nexos histórico-ontológico entre o “mesmo” e o “diverso”, num quadro em que a tensão decorrente das interações conflituosas entre fatores geopolíticos e o geoculturais ressaltam a esfera da cultura como fórum cuja amplitude e transversalidade planetária afeta as escalas das abordagens das facetas múltiplas dos processos de simbolização.

Com intuito tão somente de chamar atenção para essas reorientações cognitivas que trazem no seu bojo articulações de novas ferramentas analíticas com agendas de pesquisa e reflexão sobre a cultura, em seguida, pincelamos dois trabalhos que nos parecem bem emblemáticos.

Atidas às flutuações que motivaram as retomadas da noção de cultura popular nas duas últimas décadas, em distintos contextos sociais de significação, no Brasil; contextos atravessados pela extensão adquirida pela ideia-valor de diversidade cultural, o texto *Da beleza do morto à cultura viva: a retomada do interesse pela(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio* (MIRA, 2016, p. 427-442). Maria Celeste Mira mobiliza a análise dos usos culturais na direção do campo dos intermediários da cultura popular, na cidade de São Paulo. Seu argumento parte da observação feita por Michel de Certeau acerca do elemento mórbido inerente ao conceito de cultura popular presente nas intervenções dos folcloristas e historiadores. A morbidez resultaria da atração exercida sobre os intelectuais por práticas e símbolos desaparecidos ou em vias de sumir do cotidiano das classes populares. Deslocando a proposição para o cenário paulistano contemporâneo, a autora persegue o fio sociogenético pelo qual a definição das distintas posições nesse campo é a contrapartida da produção de novas semânticas para o popular, tendo em comum manterem-se fieis à disjunção romântica europeia entre cultura popular autêntica e cultura de massas. Se a primeira é atribuída à conotação de algo imaculado pelos desígnios mercantis, a segunda seria a expressão mesma da conspurcação monetário-financeira das “coisas do povo”. Uma vez mais, conclui Mira, sobressai a ênfase naquilo já distanciado das dinâmicas nas quais as muitas facções populares de classes são objeto de interesse desses intelectuais intermediários. Logo, com raras exceções, a “cultura viva” cultua o corpo morto, mas depurado, em detrimento da pluralidade inconstantemente viva que se esparrama pelas periferias brasileiras.

Calcada na diferenciação estabelecida por Pierre Bourdieu entre as dimensões restrita e ampliada da esfera cultural, Maria Lúcia Bueno se debruça sobre a crescente

importância adquirida pelo campo da gastronomia, em que seu embasamento erudito tem sido engendrado por questões de ordem identitária, mas igualmente pela sintonia entre pautas geopolíticas e efeitos gerados pelo mútuo atravessamento entre simbólico e commodificação. Aplicando o modelo de análise sócio-histórica, em *Da gastronomia francesa à gastronomia global: desterritorialização, hibridismos e identidades inventadas* (BUENO, 2016, p. 443-462), a autora reconstrói a formação do campo gastronômico a partir do momento em que a codificação dos saberes e dos fazeres relativos à culinária francesa promoveu sua difusão em grande escala para fora das fronteiras do país. Por sua vez, o advento de novos espaços urbanos permitiu, no mesmo contexto francês, mas no século XIX, o surgimento da figura do *chef*. Com ele se codificou um modelo internacional de cozinha que, nos rastros da expansão de redes de hotéis e da adoção de restaurantes, deixou a Europa na direção de outras partes do planeta. Integrando nele a habilidade e a competência inventiva e conceitual relativas ao estilo de vida que abarca os gostos à mesa, a figura do *chef* ocupa posição estratégica no campo gastronômico. Por isso mesmo, observa Bueno, a emergência de uma jovem geração de *chefs*, em diferentes países, não apenas servirá de mediadora na dinâmica do padrão francês, sobretudo, mediante processos de reflexividade institucional, promovendo a cosmopolitização global das culinárias locais.

Nas duas contribuições, a convergência entre consumo, multiculturalismo e mundialização dão os tons de um panorama histórico-empírico que pressiona e revolve, desde a década de 1990, a imaginação nas ciências sociais. Entretanto da última década para cá tem se desenhado um tenso e conflituoso entrosamento de determinações em ascensão em um contexto mundial definido pela multipolaridade geopolítica. O tão recente quanto longo período pandêmico da Covid intensificou instabilidades e a dissolução de definições/certezas consagradas no respaldo do raciocínio popular. Instauro-se, desde então, o cenário cujos traços manifestam o desmantelamento, por exemplo, da geopolítica pós-Guerra Fria. De um lado, deixam-se em xeque as prerrogativas da unificação mundial dos mercados respaldada na hegemonia estadunidense. De outro, sinaliza-se às modulações da economia-mundo capitalista à luz do trançado geopolítico multipolar que parece avançar na regulação das vidas, culturas e ambientes. O recrudescimento de extremismo político-ideológicos à direita e à esquerda põe em xeque o domínio da ordem liberal e cerceia as prerrogativas multiculturais e multilaterais. O acirramento sem precedentes da crise climática se impõe, no mesmo compasso, como um outro complicador dos sentidos de temporalidade e espacialização, igualmente interpela os imaginários utópicos e distópicos, além da concepção de desenvolvimento. Algo similar se dá no andamento da formidável urbanização planetária, à qual põe cena a sobreposição de modos de vidas, sujeitos históricos, quadros de valores e estes, dia a

dia, problematizam os cânones da cidadania tal como postos nas cosmologias euroamericanas. Na mesma medida, as distintas mobilizações das ecologias sociotécnicas fazem interceder novos arranjos de produção/circulação culturais e do conhecimento e, no anverso, destacam os limites da ocidentalidade. Uma vez mais, ao que parece somos desafiados quanto à eficácia e validade do quadro de ferramentas cognitivas que possuímos na Sociologia da Cultura para enfrentar essa agenda objetivando sociologicamente as determinações atuantes no seu delineamento.

Neste segundo volume do dossiê Sociologia da Cultura (*A cultura e suas fronteiras ampliadas*) os desafios reflexivos e analíticos postos nos artigos que o compõem, expressam a diversidade temática dos objetos, notadamente a multiplicidade dos pontos de vista para as abordagens das práticas culturais. O volume é aberto pelo artigo “Designações sistêmicas da cultura e sociologia : reflexões a partir de recentes cognições sociológicas sobre o literário no Brasil”, em que se destaca precisa documentação selecionada para análise, artigos dedicados à literatura e suas questões, quanto pelo seu projeto em si, isto é, propor uma reflexão sobre a importância do tema para a consolidação das ciências sociais brasileiras. O artigo é seguido por “Exu e o imaginário sociológico da cultura” onde se explora como uma mostra artística motivou e movimentou uma série de controvérsias refletida pelo debate público estimulado, transformando-os, exposição e debate, em experiência objetiva para uma discussão sobre as formas de apreensão do evento. Em “Políticas afirmativas na cultura do estado do Ceará”, encontraremos uma questão teórico-empírica forte, ou seja, o exercício de uma vigilância (não só epistemológica) em relação aos riscos e promessas dos rotineiros rearranjos analíticos que trabalham as políticas afirmativas, no âmbito da cultura, vinculadas aos polos antagônicos apropriação e/ou expropriação. A relevância da relação entre consumo e cultura é evidenciada no artigo “Públicos de cinema, estratégias de diferenciação e sociologia da cultura”. Por fim, “Carnaval e futebol em tempos de pandemia : União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e agremiações carnavalescas paulistanas de torcidas organizadas de futebol”, apesar de fechar nosso segundo volume, ao retomar dois temas já transmutados em tradição na sociologia da cultura no Brasil, nos convida a refletir sobre os novos arranjos impelidos às tradições, às suas metamorfoses e reconstruções, tarefa que nosso ofício nos impele cotidianamente, sobretudo em tempos de fronteiras e nacionalidades ampliadas e restringidas numa velocidade e elasticidade à primeira vista, inéditas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: a crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp – Porto Alegre: Zouk, 2007.

- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2002.
- _____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da nomeação**. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- BUENO, Maria Lúcia. Da gastronomia francesa à gastronomia global: hibridismos e identidades inventadas. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 443-462, 2016.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, 1970.
- DESJEUX, Dominique. **O consumo: abordagens em ciências sociais**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 (a).
- _____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 (b).
- _____. Fragmento da versão primitiva da contribuição à crítica da economia política (1858) in **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A sagrada família**. Lisboa: Moraes, 1987.
- _____. **A Ideologia alemã, vol. I**. Lisboa: Presença. SP: Martins Fontes, s.d, dois volumes.
- MCCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Marxismo e filosofia In: **Merleau-Ponty**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).
- MIRA, Maria Celeste. Da beleza do morto à cultura viva: a retomada do interesse pela(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 427-442, Set./Dez. 2016.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, ano 8, vol. 8, nº 23, p. 161-179, Nov. 2011.
- SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TERRA, Ricardo. Reflexão e sistema: as duas Introduções à Crítica do Juízo. In: Terra, Ricardo R. (org.): **Duas introduções à crítica do juízo**. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- VEBLEN, Thorstein. **Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Ática, 1974 (Os Pensadores).




Designações Sistêmicas da Cultura e Sociologia: reflexões a partir de recentes cognições sociológicas sobre o literário no Brasil

Systemic Designations of Culture and Sociology: reflections based on recent sociological cognitions about literature in Brazil

Edson Silva de Farias 
nilosed@gmail.com
Universidade de Brasília - UnB

Andréa Borges de Leão 
aborgesleao@gmail.com
Universidade Federal do Ceará - UFC

Marcus Vinícius Gomes Caixeta 
marcuscaixeta@gmail.com
Universidade de Brasília - UnB

 10.52521/opp.v22n47.12473

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 19/01/2024

Aprovação do trabalho: 05/11/2024

Publicação do trabalho: 23/12/2024

Resumo

De natureza reflexiva, dividido em duas partes, este texto não se pretende um estudo de caso de um contexto empírico específico, tampouco pincelar exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento de uma argumentação teórica. O alvo da análise consiste de um conjunto documental bibliográfico constituído de artigos, entendendo-o como manifestação do movimento, exatamente, de diferenciação de um campo disciplinar. Assim, a escolha e reunião dessa documentação bibliográfica (delimitado ao período compreendido entre 2008 a 2018) referente ao gênero artigo científico obedecem ao propósito de uma análise textual que, ao se ater ao interesse sociológico do sistema literário, também deixa margens para voltar e avançar na reflexão e discussão acerca da consolidação institucional e epistemológica da sociologia da cultura no escopo das ciências sociais brasileiras.

Palavras-chave

Designações; sistemas sociotécnicos culturais; artigos científicos; literatura brasileira; sociologia da cultura.

Abstract

Reflective in nature, divided into two parts, this text is not intended to be a case study of a specific empirical context, nor to outline historical examples to illustrate the development of a theoretical argument. The target of the analysis consists of a bibliographical documentary set made up of articles, understanding it as a manifestation of the movement, precisely, of differentiation of a disciplinary field. Thus, the choice and gathering of this bibliographic documentation (2008 a 2018) referring to the scientific article genre obeys the purpose of a textual analysis that, by sticking to the sociological interest of the literary system, also leaves room for returning and advancing in reflection and discussion about institutional and epistemological consolidation. of the sociology of culture in the scope of Brazilian social sciences.

Keywords

Designations; cultural sociotechnical systems; scientific articles; Brazilian literature; sociology of culture.

Entendemos que a resolução de consultar, neste artigo, um repertório de textos que poderia ser divisado sob o rótulo de sociologia da literatura, alia-se à expectativa de identificar os rumos da inserção diferenciada dessa temática no cômputo da problematização sociológica no Brasil. Algo assim conduz, também, às distintas mediações sócio-históricas que estão à contrapartida da identificação de tal tópico como emblemático de um sistema simbólico diferenciado, o da literatura, dotado de meios peculiares de significação. Dinâmica funcional sistêmica indissociável da interferência de critérios de recrutamento e integração de elementos, vertidos em suas propriedades, mas obedientes a critérios de codificação e fechamento necessários ao estabelecimento de específico espaço de autorregulação. Fatores que traduzem também concentrações de forças, logo, sinalizam a capacidade do sistema literário de deliberar sobre a efetivação de sentidos, em termos de visibilizar e reconhecer os meios (bens culturais) que tornam esses sentidos acessíveis a diferentes usos. Diante do quadro sócio-histórico composto por arranjos sociofuncionais marcados pela complexa e diversificada plurocromia de formas sociais, sugerimos a existência de sistemas definidos pelas operações de visibilizar/legitimar/designar os meios de significação. Para os propósitos deste capítulo, eu os denomino de sistemas sociotécnicos de expressividade. Tratam-se de sistemas cujas respectivas dinâmicas funcionais são indissociáveis da interferência de critérios de recrutamento e integração de elementos, vertidos em suas propriedades, mas obedientes a critérios de codificação e fechamento necessários ao estabelecimento de específico espaço de autorregulação. Fatores que traduzem também concentrações de forças, logo, sinalizam as capacidades desses arranjos em deliberar sobre a efetivação de sentidos, em termos de visibilizar e reconhecer os meios (bens culturais) que tornam esses sentidos acessíveis a diferentes usos. Com a denominação sistema sociotécnicos de expressividade se quer evidenciar o delineamento de unidades procedimentais cujas operações estão orientadas pela anulação das interferências estranhas sobre a sua capacidade decisória de gerir seus encaminhamentos. Algo assim ocorre na medida em que a seleção de possibilidades intrínsecas à dinâmica auto-adaptativas desses sistemas diz respeito à operacionalidade pela qual são limitadas, de modo seletivo, as margens das suas variações à luz de códigos sintéticos, conjugando seletivamente signos óticos, gráficos e orais, com os quais se selecionam e atribuem valor aos aspectos escolhidos para compor o seu fechamento sistêmico sociotécnicos em linguagens impressas, sonoras e audiovisuais. Para além da mera justaposição, a demarcação de fronteiras (do “dentro” em oposição ao “fora” dessas formas sociossimbólicas complexas) deixa entrever a contínua concorrência no perímetro mais amplo da esfera cultural entre os congêneres sistêmicos na medida mesma em que atuam para se manterem distintos quanto às suas respectivas capacidades de designação. Entendendo por designação as diretivas dadas

aos modos adotados nas atitudes públicas e privadas de apreensão, apresentação e descrição possíveis de mundos significantes¹.

Se o somatório de todas as operações sistêmicas conduz aos dilemas referentes aos modos adequados de objetivar sociologicamente a concorrência entre os sistemas sociotécnicos de expressividade, igualmente reclama mais acuidade analítica e interpretativa dos atravessamentos e fusões entre eles. Não menos, suspeitamos que tanto as lutas quanto os cruzamentos suscitem indagações acerca de possíveis reverberações sobre a cognição sociológica. A problematização examinada neste artigo, sem a pretensão de fazer uma reconstrução da sua institucionalização, retoma a disciplinarização da sociologia no Brasil. O exame se concentra nas características que tem envolvido a afirmação de uma das suas subáreas – a sociologia da cultura² –, porque a proposta deste artigo, enfim, tem por pano de fundo a correlação entre saber e poder de imputação de sentido, no que tange à visibilidade e legitimação de bens simbólicos. Algo que, supomos, requer levar em conta a posição estratégica do reconhecimento por parte das ciências sociais e demais humanidades desses mesmos bens e os sistemas sócio-operacionais em que se inscrevem, isto quando aquelas disciplinas os apreendem como empiricidades mobilizadas nos seus investimentos cognitivos. Ao longo deste texto, não se pretende realizar um estudo de caso de um contexto empírico específico, tampouco pincelar exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento de uma argumentação teórica. A *corpora* a ser alvo da análise consiste de um conjunto documental bibliográfico constituído de artigos, entendendo-o como manifestação do movimento, exatamente, de diferenciação de um campo disciplinar científico. Assim, a escolha e reunião dessa documentação bibliográfica obedecem ao propósito de uma análise textual que, ao se ater ao interesse sociológico no sistema literário, também deixa margens para remontar e avançar na reflexão e discussão acerca da consolidação institucional e epistemológica da sociologia da cultura no escopo das ciências sociais brasileiras.

A argumentação, para além desta introdução, ao longo do texto, estará distribuída nas duas partes a seguir sumarizadas. A primeira focaliza os remanejamentos na relação entre sociologia e literatura, mas a partir de artigos triados à luz de um levantamento bibliográfico de títulos publicados entre 2008 e 2018 em periódicos científicos, editados no Brasil, dedicados à circulação e visibilidade do conhecimento socioantropo-

1 Empregamos o vocabulário conceitual da teoria dos sistemas autopoéticos de Niklas Luhmann (2010), entretanto, como esperamos demonstrar, não se realiza aqui uma análise sistêmica nos termos do autor.

2 A presença da institucionalização dessa subdisciplina, neste texto, leva em conta estar a correlação entre os processos de simbolização e formas culturais e grupos sociais/sociedades no seu núcleo epistêmico. Subárea que tem abrigado tendências interdisciplinares, fazendo convergir abordagens micro e macrosociológicas a contribuições da teoria literária, filosofia, semiótica, história da arte e da cultura, antropologia, estudos culturais e pós-modernistas e pós-coloniais etc.

lógico. Com prioridade posta numa parte do resultado do levantamento, não se constituindo em finalidade da análise aqui desenvolvida, o balanço realizado serve na verificação de tendências temáticas e analíticas nas abordagens, em particular o manejo da metodologia em que se privilegia a internalidade formal das obras. Mas também é observada a inclinação a investimentos calcados em concepções ampliadas e diversas do sentido mesmo do literário, levando ao lugar do pensado a relação mesma desse sentido em uma teia de interdependências sociotécnicas cujo estatuto global impõe deslocamentos sensíveis aos entendimentos acerca dos regimes de autoria, das linguagens, dos formatos expressivos, cadeias de difusão e círculos de recepção, das instâncias de visibilidade/legitimação, enfim, do modo mesmo de encarar a relação entre o sistema literário e o seu entorno. Na segunda parte, à título de digressão final, o exame de uma outra gama de artigos, resultante do mesmo levantamento bibliográfico, subsidia a discussão em torno das reverberações dos sistemas sociotécnicos culturais nas maneiras de simbolização realizadas pelas ciências sociais, isto ao se considerar como se desenrolam processos nos quais esses sistemas pressionam para se manterem no *status* de componentes naturalizados da sociocultura contemporânea.

O literário e as reconfigurações de um objeto de conhecimento legítimo

Em 2019, fizemos um levantamento da produção de artigos científicos na subárea da sociologia da cultura no Brasil num rastro de dez anos (2008-2018). Apesar da multiplicidade de temas inerente ao total de textos coletados, sobressaiu um significativo número de títulos agrupados sob a chancela da sociologia da literatura. Em razão da observância de outro objetivo, à época, apenas acentuamos o traço quantitativo desse montante. Agora, decidimos por conferir um tratamento qualitativo mais detido a esse mesmo conjunto de textos, com vista a explorar possíveis tendências no tratamento dado pela sociologia à questão literária. O propósito não é fazer um balanço dessa produção. Respaldados na ponte estabelecida entre as ciências sociais e a crítica literária por Antônio Candido (1997; 2006), ainda na década de 1950, em razão da ênfase desse autor no problema da formação do sistema literário brasileiro, e mediante esta última, dos demais sistemas simbólicos eruditos, temos por argumento que o foco sobre a literatura se constitui em um importante indicador das alterações e permanências no trajeto de institucionalização e diferenciação epistemológica da sociologia da cultura no Brasil. Por isso, aqui fazemos um apanhado qualitativo das principais ênfases e tendências do que, *grosso modo*, pode-se qualificar como a sociologia da literatura feita

no país, especificamente no intervalo temporal já assinalado. Se entendemos as leituras e formulações focando a literatura como heurística dessa subárea sociológica, a meta consiste em depurar quais indicações mais gerais parecem se manifestar e como esses mesmos sinais revelam condicionantes importantes da consolidação e renovação desse ramo socioantropológico em termos das suas agendas de pesquisa, estudo e reflexão. O objetivo está em identificar esses condicionantes e o quanto podem ser reveladores de mediações intersistêmicas – do sistema literário e sociológico.

Para chegar ao *corpus* analisado, em um primeiro momento, valemo-nos das publicações nos periódicos da área de sociologia classificados com *Qualis* CAPES A1 e A2 (aqui, em consideração à extensão bem menor do montante cotejado, mas tendo em vista o objetivo de captar novas tendências, acrescentamos também aquelas classificadas no extrato B1), cujo acesso se encontra aberto na base de dados da Scientific Electronic Library Online-SciELO. Foram analisados 33 artigos, distribuídos em 11 revistas: *Novos Estudos CEBRAP* (10 artigos); *Sociologias* (4 artigos); *Sociedade e Estado* (4 artigos); *Sociologia & Antropologia* (3 artigos); *Cadernos CRH* (1 artigo); *Lua Nova* (2 artigos); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2 artigos); *Revista Brasileira de Sociologia* (2 artigos); *Tempo Social* (2 artigos); *Civitas* (1 artigo); *Estudos Históricos* (1 artigo) e *Horizontes Antropológicos* (1 artigo).

Em um segundo momento, aquele dedicado à triagem e à distribuição dos textos por categorias definidas mediante a finalidade de estabelecer um quadro classificatório, observamos que, dentre o conjunto dos trabalhos, encontram-se artigos com a finalidade de reflexão teórico-metodológica e/ou de fazer balanços acerca da sociologia da literatura tomada como uma área específica com relativa autonomia na sociologia, assim como artigos que tratam de manifestações particulares do que se toma como o objeto da sociologia da literatura – qual seja, as interpenetrações da literatura com a sociedade. Desse modo, chegamos às duas seguintes chaves de classificação: uma que denominamos teórico-programática e outra cuja incidência dá-se sobre a análise direta das obras literárias, identificada como crítico-operacional.

Ao longo desta primeira parte, o interesse analítico está concentrado no panorama descrito pela chave crítico-operacional. Composto de 27 artigos, o painel aqui traçado faz contracenar textos cujos comentários e análises das obras e autores seguem tematizações que problematizam o literário no acervo da civilização ocidental, ou compreendem exames e interpretações nas quais a questão nacional é ratificada como demiurgo da produção cultural brasileira. De acordo com os resultados da triagem posterior dos mesmos dados, teríamos a seguinte divisão: 10 artigos tratam da forma literária do romance, especialmente em sua manifestação nacional. Os demais deixam pistas para outros rumos empíricos e teórico-analíticos da atual sociologia da literatura no Bra-

sil, quando sugerem a identificação e exame das mediações entre o literário e outros planos que constituem determinada sincronia sócio-histórica.

Nas abordagens agrupadas em torno da forma literária do romance, parece ressoar a proposta de Franco Moretti (2009) que, com sua história e teoria do romance, busca “alongar, alargar e aprofundar o campo literário” (Moretti, 2009, p.201), no sentido de estender a própria noção de romance para além dos clássicos romances realistas do século XIX. Nesse sentido, Pedro Meira Monteiro (2016) é um dos que se dedicam a analisar a obra dos grandes romancistas brasileiros. Ele trata, no artigo em questão, do maior deles, segundo muitos(as) intérpretes: Machado de Assis. Em específico, aborda a escrita tardia de Machado, a partir da qual propõe que “lentidão” e “indefinição”, características dos últimos escritos, são em verdade uma “crítica profunda às promessas não cumpridas da jovem República brasileira”. Roberto Schwarz (2014) volta, uma vez mais, à obra de Machado de Assis para também retirar de suas páginas da maturidade elaborações acerca da história do país. Enquanto Monteiro dedica-se à análise principalmente do último romance de Machado, *Memorial de Aires*, Schwarz trata de *Esaú e Jacó*, mais especificamente de sua imagem de abertura, na qual os elementos antagônicos da realidade do Rio de Janeiro de então aparecem justapostos e, mais do que isso, imbricados. A narrativa que acompanha duas senhoras da sociedade, que sobem o Morro do Castelo para consultarem uma vidente, traz em si elementos variados do que é o país naquele momento. Segundo Schwarz (2014, p.165): “O morro do Castelo, a cidade inteira do Rio de Janeiro e a ordem internacional cuja metrópole é Londres são cenários imbricados, o que literariamente era e é uma proeza.”

O Cortiço (1890), de Aluísio Azevedo, é outra já celebrada obra foco de análise em artigo de nosso universo pesquisado. No artigo, Haroldo Sereza (2014) tem como preocupação apontar o papel central da economia na obra de Azevedo. De acordo com Sereza (2014), essa centralidade aponta e expressa o próprio “ganho de complexidade na vida urbana do Rio de Janeiro na dramática passagem do trabalho escravo para o trabalho livre”. Por sua vez, sempre atento ao imaginário estético e político modernista, Sergio Miceli (2016) contribui com um artigo sobre Graciliano Ramos. No texto, a partir do exame de três romances do escritor alagoano, *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936), narrados em primeira pessoa, o autor joga luz sobre as experiências de “declínio social” do escritor, “com ênfase nas vicissitudes eróticas e sexuais dos protagonistas”. Marcelo Ridenti (2014) também trata de Graciliano Ramos, mas com foco em suas *Memórias do Cárcere* (1953). A partir de diálogo com a proposta metodológica de Gustavo Sorá (2010), segundo a qual a “análise de memórias envolve compreender as inter-relações da obra em si com a edição do livro, o autor e seu público”, assim como a “circulação nacional e internacional do autor e da obra”, Ridenti conclui que, embora

Graciliano buscassem evitar os excessos de egocentrismo de uma obra em primeira pessoa, o sucesso do livro coloca-o no centro do panteão de grandes escritores brasileiros, além de figura exemplar da intelectualidade de esquerda no país.

Semelhante esforço de retomada é o que faz Mariana Chaguri (2014) quando volta à obra de José Lins do Rego. Porém, o faz para comparar a obra do escritor paraibano com *O tempo e o vento* de Érico Veríssimo, no intuito de “investigar a produção e a circulação das ideias de região e regionalismo”. A autora investiga o “contexto de produção de ideias com o qual os escritores dialogam”, evidenciando de que modo as tensas relações entre “local, regional e nacional” constroem as narrativas e produzem os “nexos de sentido entre forma literária e processo social”. O esforço comparativo anima igualmente Pedro Paulo Pereira (2008), quando joga luz sobre o debate em torno da ideia de “sertão”, por meio de uma comparação entre as obras *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.

Se o cotejo comparativo outra vez motiva o exercício da já referida Mariana Chaguri e Mário Silva (2014), agora ele responde ao intuito de chamar atenção às aproximações entre os romances *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego, e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, em específico quanto ao fato de que figuram aspectos de “processos de crise social” nos quais a violência aparece como “mediação privilegiada entre os indivíduos e destes com o Estado”. Forma literária e processo social, para lembrarmos Schwarz (1977), têm seu nexo estabelecido nesses romances por meio dos “conflitos em torno da autoridade e do poder”. Continuando no terreno das narrativas da violência, em que pese o eco de um tema com largo impacto nas urgências dos mundos sociais brasileiros atuais, Karl Schollhammer (2015), a partir da leitura de dois romances contemporâneos, *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e *História natural da ditadura*, de Teixeira Coelho, analisa a relação da literatura brasileira com os fatos históricos no contexto da ditadura militar.

O olhar mais distanciado para outros períodos da literatura brasileira, estende-se ao ser compartilhado por um menor número de autores(as) que tratam de contos e de poesia. Matheus Gato (2018), por exemplo, aborda de que modo raça e nacionalidade aparecem relacionadas nos contos de Astolfo Marques (1876-1918) – autor maranhense que escreveu no âmbito da abolição da escravidão. Mediante esses contos, Gato analisa as “formas de integração dos negros à sociedade brasileira moderna através de narrativas construídas por intelectuais negros no pós-abolição”.

O vasto e multifacetado universo do modernismo é revolvido outra vez na medida em que é examinado por George Leonardo Coelho (2017), quando analisa as seis primeiras versões do poema *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, editado pela primeira vez em 1927. Coelho tomou as alterações no poema não somente a partir de uma

perspectiva estética, mas como tendo apresentado “nuances das tensões políticas que permeavam o campo intelectual no qual Cassiano Ricardo interagiu”. Nas modificações empreendidas por Ricardo no texto, de 1927 a 1936, Coelho enxerga mutações no mundo social circundante e nas próprias convicções políticas do autor. Fernando Pinheiro (2016), por sua vez, escolheu a memorialística de Manuel Bandeira como seu objeto de análise. Seu foco recai sobre o uso social da memória, especialmente “quando vinculada a um modo estratégico de organização da vida literária”. Além disso, Pinheiro analisa de que modo textos autobiográficos, como o de Bandeira, contribuem para a produção do que ele chama de “uma memória coletiva atinente à representação da nação”, isso no contexto específico do modernismo brasileiro. O interesse de Alejandra Josiowicz (2015) recai em Mário de Andrade – o ícone maior desse movimento estético com tão profundas raízes na cultura brasileira. Agora, contudo, o olhar é desviado à atenção dada pelo autor à infância. Ela chama atenção aos dois planos de atuação de Andrade ao se acercar do assunto: a intervenção político-cultural e a produção literária. A partir da noção de “política da estética”, de Jacques Rancière (2010), ela propõe que Andrade conjuga preocupações sociorraciais com interesses etnográficos e reflexões estéticas. Em um primeiro âmbito, Mário de Andrade relaciona-se com reformadores sociais e enxerga a infância a partir desse ponto de vista, em que a criança é vista como “receptora de políticas públicas”. Ao mesmo tempo, contudo, “dadas as suas investigações de etnografia e de arte infantil, concebe a expressão estética da criança não de modo puramente pulsional, (...) mas como um artista expressionista”, possuidor “de uma força poético-mítica própria (...)”. No âmbito da produção literária, por sua vez, Andrade faria da “cena de infância e adolescência um modo de intervenção na linguagem estética e na hermenêutica do social”, uma vez que o infantil “aponta para as hierarquias raciais, sociais e de gênero que estruturam o social”. Josiowicz (2015) afirma que, nos vários “níveis estético-políticos, a infância em Mário de Andrade revela a marca do excluído e se orienta à transformação das hierarquias estéticas e da representação”. Assim fazendo, o autor sobressaltaria o “reprimido” na cultura brasileira tradicional (Josiowicz, 2015, p.815).

Para manter o foco ainda no modernismo brasileiro – e, com isso, mantendo-se na tradição de uma sociologia da literatura orientada para o cânone nacional –, mas agora com o “outro” epígono, Oswald de Andrade, deparamos uma vez mais com Ana Lúcia Teixeira (2014) e sua tentativa de analisar o papel da obra *Pau Brasil* na construção da figura mitológica do bandeirante paulista, especialmente no debate em torno da explicação histórica do protagonismo econômico de São Paulo e, em consequência, de suas pretensões de “supremacia política”. De acordo com Teixeira (2014), a obra de Oswald promove o bandeirante a substituto do colonizador português nas “origens culturais brasileiras”. É por essa figura mitológica que, nesse exemplar do modernismo

nacional, busca-se “redescobrir” a nação.

Embora permaneça nos marcos dos estudos que priorizam o bem simbólico literário estrito, ou seja, o âmbito do texto, há um razoável círculo de intérpretes que tratam de objetos situados fora da referida tradição nacional. À título ilustrativo da visada internacionalista da sociologia da literatura que reitera o leito da civilização ocidental ou o coloca entre parênteses, por evocar outros marcos de referência cultural e civilizatória, assinalamos os três seguintes conjuntos de artigos. No primeiro agrupamento estão aqueles ocupados com obras referidas ao contexto literário europeu. O trabalho assinado por Dolf Oehler (2011), com sua leitura de *Austerlitz*, de W. G. Sebald. Também, o de Luís Felipe Sobral (2018) que examina a noção de “exotismo” em Auerbach, justamente, a partir da ideia de Europa/não Europa desenvolvida pelo crítico alemão. Finalmente, o de Modesto Carone (2008) concentrado no realismo de Franz Kafka. O segundo marco abrange as tensões triangulares do cânone literário, colonialismo eurocêntrico e a condição subalterna nacional envolvendo literatura e o espaço latino-americano. Ao fazerem parte do mesmo projeto de pesquisa, dois títulos são representativos: de um lado, estão Jackson & Blanco (2018) com a avaliação das trajetórias de três importantes críticos latino-americanos; de outro, a análise de Sergio Miceli (2013) das trajetórias biográfico-literárias de Alfonsina Storni (1892-1938) e Horacio Quiroga (1878-1937). Uma terceira via instaura um ponto de fuga em relação à sombra europeia. A partir do imaginário pós-colonialista, a já citada Eliane Veras Soares (2011) persegue as pegadas do que seriam as estruturas de sentimento no fluxo África-Brasil. A mesma autora, com Aline Adelaide Alves (2015), imerge na literatura moçambicana em busca dos tempos/escombros dos mútuos envolvimento do comunitário, colonial e nacional.

Até agora prevaleceu nesta amostra da chave crítico-operacional artigos em que a tônica metodológica é posta na análise centrada nas obras e nos autores e/ou no contexto literário. A consulta dos artigos levantados evidenciou, entretanto, algumas dissonâncias frente à ênfase analítica depositada na pesquisa estritamente desses tópicos, nos empreendimentos sociológicos voltados à literatura. Exemplar a respeito é a opção feita por Clovis Britto (2016) sobre a produção da crença na obra da escritora goiana Cora Coralina. O autor desloca a investigação com o objetivo de visualizar algumas facetas do encontro entre economia e cultura. Sua abordagem confere destaque à “operacionalização de uma política da memória e a fabricação e perpetuação da crença em determinados bens culturais”, especialmente nos acervos literários. Seu intuito é compreender de que modo o “campo literário absorveu as mudanças provocadas pela chamada sociedade dos consumidores”, e como essas mudanças trazem implicações sobre a “figura da autora, suas obras e o modo como a crença na assinatura confere legitimidade aos herdeiros se expandindo para o acervo literário (entendido como herança material e

simbólica) ”.

A ampliação do entendimento da sociologia da literatura é particularmente emblematizada com a inserção do tema dos impressos no delineamento de um objeto – como dito acima –, cuja tendência é mantê-lo restrito aos textos e a seus(as) autores(as). O trajeto de escritos da já assinalada Andréa Borges Leão é ilustrativo. Escudada na maneira como Roger Chartier (1990) – já respaldado em Elias e Bourdieu – e Jean-Yves Mollier (2008) têm redefinido a história cultural do texto, pela ênfase nos percursos de leitores e leitoras, a autora atém-se ao livro como uma figuração de interdependências sociotécnicas portando condicionantes, mas igualmente intervenções criativas. Desse modo, à triangulação leitor-autor-formas de escrituras é introduzida a abertura para aceder à pesquisa e ao estudo de processos culturais que contenham não apenas os trânsitos intercontinentais, mas sobretudo como esses tráfegos coagulam-se em novas sensibilidades, novos formatos expressivos e, certamente, em outros dispositivos que tanto restringem quanto positivam a simbolização humana.

Assinado pela parceria de Andréa Borges Leão com Edson Farias (2016), “O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas” sintetiza esse protocolo de pesquisa em sociologia da cultura centrado na circulação do conhecimento e da cultura (Farias, 2016). A linha condutora do argumento no ensaio é a do gênero literário das fábulas de costumes, para retomar e situar a história dos impressos, no século XIX. Gênero de grande sucesso de público e vendas com a qual casas editoriais parisienses fizeram fortunas e glória de nomes como o de Balzac. O autor e a autora explicam que, com escritórios e representantes de vendas em países das Américas, valendo-se do prestígio da língua francesa no mercado linguístico do mundo euro-imperial, as casas editoriais contribuíram na consolidação de rotas transatlânticas de trocas mercantis de bens simbólicos. No mesmo diapasão, elas estiveram no núcleo da comutação de recursos humanos, ideacionais, simbólicos, tecnológicos e financeiros que, reunidos, concretizaram outros modos e meios expressivos, padrões de subjetivação e regimes de autoria, mas igualmente contradições e conflitos socioculturais. Leão e Farias tomam como exemplar dessa reunião, mas voltado para o público juvenil, a fábula *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines* que foi editada em 1840, por Pierre-Jules Hetzel. Entre os capítulos desta obra consta “Topaze, peintre de portraits”, escrito por Louis Viardot. O texto relata as peripécias do macaco sul-americano Topaze, escravizado ainda no seu território originário. Assim, da Amazônia, ele é levado para as terras francesas onde sofre as injunções depreciativas do modelo de darwinismo social, experienciando as consequências da racialização e do aculturamento. Sob efeito dessa conversão violenta da economia emocional, a princípio, ele tenta sem êxito o ofício artístico de pintor. Resta-lhe, com o malogro, a atividade

de fotógrafo, tão desprestigiada então pelos cânones humanistas das belas artes. Faz o caminho de volta pela mesma rota transatlântica. Agora, no entanto, performa um ilustrado viajante francês, dono operador da máquina de duplicação técnica da imagem. No limite, a proposta do ensaio é tomar as aventuras e desventuras de Topaze à luz da dinâmica histórica na qual se tece a ambiguidade estrutural das figurações sócio-históricas do popular. A dinâmica em pauta compreende os movimentos próprios às circulações culturais e do conhecimento que prosseguem interpenetrações civilizatórias ensejadas pela expansão imperialista europeia ocidental. O cenário sócio-histórico instaurado seria aquele onde se fazem conflitantemente recíprocas as mazelas da subalternidade referidas ao racismo com a ilegitimidade atribuída às justificativas artísticas e às reivindicações de autoria. Isto quando uma e outra se articulam à alegação de serem heterônomos os posicionamentos dos ofícios que contracenam no delineamento de estéticas populares. Heterônomas porque obedeceriam a interesses que contradiriam a prerrogativa do desinteresse artístico próprio à pretensão de validade universal da autonomia das artes segundo os pilares axiomáticos da modernidade europeia (Habermas, 2000). Estéticas nas quais o valor conferido ao inautêntico enlaçado às maquinações sociotécnicas, a um só tempo, desafia as divisões civilizadas e instituem imagens mundiais dos “bárbaros modernos”, mais tarde, no século XX, recuperadas pelas ondas de experimentos das vanguardas artísticas e científicas modernistas³.

Uma das chaves de interpretação das pesquisas contemporâneas em sociologia da literatura tem sido a abordagem do fenômeno da circulação da cultura, do ponto de vista das variadas escalas de produção de bens simbólicos que portam textos de ficção. O exame dos processos de publicação de livros em variadas formas, do impresso ao digital, desde as tomadas de decisão do que merece ou não ser publicado até o repertório de títulos e os princípios de organização dos catálogos editoriais, passando pela análise das funções sociais de indivíduos em interdependência, tem iluminado novas vias de compreensão do literário. Parte desses estudos orienta-se pelo entendimento da circu-

3 Semelhante problemática é enfrentada pelos autores no artigo “Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos” (Leão e Farias, 2020, p. 123-148). Com atenção nas condições de circulação e recepção transnacionais das obras como fator de diferenciação nas carreiras literárias de escritores/as posicionados/as nas franjas das hierarquias de legitimidade da produção simbólica nacional, o texto aborda os modos como as traduções podem se converter em recursos com efeitos no reconhecimento e consagração de nomes, carreiras e títulos. Toma-se por objeto o trajeto o escritor José Mauro de Vasconcelos para lidar com a problemática da recepção transnacional da produção brasileira, sobretudo a ampla tradutibilidade dos seus livros para diferentes idiomas, tornando-os parte do acervo do internacional popular, em que a intensa comodificação se define um fator de concessão de prestígio. De especial relevo, no artigo, é o fato da obra deste autor se realizar, desde 1950, nas intercessões entre a literatura e o audiovisual. Nesta tocada, a análise e interpretação se inclinam sobre temas como: a confluência e a transferência entre cânones nacionais; a aproximação entre escalas de observação dos regimes de autoria; ainda a vinculação da circulação da literatura popular sentimental para além do que seriam suas fronteiras simbólicas.

lação da cultura e do conhecimento na sociologia contemporânea (Bourdieu, 2002; Sapiro, 2013; Farias, 2016; Levin e Poncioni, 2018; Mollier e Abreu, 2018; Mollier, 2019). O quadro teórico de base ajuda a compreender a formação de espaços transnacionais assimétricos, onde as trocas e apropriações permitem ficcionalizar as diferenças e descortinar os modos de dominação entre projetos nacionais. O conceito de circulação enfatiza a ideia de movimento e, portanto, ajuda a definir a literatura como um modo de produzir, mediar e transmitir informações e conhecimentos, o que implica “pensar mais em termos de conexão do que de dependência cultural, mais em termos de apropriação do que de influência” (Abreu e Mollier, 2018, p. 13). Um recorte que se impõem ao objeto literário construído na circulação cultural tem sido o estudo da importação, tradução, exportação e mobilidade do objeto livro. A sociologia da literatura desloca-se, assim, além dos princípios metodológicos da nação literária, assumindo perspectivas transnacionais e, sobretudo, avançando nas suas linhas de interpretação. Ilustrativa é a ampliação do enfoque centrado no conteúdo do texto de ficção enquanto entidade autorreferida e desprovida de historicidade, rumo a uma sociologia da cultura escrita. O princípio analítico que toma as variações do texto como parte da mobilidade da obra de um autor ilumina a recepção do leitor na construção do sentido (Chartier, 2022). Os diversos sentidos das práticas de tradução entre línguas nacionais centrais e periféricas e vice-versa, no espaço mundializado, expressam igualmente as construções da significação de uma obra. Toda simbolização torna-se um desafio da mobilidade. Por mais canônico que seja um gênero na classificação do sistema literário, como o romance nacional, um texto pode assumir sentidos imprevistos e não visados originalmente pelo seu autor, desafiando as variações de hierarquia social e escolarização dos leitores. Importa considerar a pluralidade das interpretações e dos usos em diferentes conexões de temporalidades e espaços.

A sociologia dos impressos e da cultura escrita, desse modo, vincula a categoria de representação do mundo social, os sistemas de valores e crenças, aos modos de produção dos textos e à difusão e apropriação dos objetos culturais. Essa abordagem privilegia, na análise do trabalho de construção dos significados das obras, o estudo dos processos a partir dos quais os textos conhecem sua publicidade. Considerar a historicidade das práticas a uma só tempo econômicas e simbólicas é da maior importância para a justa compreensão da formação do sistema literário. As dinâmicas de interdependência entre os produtores – autores, empresários da edição, mediadores, intermediários comerciais e leitores – ainda que tensas, estão na base dos processos de construção dos significados nas obras literárias. Desse modo, as relações de antecendência ou consequência entre literatura e sociedade, bem como as falsas dicotomias entre condicionantes externos e internos aos textos vão perdendo força e rendimento analítico. Isto torna-se

ainda mais interessante quando envolve as trocas internacionais (Leão, 2012). As coleções de livros ou os livros individuais, por exemplo, supõem modos de apropriação que, por sua vez, são relativos às comunidades de interpretação. Essas comunidades distinguem-se, entre outras propriedades, por certas sensibilidades e categorias de percepção do mundo social. Trata-se do estabelecimento de uma relação entre os profissionais do livro e o leitor, que firma um pacto de credibilidade e confiança mútua intermediado por modos de percepção e pela compra e leitura do livro. Quando as representações simbólicas se ligam a objetos, elas funcionam como meios de orientação simultaneamente para os que as produzem, mediam e as internalizam na experiência individual ou coletiva da leitura.

A mobilização de teorias relacionais que permitam pensar as mudanças traduz outros deslocamentos nas linhas de interpretação da literatura. Para reforçar o argumento de que todo texto, impresso ou digital, está inscrito em um processo de desenvolvimento social e cognitivo estruturado e direcionado no longo prazo, a teoria do conhecimento de Norbert Elias oferece os pontos de referência cruciais. Ou melhor, os fundos de representações simbólicas com os quais as sociedades “estão equipadas por várias gerações e que, ao menos uma parte, ficam à disposição dos membros por um tempo” (Elias, 2016, p. 222). Estes fundos de representações simbólicas cumprem funções sociais interdependentes e estão na base dos processos de simbolização. Os domínios de problemáticas também se entrelaçam. Os textos de ficção refletem processos sociais de aquisição, transição e recepção de fundos de saberes a um só tempo conservados e modificados nas passagens do tempo. Em sua teoria explicativa dos processos de mudança, Elias confere centralidade aos pronomes pessoais como símbolos de imagens e autoimagens que internalizamos como autoconsciência (Leão e Landini, 2022). É o processo de simbolização que vai mediar as construções das noções de “eu”, “nós” e “eles”.

A nosso ver, esses deslocamentos da perspectiva sociológica analítica, em favor da admissão como partes do estofo literário das próprias estruturas e dinâmicas editoriais e suas repercussões nas fórmulas de acesso aos bens culturais e na psicogênese de leitores e autores/as, são emblemáticos de alterações nos padrões das linhas de condutas e das recursividades institucionais do espaço social da literatura. Se, de um lado, ganha relevo a natureza sociotécnica dessa produção cultural, a um só tempo, as mesmas transformações requisitam para o seu entendimento o exame das pressões e desdobramentos não previstos no encadeamento composto por autores, editores, empresários editoriais, revisores, diagramadores, gráficas, *designer*, divulgadores, publicitários, livreiros, críticos e usuários. De outro, a desnaturalização do nexo entre texto e seus suportes (à maneira da mídia livro) deixa em aberto à pesquisa a pluralidade das fontes de concepção e produção textual, com isso, pressionando as certezas fundadas

no estatuto dos regimes autorais tendo por centro a assinatura individual. Esse amplo redimensionamento da empiricidade do literário tem sido particularmente fomentado pela transnacionalização contínua, embora em patamares de complexidade distintos, do capitalismo editorial. Em tempos mais recentes, essa dinâmica histórica faz dueto com a expansão planetária das grandes redes varejistas. Estas, por sua vez, estabeleceram níveis inéditos de concentração dos meios de curadoria e circulação/divulgação de bens editoriais (Farias, 2019).

A paisagem atual da indústria editorial se articula, por sua vez, à emergência de modos de simbolização e de circulação dos conhecimentos e das culturas sobremaneira compatibilizados à centralidade da tela na experiência psíquico-sensorial contemporânea, mediante as ecologias sociotécnicas informacionais, com efeitos na redefinição das instâncias de legitimação/visibilidade da produção de bens culturais, igualmente na multiplicação dos perfis dos agentes implicados nessas funções intelectuais. É incontornável considerar a extensão da ficção para gêneros seriados na TVs e o filme de longa duração – um e outro formato expressivo cada vez mais alocados nos circuitos do *streaming* e nas plataformas de vídeos na internet (à exemplo do YouTube). Ao que parece, a conversão do fazer literário em conteúdo simbólico digitalizado, assim naturalizado como insumo de acesso público, pressiona o coligir de habilidades, prestígio e fontes de financiamento em um outro arranjo de mútuas implicações. Estabilizados como determinações contemporâneas à probabilidade de que o agir e o bem reconhecidos no *status* de literários tenham repercussão nas circunstâncias do seu acontecer, os aspectos aqui sumariamente expostos se impõem como recursos estruturantes à efetivação da funcionalidade designativa da forma literária de propor e descrever mundos possíveis, mediante a comutação de signos, ideias, sentimentos. Quando nos referimos a “mundos possíveis”, fazemos uso seletivo do que Nelson Goodman (2006; 1995; 1997; 1998) focaliza na sua teoria dos símbolos acerca da construção de versões de mundo por intermédio das artes. Mundos erguidos sobre circunstâncias pelo cruzamento, tantas vezes tensos, de agenciamentos criativos da produção e recepção, igualmente das mediações sociotécnicas, ainda das coalescências e disputas entre diferentes códigos que modalizam linguagens e registros institucionais.

A noção de regime das artes desempenha uma função ambígua no esquema de pensamento de Rancière: porque, embora não descarte a ideia de determinação histórica, a noção avança para bem além de um demarcador de periodicidades em um encaideamento histórico-social dos modos de sensibilidades. Ela diz respeito a certa modalização do que o autor denomina de “partilha da sensível”, que corresponde à tentativa de taquigrafar conceitualmente fenômenos de rupturas epistêmicas. De acordo com

essa perspectiva, a literatura resulta do advento da “idade estética” e se realiza na passagem da representação à expressão; deixa para trás a característica de “modos de fazer” para se fixar como algo autorizado pela sua capacidade de conferir linguagem a toda e qualquer coisa sensível. Desprovida do modo estrito de estabelecer a regulação do nexo entre as formas com as condições de partilha da realidade, tal como fora existente no que ele chama de “regime de representação”, a seu ver, a literatura consiste num lugar permanente de confronto. No regime estético, ainda segundo o argumento do autor, deslocada, a fala (ou seja, a ação) é submetida ao silêncio sacral da escrita. Porque não mais se subordina ao que não lhe é próprio, o literário designa a ordem dos fatos por meio da ordenação ficcional (da fábula). As coisas sensíveis são, enfim, internalizadas no sistema literário na medida em que integram os “modos de ser perceptíveis” (Rancière, 2004, p. 20-21).

Diante do quadro acima esboçado, dos remanejamentos nos condicionantes das formas, dos fazeres, dos usos e dos entendimentos sobre o literário, talvez, possamos sugerir – com Rancière – uma ruptura epistêmica na moldura da literatura que, a um só tempo, permite concluir sobre a seguinte dupla vigência. A permanência, sim, de características inerentes ao regime estético das artes, em que prevalece as operações de um sistema de descrição/apresentação de mundos assentado na justificativa da sua autorreferência quanto à dotação de percepção das coisas sensíveis. No reverso, paralelamente, sobressaem contornos de uma complexidade intersistêmica, fazendo cruzar literatura e sistemas sociotécnicos audiovisuais, cujas interdependências estabelecidas deixam entrever pressões sobre a estabilidade da escrita, em favor de outros dispositivos de simbolização concentrados no binômio olhar-audição. Herdada do regime estético das artes, a estetização parece tomar rumos outros na sua funcionalidade de estender a percepção ao sensível.

Poderíamos supor essa ruptura epistêmica na relação da sociologia com a literatura?

Digressão final: o discurso sociológico na naturalização de uma sociocultura

Em relação ao que chamamos acima de agenda teórico-programática, à luz do universo de artigos pesquisados, pode-se atribuir a sete textos uma abordagem primordialmente atenta à reflexão sobre as propriedades da literatura e da sociologia como saberes específicos, para isso discutindo as possibilidades e limites na aproximação entre ambas.

Posta na apresentação do dossiê *Literatura e conhecimento sociológico*, a inter-

venção de Ana Lúcia Teixeira (2018) é particularmente sintética dos critérios com primazia nos rumos do trabalho intelectual nesse subcampo das ciências sociais. Publicado na revista *Sociologias*, o texto faz um balanço sugestivo da sociologia da literatura em âmbito internacional, com vistas a jogar luz sobre a produção acadêmica da área a partir de uma síntese dos conflitos e indecisões que permearam e permeiam sua institucionalização – isto ao ter que equacionar a relação entre as dimensões estética e científica no escopo analítico. Por um lado, em diálogo com Wolf Lepenies (1996), a autora observa que certa “insubmissão” do fazer literário aos cânones sociológicos esteve aliada ao fato de que literatura e sociologia se colocaram em disputa pela legitimidade de interpelar o social. No diálogo com Sevannen (2018, p. 48-85), Teixeira sublinha o *status* de saber diferenciado próprio ao literário. Por outro lado, a pulverização teórica e metodológica da análise orientada à literatura, espalhando-se por diferentes disciplinas e saberes, teria dificultado a unidade epistemológica da sociologia da literatura. Em outro artigo, também de 2018, a mesma autora, junto a Andréa Borges Leão e Paulo Cesar Alves, empreende nova tentativa de balanço histórico da área, sem abrir mão das especificidades dos saberes literário e sociológico, mas chamando atenção à crescente produção bibliográfica em torno de um e outro – produção na qual se identificam três tendências principais: a “estética sociológica”, a “crítica literária” e a “pesquisa histórica”. Outro esforço empreendido pelo mesmo trio de autores está em aquilatar de que modo as “reviravoltas teóricas” nos fins do século XX, que culminaram nas chamadas “novas sociologias”, trouxeram implicações à constituição da literatura como área de pesquisa sociológica (Alves, Leão & Teixeira, 2018).

Aliás, igual compromisso com a discussão de natureza epistemológica resulta do artigo de Jacques Leenhardt (2018), em contribuição ao mesmo dossiê da revista *Sociologias*. O autor estabelece que, por razões metodológicas, a sociologia buscou investigar o objeto da literatura “por meio de seu entorno: público, crítica, política editorial, leitura”. No artigo, ele deseja analisar as razões históricas e epistemológicas para essa estratégia, além de argumentar no sentido de que a sociologia deveria dar um passo a mais, ao atentar também “aos processos simbólicos” da experiência literária. Em sentido similar, Eliane Veras Soares (2014) busca conceder à literatura o *status* de “uma epistemologia válida para a compreensão das dinâmicas sociais”, para além do modo pelo qual a sociologia da literatura comumente a toma. A seu ver, o exercício sociológico tende a buscar a dimensão social do fazer literário em sua expressão “exagerada” e “distorcida” da realidade.

No escopo dessa produção teórico-programática, não é incomum evocar dois baluartes recursivos à subárea da sociologia da cultura, Pierre Bourdieu e Raymond Williams. Ambos são aproximados, sem desconsiderar suas respectivas orientações me-

todológicas, para as fronteiras e traduções entre o real sócio-histórico e o literário. Debatendo, de um lado, a díade *campo* e *habitus* bourdieusiana e de outro lado a noção de *estrutura de sentimentos* em Williams, Rosano Freire (2015) busca averiguar de que modos esses autores empreendem a análise do objeto artístico, mesmo se há “lugar” para tais objetos em seus empreendimentos intelectuais. Freire (2015) conclui que, para Bourdieu, a principal tarefa do pesquisador é “revelar o ‘social-histórico’ que a ‘aura’ dos campos de produção cultural camufla” (Freire, 2015, p.88) e, portanto, não o objeto artístico em si. No instante em que sublinha a advertência de Williams – “certas formas de relação social estão profundamente enraizadas em certas formas de arte” –, entende Freire que, para o pensador britânico, cabe precipuamente ao analista, “através do objeto artístico”, dar conta do processo social – sem com isto, no entanto, subsumir o objeto literário ao privilegiar dimensões como determinantes em detrimento de outras. A tarefa da análise estaria em identificar as mediações entre os tantos planos que, entretidos, definem uma totalidade sócio-histórica.

André Botelho e Maurício Hoelz (2016) são mais incisivos quanto às dificuldades do ajuste entre análise sociológica e construção literária. Ambos ponderam que, muito embora a sociologia da literatura venha progressivamente “conhecendo maior pluralização de perspectivas que tornam a compreensão da literatura mais matizada em relação à ideia de ‘reflexo’”, marca principal de sua tradição, literatura e sociedade ainda são concebidas, no geral, como sendo externas uma à outra. Para modificar esse estado de coisas estabelecido pela tradição, os autores propõem que se parta das perspectivas teóricas de Anthony Giddens e Niklas Luhmann, em específico de suas distintas ideias de reflexividade, para renovar a agenda da sociologia da literatura. Nesse sentido, justifica-se o posicionamento de Lília Schwarcz e do mesmo André Botelho (2008) em relação à contribuição de Roberto Schwarz à análise sociológica da literatura. Por ocasião da apresentação da entrevista com o próprio Schwarz, realizada durante a comemoração dos 30 anos da primeira edição de *Ao vencedor as batatas* (1977), marco na sociologia da literatura brasileira, ambos os autores intentam recuperar a relevância do que qualificam como “um dos programas reconhecidamente mais consistentes, embora controverso, de análise da articulação sociológica entre forma literária e processo social no Brasil” – programa esse também reconhecidamente o principal continuador da rica abordagem de Antônio Candido, que visa estabelecer um diálogo entre crítica literária e sociologia (Schwarz, 1977, p.147). Para Schwarz e Botelho (2008, p.147-148):

Além de uma abordagem inovadora sobre a configuração social que a particular resolução formal do realismo no Brasil revela, o programa crítico-sociológico de Schwarz perscruta as implicações estéticas e ideológicas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, bem como a ambivalência ideológico-moral entre ideário burguês e paternalismo inscrita na conduta dos grupos sociais engendrados na experiência brasileira daquele pro-

cesso, e cujos efeitos atingem inclusive o desenho das instituições. A cópia de modelos exteriores passa a ser questão inevitável, sendo ela mesma o que de mais interessante existe. Por outro lado, a existência da escravidão significaria um elemento fundamental a complicar a tradução das idéias liberais no país. Além disso, mais do que entender “traduções” era preciso pensar em “deslocamentos” e na viagem das idéias – no quiproquó das idéias como diz Schwarz – que a aplicação desses conceitos, em regiões periféricas, acabava por provocar. Por esses e outros argumentos, a obra ganhou alcance e relevância que vão muito além das fronteiras disciplinares da crítica literária considerada em sua acepção especializada.

No balanço das argumentações desenvolvidas nos textos aqui comentados, sobressai como o encontro da sociologia com a literatura pode resultar no alargamento do olhar científico sobre a sociedade. Vimos que, ao mesmo tempo, para muitos entre as/os intérpretes, o encontro viceja conflitos em torno dos limites epistêmicos entre um e outro fazer. Sobressai, em especial, o temor de um certo eclipsamento, mesmo a submissão do literário às coordenadas da objetivação sociológica. Entendemos estar em pauta nessas reflexões os desafios de lidar com o atravessamento mútuo entre dois sistemas de significação, suscitando indagações e dúvidas sobre os efeitos da designação de um sobre o outro. De um lado, os textos sublinham as dificuldades geradas por uma concepção restritiva de social que apreende e descreve o literário como espécie de parte do entorno da sociedade ou, quando muito, um artefato apto a representar o que seria esse outro ente, de natureza coletiva. Desta perspectiva, mesmo quando encarada à maneira de um “reflexo”, que duplica por meio da mimese a realidade sócio-histórica, a literatura tanto se mantém exógena quanto diz respeito a algo submisso ao referente social. Por outro lado, na mesma toada, impõe-se um silêncio sobre a natureza textual do conhecimento sociológico e como esta natureza envolve ingredientes imaginários, retórico-persuasivos, mesmo ficcionais na montagem da encenação realística própria ao modo de apresentação sociológica do que é descrito e classificado como real-referente.

Considerando o período estendido entre as últimas décadas do século XX e o início do atual, é inegável a relevância adquirida tanto pela dimensão das linguagens como da comunicação no âmbito da epistemologia das ciências sociais, no mesmo andamento da desconstrução das filosofias da consciência. O dublê de sociólogo e epistemólogo Jeffrey Alexander foi sensível na proposta de um novo movimento teórico em sociologia. A seu ver, a questão em torno da verdade proporcionada pelas ciências humanas se estenderia para além do empírico, incidindo sobre os tantos planos que a compreende. Deste modo, ele afirma que, a sociologia se define tanto como um “campo discursivo” quanto pela busca de um consenso racionalmente fundado. A respeito do primeiro aspecto, o autor recorre à assertiva de Michel Foucault (2000; 2000a), segundo a qual a natureza discursiva das práticas intelectuais, científicas e políticas está na contrapartida de essas mesmas práticas serem elementos ativos no sentido de mascaramento das suas

contingências empíricas, para isto lançando mão do apelo metafísico, ainda que de fato estejam modeladas por e em uma historicidade. Ao mesmo tempo, Alexander assinala não deterem as ciências sociais, enquanto discursos, o mesmo grau de homogeneidade evocado por Foucault. Ele atribui tal característica ao fato de serem as ciências sociais discursos à procura da verdade, levando ao constante ingresso em um estágio reflexivo “sobre como a verdade pode ser alcançada e o que vem ser essa verdade” (Alexander, 1999, p.39). Neste instante, ele resgata a proposição habermasiana da racionalidade comunicativa (Habermas, 1999; 1988), pois os discursos científicos das ciências sociais estariam perpassados pela sistemática tentativa de “identificar tipos de argumentação e critérios capazes de obter uma justificação convincente”, apontando ao reconhecimento de que os “empreendimentos racionais e o reconhecimento de argumentos supra-empíricos podem ser combinados.” (Alexander, 1999, p. 39). Enfim, para Alexander, os alvos permanentes do crivo da comunidade científica sociológica são os critérios de avaliação da verdade, envolvendo os distintos domínios não-empíricos. Algo assim impediria a apreensão empiricista e acumulativa, por envolver um acordo argumentativo cuja construção requer pôr em relevo e discussão os fundamentos mesmo da sociologia como discurso científico. Isto é, exige a contínua reflexividade comunicativamente realizada acerca da convergência entre enunciados cuja autoridade advém da crença na sua condição de apresentar e representar uma estrutura, uma constante essencial irreduzível à volúvel pluralidade da empiricidade, enfim, de fazer aparecer a verdade.

A adoção dessa modelagem semiótica na sociologia leva Alexander (2000) resgatar e reescalonar a herança de uma “sociologia religiosa” que Durkheim (1989) teria deixado em germe nas páginas de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*⁴. O autor estadunidense se aplica ao projeto de desenvolver a sociologia cultural, considerando para isso o postulado funcionalista de que é imprescindível a todo subsistema especializado sociológico uma dimensão cultural com a finalidade de que os âmbitos da ação

4 À luz da oposição “primitivo” (“elementar”) e “civilizado”, no texto, que ocupa lugar-chave em consonância com a lógica disjuntiva intrínseca ao esquema analítico do durkheimiano, o qual está direcionado ao objetivo de elucidar o impacto do fenômeno religioso nas formas do entendimento humano e com isto, propor uma alternativa sociológica ao estudo do conhecimento, já que a ciência e a filosofia teriam por origem as religiões. Seriam estas os esteios que forneceram as categorias, ou seja, as noções essenciais que dominam a vida intelectual, por corresponderem a propriedades universais das coisas. Deste modo, como faz questão de afirmar, a conclusão do livro é a de que a “religião é coisa eminentemente social.” Isto é, “as representações religiosas são representações coletivas que exprimem as realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que surgem unicamente do seio dos grupos reunidos e que se destinam suscitar, manter, ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: também elas seriam coisas sociais, produtos do pensamento coletivo.” (Durkheim, 1989, p.38). Teríamos, na acepção de Durkheim, uma dupla imposição cognoscitivo-moral da sociedade. A opinião atuaria no campo público, julgando nossos atos. No anverso, no interior mental, a razão, enquanto ponto de contato de entendimento e comunicação universal, exerceria sua autoridade ao imolar o pensamento e informar as condutas, por uma necessidade moral implicada a determinado tempo e lugar.

e os âmbitos institucionais não fiquem a descoberto, justamente, da compreensão dos significados que os tornam específicos e aptos à comunicação (Alexander, 2000, p.31). Deste modo, sublinha como tarefa de todo sociólogo cultural descortinar pelo empenho interpretativo quais são os códigos que classificam situações e as narrativas que articulam e informam os eventos como textos expressivos de significados e emoções. Para, em seguida, observa o autor, retornar ao contexto e apreender as interinfluências com os planos institucionais e da ação orientada. Ou, então, relacioná-los às conduções reflexivas. De acordo com essa agenda, a cultura não é algo a ser explicado, mas sim o que lastreia a possibilidade mesma da atividade compreensiva e hermenêutica por parte do analista, pois fornece os subsídios estruturais à solidariedade social (Alexander, 2000, p. 50).

São inegáveis os méritos desta proposta, sobretudo, porque na recusa à negligência da dimensão simbólico-comunicativa do social, o autor concede ênfase à subjetividade, nos marcos funcionalistas, por priorizar a componente hermenêutica do social⁵

- 5 Muito embora façamos uma opção por uma perspectiva que prioriza o plano sistêmico, sem dúvida, a versão de social, ampliada com a ingerência da matriz do raciocínio hermenêutico nas ciências sociais (Bauman, 2022), compõe o fundo da argumentação que segue neste item do artigo. Incontornáveis, as consequências deixadas na história do pensamento social por todo esforço de Dilthey (1968) para fazer a “crítica da razão histórica”. O seu projeto de ciências do espírito se calca na prerrogativa da unidade, à qual estaria garantida pela permanência da noção de sentido. E a “vida”, para ele, implica no fator capacitado a agregar os tantos eventos detonados na experiência histórica da humanidade. Em vista de que a vida é a conformação das convivências constitutivas destas experiências e a vivência jamais pode ser apreendida isolada, menos ainda indiferenciada, seu caráter é de essência intersubjetiva, nos vínculos travados entre os sujeitos. Dois eixos então, ao cruzarem-se, definem a vivência. O horizontal – a intersubjetividade em um instante precisado por um espaço delimitado. E o vertical, conformado na memória, acompanhando o conjunto da biografia de um sujeito. Mas, sempre considerando que tal biografia é sempre uma densa rede intersubjetiva. Compreender é, portanto, apreender as formações de ambos os eixos significativos. Uma primeira impressão é de que apenas no final deste conjunto de vivências poder-se-ia abranger o sentido que dá unidade a uma biografia. Se a história é o processo de formação significativa das vivências, apenas na interpretação o conhecimento se faz possível. Logo, a história é o elemento-chave no “mundo do espírito”. É a história que deve ser penetrada considerando a vivência, a expressão desta vivência nas obras humanas e a compreensão das expressões. A penetração não corresponde à mera observação, o olhar interpretativo não fixa conceitualmente o dado flutuante das vivências, mas os recria, pois que a compreensão participa do fluxo criativo da vida. E compreensão se faz a partir dos sinais externos cujos rastros levam até o âmago das intenções dos seus produtores. O conjunto dos sinais e as partes que o conformam são igualmente significativos e, assim, se fazem comunicantes. Ainda que a “ciência objetiva da subjetividade” proposta na sociologia compreensiva weberiana retenha aspectos importantes da concepção hermenêutica de Dilthey, há mais diferenças que afinidades entre os esquemas analíticos de ambos (Cohn, 1979). Seja o mundo da teoria ou aquele da prática, ambos, estão calcados – para Weber (1992) – no fato de que os valores se definem como “imaginação de uma validade que se torna motivo de uma ação”. E nos valores coincidem, nas reivindicações que implicam, “normas de validade” e “pretensões de validade” estão marcadas pelo entrosamento da teoria da ação com a teoria do conhecimento da consciência. Posto desta maneira, perde sentido heurístico a proposta de uma ordem imanente ao mundo, ou melhor, o mundo no sentido grego de um cosmo que nos confere segurança ontológica. A problemática das ciências histórico-culturais inicia aí, ou seja, na percepção de que, para os humanos, a vida consiste em uma permanente tomada de posição em relação a valores. E o campo de verificação empírica das ciências culturais é aquele do conhecimento das conexões de

quando dá atenção para as emoções e elaborações dos agentes, lembrando estarem as duas últimas ausentes em função da tônica cognoscitivista seja no modelo sistêmico-estrutural parsoniano (1966), seja do estruturalismo de Lévi-Strauss (1975), também na teoria luhmmaniana dos sistemas sociais autopoéticos (Luhmann, 2010). Alexander, entretanto, deixa de apontar como ocorrem as correlações de códigos com narrativas no âmbito das práticas, em que os corpos compõem teias no desempenho de designações, na mesma medida em que se individualizam em gestos, falas, pausas e movimentos. Algo assim se ocorre porque o seu esquema de pensamento é negligente quanto à historicidade dos símbolos e dos processos de simbolização e institucionalização de domínios de manipulação de bens simbólicos e das instâncias de aprendizagem. Desponta com isso a falta de uma teoria da incorporação com a finalidade de desvelar os envoltórios mútuos dos usos e da situacionalização dos códigos com as narrativas e gêneros culturais nos corpos que se integram nas interdependências sociotécnicas. Permanece anódino, desta maneira, o caminho que coliga as economias psíquicas com as linhas de forças institucionais e os processos macrosociais, por intermédio dos bens culturais.

Da perspectiva psicogenética, para o delineamento das funções neurocerebrais do indivíduo, nos planos filo e ontogenético da espécie humana, estão inseridos processos nos quais a díade aprendizados e sistemas de sinais significativos desempenha crucial papel nos fluxos de repasses intergeracionais dos saberes. Vale observar que tal díade subsidia a construção das formas cognitivas por parte dos indivíduos biológicos da espécie, na medida em que estes nascem culturalmente zerados, ainda que se inscrevam em tramados sócio-humanos (Dux, 2012, p.55-72). Deste modo, por estarem processualmente interdependentes, formas mentais e socioculturais se entrosam na construção humana da realidade, assim estabelecendo cumplicidade insuspeita entre historicidade e sentidos de naturalidade; inércia sócio-histórica e criação.

Entabulamos aqui, nesta altura da argumentação, um diálogo com a teoria da individualização correlata ao modelo de dinâmica histórica sociocivilizatória, do já men-

sentido (de valores), ou seja, a arena em que tomamos nossas decisões. Fica evidente que o mundo histórico, tal qual Weber o concebe, caracteriza-se, fundamentalmente, pelo conflito de valores. Portanto, nos rastros de Kant, há a cisão abismal entre a estrutura da alma e a estrutura das coisas. A modernidade, enquanto condição histórica à experiência humana e estilo de vida dos quais seríamos contemporâneos, não mais comportaria um monoteísmo; diria respeito ao politeísmo desencantado, composto de tantos deuses despossuídos dos mantos místico-mágicos. Sem dúvida, o que mais aproxima Dilthey e Weber é o reconhecimento dos indivíduos como totalidades integradas por sentidos. Então, a concepção de social que deriva do que há de próximo nos dois pensadores parte da ilação de que, se cada indivíduo é uma particularidade radical e irreduzível entre si, levando-se em consideração as múltiplas infinitudes dos seus respectivos fluxos vivenciais, às ciências do espírito cabem estudar os indivíduos em sua dimensão interacional. Afinal, aí se aninha o plano histórico-social. No palco das intersubjetividades, os sujeitos plasmam suas reciprocidades em formas que expressam totalidades de sentido singulares e passíveis de compreensão.

cionado Norbert Elias. A individualização consiste, para o autor, no processo mesmo de diferenciação das funções psíquicas, isto é, funções de autorregulação em relação a outras pessoas, outros seres vivos e também às coisas:

O que chamamos “instintos” ou “inconsciente” constitui também uma forma específica de auto-regulação (*sic*) em relação a outras pessoas e coisas, apesar de ser uma forma que, dada a nítida diferenciação das funções psíquicas, já não controla diretamente o comportamento, mas o faz em de vários desvios. (Elias, 1994, p.37)

Resgatando a antiga concepção grega de “alma” (*psique*), Elias a define como a estrutura formada pelo tramado de relações psíquicas, compondo valências mútuas. Estrutura caracterizada pela maleabilidade própria do elemento instintual humano, ou seja, presença tênue de predeterminação hereditária que, por sua vez, pode supor a moldagem sociogenética das funções psíquicas – em outras palavras, a tendência no complexo humano do controle psíquico sobre o organismo. Isto porque, entende Elias, esta transitividade em relação ao fator hereditário atrai o constrangimento da rede social. Conclui, então, estarem as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana em mútua complementaridade:

Uma vez que o controle relacional relativamente indiferenciado da criança recém-nascida só se torna diferenciado e regulado por meios humanos na relação com os outros seres humanos, o que emerge como “alma” do indivíduo adulto não é estranho à sociedade e asocial em si mesmo, mas algo que, já em sua própria base constitui função da unidade relacional de um poder superior a que chamamos “sociedade”. Toda maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou das associações a respeito das quais ele aprende a dizer “nós”. (Elias, 1994, p.37)

Elias observa que o relaxamento do aparelho reflexo que rege o comportamento humano é decorrência de um longo processo da história natural, na medida em que essa espécie instaura um cosmo singular no cosmo natural. Neste cosmo particular humano, o comportamento é dirigido por formas de relações e instituições interpessoais – relações sócio-históricas. Estas últimas são relativas a tensões decorrentes da instauração de monopólios de bens e valores. As tensões a que se refere geram impulsos de mudança e estão implicadas com fatores de curto prazo (prazer) ou egóico (de longo prazo). A complexificação das redes funcionais seria a geratriz dessas tensões e delas se oriundam pressões por mudanças de acordo com as interações reticulares. Logo as pressões são exercidas por pessoas vivas. De acordo ainda com o argumento eliasiano, o cosmo particular inerente às tramas funcionais sócio-humanas determina prioridades e, com isto, prescreve hierarquias. As leis, portanto, dizem respeito à decisão que mais importa e a importância (valor) é mensurada nas interrelações. Decorre o conceito de poder definido a partir da margem de decisão individual relativa a certas posições sociais.

O poder é, assim, a expressão que designa uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas. O poder, conclui-se, está na condição de definir formas específicas de superego e assim repercutir na moldagem de individualizações – deixando maior ou menor abertura para a autonomia e autorregulação.

Sempre tendo a sombra as descontinuidades entre episódios, durações históricas e mediações diversas, no modelo proposto por Elias, as correlações dos processos de modelagem das funções psíquicas com estruturas sociais, em dinâmicas históricas, estão sintetizadas no entendimento acerca da cumplicidade estabelecida entre categorias do pensamento e símbolos comunicativos, por meio da conversão de ambos em modalidades de orientação e regramento de condutas (Elias, 1994). Algo assim acentua a inexorabilidade da questão da cultura na composição das relações, processos e estruturas sócio-históricas. Quando se insere esta questão no âmbito específico de uma esfera, à luz da escala acentuada e larga de diferenciação social, no compasso da especialização da produção e dos intermediários, bem como das funções de recepção, obtém centralidade a trama de posições posicionadas em torno do domínio dos esquemas de significação legítimos. Ou seja, se a esfera diz respeito a determinada figura da teia de interdependências sociofuncionais e sociotécnicas na qual estão entremeadas designações e obtenção de consentimento para tais desígnios, o foco analítico recai nas conexões dos padrões de ego com a passagem das decisões para o *status* de comandos, afinal a pesquisa e reflexão sobre arranjos de poder toma por objeto de conhecimento os entremeados de formatos expressivos e autorias de bens simbólicos, mas também da múltipla presença de intermediários, ecologias sociotécnicas/tecnológicas, esquemas significacionais e modos de subjetivação. A ideia de poder se refere, em se tratando da esfera cultural, então, à possibilidade de conferir legitimidade a sentidos, igualmente aos modos de apresentá-los, enquanto pulsões psíquicas e objetividades de disposições corporais, em detrimentos de outros potenciais (Farias, 2017).

O tema da partilha do sensível abrange, nos processos de simbolização, as operações de recompor as matérias psíquicas e todas as demais materiais como sensibilidades afins. Mais que propor divisões e ligações, o desfecho dos empenhos de significação está em mostrar e realizar cortes e relações. Para além da concepção intelectualista de conceito e/ou de categoria, mesmo signo, importa os efeitos de distinção e as vinculações que esses dispositivos simbólico-comunicativos estabelecem como imediatos impulsivos, na forma de convicções entranhadas como certezas vitais, sentimentos que acionam humores corporais. No quadro histórico de funcionamento da esfera cultural, tais operações simbólicas compõem as lutas e coalescências indissociáveis das lacerações e contradições referentes às disputas pela posse de propriedades classificadas

como recursos raros. A partilha do sensível nesse estágio da simbolização manifesta, nas suas condições de possibilidade psíquicas, institucionais, também nos modos de fazer, dispor e acessar os bens culturais, as conversões das lutas e suas consequências em estoques de saberes (Bourdieu, 2001).

Frente aos efeitos das implicações dos medos e ameaças mútuas das pessoas sobre o pensamento e a ação, Norbert Elias rechaça a premissa de uma epistemologia cuja doutrina sobrevoa o fato das ciências não emergirem e se desenvolverem num vácuo⁶. A ausência de controle das bases de temores conduziria à conversão dos medos em propriedades dos modos de cognição, reflexão e sentido das condutas, o que teria por desfecho a reprodução dos mesmos fatores incontroláveis. A seu ver, as ciências humanas estariam particularmente à mercê deste “círculo vicioso”:

(...) Em outras palavras, as ciências humanas e as ideias gerais que as pessoas têm de si como “indivíduos” e “sociedades” são determinadas, em sua forma atual, por uma situação em que os seres humanos, como indivíduos e como sociedades, introduzem na vida uns dos outros perigos e temores consideráveis e basicamente incontroláveis. E essas formas de conhecimento e pensamento sobre as pessoas contribuem, por sua vez, para a constante reprodução desses perigos e temores. São causa e efeito dessa situação. Tal como aconteceu antes com respeito aos eventos naturais, também nesse caso, em consonância com o elevado grau de insegurança, perigo e vulnerabilidade que prevalece nessa área, as fantasias coletivas e os costumes semimágicos têm funções específicas. Também nesse caso, eles ajudam a tornar mais suportável a incerteza das situações que as pessoas são incapazes de controlar. Protegem-nas de uma consciência plena de perigos diante dos quais elas são impotentes. Servem como armas de defesa e ataque em seus conflitos umas com as outras. Tornam as sociedades mais coesas e dão a seus membros uma sensação de poder sobre acontecimentos sobre os quais, na realidade, é frequente eles exercerem pouco controle. Expô-los como fantasias é perigoso ou, pelo menos, considerado um ato perigoso e talvez hostil. Sua eficácia social depende, em boa parte, de eles serem tomados por ideias realistas e não por fantasias. E, uma vez que possuem eficácia social como fantasias coletivas, eles fazem parte — ao contrário de muitas fantasias puramente pessoais — da realidade social. (Elias, 1994, p. 72-73)

6 Ainda que não se avance, mas não se pode deixar de registrar que a posição defendida por Elias retorna às discussões em torno da neutralidade axiológica na Sociologia, em especial, segundo os termos weberianos. No entendimento de Weber (1992a; 1992b; Schluchter, 2000), o pesquisador não deverá se deter no grau de valoração conferido a certas convicções, tomando-as enquanto fatores causais de um fenômeno ou, ainda, compartilhar do posicionamento negativo ou positivo diante de tais concepções. Posto que, se a verificação empírica pode explicar compreensivamente as questões de valor, revelando a especificidade do significado, não deve partir o pesquisador para determinar a validade dos atos; falta-lhe instrumentos afins para fazer derivar os valores de uma estrutura última abarcante – hierárquica e organicista. Quando se posiciona (escolhe e seleciona), o cientista recorta um aspecto do real histórico de acordo com as necessidades do seu interesse conceitual, sabendo que a realidade neste não se encerra, logo há a possibilidade da existência de outras avaliações, até inconciliáveis. Dentro do cipoal valores, o limite do agente cognoscente consiste no reconhecimento empírico do “politeísmo absoluto” do mundo histórico sociocultural; jamais o pesquisador poderá ter a pretensão de guiar o sujeito individual, fazendo em seu lugar as escolhas que surgem quando inserido em uma situação.

Por ora, deixaremos em suspenso a característica presente à formulação eliasiana de presumir a possibilidade do controle realístico das fontes de anseios relativos aos fatos sócio-humanos. Ratificamos, sim, a sua concepção relacional e processual desses mesmos fatos, tomando-os como figurações de interdependências sócio-funcionais em estágios de dinâmicas históricas de longa duração. No que toca o enunciado teórico elementar deste texto, corroboramos o postulado do autor de consistir tais interdependências, no limite, pressões mútuas exercidas entre pessoas em diferentes e simultâneas escalas espaço temporais. Sendo que, no plano do pensamento e dos modos de orientação das condutas, mais que respostas ou reflexos, os padrões de raciocínio e as posturas fantasiosas e/ou realistas são traduções psicossimbólicas dessas afetações recíprocas.

De acordo com os objetivos de equacionamento intrínseco à proposta deste artigo, defendemos o argumento de haver correlações entre as pressões resultantes tanto das coalisões, cruzamentos, quanto das lutas/disputas em favor da afirmação das especificidades funcionais do sistema literário com os destinos empíricos, teóricos e analíticos do tratamento conferido a esse mesmo sistema pelo ramo sociológico ocupado da esfera cultural. Deste ponto de vista, aqui, sem os desconsiderar, encaramos os esforços de objetivação sociológica para além do entendimento de consistirem em representações realistas de relações, estruturas e processos sociais. Os exercícios sociológicos são tomados como figurações sociodiscursivas intrínsecas, ainda que em nível diferenciado de proximidade, da dinâmica de formação e posicionamento dos sistemas tecnicossimbólicos na esfera cultural brasileira. Logo, no *status* de modos de simbolização, as interpelações intelectuais das ciências sociais atuam sobre os planos cognitivos e morais na medida também que repercutem na modelação de sentimentos, no fomento de imaginações e na montagem de imaginários/mentalidades. Ao mesmo tempo, estão à contrapartida das tramas pelas quais o emprego da força bruta e/ou daquela concretizada na imputação do nome, deixa por efeito a conversão do arbítrio das apropriações em relações estáveis de posse e delineamento de identidades pessoais e coletivas. No seio destas relações, os valores atribuídos à raridade ou à banalidade de bens são estabilizados, no compasso mesmo em que a distribuição desigual de recursos é perenizada como consenso não discutido, portanto, algo inerente à condição natural das coisas do mundo (Honneth, 1991). A naturalização da existência mesma dos sistemas culturais e suas funcionalidades os consagra no elenco destas mesmas coisas.

O pano de fundo deste texto é a correlação entre saber e poder de imputação de sentido, no que tange à visibilidade e legitimação de bens simbólicos. Algo que, supomos, requer levar em conta a posição estratégica do reconhecimento desses mesmos bens e os sistemas socio-operacionais em que se inscrevem por parte das ciências sociais e demais humanidades, isto quando estas disciplinas os apreendem como empi-

ricidades mobilizadas nos seus investimentos cognitivos. Nessas operações de designação intelectual-científica, os medos, anseios, aspirações, frustrações e tantos outros sentimentos relativos às alegrias, tristezas, regozijos e dores, vicejadas no andamento das adesões e lutas inerentes às distintas funcionalidades sistêmicas, são decantadas como ingredientes do pensamento conceitual sociológico. Pelo filtro desse modo de raciocínio, tais sentimentos se integram na ontologia do social, porque se tornam componentes dos símbolos de comunicação que circulam, dão visibilidade e justificam a existência desses sistemas sociais da cultura. Ainda que, também, os sistemas e suas lutas se performatizem como tensões e conflitos devido ao fato de serem sincronicamente contemporâneos, na condição de ingredientes da sócio-história naturalizada como mundo cotidiano dos nossos tempos. Na confluência de estrutura social e orientação política contemporânea, o agir cognitivo-instrumental se encarna no movimento em que a disposição para comodificação está no anverso da forma de subjetividade interpeladas por relações intersubjetivas e vivências pessoais assimiladas no estatuto de objetos passíveis de percepção e manipulação⁷. A outra faceta intrínseca dessa sócio-história, são os funcionamentos simultâneos, no escopo de uma mesma esfera, de sistemas sociotécnicos de significação cujo objeto é a troca pública de sentidos, realizando-se em formações signicas várias com a finalidade de apresentar versões de mundo possíveis com incidência nos sentidos de realidade e de orientação de usuários.

Referências

ABREU, Márcia et al. **A circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX**. Campinas: Unicamp, 2017, 3 vols.

ABREU, Márcia. **O caminho dos livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Márcia, Mollier, Jean-Yves. Nota introdutória: circulação transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX. In: LEVIN, Orna, PONCIONI, Claudia (Org). **Deslocamentos e mediações. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.

7 Cabe sublinhar que, na teoria da modernidade weberiana (Weber, 1974), o sintagma “desencantamento do mundo” comparece sob duas acepções. Desencantamento religioso promovido pelo movimento de desmagificação cujo ápice é o ascetismo intramundano, tendo por consequência não-programada subsidiar, no devir, o espírito capitalista, conformando a particularidade de uma cultura, um modo de vida. O conceito de desencantamento, por outro lado, significa o processo no qual a ciência se ergue fator dinâmico de controle técnico da natureza (Pierucci, 2003, p.219). Frente à primeira conceituação, estamos lendo a interpretação weberiana sobre conduta ascético-ativa com impactos indissociáveis na formação da moderna sociedade urbano-industrial européia. Já o conceito na sua outra acepção nos dispõe ante a maneira como o autor apreende a forma de pensamento fundadora e se mantendo também a âncora do tipo de conhecimento científico.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos In: Anthony Giddens, Jonathan H. Turner (edts.): **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 23-90

ALEXANDER, Jeffrey. **La sociologia cultural: formas de la clasificación en sociedades complejas**. Barcelona: Anthropos, 2000.

ALVES, Paulo Cesar; LEÃO, Andréa Borges; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Sociologia da literatura: tradições e tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, N° 12, Jan-Abr/2018.

ALVES, Paulo Cesar; LEÃO, Andréa Borges; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Sociologia da literatura: tradições e tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, N° 12, Jan-Abr/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Hermenêutica e ciência social: abordagens da compreensão**. São Paulo: Unesp, 2022.

BOTELHO, André. Por uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.

BOTELHO, André & HOELZ, Maurício. Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. **Tempo Social**, v. 28, n. 3, pp. 263-287, 2016.

BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lília. Ao vencedor as batatas: crítica da cultura e processo social. Entrevista com Roberto Schwarz. **RBCS**, vol. 23 n. 67, junho/2008.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. RJ: Bertrand do Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo” In: Pierre Bourdieu: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 59-74.

BOURDIEU, Pierre. **La distanction. Critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. In : **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Année 2002, 145.

BRITTO, Clovis. A economia simbólica dos acervos literários: itinerários de produção da crença em Cora Coralina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 307-334, jan./jun. 2016.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, 2 vols.

CARONE, Modesto. O realismo de Franz Kafka. **Novos Estudos CEPRAP**, n. 80, março, 2008.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. O norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX. **Sociologia & Antropologia**, v.04.01: 185 – 206, junho, 2014

CHAGURI, Mariana Miggiolaro & SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Sentidos da crise: literatura e processos sociais em Fogo Morto e Cidade de Deus. **Lua Nova**, São Paulo, 91: 169-197, 2014.

CHARTIER, Roger et al. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **Editar e traduzir. Mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI e XVIII)**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COELHO, George Leonardo. Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936). **Estudos Históricos**, vol. 30, no 62, p. 623-642, setembro-dezembro 2017.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação – fundamentação da Sociologia de Max Weber**. São Paulo: Hucitec, 1979.

DILTHEY, Wilhelm. **El mundo histórico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulineas, 1989.

DUX, Günter. **Teoria histórico-genética de la cultura: la lógica procesual en el cambio cultural**. Bogotá: Aurora, 2012.

ELIAS, Norbert. **La dynamique sociale de la conscience. Sociologie de la connaissance et des sciences**. Paris : Éditions la Découverte, 2016.

ELIAS, Norbert. Les êtres humains et leurs émotions : essai de sociologie processuelle » (traduit et présenté par Marc Joly). In : **Controverses sur l'émotion. Neurosciences et sciences humaines. Sensibilités, histoire, critiques et sciences sociales**. Paris: Anamosa, 2018.

ELIAS, Norbert. **Teoría del símbolo: un ensayo de antropología cultural**. Barcelona: Península, 1994.

FARIAS, Edson. Os intelectuais e a especialização da cultura. **Repocs**, v.15, n.31, jan./jul. 2019.

FARIAS, Edson. Sociologia e a esfera cultural contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017.

FARIAS, Edson. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. **Sociedade e Estado**, 2016, vol. 31, no 3, p. 583-614.

FREIRE, Rosano. Nas sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams, que espaço há para a análise do objeto artístico? **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 03 No.06 jul. -Dez, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. RJ: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**. SP: Martins Fontes, 2000a.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história In: **A Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1979.

GOODMAN, Nelson. **Linguagens da arte: uma abordagem a teoria dos símbolos**. Lisboa: Gradiva, 2006.

GOODMAN, Nelson. **Modos de fazer mundos**. Portugal: Edições ASA, 1995.

GOODMAN, Nelson. Structure of appearance. **Syntese Library/Vol. LIII**. Dordrecht- Holland/Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company. 1997.

GOODMAN, Nelson. Art in action. In: **Encyclopedia of aesthetics**. v. 2. New York: Oxford U.P, 1998.

GATO, Matheus. “Ninguém quer um treze de maio”: abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903-1907). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, V37, n.01, 117-140, jan.-abr., 2018.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa, vol. I**. Madrid: Taurus, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid Tecnos, 1988.

HONNETH, Axel. **The critique of power: reflective stages in a critical social theory**. Cambridge: MIT

Press, 1991.

JACKSON, Luiz C. & BLANCO, Alejandro. Três críticos latino-americanos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, pp. 138-169.

JACKSON, Luiz C. & BLANCO, Alejandro & História das ciências sociais brasileiras In: Sérgio Miceli e Carlos Benedito Martins (orgs): **Sociologia no Brasil Hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017.

JOSIOWICZ, Alejandra. Por uma política da estética em Mário de Andrade: expressionismo e infância. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.05.03: 799-823, dezembro, 2015.

LEÃO, Andréa Borges. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 494-517, 2012.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 631-649, 2016.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. Literatura e audiovisual em José Mauro de Vasconcelos. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 32, n. 2, p. 123-148, May-Aug, 2020.

LEÃO, Andréa Borges e LANDINI, Tatiana Savoia. **10 Lições sobre Norbert Elías**. Petrópolis: Editara Vozes, 2022.

LEENHARDT, Jacques. Existência e objeto da “sociologia da literatura”, hoje. **Sociologias**, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 30-46.

LEPENIES, Wolf. **Três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LEVIN & PONCIONI, 2018. Deslocamentos e mediações. A circulação transatlântica dos impressos. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

MICELI, Sergio. Ficções de poder e sexo em Graciliano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 106, novembro 2016 pp. 149-155.

MICELI, Sergio. Voz, Sexo e abismo Alfonsina Storni e Horacio Quiroga. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 97, novembro 2013 pp. 83-113.

MOLLIER, Jean-Yves. A circulação transatlântica dos livros e dos jornais no século XIX: o exemplo das livrarias Garnier de Paris, do Rio de Janeiro e da Cidade do México / La circulation transatlantique des livres et des journaux au XIXe siècle: l'exemple des librairies Garnier de Paris, Rio de Janeiro et Mexico. In: **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v.8, Edição Especial, 2019, pp.9-24.

MOLLIER, Jean-Yves (2008). A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaios sobre História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica.

MONTEIRO, Pedro Meira. O Outono da escrita: as últimas páginas de Machado de Assis e a promessa não cumprida do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 35, n.02, 227-239, JULHO, 2016.

MORETTI, Franco. **Romance: história e teoria**. **Novos Estudos CEBRAP**, 85, novembro 2009, p. 201-212.

OEHLER, Dolf. Alucinações e alegorias: W. G. Sebald se recorda de W. Benjamin, leitor de Paris. **Novos Estudos Cebap**, 89, março 2011.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Sertão e narração: Guimarães Rosa, Glauber Rocha e seus desenredos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 51-87, jan./abr. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINHEIRO, Fernando. Evasão do mundo na memorialística de Manuel Bandeira. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 2.

RANCIÈRE, Jacques. **Malaise dans l'esthétique**. Paris, Galilée, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 86, março, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Graciliano Ramos e suas memórias do cárcere: cicatrizes. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.04.02: 475 – 493, outubro, 2014.

SAPIRO, G. Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation social au prisme de l'histoire globale. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Théorie du Champ, N. 200, Décembre 2013, p. 71-85.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade In: Maria Francisca Coelho, Lourdes Bandeira e M.L. Loiola (orgs.), **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Editora UnB, 2000.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **A história natural da ditadura**. **Lua Nova**, São Paulo, 96: 39-54, 2015.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. O cortiço, romance econômico. **Novos Estudos Cebrap**, 98, março de 2014.

SCHWARZ, Roberto. Dança de Parâmetros. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 100, novembro 2014 pp. 163-16;

SEVÄNNEN, Erkki. Literatura moderna como forma de discurso e de conhecimento sobre a sociedade. **Sociologias**, n. 48, maio-agosto 2018, p. 48-85.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. **Sociedade e Estado**. Vol. 26 n. 2, maio/agosto 2011.

SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. **Civitas**, v. 14 n. 1 p. 81-92 jan.-abr. 2014.

SOARES, Eliane Veras & ALVES, Aline Adelaide. Literatura e materialismo cultural: uma proposta de análise. **Sociedade e Estado**, vol. 30 n. 2, maio/agosto, 2015.

SOBRAL, Luís Felipe. Os limites do exotismo: Auerbach, a Europa e as touradas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n.02, mai.-ago., 2018, pp. 313-332.

SORÁ, Gustavo. (2010). **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp/Com-Arte.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. A letra e o mito. Contribuições de Pau Brasil para a consagração bandeirante nos anos de 1920. **RBCS**, vol. 29, nº 86, outubro, 2014.

_____. Literatura e sociologia: relações de mútua incitação. **Sociologias**, n. 48, maio-ago. 2018, pp. 16-28.

WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: **Metodologia das ciências sociais. Max Weber, parte I**. Campinas: Ed. Cortez/Unicamp, 1992, 2 vols.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade” axiológica nas ciências sociais e econômicas In: **Estudos de metodologia em ciências sociais, parte II**. Campinas: Udunicamp, 1992a, 2 vols.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política In: **Metodologia das ciências sociais. Max Weber, parte I**. Campinas: Ed. Cortez/Unicamp, 1992b, 2 vols.

WEBER, Max. A ciência como vocação” In: GEERTZ, Hans & MILLS, Charles W. (orgs.): **Max Weber, ensaios de sociologia**. RJ: Zahar Editores, 1974.

Sobre os autores

Edson Silva de Farias – Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 2001); pesquisador CNPQ; professor Dep. Sociologia UnB; professor associado PPGMLS UESB; líder do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD); editor da revista Arquivos do CMD.

Andréa Borges Leão – Pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Lidera o G.E.C.C.A/NE (Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte). É editora da seção Futuros Passados da Revista Brasileira de Sociologia/SBS. Atua nos Grupos de Pesquisa: 1. Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD)/UnB; 2. Projeto MinasMundo: <https://projetominasmundo.com.br/pessoas/>; 3. A sociologia Figuracional de Norbert Elias/UNIFESP.

Marcus Vinícius Gomes Caixeta – Doutor em Sociologia pela UnB (Universidade de Brasília). Pesquisa Sociologia do Conhecimento, Pensamento Social Brasileiro e Sociologia da Cultura (marcuscaixeta@gmail.com).



Exu e o imaginário sociológico da cultura

Exu and the sociological imaginary of culture

Ricardo Carvalho Nascimento 

cangaceirocapoeiras@gmail.com

Universidade da Integração Internacional e da Lusofonia Afro-Bra-
sileira- UNILAB

 10.52521/opp.v22n47.12245

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 16/12/2023

Aprovação do trabalho: 19/10/2024

Publicação do trabalho: 23/12/2024

Resumo

Este artigo apresenta e problematiza algumas questões levantadas pela exposição *Festa, baia, gira, cura*, do antropólogo e artista Jean dos Anjos, em Fortaleza, junto ao Centro Cultural Dragão do Mar onde foi instalado um painel com a frase *Exu te ama*. A exposição foi objeto de debate social e político local e nacional, causando desconforto nos setores conservadores da sociedade, que questionaram o evento artístico e demandaram a retirada da frase. Com base nas proposições e efeitos sociais da exposição, o artigo traça uma reflexão sobre a pertinência de uma teoria anticolonial e nativa da cultura, na Sociologia, que considere os conceitos endógenos como possibilidade explicativa dos fenômenos, tomando Exu como artefato epistêmico de provocação do imaginário sociológico da cultura. O debate anticolonial, nos seus diferentes formatos, é mobilizado neste artigo como elemento crítico para pensar a Sociologia da Cultura no Sul global, tomando as epistemes anticoloniais como instrumento de um debate sociológico emergente e necessário no confronto com uma Sociologia global e local marcadamente eurocentrada.

Palavras-chave

Exu. Sociologia. Cultura. Anticolonial.

Abstract

This article presents and problematizes some of the issues raised by the exhibition *Festa, baia, gira, cura* by anthropologist and artist Jean dos Anjos, in Fortaleza, at the Dragão do Mar Cultural Centre, where a panel with the phrase *Exu te ama* was installed. The exhibition was the subject of local and national social and political debate, causing discomfort among conservative sectors of society who questioned the artistic event and demanded that the phrase be removed. Based on the propositions and social effects of the exhibition, the article reflects on the relevance of an anti-colonial and native theory of culture in sociology, which considers endogenous concepts as a way of explaining phenomena, using Exu as an epistemic artifact to provoke the sociological imaginary of culture. The anti-colonial debate, in its different formats, is mobilized in this article as a critical element for thinking about the Sociology of Culture in the global South, taking anti-colonial epistemes as an instrument of an emerging and necessary sociological debate in the confrontation with a global and local Sociology that is markedly Eurocentric.

Keywords

Exu. Sociology. Culture. Anti-colonial.

Introdução

E justamente o que o sociólogo mentalmente descolonizado adquire é uma prática social em que fundamenta a sua elaboração teórica. Diversamente ao que acontecia na situação colonial, abre-se diante dele a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento científico não apenas como fornecedor de material informativo, mas como criador no plano dos conceitos. (Ramos, 2024, p. 120)

No dia 11 de novembro de 2023, a deputada estadual Dra. Silvana, do Partido Liberal, deu entrada na Assembleia Legislativa do Ceará, no requerimento de número 11.999/2023, exigindo da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT-CE) a retirada do painel *Exu te ama*, exibido nas dependências do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). O painel, como parte da exposição *Festa, baia, gira, cura*, do antropólogo e artista Jean dos Anjos¹, fazia par com outro letreiro, também de escala ampliada, instalado numa das paredes do Centro onde se podia ler “arreda homem que lá vem mulher”, alusiva à figura feminina das pomba giras como exus mulheres. Segundo o artista-antropólogo, que também se define como macumbeiro, a exposição tenta retratar aspectos peculiares da história da religiosidade afro cearense, com fotografias alusivas aos festejos de 40 anos do terreiro de Umbanda e Candomblé Cabana do Preto Velho da Mata Escura (Ilé Àse Ojú Oya), localizado no bairro do Bom Jardim, em Fortaleza. Na sua maioria, as imagens da exposição versam sobre a vida cotidiana do terreiro, com ênfase nas festas da Rainha Pomba-gira Sete Encruzilhadas e Exu.

De acordo com as informações da página da instituição, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, onde ocorreu a exposição, nasceu em abril de 1999, na antiga área portuária da Praia de Iracema, como proposta de revitalização urbana e cultural da região, gerido pela Organização Social Instituto Dragão do Mar, que também dirige outros equipamentos do estado e do município. As informações contidas na página indicam que o CDMAC recebe cerca de 1,7 milhão de visitantes por ano, sendo as suas ações culturais e exposições objetos de visita e consumo cultural constante, figurando como espaço cultural e turístico relevante no estado (Governo do Estado do Ceará, [2024?]).

A exposição, realizada num espaço cultural de grande visibilidade, gerou um debate intenso na sociedade cearense, com impacto nacional, produzindo postagens nas redes sociais, notas de apoio de intelectuais, ativistas, religiosos e parlamentares, artigos de jornais, notícias na televisão e a manifestação pública da instituição. Cabe lembrar que o estado do Ceará foi objeto de uma problemática semelhante quando, em julho de 2022, na cidade de Uruburetama, apresentava-se a quadrilha junina conhecida como “Trem maluco” que foi abordada pela Secretária de Cultura e Turismo local, e foi exigindo

¹ A exposição *Festa, baia, gira, cura*, do antropólogo e artista Jean dos Anjos e curadoria de Marília Oliveira e Rafael Escócio, junto ao Museu da Cultura Cearense, no complexo do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

que parassem a apresentação, alegando que se tratava de “macumba”. Os brincantes da quadrilha se vestiam de branco, com roupas alusivas às religiões de matriz africana e pretendiam homenagear Santa Dulce da Bahia, uma santa a quem se associa uma ligação com a Umbanda e ao Candomblé. O caso foi exposto em rede nacional e local e gerou o afastamento e denúncia contra a secretária no Ministério Público.

Com base nesses fatos, suas reflexões e os efeitos sociais de mobilização da sociedade civil e réplica do poder público, o artigo problematiza a necessidade de emergência de uma Sociologia brasileira que contemple uma reflexão epistêmica caseira e popular sobre a circulação de bens culturais situados no âmbito das culturas populares e de massa, trazendo aportes teóricos e metodológicos que se inserem no complexo cultural das próprias práticas estudadas. O debate concerne à agenda teórica anticolonial na Sociologia, à inserção epistêmica de sujeitos e conceitos nativos e ao questionamento de um viés sociológico canônico limitado para explicar fenômenos e objetos de natureza cultural específica.

O material coletado para o artigo tem origens diversas, desde diálogos com o artista, povos de santo e gestores da cultura, consulta às informações oficiais dos equipamentos culturais, até a coleta e observação de postagens nas redes sociais e artigos nos jornais locais. Importa referir que não se trata de uma perspectiva explicativa da situação social vivida por ocasião da exposição, mas do seu uso como mote para questionar os limites dos aportes teóricos e metodológicos da Sociologia canônica como instrumentos analíticos utilizados para compreender os fenômenos culturais no âmbito da Sociologia da Cultura, utilizando, para tal, uma aproximação ao debate anticolonial.

A inquietação surge das provocações de Alatas e Sinha (2023), na tentativa de pensar uma Sociologia para além do cânone, introduzindo, no pensamento sociológico contemporâneo, discursos alternativos oriundos daqueles/as que têm como base as experiências históricas e de luta social e resistência, âncoras nas práticas culturais locais e regionais. Esses autores enfatizam que as sociedades não ocidentais possuem um pensamento social, de origem local, que podem ser uma fonte alternativa de ideias e tópicos que geralmente se encontram fora das agendas das pesquisas canônicas. Nesse caso, Exu aparece no artigo não apenas como entidade provocadora de um acalorado debate social, mas como instrumento epistêmico-político de questionamento de categorias oficiais da Sociologia, em que Exu, com seus elementos, como a encruzilhada, pode se tornar não objeto, mas um sujeito epistêmico constituindo-se como artefato acadêmico ou categoria analítica da realidade social (Rufino, 2019).

Não sendo intenção do artigo historicizar a presença de Exu no Brasil e suas aparições públicas fora do contexto religioso, é pertinente refletir que Exu é uma entidade afro-atlântica, que cruza fronteiras e que se põe metaforicamente como artefato analí-

tico discursivo de um Brasil cuja política e vida social são marcadas fortemente pela colonialidade nossa de cada dia e onde o racismo e a desigualdade perene fazem parte da vida diária das populações, mas também do campo artístico que se põe como margem crítica dessa mesma sociedade (Silva, 2023). Exu surge como causador de uma inflexão que nos impõe uma ponderação madura sobre o imaginário sociológico anticolonial do fazer cultural no Brasil, mas também sobre como imaginamos sociologicamente o campo da Sociologia da Cultura, fortemente marcado por uma teoria social *eurocentrada* e distante do debate colonial (Bhambra, 2014).

Portanto, o artigo pretende inicialmente apresentar a situação social gerada pela exposição, na qual se encontra a intervenção *Exu te ama*, tecendo sobre ela algumas considerações a analogias, seguidas de um debate epistêmico sobre a pertinência das interpelações anticoloniais na Sociologia, que se incide sobre a temática da cultura. Por fim, apresentamos Exu como possibilidade teórica, artefato ou conceito nativo propulsor de um imaginário sociológico capaz de produzir uma teoria sociológica popular da cultura local e endógena, trabalhando com as lógicas de inversão *exuística* em que ele deixa de ser objeto para tornar-se sujeito epistêmico. Nesse sentido, introduzimos o pensamento do filósofo quilombola Antônio Bispo, quando nos fala dos saberes orgânicos e saberes sintéticos e da guerra de nativas no contexto do combate ao colonialismo na academia.

Exu te ama

O bairro do Grande Bom Jardim, de onde saem as fotos do terreiro Cabana do Preto Velho da Mata Escura, é uma das áreas periféricas mais populosas da cidade de Fortaleza, constituindo um território de grande concentração de terreiros e onde se encontra instalado o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), equipamento cultural pertencente ao Instituto Dragão do Mar, que também gere o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Segundo os dados do próprio CCBJ, o bairro do Grande Bom Jardim possui cerca de 8,33% da população da capital cearense, com predominância do grupo etário de jovens num território de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e elevada criminalidade. Considerado por muitos como o primo pobre dos equipamentos culturais da cidade, o CCBJ tem sido um grande aliado no fomento das políticas públicas de cultura na periferia e na manutenção da memória dos terreiros do bairro, tendo lançado, em 2022, o documentário e uma série de *podcasts* sobre a comunidade local de povos de santo.

Em 2022, o Grande Bom Jardim conseguiu o reconhecimento de três mestres da cultura local, junto à política de salvaguarda dos Tesouros vivos da Secretaria de Cultu-

ra do Estado, sendo eles um Pai de Santo, um mestre e uma mestra de capoeira, todos umbandistas. Pai Neto Tranca Rua é um dos mestres da cultura do bairro, reconhecido em 2023 pela Lei dos Tesouros vivos, tendo obtido o título de Notório Saber pela Universidade Estadual do Ceará, e que teve o seu processo de reconhecimento barrado pela gestão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), acusada de racismo religioso pelos segmentos afro religiosos do Ceará. A exposição que nasce com imagens do Grande Bom Jardim aparece num dos espaços culturais mais importantes da cidade, onde grandes eventos, espetáculos e artistas circulam. As clivagens urbanas da cidade de Fortaleza delimitaram uma marca de distinção que faz do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura um espaço cultural de elite, em detrimento do bairro do Grande Bom Jardim e do CCBJ. Portanto, um lugar de notoriedade e de circulação de um público variado, sobretudo de classe média, que se vale daquele equipamento para fins de consumo cultural.

Entre outras coisas, Jean dos Anjos se define também como macumbeiro, sendo frequentador dos terreiros locais e proeminente pesquisador da área do patrimônio cultural. Graduado em Ciências da Religião e Ciências Sociais, o pesquisador macumbeiro se apresenta como ativista pertencente a uma categoria cada vez mais ampliada de pesquisadores/as que têm pertencimento no campo que estudam, utilizando-se de seus elementos conceituais nativos. Ademais, deixa-nos pensativo o fato de que o antropólogo, que é ativista, também é artista e faz uso das categorias que estuda em vários campos: o acadêmico, o político, o religioso, o cultural e o estético. Como lidar com esses trânsitos na compreensão de um território epistêmico tão complexo?

Em 2019, Jean dos Anjos defendeu sua dissertação de mestrado, em Antropologia, sobre a festa de Pomba-gira no terreiro Cabanas do Preto Velho da Mata Escura, objeto da sua exposição e mote do seu ativismo contra o racismo religioso. Com efeito, em sua escrita, o macumbeiro-artista-ativista-antropólogo expõe na sua dissertação as inquietações sobre o envolvimento com o campo, em que se observa a dificuldade de apartações de suas múltiplas identidades e que lhe confere, *a posteriori*, diferentes produtos, tais quais a dissertação e a exposição, como atos artístico-políticos:

Não sou um observador participante, muito menos um participante que observa. Sou outra coisa. Uma coisa que ainda não sei bem o que é. A pesquisa que realizo passa pelo meu corpo. E não é por acaso que quando a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas chega sinto um arrepio que começa dos pés e segue até a cabeça. Eu sei, ela não é uma representação, ela está presente. A magia acontece e o meu mundo se conecta com o mundo invisível. O mistério, porque é mistério, não pode ser revelado. Entretanto, há tanta beleza no mistério (Anjos, 2019, p. 26).

Os efeitos da exposição foram de várias ordens, seja porque chamou atenção

para a figura disruptiva de Exu, as inovações e características da exposição e sua curadoria, seja pelos efeitos sociais causados pelas declarações da parlamentar conservadora. Jean dos Anjos explica que foi convidado para apresentar seus trabalhos junto ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, e sempre foi seu desejo levar os vestidos da Pomba-gira para a exposição, com tentativas subseqüentes desde 2016. Dos 40 vestidos existentes no terreiro, resultantes de 40 anos de festas, apenas sete foram utilizados. Para além dos vestidos, constam fotografias do terreiro, estátuas e um altar de Exu.

Inicialmente, a ideia era ocupar as quatro salas do museu que estavam fechadas, razão pela qual a instituição autorizou o uso da parte externa do prédio. Foram então ocupadas duas salas internas, as rampas de acesso e no encontro das rampas foi assentado um Exu e posto um vídeo da Pomba-gira. Por ocasião da abertura da exposição, foi feita um gira que ocorreu próximo do painel *Exu te ama e Arreda homem que lá vem mulher*. O artista explicou que inicialmente o painel *Exu te ama* seria feito através de um *banner* cujo valor e manutenção seria inviável, razão pela qual se fez em forma de pintura, num espaço onde já havia um painel a quem se pediu autorização de uso. A despeito da sua relação com o terreiro, na exposição, Jean dos Anjos explica: “A gente trabalhou junto com o terreiro e muitas coisas nos foram colocadas pelo terreiro. O terreiro foi orientando a gente, porque inclusive o Pai Valdo está lá como consultor. A gente não fez nada sem autorização dele” (Entrevista com Jean dos Anjos, 25.10.2023).

O requerimento feito pela deputada conservadora foi um entre outros efeitos da exposição, causando o debate público local e nacional. Consta, no requerimento 11.999/2023, o pedido de retirada do painel com a alegação de que se trata de um ato ofensivo aos valores cristãos e pautado por uma entidade “esdrúxula”. Segundo o artista, o pedido formal de retirada do painel nunca chegou até a administração da instituição, que emitiu uma nota sobre o assunto, afirmando a manutenção da exposição e sua pertinência.

No mesmo período, ocorreu em Brasília a exposição *O grito*, inaugurada em 17 de outubro e organizada pela curadora Sylvia Werneck, selecionada no Programa de Ocupação dos Espaços da Caixa Cultural, com a presença de trabalhos dos/as artistas Élcio Miazaki, Evandro Prado, Gina Dinucci, Marília Scarabello, Moara Tupinambá, Paul Setúbal e Yara Dewachter. Segundo a curadoria, a exposição teve como ponto de partida uma releitura da tela *Independência ou Morte*, de Pedro Américo (1888), e uma problematização das narrativas nacionalistas e leituras oficiais dos momentos fundacionais da identidade brasileira.

A análise do quadro de Pedro Américo realizada por Lima Junior, Schwarcz e Stumpf (2022) indica que o quadro havia sido encomendado por D. Pedro II, a fim de recuperar a figura de D. Pedro I como fundador da nação. Nesse afã, alguns elementos

pictóricos foram realçados para enaltecer o imperador, como a colina em que Pedro I supostamente teria realizado o grito, as roupas oficiais do imperador e o cavalo em que estava montado. Originalmente, a colina não existia, o nobre não vestia roupas oficiais e conduzia, na verdade, um burro, como transporte mais adequado a longas viagens.

As imagens coletadas na exposição também foram alvos de críticas, por parte de políticos da direita conservadora, o que levou a Caixa Cultural ao encerramento da mostra, sendo objeto de debate nos jornais e redes sociais. Tal como consta na nota pública da instituição, a obra *Bandeiras*, da artista Marília Scarabello, que mostra imagens coletadas por ela em que a bandeira do Brasil aparece modificada, foi interpretada com um viés político, considerada ofensiva, e recebeu duras críticas de uma senadora, ex-ministra durante o governo Bolsonaro. Embora não tenha sido a motivação central, a presidenta da Caixa foi removida em seguida pelo governo Lula, para dar lugar e vaga para um político próximo ao centro. O que há em comum entre os fatos ocorridos nas exposições *O grito* e *Festa, baia, gira, cura?* Trata-se de uma releitura da ideia de nação que produz reinterpretações do Brasil e questionam ícones, como o quadro de Pedro Américo ou a bandeira como símbolo nacional, e apresentam novos protagonistas, nesse caso, Exu.

No quadro em questão, analisado por Lima Junior, Schwarcz e Stumpf (2022), Dom Pedro I é restabelecido como patriarca fundador da nação, sonegando a possibilidade histórica de outras narrativas possíveis para a independência e caminhos para o Brasil. Exu Pomba-gira, a Rainha, protagonista do debate proposto por Jean dos Anjos, é uma heroína nacional anticolonial sem lugar nos livros de história e sem cavalo para dar seu grito de Ipiranga. Em sua dissertação, Anjos (2019, p. 14) a define como:

Uma Rainha que dança, bebe, fuma e gargalha. Uma Rainha que, também, serve aos seus súditos. Uma mulher que preza pela liberdade e mantém seu poder para proteger aqueles e aquelas que nela têm fé e devoção. A mulher do amor, da alegria, da caridade e da esperança. A entidade do preto e do vermelho. A dona do seu corpo que não nega sua sexualidade e seus desejos. A Moça que não teme as encruzilhadas da noite escura. Aquela que vê no sangue a vida, no vento a mudança, na terra a criação, na água a força e no fogo a purificação. Seu corpo é festa e guerra.

No panteão afro-brasileiro, Exu é o senhor das inversões, da comunicação e das traquinices. Ele surge como o questionador do estabelecido e do hegemônico, o desordeiro capaz de inverter as lógicas, as regras e alterar os sentidos das coisas, transformando o que tomamos como certo em incerto e duvidoso. Enquanto transgressor anticolonial, Exu conseguiu sobreviver à pressão e permanecer no centro por toda exposição, sendo a frase “Exu te ama” mantida após o término.

Pensamento anticolonial, Sociologia e cultura

Numa perspectiva da Sociologia dos Conhecimentos, entendemos que, bem antes do uso corrente dos termos pós-colonial, decolonial, descolonial, contracolonial ou outras terminologias correlatas, já estava ao nosso dispor um repertório amplo de estudos críticos que se centravam sobre aspectos do colonialismo histórico. Não sendo intenção do artigo traçar um percurso desses termos, cabe referir que, circunstancialmente, todos têm em comum a referência à crítica colonial como marcador histórico, mas sobretudo epistêmico, revisando a forma como concebemos as Ciências Sociais e Humanas enquanto produto social (Patel, 2023).

Na atualidade, as diversas tradições acadêmicas que dispomos num contexto global catalogaram esses discursos críticos ao colonialismo e à colonialidade utilizando prefixos como pós, des, contra ou anti, perspectivando um entendimento particular de como cada tradição olha para as formas de colonialismo que atravessaram as suas sociedades. Desse modo, a tradição pós-colonial se refere a autores/as do mundo colonial de língua inglesa como os indianos Bhabha (2013), Spivak (2010), e os caribenhos Hall (2013) e Gilroy (2001), assim como os debates de(s)coloniais foram produzidos por autores latino-americanos de língua hispânica, como Quijano (2005), Mignolo (2003), Grosfoguel (2016), Dussel (1995). Não obstante, essas tradições acadêmicas realizaram a importante tarefa de desvendar as estruturas coloniais de dominação e poder, sem, no entanto, apontar caminhos concretos de como efetivar os procedimentos de descolonização do saber. Essa mesma reflexão nos indica, em muitos casos, a ausência de uma aliança entre as formulações intelectuais e uma prática corrente que atravessa a construção de textos, artigos, mas, sobretudo a vida cotidiana dentro e fora academia. Diante da diversidade de nomenclaturas, autoras renomadas, como Patel (2023), conceberam a ideia de anticolonial como um termo guarda-chuva que reuniria, salvo as diferenças e históricos, as diversas tradições intelectuais que realizam uma crítica à episteme colonial.

Ainda dentro campo sociológico dos conhecimentos, Patel (2023) indica que a rubrica genérica conhecida por “sociologias pós-coloniais” pode ter várias denominações como sociologias do sul, sociologias decoloniais, sociologias emergentes, sociologias endógenas ou indígenas, mas sempre apontam para uma reflexão sobre o passado da disciplina e uma revisão crítica dos cânones, sem abandonar ou se desfazer do seu capital conceitual construído ao longo da internacionalização da Sociologia e da sua institucionalização no âmbito local. Patel (2023) refere que as tendências referidas na lista acima devem ser compreendidas como uma Teoria Social Anticolonial, uma vez que se debruçam sobre a relação entre o colonialismo e a produção de conhecimento. A soció-

loga indiana refere que o Pensamento Anticolonial, que abarca na Sociologia as denominações acima expostas, identifica e cartografa as ações políticas que surgiram nas lutas dos povos colonizados, dando conta de experiências subjetivas resultantes de tentativas de dominação e cerceamento, caso da exposição de Jean dos Anjos. Patel (2023) define o Pensamento Anticolonial como um sistema analítico e filosófico de ideias coletadas em experiências que combinam fontes diversas derivadas das religiões, estéticas das práticas culturais locais e filosofias populares, e que dialogam e não excluem o pensamento social ocidental crítico. De uma maneira geral, essa forma de pensamento possui características particulares como a busca de um método para desmistificar ideias que naturalizam a dominação colonial. Portanto, sempre que neste texto nos referirmos ao termo anticolonial, estamos denominando o conjunto de tradições intelectuais, acadêmicas ou não, que realizam um combate epistêmico ao colonialismo no campo da Sociologia do Conhecimento e das Ideias.

No entanto, a socióloga Cusicanqui (2010) realiza um exercício de distinção que diferencia o descolonial como uma moda, o pós-colonial como desejo e o anticolonial como uma luta. Com efeito, os povos colonizados têm travado essa luta em que fazem uso de vocábulos próprios, como o líder e intelectual quilombola Santos (2016, p. 59), que nos traz o conceito de colonização e contracolonização, que nos parece bastante adequado:

Por colonização, compreendemos todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território geográfico. E chamamos contracolonização todos os processos de resistência e luta em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, seus símbolos, significações e modos de vida.

No campo do debate sociológico, as Sociologias Anticoloniais, no Brasil, têm realizado um percurso modesto e pouco incisivo, ainda muito ditadas pelas formas ocidentais de compreender e fazer ciência. A agenda anticolonial no seu todo visualiza algumas demandas urgentes no fazer sociológico, entre elas, a revisão crítica dos seus cânones clássicos, a identificação e publicação de mulheres pensadoras na Sociologia e a adoção de uma perspectiva multicultural que possa abranger outros autores/as e tradições sociológicas dos países do Sul global (Alatas; Sinha, 2023). Contudo, acrescentamos a esse debate a necessidade de inclusão de tradições não acadêmicas e de incorporação de seus léxicos e nomenclaturas que podem confluir na produção de uma sociologia dialógica entre os conhecimentos populares e tradicionais e o conhecimento produzido na academia.

A despeito do arsenal teórico canônico, Meghji (2021) introduz as seguintes questões: Como os sociólogos clássicos adquiriram tanto peso simbólico na disciplina, se dois

deles não viam a si mesmos como sociólogos nem eram vistos por seus pares como tal? Como chegamos ao ponto de haver uma obrigação moral dos estudantes conhecerem Durkheim, Marx e Weber ou serem classificados com uma formação deficiente se não o fazem? Precisamos mesmo de um cânone sociológico? Meghji (2021) afirma que precisamos situar o desenvolvimento da Sociologia na história colonial. Ainda que a Sociologia seja apresentada como uma das mais críticas das Ciências Sociais, ela foi institucionalizada no auge do colonialismo e do imperialismo global. A partir daí, a disciplina internalizou os modos coloniais de pensar e representar o mundo, e um século depois esse estilo colonial de produção de conhecimento ainda informa as práticas sociológicas.

A episteme colonial de que fala o autor são formas de pensar e conhecer que fixam os limites do que podemos saber, tanto quanto dita o que conta como saber legítimo. A Sociologia, segundo Meghji (2021), internaliza e reproduz a lógica da episteme colonial. Trazer a civilização para o resto do mundo ainda continua sendo uma gramática temporal utilizada no presente, pela Sociologia, quando nos referimos às regiões pouco desenvolvidas do globo. Não obstante, segundo o autor, o tema do colonialismo esteve presente nas pesquisas e artigos da Sociologia, desde August Conte, que, no Curso de Sociologia Positiva, dedica um capítulo ao tema, a partir de uma perspectiva de uma missão civilizatória.

Como bem ressalta Ianni (1989), a sociologia clássica encontrou, na modernidade, um conjunto de condições que proporcionaram a visão global de um sistema de mundo em desenvolvimento e expansão, o que deu origem às condições para estabelecimento de sua hegemonia e a percepção de sua legitimidade enquanto Sociologia universal. Isso não implica que a Sociologia ocidental é a única e, por outro lado, não significa que ela é menos sociológica ou que as sociologias não ocidentais devem buscar suprimi-la, pois há possibilidade de diálogos, mas também muitos aspectos a serem revistos, tendo em mente as questões fundamentais que interessam à Sociologia e os alicerces das sociologias anticoloniais, que têm a crítica contra hegemônica como ponto de partida.

Rosa (2015) é um dos primeiros autores brasileiros a trazer, para o campo nacional, o debate sobre a Sociologias Indígenas, a partir de uma leitura do trabalho de Akiwowo (1986), especificamente em um artigo apresentado em 1986, em que o autor africano tenta explicar alguns aspectos da sociedade nigeriana através da poesia oral ioruba. No volume 1 do quarto número da revista *International Sociology*, Akiwowo (1986) introduz o conceito de *asuwada eniyan* e *ifogbontayese*, traduzidos respectivamente como “sociedade humana” e “a ciência ou arte de refazer o mundo”. Na esteira da reflexão trazida por outros pensadores africanos, Akiwowo (1986) propôs a desracionalização

das Ciências Sociais, abrindo espaço para outras interpretações da vida social e para que outros recursos, como a poesia oral, cosmologias e mitos africanos pudessem servir como base teórica e metodológica. Entre outros aspectos, o artigo de Rosa (2015) se debruça na recepção crítica do artigo pela comunidade acadêmica, enfatizando as fragilidades e limitações do conceito forjado por Akiwowo (1986) apontadas pela comunidade acadêmica ocidental.

Na análise que fez do artigo, da obra e da recepção do pensamento do sociólogo nigeriano, Rosa (2015) argumenta em nome de uma dubiedade crítica que, por um lado, visualiza a potência de uma reflexão que reclama para si um lugar de atenção na geopolítica do conhecimento e, por outro, as limitações desse empreendimento, que esbarram nos limites do local e da não universalização possível dos conceitos adotados por Akiwowo (1986). Não obstante a importância do debate realizado por Rosa (2015) e sua empatia pelo trabalho do sociólogo nigeriano, ele acaba por fazer uso das ferramentas interpretativas do ocidente e das formas hegemônicas de análise da ciência, debruçando-se sobre os critérios de validação e universalidade dos termos utilizados pelo sociólogo nigeriano. Trago aqui a reflexão de Rosa (2015) sobre o tema, que me parece de simultânea aproximação e afastamento, para que se compreenda que este é, em larga escala, o olhar regular da Sociologia brasileira sobre a construção de uma Sociologia brasileira anticolonial, fazendo uso de categorias locais. Aproximação, porque a realidade social e partes integrantes da academia reclamam por mudanças mais profundas, afastamento, porque ainda é angustiante, para muitos, abandonar sem sofrimento as referências epistêmicas consolidadas no percurso de incorporação do *habitus* acadêmico dos cientistas sociais.

Alatas e Sinha (2023), tal como Meghji (2021), debruçam-se sobre a pertinência das sociologias anticoloniais do Sul do globo, nem tanto no contexto da sua universalidade, mas das questões geradoras desses conhecimentos em suas sociedades que, sob essa ótica, são pertinentes no contexto dos países ao Sul do globo que experimentaram o colonialismo e o imperialismo europeu. Foram certamente essas questões geradoras que conduziram Akiwowo (1986) à poesia oral, na tentativa de encarar a árdua tarefa de compreender a sociedade nigeriana. Se assim for, urge dar atenção às questões geradoras que podem ser as mesmas ao Sul do globo, portanto universais, conduzindo a respostas diferentes. Vale lembrar que, em tempos recentes, as Ciências Humanas, a Educação e a Filosofia no Brasil conduziram a uma reflexão que entre nós ficou conhecida como a Filosofia das Encruzilhadas, como ferramenta interpretativa do Brasil atual, utilizando-se, do mesmo modo que Akiwowo (1986), dos mitos iorubas conhecidos entre nós como itáns (Rufino, 2019).

Bhambra (2014) refere que o surgimento de uma crítica anticolonial na Socio-

logia tem conduzido os defensores das perspectivas canônicas a necessidade de fazer pequenos ajustes, sem que isso modifique ou impacte elementos estruturantes e verdades construídas nesse campo disciplinar. Outrossim, também se argumenta que parte das revisões propostas já haviam sido prescritas pela própria literatura ocidental, não sendo necessária uma crítica tão agressiva. Bhambra (2014) enuncia a necessidade de uma mudança mais profunda nessas revisões, a fim de que se localize o colonialismo e uma perspectiva do multiculturalismo global como epicentro de um debate renovador das Ciências Sociais. Para Bhambra (2014), necessitamos rever o passado para promover o futuro. Desse modo, a história da modernidade, assim como de outros fenômenos a ela associados, foi contada de forma a apagar o colonialismo e a escravidão, como promotores desse momento do capitalismo global que gera e justifica o nascimento da Sociologia.

Em conjunto com Alatas e Sinha (2023), Patel (2023), Connell (1997), Meghji (2021) e outros autores, Bhambra (2014) advoga a favor de uma Sociologia multicultural que agregue novas formas de pensamento ao Sul global, enfatizando o papel das diferentes perspectivas culturais, sobretudo as que foram marcadas pelo colonialismo, na reconstrução da Sociologia como área do saber. Essas constatações colocam a cultura, o colonialismo e as culturas coloniais não apenas como um tópico de interesse da Sociologia, a saber a Sociologia da Cultura, mas a cultura como marcador de uma mudança teórica e metodológica que enseja reflexões na Sociologia como produto social. A questão que se impõe é, que efeitos tem na Sociologia da Cultura o fato de que a cultura surge como *front* de interpelação da própria Sociologia? Cabe aqui refletir que, quando esses autores se reportam ao colonialismo e, sobretudo, ao anticolonialismo, não estão falando apenas de um conceito que se refere a uma passagem da história, mas de como esse momento é formador de uma perspectiva cultural peculiar que marca as nossas sociedades até hoje.

Cabe referir que a agenda anticolonial está ainda em construção a nível global, com muitos dos/as autores/as aqui referidos/as, que incluso militam nas universidades ocidentais. Contudo, trata-se de uma agenda contínua, cujos contornos e idiosincrasias serão marcadas por disputas e contextos das tradições locais. Cá em nosso ambiente acadêmico brasileiro, interessa-nos perguntar como visualizamos a escala epistêmica do debate anticolonial global, o que nos interessa no âmbito desse debate e de que forma nele nos engajamos transportando o compromisso político de construção de uma Sociologia brasileira comprometida na resolução dos problemas sociais de uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

O que Exu e a exposição apresentada por Jean dos Anjos têm a ver com tudo isso? Aqui estamos tratando de pensar os possíveis aportes teóricos, no campo da So-

ciologia da Cultura, que podem nos servir como guia e orientação na produção de perguntas e possíveis explicações para os fenômenos sociais que estudamos; essa sempre foi a premissa básica de utilização do que chamamos de teoria social. Até então, Exu se apresenta como objeto de análise e não como categoria analítica, inversão que certamente caberia nas características de Exu. O exercício aqui proposto é justamente esse: e se imaginássemos Exu e seus elementos anticoloniais, como as encruzilhadas, enquanto conceitos explicáveis de si mesmo e das circunstâncias sociais adversas? Adiantamos que esse exercício não é novo e perfila em debates travados em vários campos como nos trabalhos de Silva (2023), Pereira (2021) e Rufino (2019).

Exu e o imaginário sociológico

Nos seus últimos anos de vida, o pensador quilombola Santos (2023) desenvolveu a ideia de *guerra das denominações*, como estratégia político e conceitual de combate epistêmico contracolonial que mobiliza saberes comunitários, concebidos por ele como saberes orgânicos, para rebatizar conceitos acadêmicos clássicos, compreendidos por Santos (2023) como saberes sintéticos. Desse modo, o conceito de Desenvolvimento foi substituído por Envolvimento, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, por Biointeração e, para a colonização, a contracolônização. A guerra das denominações é um jogo de enfraquecimento dos saberes sintéticos e de potencialização dos saberes orgânicos, pois trata-se de enfeitiçar as palavras, diria Santos (2023), de forma a produzir um pensamento endógeno. O principal propósito do pensamento endógeno, segundo Hountondji (2008, p. 158), parte do princípio de que intelectuais africanos:

[...] não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico.

O autor beninense indica, assim, que a perspectiva endógena tenta romper com a lógica da divisão do trabalho intelectual nas periferias globais. Ou seja, a endogeneidade emerge como um modo de interpretar a realidade que aponta as limitações de uma racionalização ocidental aplicada de modo universal e acrítico. Adesina (2012) ilustra isso de forma elucidativa quando expõe que as perspectivas de gênero explicitadas pela antropóloga Amadiume (2016) e a socióloga Oyěwùmí (2021), ambas da Nigéria, antagonizando o feminismo universalizante do Ocidente, atuam de maneira crucial para o entendimento das formações de identidades locais e seus comportamentos sociais. Ao tratarmos de Exu e do seu pensamento endógeno neste artigo, no seu caráter anticolonial, aprofundamos as premissas de Connell (1997) de que precisamos prover as nossas

teorias sociais com base nas experiências sociais das nossas populações, enquanto povos que experimentaram as injustiças coloniais.

Num dos mitos mais conhecidos de Exu, consta que dois amigos o cultuavam sem a ele atribuir as devidas oferendas. Exu quis então lhes pregar uma partida e saiu à rua com um chapéu de duas cores, uma preta e outra vermelha. Ao ver o chapéu de cor vermelha, um dos amigos exclamou a beleza de sua cor, sendo contestado pelo outro companheiro que identificou no chapéu apenas a cor preta, tendo a discordância entre os dois ocasionado uma contenda e desacordo entre os amigos. O mito possui várias versões, mas sua explicação explicita o perspectivismo da teoria nativa de Exu em que aponta a realidade social como diversa e passível de diferentes interpretações.

No quadro de Pedro Américo, Pedro I aparece imponente em um cavalo no topo de uma colina, com roupas glamorosas, onde ergue sua espada e liberta a nação com o famoso grito do Ipiranga. Trata-se de um homem branco, europeu e colonizador, retratado como herói. Na exposição *O grito*, o quadro foi objeto de uma inversão conceitual e crítica, subvertendo a lógica de sua produção pictórica inicial, pensada para representar o paradigma da nação e da ordem. *O grito*, portanto, ao utilizar de princípios do *exuísmo*, desestabiliza os imaginários visuais hegemônicos propondo uma reflexão que só a desordem poderia ser capaz de produzir. Diferente da exposição de Jean dos Anjos, Exu não estava presente de forma figurativa, mas, sim, os seus atributos e ações subversivas. A produção da desordem não é gratuita, e pode ou não restabelecer uma nova ordem. Ademais, a ação desordeira *exuística* se deve à reflexão social e ao questionamento que tanto pode produzir consensos, mas também desagrado e contestação. Essa é a sua função.

A exposição de Jean dos Anjos, *Exu te ama*, surge como uma provocação, e Exu, em suas várias formas, é retratado em fotos, vídeos e assentamentos marcando o ponto de sua estada. Duas possibilidades da presença de Exu podem ser pensadas nas duas exposições descritas, a real e a simbólico-epistêmica. Se me perguntam qual delas me parece mais plausível, indico que as duas são hipóteses sustentáveis, uma vez que, à semelhança de Jean dos Anjos, também me apresento como pesquisador-macumbeiro. De todo modo, chamo a atenção de que estamos falando não do Exu como ente espiritual, mas do Exu epistêmico como categoria explicativa de si mesmo e dos fatos sociais em que suas características são mobilizadas. A categoria simbólico-epistêmica de Exu, tal como seu princípio espiritual, provoca-nos a pensar uma relação explicativa de interface entre as artes, a espiritualidade e as ciências, nesse caso a Sociologia da Cultura.

A compreensão de Exu como sujeito e artefato epistêmico-conceitual, por si só, não faz das Ciências Sociais brasileiras um campo da vanguarda anticolonial, mas avan-

ça numa agenda que tem vários contornos e em que precisamos nos inserir perguntando qual deve ser o nosso contributo para o debate anticolonial global. Concentro-me nas características do que aqui denomino de *exuísmo*, como princípio da vida social. Em seu formato epistêmico, o *exuísmo* parte da premissa de uma sociedade desigual, em desordem, marcada por clivagens, disputas, tensões, desigualdades e crises permanentes. Portanto, o sujeito periférico se insere numa sociedade posta numa encruzilhada social e por vezes deve buscar respostas às suas lutas visualizando as múltiplas saídas que a encruzilhada propõe, sem que isso possa ser lido como certo ou errado. Seu princípio é dialético, antes mesmo da dialética marxista. O *exuísmo*, portanto, é a forma como os sujeitos fazem as suas escolhas cotidianas frente às dificuldades de uma sociedade que os exclui, na tentativa de ampliação dos seus direitos e na do que se entende por vida social. Essa dialética *exuística* propõe a ideia de superação dos binarismos, uma vez que a ordem e a desordem são faces da mesma moeda. No campo do *exuísmo*, a vida social é uma encruzilhada. Assim sendo, e se a proposta anticolonial aqui posta é de diálogo entre conhecimentos, sugiro que se ponha Tranca-ruas em conversa com Durkheim, Weber e mesmo Marx. Veremos o que daí sai.

Os/as pesquisadores/as que escreveram sobre Exu, nos alertam para as dificuldades de definição da natureza deste ente. Foi esta constatação que levou Pierre Verger (2002, p. 76) a indicar que é “*difícil defini-lo de forma coerente*”. Encontramos a figura de Exu, originalmente, na costa oeste da África, entre as culturas iorubás, na Nigéria onde é chamado de Exu Legba e fons no atual Benin, onde é conhecido como Legba.

Os processos transnacionais de migração da divindade Exu para o Brasil fizeram com que, em sua existência, na Umbanda e no Candomblé, ganhasse algumas dinâmicas, novos nomes e formulações. Nos candomblés Angola, por exemplo, Exu é conhecido como Aluvaia, e Legba nos Candomblés Jeje. Exu deve ser entendido como uma entidade liminar, dúbia, aparentemente incoerente, inconsistente e demasiado impulsiva. Se assim o descrevermos, vamos nos dar conta de que sua aparência é por demais humana. No entanto, Exu é o mais humano dos orixás. Verger (2002, p. 6) apontou algumas das suas características de Exu, tais como:

Astucioso, grosseiro, vaidoso e indecente, a tal ponto que os primeiros missionários, assustados com essas características, compararam-no ao Diabo, dele fazendo o símbolo de tudo que é maldade, perversidade, abjeção, ódio, em oposição à bondade, à pureza, à elevação e ao amor de Deus.

Juana Elbein dos Santos (2012) nos explica que, na fundamentação cosmológica Nagô, os Exus são o elemento dinâmico de tudo que existe no universo físico e espiritual. Tal como muitos outros/as pesquisadores/as, a autora enfatiza que Exu não pode ser categorizado. Assim como o axé que ele possui e conduz, Exu também é um princípio,

tanto quanto uma entidade, que participa de tudo. A existência humana, bem como, de tudo quanto possui existência material e imaterial, não poderia existir sem Exu enquanto elemento, princípio ou entidade.

Para Wagner Gonçalves Silva (2023), Exu é um grande mediador cultural, característica que se revela por sua função de mensageiro, sendo, assim, um fornecedor de metáforas para se pensarem as relações étnico-raciais no Brasil. Segundo o autor, por seu carácter ambíguo, desordeiro e causador de inversões, Exu constituiria um ícone explicativo para ultrapassar as dicotomias e contradições encontradas na sociedade brasileira.

Importantes interpretes da cultura africana na diáspora, como Leda Martins (2021) e Muniz Sodré (2017) nos oferecem valiosas chaves epistêmicas para interpretar a figura de Exu. A primeira, através da noção de tempo, conceito caro a Sociologia, e o segundo através das ideias de comunicação e tradução. Enquanto interlocutor do tempo e dos seus fluxos, Exu nos é apresentado a partir do seguinte aforismo ioruba: *Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje*. Para Muniz Sodré (2017, p. 171). trata-se de um:

Axioma moral que busca no presente a chave motriz das ações desencadeadas no passado em contraposição reflexiva à lei de causa e efeito ou à ideia ocidental de progresso como efeito de ações passadas.

O presente reverbera na reformulação do passado, através da pedra de Exu, atirada hoje. Sodré elucida que axiomas como este são representações atuantes na interpretação das dinâmicas sociais contemporâneas que resgatam de forma crítica acontecimentos do passado. Leda Martins refere que o tempo ocidental é marcado por sucessividade, substituição e reposição do passado, uma lógica recortada que divide o tempo em presente, passado e futuro. Outrossim, as atribuições *exuísticas*, segundo Martins, vislumbram o tempo como anterioridade, posteridade e simultaneidade. A figura de Exu é capturada por Leda Martins não em termos narrativos ou metafísicos, mas como princípio de cognição ou propriedade de aquisição de um conhecimento e entendimento das coisas. A pedra ainda não havia sido atirada, mas o pássaro já estava morto.

O segundo atributo de Exu indicado por Sodré (2017) e Martins (2021) é seu papel como comunicador e interprete de mundos. Exu é um princípio, que conforme estes autores/as funciona como elemento de comunicação, tradução, interpretação e sistematização de saberes. O Papel de comunicador dado a Exu se dá pela sua relação entre mundos contrastantes como o sagrado e o profano, o céu e a terra, os seres humanos e divindades. Não obstante seu lugar mítico de mediador de relações entre mundos, Exu

comunica através de metáforas e provocações, sempre num lugar intermédio entre a jocosidade, o escarnio e a seriedade. Segundo Sodré (2017) e Martins (2021) a ação metafórica e comunicativa de Exu se expressa, entre outras possibilidades, através da encruzilhada como forma de vínculos entre caminhos díspares, porém possíveis. Leda Martins vê nas encruzilhadas um território policêntrico onde ocorrem confluências, influências e divergências.

Exu nos convida a pensar uma ação cujos efeitos repercutem antes do seu ocorrido, no passado. Ou seja, a ação ainda não se deu, mas seus efeitos se sentem. Através deste aforismo Exu inventa, encurta e interpreta os tempos. Assim sendo, vale compreender que, quando a deputada conservadora endereça sua crítica a exposição do painel Exu te Ama, assistimos aos efeitos de uma pedra lançada no dia seguinte. Exu se apresenta como um guerreiro armado de metáforas e artifícios para enfrentar o que compreendemos como uma guerra cultural, que visa erradicar sentidos críticos da vida e limitar culturas democráticas. Nesse momento particular da conjuntura nacional e global, disputamos o sentido das coisas e Exu é um aliado.

Exu nos apresenta propriedades simbólicas multivocais, pois para os terreiros Exu é um provedor de conforto espiritual, assim como foi uma fonte estética de produção de imaginários para o museu e o público, tal como tem sido um ente de combate político em defesa da democracia e de luta contra o racismo religioso, assim como o utilizamos como um artefato teórico-conceitual.

Afirmamos acima que este artigo se trata de uma provocação *exuística* para pensarmos a Sociologia e suas respostas. Na proposta filosófica *exuística*, respostas dadas não são exigidas, mas, sim, boas e inquietantes perguntas. A pergunta que temos, e as pistas deixadas, incidem sobre a necessidade de uma Sociologia da Cultura nativa que tome seus próprios elementos culturais como aporte de inflexão para explicar e compreender os fenômenos estudados. Indica ainda a necessidade de pensar a cultura ao Sul do globo a partir do debate anticolonial, situando as culturas coloniais como artefatos de interface, não binários, entre o moderno e o tradicional. O elemento simbólico-epistêmico de Exu nos permite atender à complexidade dos fenômenos, pressupondo que sua aparição nos casos narrados se fez como instrumento de provocação despoletando deslocamentos, reflexões, debates, inquietações e respostas emotivas de afirmação e negação do fato social.

Considerações finais

À semelhança da exposição de Jean dos Anjos e seguindo as premissas *exuísticas*, este texto é uma provocação que tanto pode causar desacordos e questionamentos

quanto reflexões e novas pistas para pensarmos a Sociologia e a cultura. Cabe refletir que Exu é um ente indisciplinado e arredo, difícil de ser caracterizado e sobretudo de ser contido; essa característica peculiar do senhor dos caminhos incide sobre sua morada regular, as encruzilhadas. Com frequência, a encruzilhada é pensada como lugar inseguro de perigo e liminaridade, local de encontros, desencontros e perguntas. Talvez seja esta a função de Exu e das encruzilhadas, gerar questões profundas, precisas e inacabadas, mais do que respostas prontas e que são circunstanciais.

É curioso que a aparição de princípios do *exuísmo* na Sociologia tenha se dado a partir de um sociólogo nigeriano, escrevendo em inglês e utilizando vocábulos da língua ioruba, questionando a academia e seus cânones. Não por caso, a recepção dos seus textos foi marcada por polêmicas e desqualificações acadêmicas, algo que, como sabemos, é da ordem das disputas sociais, também presentes na academia e nos campos disciplinares. Akiwowo (1986), assim como Jean dos Anjos, professa uma Ciência Social *exuística*, por isso perigosa e desalinhada do coro corrente. Recorde-se que o termo utilizado por Akiwowo (1986) foi objeto de críticas por sua incapacidade heurística universalizante, não sendo possível classificá-lo como um conceito válido. A pergunta genérica do sociólogo nigeriano se centra na compreensão da sociedade nigeriana, e sua resposta é dada a partir de artefatos conceituais encontrados na poesia oral da sua comunidade étnica.

Em tom (in)conclusivo, questionamos se seria possível a edificação de uma sociologia *exuística* da cultura, tomando Exu e as encruzilhas como artefatos epistêmicos capazes de produzir perguntas inquietantes e respostas inusitadas, beirando o limite das relações entre as artes, as ciências, as filosofias e as religiões. Ao final deste texto, fiquei me perguntando o que diria Patel (2023) e os cientistas sociais anticoloniais mais atrevidos se tivessem acesso ao pensamento *exuístico* que, por seu turno, é certamente anticolonial. Não obstante, estou certo de que Exu aparecerá noutros textos pondo outras questões, inquietando ou divertindo. Laroyê!

Referências

- ADESINA, Jimi. Práticas da sociologia africana: lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (org.). **Como fazer ciências sociais e humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: Codesria, 2012. p. 195-209.
- AKIWOWO, Akinsola. Contributions to the Sociology of Knowledge from and African Oral Poetry. **International Sociology**, Thousand Oaks, v. 1, n. 4, p. 345-348, 1986.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **A teoria sociológica para além do cânone**. São Paulo: Funilaria, 2023.
- AMADIUME, Ifi. Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society. **International Feminist Journal of Politics**, Oxfordshire, v. 18, n. 3, p. 1-3, 2016.

ANJOS, Jean Souza dos. **Amor, festa, devoção**: a rainha Pombagira Sete Encruzilhadas. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BHABHA, Homi Kharshedji. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BHAMBRA, Gurinder Kharshedji. As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 131-151, 2014.

CONNELL, Robert William. Why is Classical Theory Classical? **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: 34, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Quem somos. *In*: DRAGÃO do Mar, [2024?]. Disponível em: <http://www.dragaodomar.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 3 abr. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

HOUNTONDJI, Paulin Jidenu. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 149-160, 2008.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

LIMA JUNIOR, Carlos; SCHWARCZ, Lília Moritz; STUMPF, Lúcia Kluck. **O sequestro da independência**: uma história da construção do mito do Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MEGHJI, Ali. **Decolonizing Sociology**: an Introduction. Cambridge: Polity, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projeto globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PATEL, Sujata. Anti-Colonial Thought and Global Social Theory. **Frontiers in Sociology**, Lausana, v. 8, 2023.

PEREIRA, Linclon Jesus Alencar. **Exu nas escolas**: por uma prática pedagógica antirracista. Fortaleza: Escola Cidadã, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. São Paulo. UBU editora, 2024.

ROSA, Marcelo Carvalho. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 313-321, maio/ago. 2015.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Juana Elbein. Os nagô e a morte. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Modos quilombolas. **Revista Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 9, p. 58-65, 2016.

SILVA, Wagner Gonçalves. **Exu**: um deus afro-atlântico no Brasil. São Paulo: Edusp, 2023.

SODRÉ, Muniz. Pensar **nagô**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VERGER, Pierre. Orixás. Salvador: Edições Corrupio, 2002.

Sobre o autor

Ricardo Carvalho Nascimento - Doutor em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa. Mestre de capoeira. Professor do Instituto de Humanidades da Unilab. Professor colaborador do programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.



Políticas afirmativas na cultura do estado do Ceará

Affirmative policies in the culture of the state of Ceará

Francisco Rômulo do Nascimento Silva

franromulosilva@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UECE)

Nívia Tôres Neves de Carvalho

psi.niviatorres@gmail.com

Universidade Tiradentes - UNIT

10.52521/opp.v22n47.14287

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 19/10/2024

Aprovação do trabalho: 23/12/2024

Publicação do trabalho: 23/12/2024

Resumo

As Políticas Afirmativas na Cultura situam-se no ponto de encontro e emaranhamento im-previsíveis entre a institucionalização e a representação (identidades), ambas inerentes às democracias modernas, portanto, da repetição da diferença cultural que se reafirma pela separabilidade. O presente artigo tem como objetivo principal não simplesmente discutir sobre a criação e implementação das políticas afirmativas na cultura amarradas na redistribuição dos lugares ocupados, mas, especialmente, refletir sobre os perigos e possibilidades (phármakon) do rearranjo das relações que renunciem e sobrevivam às formas exclusivas de apropriação (representatividade) e expropriação (tokenismo). Trabalhando com o Pensamento do Tremor de Édouard Glissant e o Pensamento Negro Radical, bem como com as cartografias de um mundo em combustão e do terror anticoloniais de Achille Mbembe e Frantz Fanon e a Dívida Impagável de Denise Ferreira da Silva, a partir de uma pesquisa também documental, iremos apresentar brevemente a recente estruturação das políticas afirmativas na Secretaria de Cultura em parceria com outras secretarias do Estado do Ceará.

Palavras-chave

Políticas Afirmativas. Política Cultural. Tokenismo. Identidades

Abstract

Affirmative Policies in Culture are located at the unpredictable meeting point and entanglement between institutionalization and representation (identities), both inherent to modern democracies, therefore, the repetition of cultural difference that reaffirms itself through separability. The main objective of this article is not simply to discuss the creation and implementation of affirmative policies in culture tied to the redistribution of occupied places, but, especially, to reflect on the dangers and possibilities (pharmakon) of rearranging relationships that renounce and survive the forms exclusive terms of appropriation (representation) and expropriation (tokenism). Working with Édouard Glissant Tremor Thought and Radical Black Thought, as well as with the cartographies of a combusting world and anti-colonial terror by Achille Mbembe and Frantz Fanon and Denise Ferreira da Silva Unpayable Debt, based on research Also documentary, we will briefly present the recent structuring of affirmative policies at the Department of Culture in partnership with other departments of the State of Ceará.

Keywords

Affirmative Policies. Cultural Policy. Tokenism. Identities

A minha justiça é líquida. Quando me deram o barco, aprendi a usá-lo. Quando me mostraram o mar, decidi nadar.

– Castiel Vitorino Brasileiro, 2022, p. 92.

1 Des-ocupar a barca

O controle político acontece por meio de elementos de múltiplas ordens que tentamos dar alguma forma, seja pela força ou por meio do exercício de torcer e remodelar, seja por meio da *des-ocupação* de dentro do entorno da barca como possibilidade de mergulhar no mar. A barca é a matriz-mundo produtora de normas, palco das belezas terríveis e das experimentações de toda unanimidade por-vir.

É nesse sentido, conforme Achille Mbembe (2020), que a Política pode ser vista como uma prática de instrumentalização, simultaneamente remédio e veneno, arma perecível e invenção-destruidora, uma forma de fazer guerra, um trabalho em construção, estruturação piramidal, formatação linear, refinamento de dados imateriais, logística como força regulatória, cálculo do algoritmo, categorização e encaixotamento, não somente territorial, de conjuntos corporais viventes, mas, principalmente, no *ponto exato em que a corporeidade, o material e o imaterial se encontram*¹.

Ao redor da fortaleza piramidal, por sua vez, o antagonismo geral e generativo, conforme Harney e Moten (2013), trata-se de uma socialidade antes e antes do antes da política, da força e da repressão que corresponde à recusa-comum daquelas/es² que se opõem ao pensamento de sistema, aos modos de colonização e, portanto, às infinitas formas de cercamentos capitalistas que se atualizam no momento-presente.

A política cultural [*cultural politics*], dentre outros desafios, têm no multicultu-

1 Achille Mbembe (2020, p. 06), entende por “corporeidade”, não apenas toda materialidade que compõe objetivamente o corpo. Ou seja, os órgãos, os ossos, os membros, a pele, os nervos e/ou o sangue que circula pelas veias bombeado pelo coração, mas, “a corporeidade também se refere ao modo como o corpo é objeto de percepção, ou seja, como é criado e recriado pelo olhar, pela sociedade, pela tecnologia, pela economia ou pelo poder; o modo como se posiciona em relação a tudo o que o cerca ou que se move e cria um mundo ao seu redor.”

2 Os subcomuns, este local de imanência improvisada e que é sempre uma surpresa disruptiva, conforme Moten e Harney (2023, p. 33), é a recusa-comum no presente continuum “que chamamos de partilha, fricção, empatia, hapticalidade”. Em outras palavras, a recusa é um gesto de autodefesa. É importante aqui não confundir recusa com autodeterminação, enquanto a autodeterminação é uma das formas ontoepistemológicas que sustentam e fabricam o Sujeito do Mundo-Moderno, a recusa para Moten e Harney se situa no ponto exato da improvisação que torna impossível a total instrumentalização, significação e captura existentes. No Brasil, podemos pensar a recusa a partir do pensamento de Abdias do Nascimento com o “quilombismo”, “aquilombamento” como concebe Beatriz Nascimento, e, mais recentemente, como “confluência” com Nego Bispo, por exemplo.

ralismo (Hall, 2013) o mais sério deles, pois este é por excelência uma das ferramentas do controle e apropriação neoliberal para uma nova forma possível de institucionalização, inclusive por meio de reformas jurídicas e sociais. Conforme Denise Ferreira da Silva (2022, p. 38), essa agenda jurídica-moral global estabelece uma obrigação ética de incluir “não apenas jurídica e economicamente” pessoas negras, étnicas, com deficiência e de gêneros e sexualidades diversas, “mas também de um modo que as reconheça como possuidoras de uma diferença cultural”. Também resultado das lutas e tensionamentos históricos, *as ações afirmativas e políticas de diversidade* situam-se no ponto de encontro e emaranhamento im-previsíveis entre a institucionalização e a representação (identidades), ambas inerentes às democracias modernas, portanto, da repetição da diferença cultural que se reafirma pela separabilidade. Neste sentido, não há democracia sem institucionalização e, por sua vez, sem representação.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo principal não simplesmente discutir a criação e implementação das *políticas afirmativas na cultura* amarradas na redistribuição dos lugares ocupados ou muito menos reescrever os debates sobre as relações étnico-raciais no Ceará, logo, a invisibilidade das populações negras no estado³, mas, especialmente, refletir sobre os *perigos e possibilidades (phármakon) do rearranjo das socialidades que recusam e sobrevivam às formas exclusivas de apropriação (representatividade) e expropriação (tokenismo)*. A questão que se coloca à nossa frente é a seguinte: *como sobreviver ao regime estético, brutalista e iluminado que transita entre o desejo de visibilizar (representatividade) para explorar e a tentação de encerrar (tokenismo) para homogeneizar?*

Trabalhando com o Pensamento do Tremor de Édouard Glissant (2014) e o Pensamento Negro Radical, bem como com as cartografias de um mundo em combustão e do terror anticoloniais de Achille Mbembe (2014; 2017; 2020; 2023) e Frantz Fanon (2005; 2008; 2021) e a Dívida Impagável de Denise Ferreira da Silva (2019; 2024), a partir de uma pesquisa também documental, iremos apresentar brevemente a recente estruturação das políticas afirmativas na Secretaria de Cultura em parceria com outras secretarias do Estado do Ceará.

No interior da trama logístico, os últimos anos (entre 2019 a 2023, especialmente) foram marcados pela extinção do Ministério da Cultura (MinC) e de importantes políticas públicas ligadas aos Direitos Humanos conquistadas pelas diferentes frentes de lutas no Brasil, assim como pelos inúmeros ataques e sucateamentos das políticas afirmativas existentes até então. Por sua vez, foi consentida a intensificação sem limites do

3 Para ver discussões sobre a invisibilidade das populações negras no estado do Ceará, indicamos o trabalho de Sousa (2006): “Da negrada negada: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)”, disponível em <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2838>> Acesso em 21 de junho de 2024, às 19h05min.

extermínio da população negra, devastação e genocídio dos povos indígenas/originários, ao mesmo tempo que se enrijeceram as proibições do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e de Gênero e Sexualidade na Educação Básica.

Diante de mundos cada vez mais cindidos, ao mesmo tempo, parece que tudo é regido pela *lei da espada*, pelas políticas de inimizade: uma força muito mais de separação do que de solidariedade. Em outras palavras, “uma força que privilegia o ‘eu menos o outro’ ao invés do em-comum enquanto lugar de reconhecimento e partilha radical” (Gadelha & Silva, 2022, p. 446), continua a estruturar as relações na sociedade moderna.

Para Mbembe⁴, uma das questões centrais de nosso tempo é se *a civilização dará lugar a possíveis formas de vida política*. Os pilares fundamentais que sustentam o edifício do humanismo, isto é, do “direito de gente”, parecem ruir. Segundo o autor, o que resta da democracia liberal continua a desmoronar em face à raiz-individualizada e empreendedora-de-si do mercado-financeiro. Em outras palavras, no presente século, afirma o filósofo, *não há mais direitos perpétuos*. Não porque os mesmos nas últimas décadas estiveram e estão em disputa no interior da lógica do tabuleiro, mas sim, porque a conversão da política em capital financeiro põe o risco da supressão da própria possibilidade da política. Nesta nova paisagem, a *heterogeneidade das pessoas* são capturadas pelo entendimento para o mercado “ultraneoliberal”.

Nos últimos anos no Brasil e em vários países se intensificaram as formas de brutalismos caracterizados, dentre outras miríades de paixões mortais, não exclusivamente pelos *mitos* facinazistas e ultranacionalismos (Lacoue-Labarthe & Nancy, 2020), mas por meio da *naturalização de um estado social da guerra permanente* tanto contra “inimigos íntimos” e “inimigos externos”, ambos fabricados pelo inimigo-que-sou-eu (Mbembe, 2017). Não obstante, a única religião universal, isto é, o mercado financeiro, dentre outras coisas, exacerbou novas lógicas de expulsões de toda ordem em todo o globo terrestre (Sassen, 2016).

Seja qual for o modo como o nomeamos, o mito é outro nome para o terror e o “anti-terror” que jamais se ausentaram nas democracias modernas. Pelo contrário, exibiu sua face mais brutal e perversa, seja pela progressiva e escancarada legitimação da corrupção [portanto, do crime] no interior das instituições do Estado [agora privativo indireto⁵] de modo que já não é possível falarmos de uma doença das instituições, mas toda a máquina do Estado tornou-se a própria corrupção e crime⁶.

4 Artigo intitulado “The age of humanism is ending” foi publicado no dia 22/12/2016 no sítio do Mail & Guardian, da África do Sul. Disponível em <<https://mg.co.za/article/2016-12-22-00-the-age-of-humanism-is-ending/>> Acesso em 08 de dez. 2022, às 22h46.

5 Para a discussão sobre “Governo Privado Indireto” (Du gouvernement privé indirect), conferir Achille Mbembe (1999) disponível em <<https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-1999-1-page-103.htm>> Acesso em 09 de out.2021, às 00h57min.

6 No Brasil, por exemplo, seja pelas milhares de vítimas acometidas pela COVID-19 por atraso das vacinas ou pelo

2 Cultura e tokenismo

A cultura é uma coisa padronizada,
mercantilizada, colonial. Os colonialistas
dizem que não temos cultura quando
não nos comportamos do jeito deles
– Antonio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), 2023, p. 23.

Nós não podemos nos permitir ser tokenizadas
– Gloria Anzaldúa, 2021, p. 49.

Barbárie é o amor tirânico de si (Glissant, 2011). Ela desconhece toda e qualquer possibilidade de reciprocidade, partilha e laços de solidariedade. As violências que experienciamos cotidianamente na carne e no espírito é, inclusive, uma violência anticultural.

Conforme Glissant (2005), o conceito de “cultura” deve ser tomado em seu duplo ou em sua categorização, ou seja, nas palavras do pensador existem as *culturas atávicas* e as *culturas compósitas*. Por culturas atávicas, o autor nos apresenta a ideia de uma cultura que se afirma na origem impositiva dos algoritmos como máquina de aprimoramento por meio da política pública. O princípio das culturas atávicas é o da lógica da Gênese, portanto, no princípio de filiação que objetiva legitimar-se sobre a posse de uma terra transformando-a em território, catalogando, transformando vidas mais-que-humanas em matéria-prima, produto e trabalho.

Por sua vez, culturas compósitas tocam e se deixam ser tocadas por outras raízes por meio da circularidade e da extensão sem se desnaturar. Nos termos de Moten e Harney (2023), são existências incompletas e têm prazer nessa incompletude. As culturas compósitas “compreendem” e toma distância da lógica atávica do Mundo-Branco [Branquitude]. Ser-sendo/dar-com e implicativas, as culturas compósitas não podem ser nomeadas, fixadas, pois elas não podem ser confundidas com as culturas atávicas que conduzem as velhas práticas inovadoras das políticas públicas enquanto imposição do corte em diversas partes do tudo e a todo mundo que, na prática, trata-se de impor os critérios neoliberais [isso fala de suas “concessões” ou outros modos liberais de dominação e controle sob as lógicas de “inclusão”, “descentralização”] que é do empobrecimen-

crescente índice na casa dos 33 milhões de pessoas passando fome e mais da metade da população do país [125,2 milhões de pessoas] vivem com algum grau de insegurança alimentar, conforme II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil; seja por aquilo que “permite delimitar esse tempo como uma prática de transformação e de gerência, portanto de cálculo de tudo e do todo (vivo e não vivo) por meio dos algoritmos, como sendo obsoleto, residual ou despejado” (Gadelha & Silva, 2022, p. 448).

to às custas do seu próprio aprimoramento e autojustificativa jurídico-político enquanto necessidade inerente ao Estado-Capital-Patriarcal.

Se uma é regida pela conquista, assimilação e pelas metas de governo, a outra transita entre as diferentes formas de lutas, estratégias e táticas de sobrevivência. Ambas as noções não são estanques e a raiz em ambos os casos falta, nessa medida-comum, elas se alternam e, ambas, integram a mesma composição de uma espécie de “remédio”: veneno e antídoto ao mesmo tempo.

Se, por exemplo, como Spillers (2017, p. 92) nos conduz a refletir sobre *a ideia de cultura negra*, não existe “cultura negra” ou que esta foi “substituída”, ao mesmo tempo, paradoxalmente, precisamos dela no momento-presente: “E se isso é verdade, talvez a cultura negra – como a recuperação da vantagem crítica, como uma dessas vantagens que podem ser espionadas, e que já não se baseia mais na ‘raça’ – ainda está por vir”. Esse “por vir” é o próprio momento-presente, o “agora” e, ao mesmo tempo, a impossibilidade generativa de nossas improvisações.

Nesse sentido, a história do Mundo-Branco⁷ pode ser descrita e “compreendida” a partir de um relato de três dias e de três noites com todos os seus *tremores da linguagem*, da *estética* e da *técnica* – sendo essas três palavras, então, quase sinônimos.

2.1 A linguagem do ‘nômade-invasor-armado’

No primeiro dia e noite, um ‘nômade-invasor-armado’ chega com suas navegações, escrituras, armas e vírus. Com as pegadas na areia-negra, captura não somente o corpo, mas a mente e o espírito, afogando-o nas águas da experiência do espelho: chacinas, assassinios, encarceramentos, isolamentos, inimizades, faccionalização, rivalidades e negação dos deuses. O seu objetivo é destruir todos os sistemas de referência possíveis.

7 Por “Mundo-Branco” entendemos uma força de separação, nomeação, mumificação, coisificação, seletiva, objetificante, que não sabe ouvir e não sabe transformar-se e que transita entre o desejo de explorar e a tentação de eliminar. O Mundo-Branco pode ser pensado aqui como a reativação infinita dos mundos de morte. Por meio da incontável, persistente e imediata necessidade pelo poder como objeto, esta força funciona por meio de princípios similares de reunião e concentração agudas sobre e em torno das soberanias ou representatividades no mundo inteiro. No Brasil, algumas formas de autoritarismo têm no Mundo-Branco (Branquitude) a sua força motriz que transita entre a institucionalização do Mito da Democracia Racial e a ideologia do branqueamento. O termo (sem o hífen) foi cunhado por Frantz Fanon (2008) em *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Constituído por suas infinitas clausuras, erguem-se por todos os lados os muros, as cercas e a categorização das vidas. Neste sentido, o Mundo-Branco é ainda um emaranhado de forças que consagram, celebram e legitimam os conchavos, as hierarquias, as identidades-fechadas. Em outras palavras, trata-se do mundo-transparente e ordenado pelos *pilares ontoepistemológicos* que sustentam as matrizes desse mundo que nos foi dado a conhecer, conforme o pensamento de Denise Ferreira da Silva (2019).

Despojado de tudo e de quaisquer possibilidades, a “coisa” colonizada passa a se ver privada de sua própria língua e, dos abismos, multiplicam as línguas a partir do grito e do clamor, a abertura de mundo [afirma-se que determinados grupos humanos e inumados não têm cultura]: “Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua” (Glissant, 2005, p. 18). Nos porões da barca aberta germinaram “fugas à imaginação”, ou seja, “a fuga ordinária e a corrida fugitiva do laboratório de linguagens”. No abismo do ventre da barca, o espantoso e inominável palco de brutais experimentações de “fonografias pretas” (Morten, 2021, p. 139). O corte inaugural do que mais tarde chamaríamos de Novo Mundo aconteceu no mar-Atlântico e espalhou-se rapidamente como um vírus mortífero: “onde o grito vira fala, vira música – longe do conforto impossível da origem –, reside o rastro da nossa linhagem” (idem, 2023, p. 50).

“Eu não consigo respirar” é a condição comum de existências diferentes do momento-presente e a da maioria das pessoas nos últimos cinco séculos, pelo menos. Essa frase é ainda um lembrete: são múltiplas as políticas de asfixia e castração anti-negra, anti-povos-originários, antiLGBTQIAPN+, anti-PcDs que se manifestam cotidianamente no Brasil e no mundo. O racismo, por exemplo, não é simplesmente uma manifestação isolada ou um sentimento particular. O racismo não tem como objeto uma pessoa em particular, conforme Fanon (2021), trata-se de um *modo de existência*. Além de ser “o elemento mais visível, mais cotidiano, às vezes o mais grosseiro [...] de uma dada estrutura” (idem, p. 70), há uma relação recíproca entre o racismo e a cultura. Por sua vez, o racial é a própria matriz do *nomos* da Terra (Mbembe, 2017; 2020), isto é, a *lei* que rege as relações, os costumes, a política e sua institucionalização enquanto guerra colonial na contemporaneidade.

Nos últimos anos, por meio de telas planificadas, nossos olhos têm assistido o [nosso] mundo-de-joelhos. Pandemia da COVID-19, guerra na linha-vermelha em território europeu, o mundo em ebulição climática, genocídio do povo palestino e dos povos indígenas brasileiro. Dito isto, o nosso tempo continua a ser e se afunila por meio de uma desigual distribuição da vulnerabilidade, portanto, da palavra, do olhar, do toque e da escuta. Uma atualização e permanência-mutante de poder circunscritas às mesmas existências: brancas-masculinas-cisheteropatriarcal-capacitista-capitalista [Mundo-Branco].

Em outras palavras, para Frantz Fanon (2008), não é suficiente a hipervalorização da negritude, pois esta [já] é reinscrita no multiculturalismo neoliberal⁸, seja por meio da

8 Conforme Stuart Hall (2013), o multiculturalismo descreve diferentes processos e estratégias políticas sempre sob rasura ou inacabados. O “multiculturalismo liberal”, por exemplo, “busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual

expropriação do corpo, seja pela exploração do espírito. Para ele, é necessário a *abolição do racial e do colonial*. O racial como expropriação absoluta do vivente e o colonial como despossessão total da terra e todos os seus recursos. A lógica Racial é a matriz piramidal, atávica, una, autoritária e perversa que rege o social, logo, o Estado e suas instituições.

2.2 A estética do ‘migrante-nu’ ou *aesthesis negra*

A segunda noite e dia surge com a [ausência de] imagem do ‘migrante-nu’, ou seja, aquele que foi sequestrado para o continente americano e constitui, portanto, a base do Mundo Moderno por suas capacidades muscular, científica e inventiva, apropriadas, roubadas, perseguidas, coisificadas e apagadas. Se tocarmos essa existência desgenerificada será possível imediatamente sentir “marcas indecifráveis”, “uma espécie de hieróglifos da carne” (Spillers, 2021, p. 35) que, em certa medida, estão ocultas pelo negrume da pele e automaticamente pelo cativo da racialidade.

O sangue que escorre pelo chão ou pelo esgoto-a-ceu-aberto das quebradas-urbanas⁹ – outrora campo de plantação escravagista de cana-de-açúcar, café ou do algodão onde eram cultivados –, tornou-se parte de ambos e, por sua vez, fluxos de dinheiro no mercado financeiro. Neste sentido, conforme Rizvana Bradley (2023, p. 117,118), “a carne é anterior ao corpo, anterior a individuação [...] a *aesthesis negra* da qual emergem as artes da dissimulação constitui o rasgo vertiginoso do ‘relevô entre o eu, o mundo e a representação’ da modernidade”¹⁰.

Pois a estética negra se movimenta na improvisação por meio da recusa-comum e da sua oposição. Pois, para fazer eco às palavras de Harney e Moten (2013), a recusa-comum é a tendência inerente à tradição radical preta. Por um lado a auto-crítica incessante e, por outro, o gesto genuíno de partilhas de saberes e tecnologias de sobre-vivências. Em face a captura im-possível, a sua instrumentalização [ainda que “obsoleta”], se evidencia amarga, pois corre o risco de corresponder os interesses da máquina-universal [as disputas pelo poder, visibilidade e prestígio tornam o ópio, o brilho

universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado” (Hall, 2013, p. 58).

9 Não quantificável e sem medida (excede e não pressupõe a métrica, isto é, “essa *desmedida* é uma negação da medida metrificada”, conforme Glissant, 2005, p. 94).

10 Conforme Rizvana Bradley (2023, p. 45, 47 - tradução nossa), “*aesthesis negra*” é precisamente aquilo que “emerge no corte entre a existência negra e o não-ser negro, entre a dissimulação violenta do ‘corpo negro’ e uma encarnação negra que sempre foi mais e menos do que o corpo fenomenológico. [...] A *aesthesis negra* não é um desafio político ao regime racial de representação, mas é sim seu anterior dehiscente, sua condição de (im)possibilidade expropriativamente deslocada. [...] A *aesthesis negra* é uma emergência sem lar ou horizonte, um plano abissal sem término, uma lágrima luminosa ou fissura eficiente anterior ao *sensus communis*, um buraco negro que perpetuamente se incompleta. A *aesthesis negra* não é ontológica nem fenomenológica, mas sim a ruptura vertiginosa dos relés estéticos da modernidade entre ser, corpo-sujeito e mundo”

do ouro nos olhos de performances pré-fabricadas, em suma, um proceder alinhado a governança, a mente do Estado].

A cientista política francesa Françoise Vergès (2023), ao contestar o Museu enquanto depósito do Mundo Moderno Colonial, apresenta-nos cenas de pilhagens, roubos e confiscos que remontam a contínua despossessão da cultura, genocídios e massacres inumeráveis contra populações inteiras ao longo da história. A autora também expõe alguns armadilhamentos da representatividade [uma espécie de “antirracismo liberal”], que por meio das políticas governamentais de diversidade e inclusão, transitam entre a captura e pacificação que esse mesmo multiculturalismo liberal inspira.

Mais do que uma “apropriação-expropriação das lutas pelo Estado para neutralizá-las e transformá-las em imagens bonitas” ou “compreender como essas reconfigurações preservam as estruturas de poder” (Vergès, 2023, p. 35), o *tokenismo* é uma das mais sofisticadas estratégias de sobrecodificação destes territórios e territorialidades pelas forças do Capital Financeiro. Ele não apenas captura e impõe outro modo de funcionamento da vida econômica em sociedade, o Capital Financeiro *determina* nossos próprios valores culturais, sociais e simbólicos.

Seja pessoas negras, indígenas/povos originários, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ ou outras identidades catalogadas pelo Mundo Moderno, o *tokenismo*, transita entre o desejo de capturar e a tentação de homogeneizar populações inteiras limitando-as a uma pasta de identidade-fechada, compartimentalizada. Nas palavras de Mombaça (2020, p. 07), amarradas “às Políticas da Representatividade” ou do que chamamos romanticamente de ‘empoderamento’, “somos as mais vendidas” e, por sua vez, fixadas e lançadas em um espiral sem fim.

Se uma das características de uma cultura “é ser aberta, perpassada por linhas de força espontâneas, generosas, fecundas” (Fanon, 2021, p. 73), precisamos pensar todas as *identidades no devir* (Glissant, 2011; Mbembe, 2020), isto é, na trama de relações das quais cada uma coexiste e é a soma viva do todo que insiste em sobreviver ao regime estético do Mundo-Branco. Em outras palavras, é possível afirmar que o genocídio, agora como antes, é *um projeto estético* – seja pela criminalização das manifestações culturais negras no Ceará “pós-abolição” (Ferreira, 2021) ou Lei da Vadiagem que tinham como alvo a contra-cultura negra e indígena no Brasil “no dia seguinte” a abolição da escravidão (Fraga, 2018), seja pela assimilação do multiculturalismo liberal nas políticas e instituições do governo atual. Conforme Rizvana Bradley e Denise Ferreira da Silva (2023), ao nos apresentar *as quatro teses sobre estética*, nos provoca a refletir que a questão, então, não deveria ser por que repensar a estética agora, mas sim *como sobreviver ao regime estético, brutalista, iluminado que transita entre o desejo de visibilizar para explorar e a tentação de encerrar para eliminar (homogeneizar/separar)*.

2.3 “Cidadão-de-bem” brasileiro, outro nome para destruição

E, finalmente, aquele que se auto-intitula “cidadão-de-bem”, que chega com suas técnicas e seus hábitos alimentares: fogão, panelas, talheres e outros utensílios, não obstante, com suas fotografias de família, bibliotecas e catequese, e brutaliza e estupra Pindorama (Terra das Palmeiras) que mais tarde foi nomeada como “Brasil” (Santos, 2021). Ao projetar em flecha sua imagem nas águas que por aqui corriam, Ele disse: “haja luz” e houve luz Iluminista.

O século XXI iniciou anunciando garantias, direitos e igualdade, mas se viu assombrado consigo mesmo e cada vez mais regido pelo medo do seu próprio fim. Portanto, esse tempo colonial, respeitando sua própria lógica, ainda é caracterizado pela desigual distribuição da vulnerabilidade. Embora tenhamos entrado de forma global em zonas de vizinhança, isto é, determinadas experiências que somente corpos-pretes sofriam e sofrem agora, assimetricamente, outros corpos passam a sofrer: “a esse novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*.” (Mbembe, 2014, p.18 - grifo do autor).

Embora os cálculos da distribuição da vida e da morte tenham ganhado certa elasticidade, há um corpo que continua e continuará a morrer. No entanto, agora e cada vez mais, como vimos, ele não é o único ameaçado pela morte, mas toda a Terra. O colonialismo que mata tudo à sua volta saiu do seu estado bruto e se transformou efetivamente em vírus. Como todo vírus em sua capacidade metamorfoseante, ele objetiva condenar ao desaparecimento humano e além-de-humano; isso caso não tomemos as devidas e radicais medidas para impedir *a queda do céu* (Kopenawa & Albert, 2015).

Dentre outras coisas, o racismo, o cisheteropatriarcado, o capacitismo e o capitalismo fazem parte da mesma força que transita entre a objetificação, extração, exploração, fixação, homogeneização, seleção, separação, invisibilização, silenciamento e eliminação. Conforme Beatriz Nascimento (2022), o *mito* da democracia racial e a *ideologia* do branqueamento, por exemplo, são as bases que produziram e sustentam o projeto de sociedade brasileira, seja nas relações sociais, seja em sua estrutura institucionalizada (jurídico-político-econômico). Ambos, o mito e a ideologia, serviram e servem para fixar uma identidade nacional/cultural que *nega* a existência do racismo e, por sua vez, a existência de pessoas negras a partir do discurso de “somos todos iguais”. Essas lógicas se aplicam às demais matrizes de violências, pois o modelo do Sujeito moderno é o padrão da normalidade do social¹¹.

Nenhuma técnica nasce fora da natureza, pelo contrário, conforme Nancy (2017),

11 FERREIRA DA SILVA (2022) define “Eu transparente” do seguinte modo: homem, o sujeito, a figura ontológica consolidada no pensamento da Europa pós-iluminista.

ela inventa novos agenciamentos tanto de máquinas que são maquinadas quanto de modos de vida produzidos. Isso quer dizer que toda construção carrega consigo o fundamento germinal da desconstrução.

No entanto, o invasor, primeiramente, não instala seu modo de vida sem antes sistematicamente instaurar a sua dominação e sua autoridade: “exploração, torturas, pilhagens, racismo, assassinatos coletivos, opressões racionais se revezam em diferentes níveis para literalmente fazer do autóctone *um objeto* nas mãos da nação ocupante” (Fanon, 2021, p. 71 - grifo nosso). Ao torná-lo objeto, ao capturá-lo e subjugá-lo pelos meios e fins necessários, as vidas originárias e aquelas que mais tarde fizeram a Passagem do Meio¹² se vêem sem possibilidades de existência, despossuídas e retirada delas o que há de mais essencial: a vontade de viver, de continuar caminhando ou projetar um amanhã, pois dia após dia, tudo fica mais confuso, mais fantasmático. Tudo isso servirá de alicerce para o que chamamos de complexo de culpa. Não basta a mumificação das culturas, sua fetichização e congelamento no “eu sei como eles são”, “eu os conheço”, a barbárie se evidencia no espetáculo que, por sua vez, se eleva ao êxtase da dormência representada nos Programas de TV Policialescos e Neopentecostais.

Toda sorte de racismos vulgares explode por todos os lados por meio da exploração das capacidades musculares. O trabalho, por meio do aperfeiçoamento dos meios de produção, não dignifica esse “homem”. Pelo contrário, conforme Fanon (2021), tudo se passa por uma camuflagem, um véu ontológico colocado sobre o objeto explorado pelas relações e estruturas piramidais, simulacros do racismo. Sem MEI¹³ é preciso ser representado, sem o acesso e conhecimentos necessários da tecnologia dos editais com linguagem simples, é preciso pagar consultoria.

12 Conforme Marcus Rediker (2011, p. 85), “Uma longa Passagem do Meio, portanto, compreendia duas etapas, como revela o caso dos golos: a primeira era na África, uma marcha por terra e muitas vezes por via fluvial interna (em chalupa neste exemplo, porém mais comumente de canoa), rumo à costa e ao navio negreiro. Os traficantes de escravos chamavam a isso de ‘trilha’, um caminho seguro para a força de trabalho sair da África rumo à economia global. A segunda etapa tinha lugar no navio negreiro, em uma Passagem do Meio oceânica, entre um porto africano e um americano. Juntos, eles serviam de elo de ligação entre a expropriação, de um lado do Atlântico, e a exploração, de outro. As trilhas e experiências variavam de região para região na África, dependendo dos tipos de sociedades de origem tanto dos escravos quanto dos traficantes. Quem eram os escravos, de onde vinham e como foram parar no navio negreiro eram fatores que determinavam não apenas o modo como reagiriam uma vez a bordo, mas também a forma como os capitães do navio negreiro iriam tentar mantê-los sob controle. Para quase todos os cativos, salvo uns poucos que iriam voltar como marujos, a saída da África seria definitiva. Quando os escravos chegavam ao navio, não havia mais possibilidade de regresso.”

13 MEI é a sigla para Microempreendedor Individual, um tipo de empresa que se caracteriza por ser uma pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário. Para Mbembe (2014, p. 16), ao apresentar uma de suas teses fundamentais do seu pensamento, *Devir-Negro do Mundo*, os define como “humanidade supérflua” não como “trabalhadores”, mas como nômades do trabalho. Para o filósofo, trata-se ainda de uma normatização de vidas arruinadas e entregues ao abandono, “sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital”.

A promessa estampada de “ordem e progresso” na bandeira verde-amarelo ou do *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é apenas uma sutil e caricata promessa de liberdade, igualdade e fraternidade “na esteira de uma evolução dos espíritos” (idem, p.75) que não produz nenhum efeito contra a virulência do racismo. Pelo contrário, o alimenta e o reforça.

Agora que somos uma nação civilizadora, lembra Fanon (idem), quando o assunto é racismo, tudo fica mais sutil e/ou disfarçado de outra coisa. O sujeito lido e marcado pela cor-de-pele branca no Brasil agora é lembrado do lugar de poder que ocupa no tabuleiro (branquitude) em face às recentes políticas eugenistas no início do século passado: “o racista se esconde”, afirma Fanon (idem). O ‘cidadão-de-bem’ eleitor e consumidor de todos os bens, direitos e serviços; agora “assombrado pela consciência pesada” (idem), precisa ser urgentemente letrado racialmente na esperança que tudo se transforme: “o interesse dessa evolução é que o racismo seja incorporado como tema de meditação, às vezes até como *técnica publicitária*” (idem, p. 76 - grifamos), nas *timelines* dos perfis verificados do *Instagram*, *WhatsApp* ou *X* dos representantes do governo vigente mais progressista ou daqueles digitais-*influencers* com milhares de seguidores e especialista nos mais variados temas das relações raciais no Brasil. “Da-ponte-pra-cá”¹⁴, seguimos “acompanhando esse poço de contradições e este emaranhado de sutilezas com uma visão bastante cética” (Nascimento, 2018, p. 115), pois o fim do racial seria o fim tanto das lógicas que sustentam um governo progressista quanto o lucro dos digitais-*influencers*.

3 A ponte-trêmula das afirmativas-culturais

Não há remédio inofensivo. O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico. [...]

Ela participa ao mesmo tempo do bem e do mal, do agradável e do desagradável. Ou, antes, é no seu elemento que se desenham essas oposições.

– Jacques Derrida, 2005, p. 46, 47.

As Políticas Afirmativas na Cultura podem ser vistas como uma ponte-trêmula de emulsificação totalmente provisória e desigual do pensamento do eu-menos-o-outro com o pensamento do tremor (Glissant, 2014). A imagem que queremos

14 “Da ponte pra cá” é uma referência ao título e letra de uma canção do grupo brasileiro de rap Racionais MC's, lançada no álbum “Nada Como um Dia Após o Outro Dia”, em 2002. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbq>> Acesso em 26 de novembro de 2023, às 22h55min.

esboçar aqui não é de uma curva sobre o abismo ou uma linha entre dois termos da mesma moeda que poderia inspirar análises de compreensão e simetria do [significado do] ser, pois por todos os lados há abismos, perigos e possibilidades. Evocamos essa imagem, prestes a se desfazer, como um acontecimento que é sempre flutuante e que encontra-se no momento-presente em estágio de combustão. Logo, nos interessa não somente a arquitetura armada da ponte (a Políticas de Ações Afirmativas na Cultura), mas, especialmente, os joelhos trêmulos e as mãos cansadas daquelas/es que têm um plano e que também, por este motivo, decidem atravessar a ponte não por mérito, mas sim por *insistência na vida que produz vida*.

3.1 Políticas Afirmativas na Cultura do Estado do Ceará

Com o retorno do Ministério da Cultura (MinC) em 2023 e, por sua vez, a abertura para repensar a política cultural no país veio acompanhada pela aprovação do maior investimento na Cultura até então, a Lei Paulo Gustavo¹⁵. Em 2023 o MinC publicou a Instrução Normativa (IN)¹⁶ que dispõe sobre regras e procedimentos para implementação de ações afirmativas e no mesmo ano o decreto das cotas no Estado do Ceará. Dentre elas, a IN aponta medidas de descentralização, desconcentração territorial e regionalização, com a garantia de recursos para as cidades com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com menor presença de espaços e equipamentos culturais públicos.

De acordo com Sueli Carneiro (2015), o debate sobre a política étnico-racial ganhou força no Brasil a partir da “III Conferência Mundial contra o Racismo: a Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância”, que se realizou no período de 30 de agosto a 7 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Tal política se propõe a contribuir com “mudanças estruturais”, que aqui entende-se como ações afirmativas étnico-raciais.

É preciso enfatizar a certeza de que, para além do enfrentamento da desigualdade sócio-étnico-racial no país, são necessárias e urgentes ações de enfrentamento às situações de vulnerabilidade em que fica exposta a maior parte da população brasileira. Em prol da superação (im)possível de um abismo que não deixa de se aprofundar em nossa realidade, entre a população branca e não branca.

Em Fortaleza (CE), o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), situado no bairro Bom Jardim, é um dos principais exemplos de ações afirmativas na Cultura do Estado,

15 A LC nº 195/2022 regulamenta o investimento de R\$3.862.000.000,00 ao Distrito Federal, estados e Municípios, sendo o maior repasse direto da história do país para o setor cultural. Ao todo, R\$ 177 milhões estão investidos na cultura do estado do Ceará, o qual, todos os 184 municípios se tornaram aptos para o recebimento do recurso. Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros foi ator, humorista, diretor, roteirista e apresentador. Nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, no dia 30 de outubro de 1978. Ele morreu de Covid-19, em 4 de maio de 2021.

16 Instrução Normativa SECULT/CE nº. 01/2023 - Lei Paulo Gustavo, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 04 de dezembro de 2023.

em especial, desde seu nascimento, por meio da arte e da cultura, pensar estratégias e possibilidades de combate à pobreza em face às constantes ameaças de desmonte (Honório, 2014). Enquanto único equipamento cultural gerido pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE) imerso em uma das periferias urbanas da capital cearense, senão como um dos principais modelos de se reimaginar uma “democracia cultural” da cidade de Fortaleza (RIBEIRO, 2019), ele se inscreve nas práticas e, sobretudo, no modo de pensar e fazer (práxis) a política cultural baseada nos Direitos Humanos e na Gestão Compartilhada, ambas fundamentais para se pensar, aplicar e reformular as Políticas Afirmativas¹⁷.

Resultado das lutas e organização dos movimentos sociais locais, o Centro Cultural do Grande Bom Jardim¹⁸ nasceu em 2006, construído com recursos do tesouro estadual. Pensado estrategicamente como espaço de desenvolvimento econômico e social para os territórios que compõem o Grande Bom Jardim. O CCBJ ao longo dos anos tem pensado junto as lideranças locais, bem como com as escolas estaduais e municipais, associações, mestras e mestres da cultura, ONGs e outras organizações sociais, estratégias políticas de enfrentamento ao genocídio de adolescentes e jovens negros, bem como formação e redistribuição de renda. O Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim¹⁹, por exemplo, é um dos principais reflexos da construção participativa da política no território. Desde o seu surgimento, o corpo de profissionais que o compõe têm reimaginado um equipamento de Cultura e Arte que seja efetivamente aberto, democrático e participativo.

Além das iniciativas da Escola de Arte e Cultura do CCBJ desde 2007 com o projeto “Jardim de Gente” e seus desdobramentos na política CCBJ (Honório, 2014), o Núcleo

17 O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), o único equipamento cultural do estado do Ceará situado em uma das periferias urbanas da cidade de Fortaleza é também o único que possui gestão compartilhada regulamentada. A portaria nº 257 de 22 de dezembro de 2023, está disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1aYhQpATuLASuIU75ObUuyTJz16unt7Lf/view>> Acesso em 14 de agosto de 2023, às 17h04min.

18 O Grande Bom Jardim é um território formado pelos bairros Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa e Bom Jardim, que em seu conjunto, abrigam uma população de 204.281 habitantes, de acordo com o Censo IBGE 2010. O local em que está situado é reconhecido como uma das áreas mais populosas e também mais pobres de Fortaleza (CE). Nasceu entre os anos de 1961 e 1962, quando um empreendimento imobiliário dividiu uma área rural em lotes. O censo de 1960 registrava que Fortaleza possuía cerca de 500 mil habitantes. Em dez anos, portanto, quase dobrou sua população. Devido a seca na década de 50, milhares de sertanejos vieram para a capital. Dentre os bairros ocupados, vários lotes de terras de fazendas no território que hoje compõem o Grande Bom Jardim foram vendidas a baixo custo comparada a outros lotes de terra pela cidade. A partir da década de 1970 o crescimento começou a ser desproporcional, pois os terrenos ainda continuavam baratos. Com o crescimento desordenado, surgiram as primeiras favelas. (MAPURUNGA, 2015).

19 Para conhecer um pouco do Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim acesse sua página no Facebook Disponível em <https://www.facebook.com/forumdeculturagbj/?locale=pt_BR>. Acesso em 18 de novembro de 2023, às 01h59min.

de Articulação Técnica Especializada (NArTE)²⁰, neste sentido, pode ser tomado aqui como uma das iniciativas mais desafiadoras institucionalmente na reflexão sobre as Políticas Afirmativas na Cultura. Nascido em 2017, o NArTE é um setor de atenção social que tem como objetivo central desenvolver, por meio da arte-educação e da cultura, o enfrentamento às violações de direitos e o fortalecimento dos Direitos Humanos no equipamento e nas cinco bairros que compõem o território do Grande Bom Jardim. O NArTE ainda pode ser visto como uma referência de política de base comunitária na Rede de Equipamento da Cultura (RECE / Secult). O CCBJ, ao longo dos últimos anos, serviu e continua a servir como modelo para a elaboração de estratégias institucionais em Direitos Humanos [ou que ainda é possível tirar algum proveito dele] e territorialidades nos diferentes equipamentos geridos pela Secult-CE e nas comunidades próximas ou nos seus entornos²¹.

É somente a partir de 2015 que surgem as primeiras ações que mais tarde viriam ser desenhadas como Políticas de Ações Afirmativas da Cultura²². As principais estão resumidas no mais recente Relatório de Gestão de 2015 a 2022²³ da Secult-CE. O documento institucional desenha brevemente como a Secult-CE tem pensando atualmente as ações afirmativas no âmbito da Cultura pela primeira vez, de modo a construir ações estratégicas enquanto política em parceria com outras pastas de governo, como por exemplo, a Secretaria da Igualdade Racial, a Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará e a Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará.

A implementação da política LGBTIQIAPN+ na Secult-CE teve como principal marco o lançamento do edital “Cultura LGBT” no ano 2016 e que posteriormente ganhou uma edição intitulada “Cultura LGBTQIA+”²⁴. A proposta da política cultural LGBT-

20 Núcleo de Articulação Técnica Especializada (NArTE), disponível em < <https://ccbj.org.br/narte/> > Acesso em 18 de agosto de 2023, às 14h41min.

21 Dentre outros exemplos que se inspiram, podemos citar as recentes experiências do Núcleo de Articulação Comunitária Afirmativa (NACA) e do Núcleo de Políticas Afirmativas (NUPA) do Instituto Mirante, assim como o Núcleo de Articulação Territorial (NAT) do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). Disponível em: <<https://www.institutomirante.org/nucleo-de-articulacao-comunitaria-e-afirmativa-do-instituto-mirante-realiza-programacao-cultural-nesta-semana-no-moura-brasil/>>; <<https://www.institutomirante.org/nucleo-de-politicas-afirmativas-do-instituto-mirante-realiza-l-cine-da-t-eu-nome-em-parceria-com-o-festival-for-rainbow/>>; <<http://www.dragaodomar.org.br/noticias/1278/20230413-1217-dragao-do-mar-ganha-nucleo-de-articulacao-territorial>> Acesso em 18 de agosto de 2023, às 16h57min.

22 Acesse os Guias Práticos para editais da Lei Paulo Gustavo no Ceará. Um dos guias é uma síntese didática destinada aos agentes da arte e da cultura intitulado “Políticas de Ações Afirmativas da Cultura”. Disponível em <<https://leipaulogustavo.secult.ce.gov.br/guias-praticos/>> Acesso em 14 de outubro de 2023, às 15h37min.

23 O Relatório de Gestão 2015 a 2022 da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará está disponível <<https://www.secult.ce.gov.br/ceara-estado-da-cultura-gestao-2015-2022/>> Acesso em 18 de novembro de 2023, às 02h05min.

24 Com o foco na promoção à memória e à visibilidade das manifestações culturais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, o edital e Cultura LGBT foi pensado com representantes dos movimentos sociais e outras coletividades. Os projetos selecionados no edital contemplaram os seguintes eixos: “Memória

QIAPN+, logo em seguida, era adentrar outros editais, como os editais Cidadania Cultural e Diversidade e Territórios Culturais e Tradicionais em 2020 – este destinou recursos também para os Territórios periféricos do Ceará, assim como, para os Museus Comunitários e Bibliotecas Comunitárias do estado.

Essas primeiras edições foram os primeiros passos para elaboração de estratégias que possibilitaram o lançamento do Edital Ceará da Cidadania e Diversidade Cultural: o primeiro edital da Secult-CE com aplicação de Linguagem Simples e outros recursos provenientes das políticas de acessibilidade. O edital, conforme indica o relatório, também objetivou implementar a política de cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência, além de ações valorativas para projetos que abordam temáticas relacionadas à população negra; indígena; quilombola; cigana; LGBTIQIAPN+; pessoas com deficiência; população em situação e/ou superação de rua; povos de terreiro; crianças e adolescentes; idosos; e outros.

No que se refere à Política de Acessibilidade, faz parte desde o ano 2016 de uma das metas do Plano Estadual de Cultura do Estado do Ceará. Um dos objetivos, conforme documento, é garantir o acesso de pessoas com deficiência em todos os equipamentos culturais do estado, assim como, em seus acervos e atividades, de acordo com a lei nº 16.026, de 01 junho de 2016. A Secult-CE, neste mesmo ano, criou o Grupo de Trabalho (GT) em Acessibilidade Cultural, que encontra-se ativo até então e funciona por meio de encontros que possibilitam partilhas relacionadas com essa política liberal de inclusão, por exemplo: a implementação dos recursos de linguagem simples; bonificação; reserva de vagas; vídeos com interpretação em libras e legendagem; PDF acessível de editais; audiodescrição de seu conteúdo e impressão em braile.

Importante também contextualizar sobre a política cultura-infância. Desde o ano de 2017 a Lei n.º 16.322 se propõe a regular as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. A política está dividida em quatro eixos de atuação: cidadania e diversidade cultural; patrimônio cultural e memória; educação e cultura. Ainda no ano de 2017 e de 2018, com o surgimento do Comitê Gestor de Políticas Culturais Indígenas do Ceará e do Comitê Gestor das Expressões Culturais Afro-brasileiras, a construção da política cultural com os movimentos sociais e representantes da sociedade civil, por meio daquilo que Moten e Harney (2023) chama de “consultor” [aquele que demonstra o acesso na era do capitalismo financeiro], se afirma e conduz a governança proclamando “maiores perspectivas” quanto à política cultural no estado relacionadas à população negra e quilombola; aos povos de terreiro; aos povos originários/indígenas; e outros. As estratégias de assimilação estiveram integradas ao Plano Estadual de Cultura, ao Sistema Estadual de Cultura e, posteriormente, à Política Cultura Viva. Um dos desdobramen-

Cultural LGBT” e “Produção, circulação e difusão das manifestações artísticas de cultura LGBT”. Disponível em <<https://www.secult.ce.gov.br/cultura-lgbt/>> Acesso em 14 de agosto de 2023, às 14h31min.

tos da criação de um dos diferentes espaços filiativos de “inclusão” im-possível dos comitês gestores e dos movimentos sociais foi a realização de edições do Prêmio das Culturas Indígenas e do Prêmio Expressões Culturais Afro-Brasileiras do Ceará.

Sobre a Política Cultura Viva, lançada pela gestão de Gilberto Gil quando esteve à frente do Ministério da Cultura (MinC) em 2004, foi instituída no Ceará somente por meio da Lei nº 16.602 de 05 Julho de 2018, objetivando viabilizar a produção e difusão “descentralizada” da cultura e o acesso aos direitos culturais à população do Ceará, constituindo-se como política que se autodeclara de “base comunitária, territorial e/ou temático-identitária” incontornavelmente alinhada com o Sistema Estadual de Cultura do Estado. O documento institucional analisado afirma que devemos considerar que a mesma tornou-se referência internacional de política pública transversal e de articulação em rede, além de proporcionar transformações macro e micro por meio da associação de uma série de projetos locais, planejando a certificação, em âmbito estadual, dos pontos de cultura e a garantia da realização bienal da Teia Estadual dos Pontos de Cultura em conjunto com o Fórum Estadual dos Pontos de Cultura.

Somente em 2022 a Secult-CE criou o grupo de trabalho (GT) para pensar estratégias de cumprimento das metas da agenda do multiculturalismo de Diversidade e Empresa, relacionadas às políticas afirmativas em geral, mas o mesmo foi desativado no mesmo ano. Importante destacar que, embora ações afirmativas tenham sido implementadas desde 2016, a Política de Cotas e outras e outras valorativas na Secult CE – a exemplo das cotas raciais, étnicas e para pessoas com deficiência; e da bonificação para projetos que envolvem pautas relacionadas aos grupos minorizados socialmente – foi implementada somente no ano de 2022, sustentada pela Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará (Lei nº 18.012/2022), e consolidada no campo do regime próprio de fomento cultural por meio do Decreto nº 35.819 de 29 de dezembro de 2023.

3.2 Banca de Heteroidentificação na Política Cultural

É recente as iniciativas de Políticas Afirmativas na Cultura do Ceará. Além do investimento em formações continuadas sobre relações étnico-raciais com e a partir das políticas culturais, o combate ao racismo institucional passa, dentre infinitas coisas, pela *invenção de mecanismos transversais e intersetoriais* que transitam entre a criação e a manutenção im-possíveis de *políticas de reparação e justiça transformadora*; seja como uma redistribuição descentralizada e desigual de cargos ocupados na instituição (isso inclui a alternância de lugares de poder), seja por meio de estratégias de um *amplo rearranjo no modo* de funcionamento institucional.

Debates que envolvem a temática étnico-racial, LGBTQIAPN+ e de acessibilidade

existentes na sociedade brasileira, sobretudo com a emergência das ações afirmativas, dentre elas vagas específicas, os bônus de pontuação e outras ações valorativas – ressaltam a importância de que profissionais envolvidos na política cultural, especialistas ou não na temática das políticas afirmativas, das relações étnico-raciais, LGBTQIAPN+ e de acessibilidade, se manifestem mesmo quando estes não têm produção acadêmica específica sobre a questão, ou mesmo, que não tenham produzido estudos e pesquisas específicas sobre as ações afirmativas e suas dimensões políticas atuais.

É importante destacar que ação afirmativa e cotas não são a mesma coisa. Cidinha da Silva (2003), enfatiza que a expressão “Cotas Numéricas” – uma das primeiras iniciativas de ações afirmativas discutidas no Brasil – foi e continua sendo confundida com ação afirmativa, o que é um equívoco. As cotas são um aspecto ou possibilidade da ação afirmativa que, em muitos casos, tem um efeito pedagógico e político importante (Vaz, 2023). Grupos do Movimento Negro e do Movimento da Mulher Negra, que apoiam a implantação das cotas, reconhece-as como estratégia política de abertura de um processo de negociação de longo prazo no enfrentamento minucioso das desigualdades étnico-raciais e na garantia de acessibilidade mas que também *não é suficiente*.

Tendo em vista que o racismo no Brasil e no mundo trata-se de uma violência-total e simbólica, ele se evidencia especialmente de modo material. Conforme Gabriela Machado (2022), as fissuras não se limitam à uma espécie de “pedagogia (des)racial” e às ações políticas. Temos como exemplo o instrumento que, desde 2022, demandado pelo tensionamento dos movimentos negros, é o mais eficaz para aplicação das cotas *raciais* no âmbito cultural cearense: as comissões de heteroidentificação racial.

A comissão é uma ferramenta complementar à autodeclaração racial e tem como objetivo a aferição do documento de autodeclaração em características fenotípicas observáveis, considerando-se que no Brasil o racismo é de *marca*, como foi ressaltado por Abdias Nascimento (1978), e praticado por meio de construções sociais que promovem a exclusão de determinado grupo social em razão de suas características fenotípicas – tais como cor da pele, aspectos faciais e textura dos cabelos, considerando a cor da pele o critério mais importante.

Como norma metodológica [...] ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como fenótipo ou genótipo, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial. [...] o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor* (NASCIMENTO, 1978, p. 42 - grifamos).

Tanto Abdias Nascimento (1978) quanto Oracy Nogueira (2007) nos traz em seus escritos que ser sujeito de direito à política de cotas raciais é trazer em seu fenótipo a identificação ou a similitude com o africano, se distanciando do fenotípico hegemônico

(padrão social normativo, isto é, o Sujeito Branco) e, sendo assim, tornando-se alvo do racismo, da discriminação, de desigualdades e de outras violências desencadeadas pela lógica escravagista do mundo moderno colonial. A comissão de heteroidentificação, embora realize a aferição dos fenótipos, não pretende suspender o que, subjetivamente, a pessoa enuncia quanto ao seu pertencimento identitário.

Como diz Gabriela Machado (2022) e Luciana de Oliveira (2022), o intuito da comissão supracitada é verificar, a partir de uma leitura fenotípica, a justificativa do acesso às cotas raciais por meio da autoatribuição e da heteroatribuição. A pessoa terá o direito de recorrer à comissão recursal, sendo válido ressaltar que os membros desta segunda banca não poderão constar integrantes da primeira e precisará respeitar a composição por pessoas com conhecimento na área das relações étnico-raciais, de modo, que possa priorizar a heterogeneidade e também a naturalidade.

No ano de 2022 as cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência adentrou alguns editais de fomento cultural no Ceará através da Lei Aldir Blanc e por meio da Lei nº 18. 012 de 01 de abril de 2022 – que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará sob o Sistema Estadual da Cultura (SIEC). A implementação objetivou atender uma velha e histórica demanda social e se deu a partir do tensionamento dos movimentos sociais de artistas negres cearenses, assim como, através do apoio do Comitê Gestor de Expressões Culturais Afro-brasileiras e do Comitê Gestor de Políticas Culturais Indígenas, além de ter tido contribuição do Grupo de Trabalho de Acessibilidade, do Conselho Estadual de Cultura e da Assessoria Especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais – ASEMOM.

No ano 2023 a implementação da política afirmativa na maioria dos editais da Lei Paulo Gustavo (LPG) da Secult-CE implementou a política de cotas para pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas e negras, além de outras ações valorativas como bônus de pontuação e vagas específicas para pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, ciganas, povos de terreiro, e outros grupos vulnerabilizados historicamente. Teve a participação importante dos comitês Gestores, do Grupo de trabalho de Acessibilidade, do Conselho Estadual da Cultura, além de ter a parceria da Secretaria de Igualdade Racial e a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado.

No entanto, em relação ao funcionamento da banca ou comissão de heteroidentificação na LPG para efetivação da política de cotas raciais, conforme a Instrução Normativa SECULT 01/2023, se a pessoa for inabilitada pela banca estará impossibilitada de participar, portanto de *usufruir*²⁵, não somente do certame em questão, mas também de outros editais da Lei Paulo Gustavo na modalidade cotas, logo, a autodeclaração pas-

25 Toda posse surge do “eu” Europeu como *usufruto*, conforme Moten e Harney (2023). Neste sentido, todo aprimoramento da terra e seus modos de regulamentação da mesma, justifica e concede a posse.

sará somente por uma única aferição²⁶.

A questão que se coloca em aberta não é somente as consequências subjetivas [isso por si abre para uma série de questões quanto a questão da representatividade] de pertencimento identitário aos indivíduos que, porventura, forem reprovados nos certames, assim como não somente os danos materiais (econômica) de não poder participar dos demais certames na modalidade de cotista. Mas, conforme Ferreira da Silva (2022), especialmente, como essa agenda neoliberal do multiculturalismo adotada se reedita pela lógica de exclusão sócio-histórica, esta, por sua vez, explica a subjugação racial, étnica e de gênero, além de propagar categoricamente reivindicações com e a partir dos territórios do reconhecimento da diferença cultural que comprova o próprio fracasso da assimilação.

26 Até a finalização deste artigo, a política de cotas no campo da cultura do estado do Ceará tem como metodologia o modelo a Instrução Normativa Secult nº 02/2024 e sua alteração na Instrução Normativa Secult nº 05/2024 – que dispõe sobre o procedimento de habilitação para acesso à política de cotas raciais, étnicas e para pessoas com deficiência a que se refere às políticas afirmativas em razão da realização de chamadas e chamamentos públicos das políticas culturais de fomento em âmbito da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - Secult, com vistas a aplicação das políticas afirmativas de que trata o Decreto nº 35.819 de 2023 e a Instrução Normativa Minc nº 10 de 28 de dezembro de 2023. Os principais desafios enfrentados localiza-se na prática da aferição da comissão de heteroidentificação e seus formulários de aferição, no que se refere à política de cotas raciais, além do tempo de habilitação e não-habilitação dos agentes culturais no que diz respeito às reservas de vagas existentes. Por exemplo, para usufruir da reserva de vagas para pessoas indígenas é necessário, no ato da inscrição de editais que deseja concorrer, encaminhar a autodeclaração de pertencimento étnico indígena. Deve ser assinado pela/e/o agente cultural e por três lideranças ou associação da aldeia/território da etnia/povo que se declara pertencer – afirmando que mantém laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade. Será possível atribuir a habilitação da/e/o agente cultural na política de cotas para pessoas indígenas por um ciclo de até 48 meses. Após esse período, será preciso submeter-se a outro procedimento de habilitação. Já para usufruir da reserva de vagas para pessoas quilombolas é necessário, no ato da inscrição do edital que deseja concorrer, encaminhar a autodeclaração de pertencimento étnico quilombola. Deve ser assinado pelo/a agente cultural e por três lideranças ou associação do quilombo que se declara pertencer – afirmando que mantém laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade. No que se refere ao usufruto da política de cotas para pessoas com deficiência é necessário, no ato da inscrição de editais que deseja concorrer, encaminhar a autodeclaração de pessoa com deficiência, que deverá ser registrada a condição/deficiência e assinada pelo/a agente cultural. Será possível habilitar-se à reserva de vagas por um ciclo de até 24 meses, exigido, após esse período, outro procedimento de habilitação conforme previsto na Instrução Normativa Secult nº 02/2024 e sua alteração na Instrução Normativa Secult nº 05/2024. Em relação à política de cotas raciais, a pessoa agente cultural deverá se inscrever na oportunidade permanente “[Chamada Secult Ceará] Política de Cotas Raciais”, encaminhar o documento de autodeclaração racial e submeter-se ao procedimento de heteroidentificação – realizado e operacionalizado por uma instituição terceira e composta por uma comissão que, na presença de cada agente cultural, vai aferir exclusivamente o conjunto de características observáveis (cor da pele, cabelos, formato do rosto, nariz, olhos ou lábios), sendo a cor da pele o marcador social de raça mais importante. Hoje, o procedimento de heteroidentificação deixou de ser uma etapa no processo seletivo dos editais. O resultado da aferição do documento de autodeclaração racial passa a vigorar por um ciclo de até dois anos (24 meses) e o procedimento de heteroidentificação poderá ocorrer na modalidade presencial (somente em Fortaleza/CE) ou semi-assistida (somente em outros municípios do Ceará), garantindo a isonomia no ato da inscrição desta oportunidade.

4 Deslocar o eixo

Derrubar nossa própria crítica, nossas próprias posições, nossos fortalecimentos, é autodefesa aliada a autopreservação. A derrubada vem em movimento, como um manto, a armadura de voo. Nós corremos buscando por uma arma e seguimos correndo à busca de largá-la. E podemos largá-la, porque embora armado, embora difícil, o inimigo que enfrentamos é também ilusório.

– Stefano Harney & Fred Moten, 2013, p. 19.

Não nos cansamos de pensar na frase da artista visual, educadora e pesquisadora de Quintaiús (CE) Maria Macêdo que diz: “deslocar o eixo e excluir os centros”²⁷. Aqui o convite é mais do que transformar “toda a periferia em centro”, trata-se de abolir a própria noção de centro e de periferia (Silva & Freitas, 2021). Não obstante, não é raro verificar que alguns artistas e seus trabalhos não são reconhecidos, mas, quando muito, são *assimilados* e passa a ser mimetizados pelos espaços de cultura institucional (dado cada contexto) e outras secretarias parceiras para que determinada agenda de governo passe como “antirracista”, “decolonial” e “trans” como mais uma forma de manutenção não somente dos lugares de poder, mas das relações. Logo, fixado, nomeado.

Conforme Ferreira da Silva (2022), desde 1980 até os dias atuais, os parâmetros estabelecidos declaram o multiculturalismo e as políticas de diversidade [instrumentos que o neoliberalismo não pôde abrir mão] como critérios ou guia da agenda oficial na busca pela justiça social global. Enquanto obrigação ética, as afirmativas-culturais no momento-presente (por meio de suas reformas e *retomadas* jurídicas e sociais informadas pelo multiculturalismo liberal), se reedita em um tempo em que permanece e se intensifica o embate entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal.

Neste embate, o humanismo (a base ontoepistemológica do programa pós-

27 O projeto “Língua Ferina: Artista Retirante e a Fertilização da Imagem”, da artista Maria Macêdo, foi desenvolvido na edição 2020/2021 do Laboratório de Artes Visuais da Escola Porto Iracema das Artes. Com tutoria de Ana Lira, a artista natural de Quitaiús, que vive e trabalha em Juazeiro do Norte, na região do Cariri cearense, investigou as possibilidades de gestar a arte tendo as práticas ancestrais e a zona rural como referências. Disponível no YouTube em <<https://www.youtube.com/watch?v=rQEOLfvkXp0>> e no ISSU <https://issuu.com/portoiracemadasartes/docs/laborat_rio_de_artes_visuais_-_2020_issuu_> Acesso em 13 de agosto de 2023, Às 18h42min.

-iluminista) está desmoronando bem diante de nossos olhos, o que torna cada vez mais incerto o ideal de progresso com os olhos fitados para o futuro. Logo, a Política no Mundo Moderno, enquanto modo de fazer guerra, é uma alegoria da violência, um teatro da razão em que palavras como “democracia”, “liberdade” e “direitos” ganham outros significados extremamente mortais.

Diante disso, para nossas considerações finais, após explicitar resumidamente como estão desenhadas as Políticas Afirmativas na Cultura pelo Estado do Ceará, nos defrontamos com pelo menos três questões situadas nos limites do território ontoepistemológico do Mundo Moderno Colonial: a) questão da reparação; b) a questão da justiça transformadora e c) a questão da de(s)colonização (“Nós temos um plano!”).

Reparação

Conforme Achille Mbembe (2016), a era do humanismo está terminando²⁸. Ainda que nos custe acreditar, mesmo que, de ambos os lados, muitos ainda estejam a lutar para tirar todas as consequências desta medida, somos ou *espectadores dormentes tornados algoritmos* pela sujeição e seu poder psíquico ou *testemunhas do desconhecido que enfrentamos sem nenhuma preparação* em face a Teologia do Domínio²⁹ que também é outro nome para o Capital como religião [neoliberalismo-neopentecostalismo].

Ao mesmo tempo, conforme Mbembe (2023, p. 05), nada que tenhamos perdido que deva ser reintegrado. Conforme o autor, algumas perdas não são apenas incalculáveis, mas também irreparáveis. O incalculável e o irreparável, porém, “não eliminam nem proíbem a exigência de cuidado e de verdade, muito menos de justiça. Pelo contrário, apenas sublinham a sua urgência e interminável natureza”.

Em face a violência-total do Mundo-Branco (econômica, simbólica e jurídica), as formas políticas-estéticas, isto é, as múltiplas formas de enfrentamentos coletivos em nossa sociedade contra o racismo, o extrativismo-capitalista-capacitista e o cisheteropatriarcado podem ser modos de *reimaginar as relações e diferentes táticas de abordá-las*. Portanto, logo de tratar conflitos ou de fixá-los, impedindo a sua circulação e para além do jogo político-partidário.

28 Artigo escrito originalmente e final de 2016. A versão traduzida e publicada está disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>> Acesso em 15 de agosto de 2023, às 22h08min.

29 Conforme Leonardo Boff, grosso modo, a teologia do domínio ou o dominionismo “nasceu nos EUA por volta dos anos 70 num contexto do reconstrucionismo cristão calvinista. Com é sabido, Calvino no século XVI instaurara em Genebra um governo religioso extremamente rigoroso e violento até com pena de morte. Seria um modelo para o mundo todo”. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff>> Acesso em 15 de julho de 2024, às 22h46min.

A incontornável e necessária diminuição das desigualdades econômicas, restituição e preservação da memória por meio do reconhecimento e da mudança nas estruturas, relações (inter)subjetivas, agendas, orçamentos, posições, dinâmicas, vocabulário, ou seja, através do abandono dos privilégios (Kilomba, 2019), implica não apenas uma redistribuição de lugares ocupados no tabuleiro por determinadas formas de existências de um lado e todo o restante de outro [maneira maniqueísta de habitar o mundo], mas, a um-só-tempo, trata-se de “um amplo rearranjo das relações” (Mbembe, 2020, p. 255). São tecnologias ancestrais, coletividades, ferramentas, táticas e estratégias possíveis capazes de inventar estruturas de escuta como arma provisória de recusa e práticas de coexistências poéticas (Nascimento Silva, 2022; Silva, et al., 2023).

Por fim, na radicalidade, a reparação impõe renunciar efetivamente o arsenal que retroalimenta as formas exclusivas de apropriação perpétua dos bens essenciais da Terra. Nos termos de Denise Ferreira da Silva (2019, p. 96, 97), ao invés de reparação, ela sugere uma *práxis radical* que reivindica “o valor total expropriado e exige nada menos do que a descolonização”, em outras palavras, “uma reconstrução do mundo através da restauração do valor total sem o qual o capital não teria prosperado e do qual ainda se sustenta”.

Para a filósofa isso não significa a reparação ou restituição da quantia – que corresponderia ao capital mercantilista e industrial adquirido pelo extrativismo colonial desde o século XVI –, mas sim o que ela define a descolonização que exigiria implantar outras “arquiteturas jurídico-econômicas de retificação através das quais o capital global restaura o valor total que continua a derivar da expropriação do valor total rendido pela capacidade produtiva” de todas as formas de existências não-brancas, trans e que habitam as periferias do mundo.

Justiça transformadora

Jean-Luc Nancy (2012), entende por justiça o reconhecimento sem limites. Para o autor, o reconhecimento só é possível por meio da reparação ou que, por sua vez, significa redistribuir a vida (respeito, dignidade e liberdade) a cada pessoa, povo, comunidade ou população, inclusive por meio da criação de diferentes Políticas Afirmativas.

Achille Mbembe (2023), por exemplo, em sua mais recente obra, ao afirmar que a sustentabilidade do mundo e a sobrevivência da humanidade dependerão da nossa capacidade de nos conectarmos com as forças que influenciam os processos vitais, afirma também que isso dependerá da nossa capacidade de fazer justiça a todos os seres vivos. Nesse sentido, para o autor, fazer justiça nas condições contemporâneas não se trata de restaurar o que foi perdido, mas sim, implica que lutemos pela redistribuição mais

equitativa possível dos recursos da Terra, levando em conta, conseqüentemente, a sua escassez irreversível. Mbembe ainda lembra que este reconhecimento e esta exigência de justiça não são estritamente materiais nem reduzidas apenas ao reconhecimento simbólico. A justiça assim entendida estende-se a todas as esferas da existência, a começar pelas “esferas físico-biológica e ecológica” (idem, 2003).

Enquanto lugar que desestabiliza, miramos especialmente para um “vir-a-ser” do que Denise Ferreira da Silva (2019) chama de “justiça transformadora”. Isso significa conhecer os limites da justiça que, para a filósofa, é “simultaneamente um conhecer e um fazer” (idem, p. 53), ou seja, enquanto *práxis desestabilizadora* que abre simultaneamente para o campo das possibilidades ou “do que veio a ser” sem uma cartilha ou guia prático “para o que ainda virá-a-ser”. Na imprevisibilidade, reimaginar os limites da justiça, insiste a autora, é uma tarefa ético-política que de maneira incontornável reconhece todas as implicações e efeitos bem como as “presunções que informam nossas narrativas sobre existir com/em outros”.

Para uma justiça transformadora não é somente possível, mas também necessário, começarmos a imaginar a existência de uma maneira diferente, exatamente no ponto exato da experimentação, isto é, a confluência do aspecto criativo e do crítico. Trata-se, precisamente, daquela operação entre o entendimento e a imaginação que procura libertar-se das amarras ontoepistemológica [as ferramentas analíticas] do Mundo-Branco. O pensamento especulativo é esta operação.

Nós temos um plano!

A descolonização, portanto, para Fanon (2005; 2021) é um plano [im]possível e começa com uma súbita incompreensão. Um combate enfrentado sem preparação nem desafio. A descolonização não é uma fusão nem confusão: ela desconhece qualquer união uniformizada: “A revolução será de tal identidade ou não será”. Nada disso. A descolonização não é uma revolução armada de “verdades decisivas” (Fanon, 2008, p. 25). Toda vez que eles vierem com receitas revolucionárias, nós estaremos indecisas.

A descolonização requer um plano. Por ser uma *práxis*, ela legitima todas as formas de lutas anticolonial, mas não pode ser contida em nenhuma delas. O engajamento urge no instante-mesmo em que acontece. Isto é, por quais meios e fins, táticas, conduta e estratégias em resposta a violência colonial-capitalista-capacitista-cishetero-patriarcal. Não se trata de um espontaneísmo ingênuo que, em sua cegueira, conserva consigo riscos terrivelmente reacionários.

Corresponde e interroga o lugar em que os pés, mãos e rosto da “coisa” colonizada está enraizada. Na abertura e na cocriação, inventa brechas com e a partir do inu-

merável e do Diverso. Incompreensível e incompreendida, não é possível afirmar uma descolonização verdadeira e uma descolonização falsa.

Derrubada, desmantelamento e desmontagem das cercas e das clausuras. Por ser um combate interminável a favor da vida, não acontece como um passe de mágica, muito menos por meio de um “acordo amigável” com amantes do poder. Os meios e os fins da descolonização é abertura, distensão e afastamento. E aqui nos defrontamos com um dos cerne do pensamento fanoniano: para descolonizar é preciso se libertar de si, confrontar todas as ficções de dominação colonial, entre elas, a raça. A descolonização é a abolição do Racial [Mundo-Branco].

Longe de ser um elogio ao neutro ou ao indiferenciado, a descolonização é o fim da “Democracia Racial” brasileira tão propagada nas instituições e relações sociais. Desconstrução e destruição, “a descolonização é sempre um fenômeno violento” a favor da vida que “só pode surgir do cadáver em decomposição do colono” (Fanon, 2005, p.111).

A descolonização, conforme Achille Mbembe (2014), como capacidade de transformar os recursos da morte em força germinativa - a transformação e a conversão dos recursos da morte em capacidade de cura.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.
- BRADLEY, Rizvana. *Anteaeesthetics: black aesthetics and the critique of form*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2023.
- BRADLEY, Rizvana & SILVA, Denise Ferreira da. *Quatro teses sobre estética*. 35ª Bienal de São Paulo: coreografias do impossível: catálogo - São Paulo: Bienal de São Paulo, 2023.
- BRASILEIRO, Castiel Vitorino. *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude*. - São Paulo: n-1 edições; Editora Hedra, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2015.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. — São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DIAS, Luciana de Oliveira. Ações afirmativas e políticas reparatórias: avanços e desafios. *Cadernos De Campo* (São Paulo-1991), v. 31, n. 2, 2022.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Hilário. *A identidade negra e africana do cearense*. Revista Historiar | Vol. 13 | Nº. 25 | Jun./Dez. de 2021. p. 224-238.
- FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lília Moritz Schwarcz; Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

GADELHA, Kaciano Barbosa & SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. Política do Vivente. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai-ago 2022, p. 442-456.

GLISSANT, Édouard. *O pensamento do Tremor: La CohéeduLamentin*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Gallimard, 2014.

GLISSANT, Édouard. *Poética da Relação*. Tradução de Manuela Mendonça. Portugal: Porto, 2011.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende... [et al]. - 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARNEY, Stefano & MOTEN, Fred. *The Undercommons: fugitive planning & black study*. New York/Brooklyn. Oxford University Press, 2013.

HONÓRIO, Raquel Santos. *A cultura como estratégia de combate à pobreza: a experiência do Projeto Jardim de Gente no Centro Cultural Bom Jardim*. [Dissertação]. Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. Centro de Estudos Sociais e Aplicados, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza (CE), 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*.

Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomani*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe & NANCY, Jean-Luc. *O mito nazista: seguido de o espírito do nacional-socialismo e o seu destino*. Tradução de Márcio

Seligmann-Silva. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2020. MAPURUNGA, José. *Bom Jardim*. - Fortaleza: Secultfor, 2015.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. 2a ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.

MBEMBE, Achille. *La communauté terrestre*. Paris: La Découverte, 2023. MBEMBE, Achille. *Politiques de l'inimitié*. Paris: La Découverte, 2016.

MBEMBE, Achille. Du gouvernement privé indirect. *Politique africaine* n° 73 - mars 1999. p. 103-121. Disponível em

<<https://shs.cairn.info/revue-politique-africaine-1999-1-page-103?lang=fr>> Acesso em 19 de outubro de 2020, às 12h18min.

MOMBAÇA, Jota. *A plantação cognitiva*. MASP/AFTERALL. #9. 2020. <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QYyC0FPJZW0J7Xs8Dgp6.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

MOTEN, Fred. *Na quebra: a estética da tradição radical preta*. Tradução de Matheus Araujo dos Santos. - São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2023.

MOTEN, Fred. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In.: SPILLERS, Hortense

J. et al. *Pensamento Negro Radical: antologia de ensaios*. Organizado por Clara Barzaghi, Stella Z. Paterniani, André Arias; Traduzido por Allan K. Pereira... [et al]. - São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MOTEN, Fred & HARNEY, Stefano. *Tudo Incompleto*. Tradução de Victor Galdino, viníciux da silva. São Paulo: GLAC edições, 2023.

NANCY, Jean-Luc. *Justiça: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2012. NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. Organizado por Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO SILVA, Francisco Rômulo do. Po_ética das Mermazárias. Revista Boletim: observatório da diversidade cultural. *Arte e Decolonialidade*. V. 96, n.

01.2022 / junho - agosto/2022. ISSN 2526-7442, p. 93-118.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*, v. 19, p. 287-308, 2007.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. Tradução de Luciano Vieira Machado - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Amanda de Sousa. *Centro Cultural Grande Bom Jardim: memória, identidade e território*. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências da Informação, Fortaleza, 2019. 80f.

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. Incorporando a mestiçagem: a fraude branca nas comissões de heteroidentificação racial. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, p. 307-331, 2022.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*.

Tradução de Angélica Freitas. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, Cidinha da. *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. Selo Negro, 2003.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Tradução de Jess Oliveira, Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. *A dívida impagável*. São Paulo: Casa do Povo, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. *A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento, et al. Microfone Aberto. *Artigos Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n(62.2): 337-350, mai./ago. 2023.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; FREITAS, Geovani Jacó de. Toda periferia é um centro. *Revista Desenvolvimento Social*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 144-168, 2021.

DOI: 10.46551/issn2179-6807v26n1p144-168. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/3266>. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, Antônio Vilamarque Caruaíba de. *Negrada negada: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

SPILLERS, Hortense J. A ideia de cultura negra. Tradução e Diásporas Negras.

Translatio: Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017. p. 72-94. Disponível em

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/74345>> Acesso em 22 de dezembro de 2021, às 12h50min.

SPILLERS, Hortense J. et al. *Pensamento Negro Radical*: antologia de ensaios. Organizado por Clara Barzaghi, Stella Z. Paterniani, André Arias; Traduzido por Allan

K. Pereira... [et al.]. - São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 Edições, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. Tradução de Mariana Exa-

Iar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VAZ, Livia Sant'Anna. *Cotas raciais*. - São Paulo: Jandaíra, 2023. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro).

Sobre os autores

Francisco Rômulo do Nascimento Silva - Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UECE). É integrante do Laboratório de Arte Contemporânea (LAC/UFC), pesquisador no Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE), e também pesquisador do Grupo de Pesquisa Pragmacult – Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (POSLA/UECE). Atualmente coordena a linha de pesquisa e extensão Ecos~Mundo: estudos anticoloniais do capitalismo (COVIO/UECE).

Nívia Tôres Neves de Carvalho - Psicóloga CRP11/20024 e psicoterapeuta por meio de uma clínica racializada, afetiva e anticolonial. Artista, educadora e pesquisadora. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Fez parte do núcleo ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas/es/os Negras/es/os e pesquisadoras/us/es de Relações Raciais e Subjetividades. Possui conhecimento, experiência e atuação no campo político artístico, clínico, cultural, dos direitos humanos, das ações afirmativas e das relações étnico-raciais. Acompanha a luta Antimanicomial e a Frente de Saúde Mental Negra.



Públicos de cinema, estratégias de diferenciação e Sociologia da Cultura

Cinema audiences, differentiation strategies and Sociology of Culture

Fábio de Sousa Neves 

fabioneves125@gmail.com

Universidade Estadual do Ceará - UECE

 10.52521/opp.v22n47.12697

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 13/03/2024

Aprovação do trabalho: 23/02/2025

Publicação do trabalho: 31/03/2025

Resumo

A proposta de investigação deste artigo situa-se dentro da área da Sociologia da Cultura e consiste em analisar a conformação dos gostos existentes a partir do consumo cultural cinematográfico na cidade de Fortaleza, no Ceará, tendo como recorte empírico o público de dois espaços específicos: o Cineteatro São Luiz (com programação variada entre filmes consagrados pelo grande público a produções *cults* e alternativas) e o Cinema do Dragão (possuindo uma programação que foge ao cenário *mainstream*). São investigados os condicionantes sociais responsáveis pela construção do gosto e de preferências por determinadas produções fílmicas nos cinemas explicitados. São traçados perfis gerais entre os públicos e suas práticas, mediante a utilização de questionários. As entrevistas e as observações de campo *in loco* funcionaram como métodos complementares para a compreensão das diferenças entre os públicos. A partir disso, foram considerados alguns aspectos dos espectadores como faixas etárias, moradias e grau de instrução. Para tanto, a base teórica deste trabalho encontra-se na Sociologia da Cultura e nas análises sobre gosto e consumo sua orientação geral.

Palavras-chave

Sociologia da Cultura. Cinema. Consumo. Distinções.

Abstract

The hereby article is located within the area of Sociology of Culture and consists of analyzing the development of the current tastes in the cinematographic consumption in the city of Fortaleza, Ceará, based on the audience of two venues, namely: Cineteatro São Luiz (which screens a wide range of movies, including productions acclaimed by the general audience and alternative ones) and Cinema do Dragão (which screens movies apart from the mainstream circuit). In this sense, social determinants responsible for the construction of tastes and preferences for certain film productions in the aforementioned movie theaters were examined. General profiles are drawn between the audiences and their practices by the use of questionnaires. Interviews and field observations on the spot served as complementary methods for understanding the differences between audiences. From this, some aspects of the viewers were taken into consideration, such as age groups, housing and educational level. For this purpose, the theoretical basis of this work finds its general orientation in the Sociology of Culture and in the analyses on taste and consumption.

Keywords

Sociology of Culture. Movie theaters. Consumption. Distinctions.

Introdução

O processo de surgimento do cinema, ainda que idealista, como atenta Bazin (1991), está imerso na junção de diferentes formas culturais, revelando transformações de um tempo. Assim, a produção do cinema só se efetiva com a montagem das partes que compõem um filme (como cenários, roteiros, fotografias e áudios), por intermédio do trabalho de especialistas, tais como diretores de produção, engenheiros acústicos, operadores de câmera, iluminadores etc. As ações dos especialistas estabelecem e ordenam o processo de produção cinematográfico (BENJAMIN, 2013).

Todavia, após esse ordenamento, há a necessidade de existirem espaços onde essa produção possa ser exibida. O século XX traz consigo particularidades e desafios quanto aos espaços de exibições de filmes no Brasil. Um dos momentos que podemos elencar aqui se situa a partir da incorporação da reprodução sonora mecânica e sincrônica, o que impôs a necessidade aos exibidores em comprar equipamentos caros, empregar novos funcionários e pagar taxas mensais de manutenção. Os empresários desse circuito, viram-se obrigados a realizar reformas estruturais nos espaços que os filmes seriam exibidos, procurando melhorar a acústica dos locais e regularizar o fornecimento de eletricidade. Por diversos fatores, entre eles o estrutural, as salas de exibições no Brasil entram numa dinâmica em que passam por crises e retomadas (FREIRE; ZAPATA, 2017). Essa dinâmica do cinema estava imersa também em fenômenos como o da industrialização e da expansão de mercados de produtos e serviços industrializados ao longo do século XX.

Tal perspectiva compõe também os estudos sobre a produção, mediação e recepção dos bens culturais, os quais podem ter caráter restrito ou expandido, desenvolvendo-se de forma distinta em diferentes locais. Em meados de 1930, nos Estados Unidos, já despontavam os debates à luz da Sociologia sobre os bens culturais. Na Europa, somente no pós-guerra.

No caso do Brasil, tal debate veio acontecer décadas depois. Percebido por suas dinâmicas particulares, não seria suficiente apontarmos para causas sociais mais gerais responsáveis por “atrasar” as reflexões sobre a cultura voltada para o mercado. Na verdade, é necessário entendermos as especificidades da discussão sobre cultura. A partir da compreensão das particularidades brasileiras é que então poderemos entender as implicações marcadas pelos debates em curso e como se transformam com a vinda das indústrias culturais, consolidadas num cenário autoritário durante a ditadura militar brasileira (ORTIZ, 2006).

Com o surgimento e consolidação de um mercado de bens de consumo no Brasil, podemos perceber uma modernização pautada no autoritarismo do regime militar que se instaura a partir de 1964, trazendo duplo significado: político e econômico. O

Estado atuou junto às esferas culturais, incentivando a criação de novas instituições, iniciando um longo processo de gestação de políticas voltadas à cultura. Promovem uma indústria cultural, mas em seu aspecto político se utilizam de repressões, censuras, exílios, prisões, e outros meios de reprimir os pensamentos contrários ao regime (ORTIZ, 2006).

Em um cenário de construção de um mercado de bens culturais, o consumo do cinema se insere. Em um caráter relacional, a proposta deste artigo consiste em analisar a formação de públicos de dois cinemas específicos situados na cidade de Fortaleza, no Ceará. Trata-se dos Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão.

Para tanto, procuramos averiguar o impacto social do cinema, sobre certos agentes, a partir da análise de determinados condicionantes culturais e sociais responsáveis pela construção do gosto e de preferências pelo consumo de filmes nos espaços elencados para esta investigação.

O Cinema do Dragão encontra-se dentro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). Este, por sua vez, concebido como um espaço público que busca fomentar atividades e manifestações culturais. Localiza-se na orla marítima da cidade de Fortaleza e funciona como ambiente capaz de produzir informação, conhecimento e cultura, embora existam visões antagônicas sobre sua utilidade e por quem ele é utilizado (GONDIM, 2007).

O CDMAC foi criado durante o governo de Tasso Jereissati (1995-1998) e entregue em 1999, orientado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), gestão de Paulo Linhares, por intermédio de ações como a *Lei Estadual de Incentivo à Cultura*, também conhecida como *Lei Jereissati* (1995) (GARCIA, 2012).

Tal empreendimento nasce através dos investimentos dos governos mudancistas¹, sendo criado pela Secult-Ce e tendo como finalidade capacitar e formar profissionais para o mercado cultural emergente no Ceará. Segundo Barbalho (2005), a justificativa para tais investimentos eram as mesmas encontradas no Plano de Desenvolvimento Cultural², enxergando a importância das novas configurações que a comunicação toma na economia mundial. O surgimento do CDMAC se realiza a partir da necessidade de uma adequação do Ceará a esse mercado cultural (BARBALHO, 2005, p. 277).

1 As eleições de 1986 inauguraram um novo momento político no Ceará: o dos Governos das Mudanças, liderados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002), Ciro Gomes (1991-1994) e Lúcio Alcântara (2003-2006). Eles traziam contraponto aos coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, que eram as lideranças entre as décadas de 1970 e 1980, identificados por seus opositores como conservadores. Os mudancistas, como eram identificados, preconizavam modernizar o Ceará. Havia uma espécie de embate entre o coronelismo e o empresariado, entre a modernidade e tradição, norteador parte considerável da cultura política cearense desde a consolidação desses polos opositores. (BARBALHO, 2007, p. 112)

2 Plano que estabelece objetivos, ações, metas e princípios que guiam o desenvolvimento cultural de um setor ou de um território, possibilitando a sustentação norteadora para determinadas políticas culturais.

Já o Cineteatro São Luiz, em seu início chamado de Cinema São Luiz, ou apenas Cine São Luiz, foi construído pela empresa de Severiano Ribeiro³, e inaugurado em 1958, também na cidade de Fortaleza. A ideia do nascimento desse cinema era proporcionar algo “majestoso” num momento em que diversas salas de exibições de filmes passavam a fechar na cidade. Em 1991, o Cine São Luiz foi tombado por seu valor como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, recebendo, portanto, investimentos que levaram à chegada de novos equipamentos para as projeções de audiovisual. Em outubro de 2011, o São Luiz foi adquirido pelo Governo do Estado do Ceará e, em dezembro de 2014, foi revitalizado e reinaugurado com a intenção de difundir a cultura e propagar uma infinidade de espetáculos artísticos, efetivando-se como cineteatro.⁴

A criação dos cinemas especificados se dá a partir de momentos distintos, bem como a programação também se diferencia. Contudo, os dois espaços estão fora da dinâmica de cinemas em espaços privados, como em *shopping centers*.

1 Metodologia

Ao buscar compreender as práticas culturais geradas mediante o consumo de determinados bens culturais, como os propagados nos espaços explicitados para a análise presente neste artigo, Bourdieu (2007) desenvolve suas pesquisas sobre a construção do gosto e evidencia ao menos duas dimensões da vida social: uma que se refere às desigualdades estruturais, de classe, e outra relativa ao reflexo disso nas disposições subjetivas. Portanto, a predileção analítica deste artigo está situada em uma dinâmica relacional em que a dimensão estrutural, a partir de condicionantes variados, ganha destaque.

O que está sendo analisado são dois fenômenos que se interligam: o consumo de filmes e os condicionantes para a construção dos gostos. Para isso, a construção do corpo empírico ocorreu a partir de algumas metodologias em caráter complementar. Foram utilizados questionários⁵ e entrevistas, ambos coletados ao longo dos anos de 2016 e 2017 em Fortaleza, no Ceará. Ao todo foram aplicados 97 questionários e 11 entrevistas que foram realizadas somente com os interlocutores que responderam os questionários e que autorizaram que entrássemos em contato para a realização de entrevistas. Por

3 Da união entre Luiz Severiano Ribeiro (pai) e Maria Felícia Caracas (mãe) nasceria Luiz Severiano Ribeiro Filho, que, após a morte de seu pai, retiraria o Filho de seu nome. Natural de Baturité, no Ceará, o jovem desenvolveu certas aptidões para o comércio, abrindo livrarias e cafés por Fortaleza. Um desses cafés, o Riche, posteriormente foi transformado em cinema (VAZ, 2008).

4 Disponível em: < <https://www.cineteatrosauliz.com.br/nossa-historia> >. Acesso em: 17 jan 2025.

5 O questionário servindo como um meio de traçar, minimamente, os perfis dos expectadores dos cinemas do Dragão e do São Luiz. Foram realizados questionários com pessoas maiores de 18 anos, o que já delimita um determinado perfil a ser compreendido, no caso, o de pessoas adultas.

meio dos questionários, a intenção é traçar um perfil mínimo dos públicos dos dois cinemas. Com as entrevistas, procuramos elucidar algumas questões que os questionários não alcançaram.

Buscando compreender o que está sendo desenvolvido e o que está em jogo pelos agentes sociais imersos no fenômeno do consumo cultural cinematográfico, os métodos quantitativos e qualitativos foram aliados na medida em que “as pesquisas sobre as práticas culturais tomam emprestado tanto de um quanto das outras” (BÉRA; LAMY, 2015, p. 99) os elementos para apreensão de uma dada realidade social.

A partir disso, percebemos dois planos que se desvelam pela associação das técnicas. O primeiro referente aos sistemas de práticas culturais; o segundo diretamente ligado ao plano individual. Vale ressaltar que:

Os dois métodos, qualitativo e quantitativo, dialogam, pois, entre si, e convidam o pesquisador a estar particularmente atento ao peso que ele acorda a cada um. Em articulando-os, ele também se torna sensível às especificidades metodológicas, aos seus aportes diferenciados, bem como à sua própria prática de campo (DIETRICH; LOISON; ROUPNEL, 2015, p. 178).

De maneira também complementar, fizemos uso das observações das *redes sociais*⁶, fundamentalmente a observação no *Facebook*, tendo em vista que este possibilitou a construção sistematizada das programações exibidas nos cinemas. Isto é, a partir das páginas oficiais do Cineteatro São Luiz e do Cinema do Dragão nessa rede social, registramos todas as programações fílmicas em festivais, em exhibições regulares, ou mostras e eventos em geral. A partir desse acervo de informações, coletamos, mais precisamente, a programação exibida entre dezembro de 2016 a dezembro de 2017, período este em que foram adquiridos os dados *in loco*.

Os aspectos escolhidos para a presente análise não possuem valor irredutível em si, mas, como atentam Paugam e Vedel (2015, p. 295), “elas [as condutas e condicionantes escolhidos na pesquisa] carregam as condições sociais históricas, políticas e culturais que o trabalho de interpretação terá por objetivo reconstituir”, impulsionando assim os fatores que possibilitam prestar contas dos contrastes objetivados.

Desse modo, comparar elementos como a construção de gostos, consumos e distinções funciona como meio de compreender os públicos dos Cineteatro São Luiz e

6 A expressão ‘redes sociais’ conheceu um sucesso crescente nos últimos anos e traz consigo vários fenômenos. Recentemente, designamos assim as plataformas virtuais na internet que, como o *Facebook*, o *Flickr*, o *Instagram* ou o *Jiwa*, permitem aos membros inscritos compartilhar objetos eletrônicos (músicas, fotos, filmes, etc.) com outros inscritos na plataforma, designados ‘amigos’. [...] A expressão ‘redes sociais’ em sociologia das redes não reenvia a uma realidade objetiva, mas, acima de tudo, a um método, ou antes, a uma gama de métodos para estudar sob um determinado ângulo, não exclusivo, as relações sociais. [...] Interpretar as redes sociais significa aqui, acima de tudo, interpretar as construções científicas oriundas destes métodos, que podem ser aplicados ou não em realidades comumente de designadas redes (CODECHOT, 2015, p. 270).

Cinema do Dragão. Cabe salientar que, embora o espaço do São Luiz abrigue programações variadas para além das exhibições de filmes, o foco deste artigo se encontra delimitado no consumo cinematográfico. Tal consumo, em certa medida, transita entre filmes que vão do *cult*⁷ ao *blockbuster*⁸.

A programação do Cinema do Dragão e do Cineteatro São Luiz⁹, em certa medida, traz programações variadas, indo de filmes que possuem apelo ao grande público àqueles nichados. Cabe salientar que essa ideia de “grande público” está associada à noção de massa, que, embora questionável, trata-se de uma coletividade de grande extensão, heterogênea em relação à origem social e espacial dos membros dessa coletividade e socialmente desestruturada (COHN, 2014).

Como contraponto a essa ideia, pode ser percebida uma concepção diferente, de inspiração conservadora, a concepção de “elite”, concebida como uma minoria que, por meio de uma infinidade de componentes de “superioridade”, exerce dominação sobre uma maioria não organizada (COHN, 2014, p. 41).

Tendo em vista a existência de diferenciações e disputas que a operacionalização da ideia entre elite e massa possa trazer, faz-se necessário caracterizar as tendências dominantes na esfera cultural, composta pelo conjunto de bens culturais produzidos e consumidos em escala ampliada, industrial e articulada de forma relativamente *autônoma*. Com base nisso, podemos traçar a ideia de um sistema cultural peculiar que as ciências sociais analisam a partir do termo “cultura de massa” (COHN, 2014, p. 124).

Faz-se importante expor esse contraponto entre massa e elite para, então, caracterizar ainda que brevemente, suas diferenciações. Isso possibilita trabalhar metodologicamente para além de meras polaridades, tendo em vista que, no Brasil, como mostra Ortiz (1994), o imbricamento entre as esferas de bens de massa e de bens eruditos são reorientadas ao ponto de os consumidores dos bens simbólicos brasileiros não estarem limitados a consumir em função dos capitais culturais e/ou econômicos que possuem. Entretanto, não é preciso aqui operacionalizarmos em termos de dualidade. Interessante é ir além, compreendendo as relações que permeiam as práticas culturais em seu processo de conformação de gostos, que, para tal investigação, os condicionantes sociais variados e o consumo se fazem de importância central.

7 Definir o que seriam os filmes *cult* é entrar em um campo de perspectivas diversas, sendo uma tarefa difícil construir tal definição delimitante. Há pesquisadores, como Sconce (1995), que associam o filme *cult* a uma espécie de disrupção ao rejeitar hierarquias de gosto. Contudo, pensar esse *cult* como um modelo de modificação de formas genéricas clássicas ou padrões nos oferece um caminho analítico (GRANT, 2008).

8 Os *blockbusters* são filmes produzidos pela indústria cinematográfica, voltados para o grande público, costumeiramente produzidos por grandes estúdios, contando com filmes como *Harry Potter*, *Piratas do Caribe*, *Toy Story* etc. Os *blockbusters* estão imersos no cenário *mainstream*. O *mainstream* é um termo que se associa de maneira ampla a uma “cultura de mercado”, aquela que é dominante (MARTEL, 2013).

9 O Cineteatro São Luiz, dentre os dois cinemas, é aquele que traz uma diversidade maior de programação entre filmes *blockbusters* e *cults*.

Assim, é possível destacar que o cinema se trata de uma totalidade de processos. Portanto, à luz da sociologia da cultura, ao buscar compreender as práticas culturais dos espectadores, percebemos que as articulações teóricas e empíricas sobre tal tema revelam ao menos duas dimensões da vida social: uma que se refere às desigualdades estruturais, de classe, e a outra relativa ao reflexo disso nas disposições subjetivas dos indivíduos que frequentam as salas de cinemas.

2 Discussão e Resultados

2.1 Os consumos e as preferências cinematográficas como expressão de gostos e práticas culturais

Tratamos aqui dos hábitos culturais, que podem caracterizar aspectos da estratificação social, elemento importante na investigação das relações sociais e suas desigualdades. Nesse sentido, os consumos dos bens culturais são decisivos no entendimento da esfera do cotidiano que envolve diretamente a cultura. As preferências estéticas e as práticas culturais participam de espécies de *ritos de identificação da vida social* (COULANGEON, 2014).

Quando Bourdieu (2007) busca compreender a combinação entre as características do estilo de vida e as versatilidades do *status* e origem social, associa-as como componentes de uma dimensão de uma teoria das culturas de classes, que se sustenta, além das relações de produção, na dimensão do simbólico.

Em uma obra como *A distinção*, Bourdieu (2007) elucida que os indivíduos são entendidos por suas atitudes culturais, que podem muitas vezes escapar ao seu controle. Partindo de uma longa pesquisa sobre os gostos e os consumos na França, o autor compreende que as classes sociais se distinguiram umas das outras por intermédio da sucessão e transmissão de certos valores e traços culturais responsáveis por um condicionamento frente aos comportamentos dos indivíduos nas mais variadas áreas da vida social. Estes comportamentos estariam inseridos em atitudes morais, nas opiniões políticas, também em relação às vestimentas, aos hábitos alimentares, aos gostos e às práticas culturais.

O que Bourdieu (2007) faz é mostrar como o consumo ocupa um espaço privilegiado na construção de certos gostos e estilos de vida. A partir do consumo dos bens culturais e da posse de tipos variados de capitais, os indivíduos expressam, em alguma medida, suas origens sociais, seus níveis escolares etc. O autor ainda enfatiza que:

O gosto está na origem do ajuste mútuo de todos os traços associados a uma pessoa e recomendados pela antiga estética para o *fortalecimento mútuo* fornecido por cada um: inume-

ráveis informações produzidas, consciente ou inconscientemente, por uma pessoa reduplicam-se e confirmam-se indefinidamente, oferecendo ao observador advertido a espécie de prazer que as simetrias e as correspondências resultantes de uma distribuição harmoniosa das redundâncias proporcionam ao amante das artes. [...] Assim, o gosto é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz com que as diferenças inscritas na *ordem física* dos corpos tenham acesso à *ordem simbólica* das distinções significantes (BOURDIEU, 2007, p. 165-166).

O cenário de industrialização da cultura e de ampliação do consumo em larga escala contribui para a padronização de determinados gostos. Quando Adorno e Horkheimer (1991) buscam compreender tal fenômeno, mostram que a sociedade contemporânea tende a conferir um ar de semelhança às coisas, em que a indústria cultural buscaria eliminar as diferenças, criando uniformizações a partir de padrões de uma racionalidade técnica da produção dos bens culturais.

O elemento padronizador desempenha na verdade o papel de parâmetro em relação ao qual a cultura enquanto mercadoria pode ser reconhecida. Seu pólo (*sic*) oposto se configura na arte. A comparação com a música clássica é reveladora. Adorno recusa compreender a diferença entre esses dois tipos de manifestações musicais atribuindo a cada uma delas um nível diferente (ORTIZ, 2016, p. 226).

É justamente no polo oposto ao *mainstream* em que se situam várias das produções fílmicas exibidas no Cinema do Dragão e, em certa proporção, no Cineteatro São Luiz. A partir da junção das programações fílmicas e dos condicionantes sociais que levam à construção dos gostos por esses dois cinemas, bem como dos filmes exibidos neles, podemos traçar uma compreensão acerca das estratégias de diferenciação que levam à construção dos perfis de públicos dos dois espaços.

A formação de públicos e plateias pode seguir caminhos variados, dependendo ainda de quais bens culturais estão sendo ofertados, em qual espaço geográfico, para quais tipos de consumidores, isto é, se não há uma padronização na oferta, ela não é homogênea.

Nas salas dos cinemas do Cineteatro São Luiz e do Cinema do Dragão, apesar de certo padrão, as programações dos filmes exibidos não são homogêneas, contam com filmes nacionais, como também com uma gama vasta de filmes internacionais. Temos como exemplo algumas obras estrangeiras exibidas ao longo de dezembro de 2016 a dezembro de 2017 (período de coleta de dados da pesquisa nos dois espaços) no Cinema do Dragão: *Jovem Mulher* (França), *Invisível* (Argentina), *Mulher do pai* (Uruguai), *Os belos dias de Aranjuez* (França/Alemanha), *David Lynch: a vida de um artista* (EUA/Dinamarca), *Frantz* (França/Alemanha), entre outros. O Cinema do Dragão, com sua diversidade de programação, ainda conta com a mostra chamada Retrospectiva 2016 – Expectativa 2017 // Especial Carnaval, que contou também com filmes como *Axé – Canto*

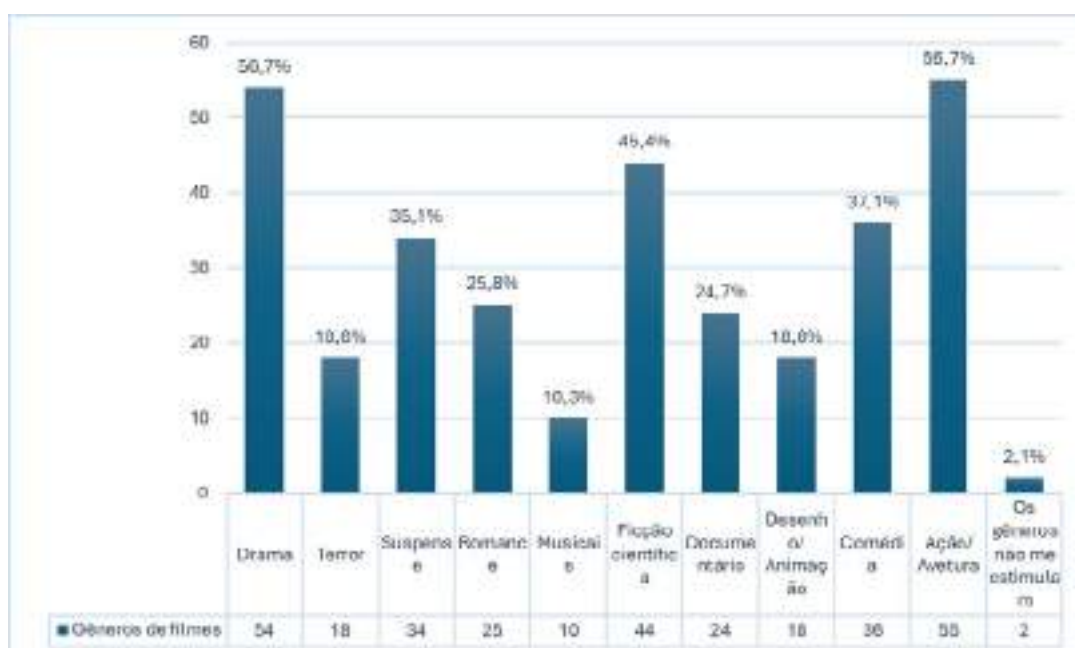
do povo de um lugar; *A Garota Dinamarquesa*; *Rogue One: uma história Star Wars*, *A Cidade Onde Envelheço* e *Aquarius*.

No São Luiz, vemos algumas produções fílmicas estrangeiras como: *Estação Bielorrússia* (Rússia), *Não importa o que aconteça* (Polônia), *A viagem de Fanny* (França), *Em nome do pai* (Irlanda/ Reino Unido) etc. Ainda no São Luiz, alguns filmes mais vendáveis foram exibidos ao longo de 2017, como os filmes *hollywoodianos* *King Kong* (2017), *Moana* (2017), *As tartarugas ninjas* (2016) e as trilologias *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*, entre outros.

Os dados sobre os públicos do Cineteatro São Luiz e do Cinema do Dragão são variados, visto que também suas programações, em maior ou menor grau em um ou outro, são variadas. Têm-se festivais que abordam a temática dos Direitos Humanos, ou mesmo produções da Europa oriental. Dois exemplos que podem ser evidenciados aqui são os do Festival Varillux de Cinema Francês, no Dragão, e a Mostra Mosfilm, no São Luiz. Embora esses dois festivais possam servir como exemplo concreto, a pretensão desta análise é trazer uma amplitude que se expande de forma variada para as programações, na medida em que as aplicações dos questionários foram feitas de maneira gradativa em dias diferentes ao longo de um ano, entre 2016 e 2017.

Trata-se aqui de frequentadores assíduos e não assíduos das salas de exibição, onde podemos relacioná-los diretamente aos espaços explicitados e aos tipos de filmes exibidos regularmente. Os dados coletados revelam aspectos dos gostos pelos filmes, que se dividem em uma infinidade de gêneros preferidos e assistidos em salas de exibições do São Luiz e Dragão, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1 – gêneros de filmes preferidos dos espectadores dos Cinema do Dragão e Cineteatro São Luiz



Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, em mostras específicas como a 4ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, ocorrida no cinema do São Luiz, a programação exibiu gratuitamente dez longas-metragens produzidos pelo Mosfilm, um dos mais antigos estúdios europeus. A mostra ressaltava o fato de que o estúdio havia sido criado quase ao mesmo tempo que a invenção do próprio cinema, que suas produções incluíam grandes sucessos como os filmes produzidos pelos diretores russos Tarkovski e Eisenstein. O estúdio contava ainda com um acervo de cerca de 2500 filmes do período soviético e pós-soviético. A mesma mostra havia passado pelas capitais brasileiras: São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, no Cineteatro São Luiz. Segundo o curador do Cineteatro:

Além do Ceará, somente São Paulo e o Rio Grande do Sul estão recebendo essa Mostra, que é bastante especial, tanto pela qualidade dos filmes, bastante significativos para a história do cinema, quanto pela oportunidade do nosso público conferir esses trabalhos em cópias restauradas e em alta definição.¹⁰

Foram exibidos filmes como *Encouraçado Potemkin* (1925), este lembrando os 100 Anos da Revolução de 1917, e *Dersu Usala* (1975), vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1976).

Essa é a segunda vez que o Cineteatro São Luiz sedia, com exclusividade na região nordeste, a mostra de filmes russos e soviéticos, consolidando uma parceria que julgamos de extrema importância com a CPC-UMES, representante dos interesses da Mosfilm no Brasil [...]. Um dos aspectos da significância dessa parceria é a oportunidade e instigantes cinematografias do mundo, responsável não só por inúmeros clássicos da sétima arte, mas em grande parte, pela própria estruturação da linguagem cinematográfica.¹¹

Outra Mostra que mereceu destaque foi a Mostra de Cinema Nórdico realizada no Cinema do Dragão. Foram exibidos filmes que se destacaram nos últimos anos nos países nórdicos, em uma parceria estabelecida entre as embaixadas da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, com apoio institucional do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Ao todo foram exibidos 14 filmes, entre documentários, comédias, dramas e ficções diversas, com entrada franca. Destacamos as exposições de *Helsinque*, *Para Sempre* (do premiado cineasta Peter von Bagh), *Corações Valentes*, *Asa Pequena*, *Histórias de Estocolmo*, *Marie Kroyer*, *Uma Família* e *O centenário que saiu pela janela e desapareceu*.

Para um espectador dos dois cinemas,

10 Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/45797-inedita-na-regiao-nordeste-mostra-mosfilm-traz-ao-cineteatro-sao-luiz-o-cinema-russo-com-copia-restaurada-do-classico-aleksandr-nevsky-de-eisenstein>.

11 Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/45797-inedita-na-regiao-nordeste-mostra-mosfilm-traz-ao-cineteatro-sao-luiz-o-cinema-russo-com-copia-restaurada-do-classico-aleksandr-nevsky-de-eisenstein>.

O acesso a determinados filmes que vêm de determinados países [como muitos das Mostras e festivais] têm muito mais haver com a questão da distribuição dos filmes, do que de uma preferência por tal nacionalidade. Eu gosto de cinema francês e iraniano, supondo, mas eu não tenho acesso com facilidade a esses filmes no cinema, logo, vejo mais filmes de outras nacionalidades. Mas aí isso varia dependendo do cinema. No Dragão se tem menos filmes americanos, e uma diversidade maior de cinemas nacionais, mas isso não cria ao mesmo tempo nichos de cinemas nacionais específicos. (Romero, estudante de cinema e professor de História, 34 anos).

Todavia, mesmo com exemplos de filmes internacionais, percebemos uma programação variada, em nacionalidade e em impacto comercial. Mesmo diante dessa variedade, vemos algumas preferências por outros espaços de exibições de filmes (ver gráfico 2)

Gráfico 2 – Quais são as salas de exibições preferidas



Fonte: dados da pesquisa.

Os cinemas que foram trazidos como opções para esse tópico estão localizados em espaços distintos da cidade de Fortaleza, e dois deles são cinemas situados em *shopping-centers*, trazendo filmes, em sua maioria, *blockbusters*. Vale destacar que, apesar de os questionários terem sido realizados com espectadores do Cinema do Dragão e/ou do Cineteatro São Luiz, uma quantidade considerável disse preferir outro cinema ao invés de um dos dois. Revela-se, de certo modo, como os cinemas comerciais podem ser atrativos, não apenas em programação, mas quanto a outros condicionantes, como segurança do espaço público que circunda o cinema, distância de outras áreas da cidade e facilidade de transporte, entre eles o transporte público.

Assim, possivelmente como tentativa de superar alguns obstáculos e buscar públicos mais diversos, o Cineteatro São Luiz, como é proposto em seu projeto inicial, traz programação variada, e quanto às reproduções dos filmes não é diferente, contando com exhibições tanto de *blockbusters* quanto de películas *cults*. Já o Cinema do Dragão continua a priorizar a exibição de filmes que se encontram em um cenário mais restrito quanto a seu alcance massificado.

Percebemos a partir daqui uma tentativa de demarcar diferenciações mediante o consumo cinematográfico. As pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas traziam em suas falas marcadores de gostos que se diferenciavam de uma espécie de grande público dos cinemas mais comerciais. É o caso de Danilo (fotógrafo, 39 anos), que afirma gostar mais do Cinema do Dragão por exhibir mais filmes *artísticos*:

Gosto muito do São Luiz e do Dragão, apesar de assistir em outros cinemas como o do Benfica. O problema é que os outros cinemas não têm programação de filmes mais artísticos. Quem oferece isso é o Dragão, por exemplo, e talvez por isso eu vá mais nele.

E a fala de outra interlocutora traz também marcadores de diferenciação. Tatiana (38 anos, analista educacional) evidencia que seu gosto vai na *linha* dos filmes de *cinéarte*:

Gosto mais desses cinemas que trazem filmes da linha cinéarte e bem alternativos. A linha mais comercial circula menos nesses cinemas, por isso na maioria das vezes que vou costumam não estar tão cheios. Os filmes comerciais nesses espaços geram baixo público. Talvez por isso prefiro ir para cinema que passe filme alternativo.

Evidencia-se, a partir das falas, um dos critérios de diferenciações, isto é, um dos fundamentos para tais preferências está na distinção dos filmes que se opõem aos *blockbusters*, preferindo os filmes ditos *artísticos*. Contudo, entender a construção dos gostos especificados dos espectadores do Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão passa não apenas por uma compreensão de polos da cultura, mas variados condicionantes socioculturais fornecem ferramentas analíticas decisivas para o entendimento de como os públicos desses cinemas criam suas estratégias de diferenciação.

2.2 Os públicos e suas estratégias de diferenciação

Nos estudos sociológicos, definir o que seria o “público” e suas reverberações é uma tarefa árdua. Algumas classificações são menos dificultosas de se compreender na medida em que é possível definir alguns agentes sociais em relação a outros, o que não é o caso do “público” que carrega consigo uma amplitude que torna dificultoso situá-lo.

Como mostra Esquenazi (2003, p. 5), “[...] apenas há público de alguma coisa e

esse *de* representa uma primeira dificuldade do trabalho: é preciso delimitar as situações que têm público para poder determinar este último”.

Outra dificuldade neste tipo de estudo situa-se, a partir do grupo que forma o público, na complicação de prever e defini-lo. Em uma análise sociológica, os riscos possuem certa amplitude quando se trata de esboçar um padrão de públicos específicos. Presente aqui se encontra o caráter da heterogeneidade como uma espécie de traço dominante de muitos públicos.

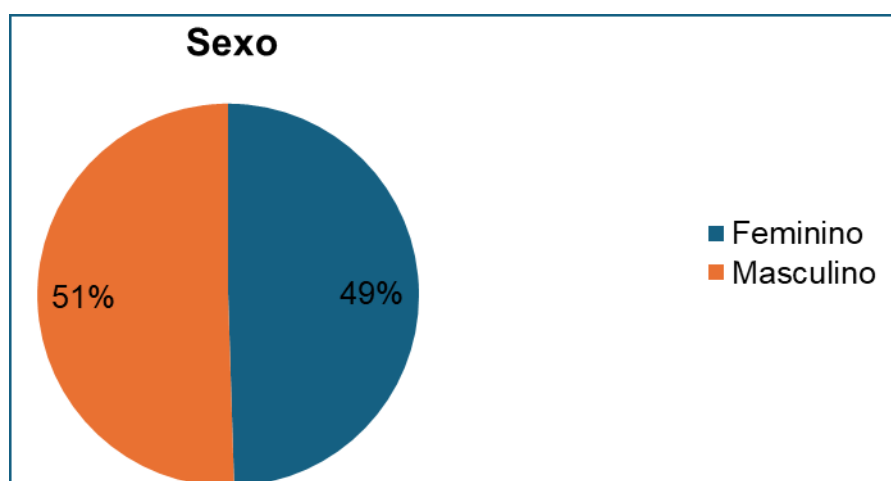
Do ponto de vista sociológico, em especial da sociologia da cultura, as conexões estabelecidas entre o cinema e seus produtos conexos, como as *redes sociais*, que impulsionam informações sobre esse bem cultural, o entendimento de um caráter relacional é o que possibilita esta investigação trazer elementos para a compreensão de como se formam os públicos dos cinemas elencados.

Isso se evidencia a partir desse entendimento aliado à obtenção dos dados qualitativos e quantitativos são determinados fatores explicativos da relação entre o coletivo e os sistemas de práticas observáveis, que remetemos a “variáveis sociodemográficas”.

Portanto, alguns eixos centrais são trazidos para analisarmos a lógica relacional entre condicionantes sociais e formação de gostos dos públicos dos cinemas. Os eixos escolhidos não se deram de maneira aleatória, mas a partir dos dados coletados que se evidenciaram. As variáveis que se apresentaram como elementos pertinentes foram: *idade; como e onde se obtêm informações sobre os filmes, cinemas, festivais; nível de escolaridade e lugar de moradia*. As escolhas por tais variáveis ocorreram durante as coletas dos dados *in loco*.

Há mais um condicionante social que podemos destacar: o sexo. Essa variável não se tornou central pela pouca diferença de respostas entre homens e mulheres, sendo, ao menos para esta investigação, um nivelamento ínfimo de diferença, como mostra o gráfico 3.

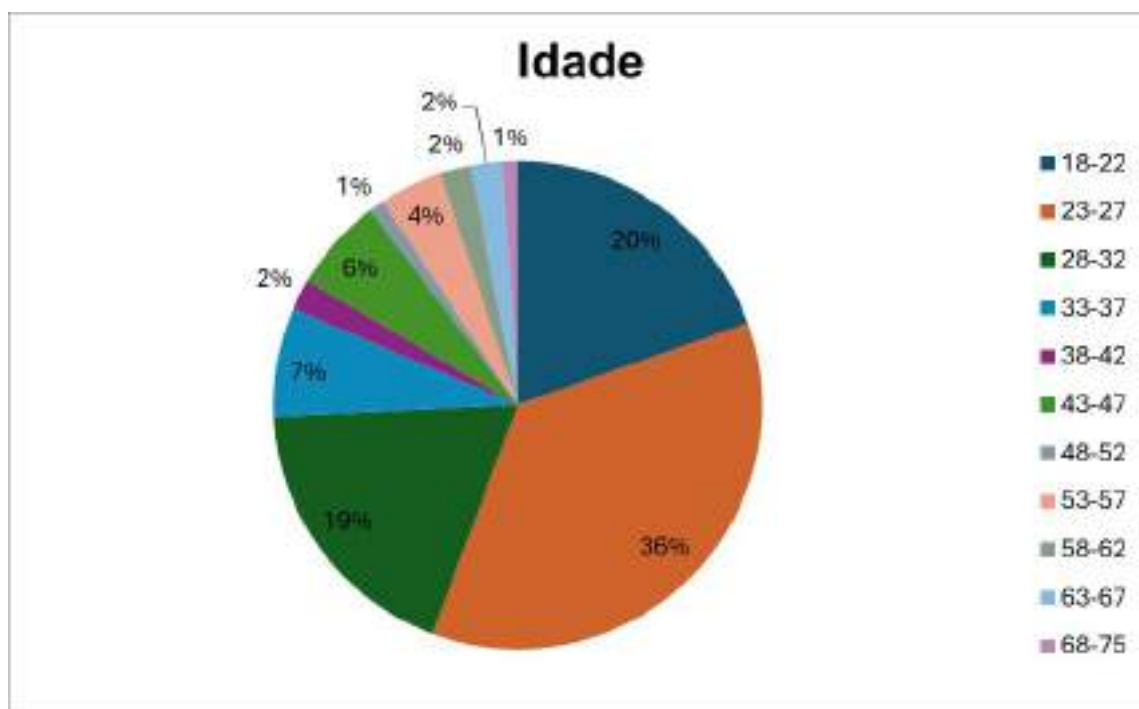
Gráfico 3 - Sexo



Fonte: dados da pesquisa.

Assim, a primeira variável central que trazemos consiste na *idade* (ver gráfico 4). Como um aspecto dos espectadores dos cinemas sendo entendido pelo crivo explicativo da idade, algumas formulações dessa dimensão geracional mostram-se como relevantes.

Gráfico 4 – Idade



Fonte: dados da pesquisa.

É possível afirmar que os dois cinemas são frequentados, em grande parcela, por pessoas que se situam na faixa etária entre 23 e 27 anos, totalizando 36% das pessoas que responderam os questionários. Se tomarmos o número de frequentadores a partir dos 33 anos até os 75 anos, juntos somam cerca de 25% do número total. Já o público entre 18 e 22 anos, somam 20%.

Considerando o recorte em que os dados foram obtidos, o que podemos observar é uma proeminência de um público com menor idade. Há uma espécie de choque geracional. É observável que se evidenciam essas oposições de gerações. Contudo, não podemos analisar o condicionante social da idade deslocando-o de outros elementos que se apresentam. Quando Bourdieu (1983) analisa o caráter relacional de uma dada realidade social, revela que é possível que existam oposições na assimilação de novos valores que se constituem em relação a estados diferentes da distribuição dos bens culturais e à possibilidade de seu acesso.

É nesse sentido que tomamos a fala de um de nossos entrevistados como propícia para a reflexão dessas dinâmicas que algumas oposições apresentam. Um desses interlocutores, Sérgio (63 anos, médico), confessou não ter facilidade com as novas tecnologias que envolvem a *internet*. Questionou, ainda, o motivo de a programação dos cinemas não estar mais sendo divulgada “como era antes” nos jornais impressos:

Não entendo por que diminuíram de colocar a programação nos jornais [impressos]. Atualmente só divulgam na *internet* praticamente, e eu não sou muito fã dessas novas tecnologias, mesmo sendo preciso conhecer um pouco delas. Mas só consegui essas informações sobre a Mosfilm olhando os flanelógrafos, caso contrário eu não teria vindo à mostra.

Ele havia comprado o ingresso para a Mostra Mosfilm de cinema russo clássico, com produções de diretores como Sergei Eisenstein, Ivan Pyryev e Andrei Tarkovski.¹² Ainda afirmou que as informações que conseguiu foram por meio de suas andanças na frente do Cineteatro São Luiz, onde se encontram os flanelógrafos com informações sobre as programações.

Os manuseios e consumos de determinados bens culturais e suas distinções por meio de gerações etárias se fundamentam nos próprios conflitos entre sistemas de aspirações compostos em épocas diferentes. Aquilo que para as gerações de décadas atrás era o comum, isto é, os jornais impressos como ferramenta central de divulgação das programações de cinema, para as gerações imersas nas dinâmicas das redes sociais, tal forma de obtenção de informações mediante a *internet* e os produtos que dela fazem parte ocorre comumente. São formas de lidar com uma dada realidade que se processam desde o nascimento (BOURDIEU, 1983).

De acordo com os dados obtidos, a intensidade e a natureza dos usos dos bens culturais, isto é, o consumo dos filmes nesses espaços específicos, são fortemente diferenciadas segundo a idade. Caso o uso diário tenda a diminuir conforme a idade avança, é nessa relação explicativa causal onde os usos das novas tecnologias se diferenciam quanto às faixas etárias, levando em consideração que nesse vínculo residem capitais culturais específicos. Particularmente, a ambivalência dos usos torna-se maior entre os jovens, para quem as redes sociais como novos meios para adquirir informação flui com mais frequência cotidianamente (COULANGEON, 2014).

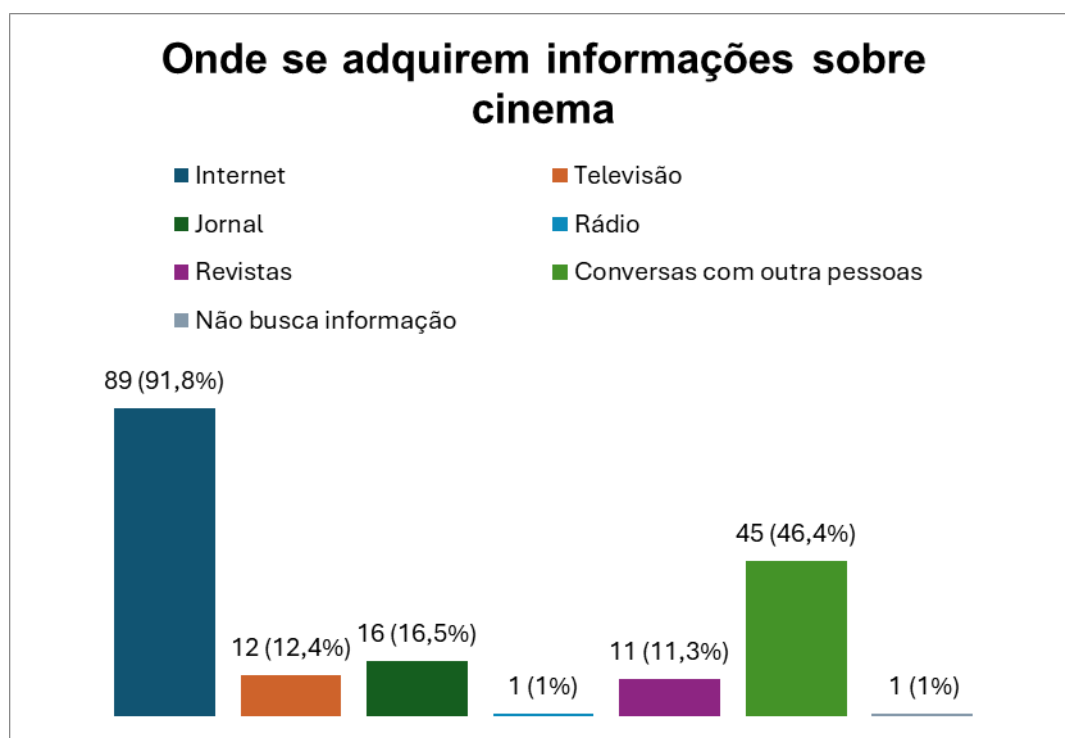
Portanto, tendo em vista essa aparente macro oposição que se expressa entre menos ou mais idades, outra variável possui sua importância como categoria analítica de uma espécie de conformação de gostos, tratando-se do meio onde se obtêm as informações sobre os filmes e as salas de exposições.

São evidentes as transformações que envolvem as tecnologias e como elas mo-

12 Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/arteagenda/mostra-mosfilm-traz-ao-sao-luiz-classico-russo>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

dificam a maneira como se lidam com os bens culturais, mais precisamente, com o cinema, servindo como caminho de configuração das práticas culturais. Não por acaso, os novos suportes e métodos de difusão da cultura operam como fatores de desenvolvimento das práticas (BÉRA; LAMY, 2015, p. 115). Quando se trata do século XXI, essa argumentação tem seu valor na medida em que há novas atividades e uma infinidade de práticas culturais que se conectam diretamente ao desenvolvimento multimídia, como a internet. O gráfico 5 apresenta essa disparidade.

Gráfico 5 – Meios pelos quais se obtêm informações sobre cinema



Fonte: dados da pesquisa.

A internet se tornou a principal maneira pela qual as informações sobre cinema são buscadas, mesmo para filmes que requerem certas disposições de apreciação. Portanto, as justificativas de gostos por determinados conjuntos de filmes não parecem buscar nos “tradicionais” veículos formadores de opinião – jornais impressos, programas de rádio e tv etc. – subsídios de convencimento para que o espectador vá às sessões cinematográficas.

As características de uso e manejo da própria *internet*, e consequentemente das *redes sociais* dos cinemas especificados, estão ligadas ao capital cultural dos indivíduos (COULANGEON, 2014). Dessa maneira, o condicionante social do *nível de escolaridade* (ver gráfico 6) aparece como componente basilar para a compreensão dos gostos estabelecidos a partir dos espaços dos Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão. Contudo,

destacamos ainda que, neste momento, não é possível traçarmos meramente uma relação de causalidade entre o grau de instrução, a idade e a obtenção de informação que culminou com as disparidades apresentadas.

Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos espectadores



Fonte: dados da pesquisa.

Ressaltando que as pessoas selecionadas para a pesquisa se trata de um conjunto com indivíduos de idades a partir dos 18 anos, um padrão é observável. Assim, podemos constatar que 85% das respostas dão conta dos agentes sociais que possuem graduação incompleta e/ou completa. Mais precisamente, 39% são de espectadores com graduação incompleta e 46% com graduação completa. Os outros 15% são de pessoas que possuem o ensino médio completo. Na amostra, nenhuma resposta foi dada fora dessas três opções.

Uma relação se instaura objetivamente entre o consumo dos filmes, suas variáveis e condicionantes, entre eles o grau de escolaridade que opera também como instância de reprodução e consagração, servindo como um dos mecanismos de operacionalização da construção das diferenças. Estas, por sua vez, estão relacionadas às orientações familiares, às classes e suas frações, a uma diversidade de meios de acumulação de capital cultural, como também influenciadas pelos locais de moradia (BOURDIEU, 2007, p. 127).

Os dois cinemas estão situados a 1,09 quilômetros de distância um do outro. O Cine-teatro São Luiz está localizado no centro de Fortaleza. Já o Cinema do Dragão situa-se

numa zona boêmia da cidade, próximo à praia, bares, boates, restaurantes e dentro de um centro cultural que atrai muitos turistas com suas várias atividades e programações como de museus, teatros, espetáculos musicais, cafés etc.

As distâncias a esses cinemas podem se interpor como obstáculos para os frequentadores, como é o caso de Tatyana, 32 anos, analista educacional, frequentadora dos dois cinemas, que afirma: “por morar no Eusébio, frequento menos os cinemas devida à distância e os shoppings mais próximos têm poucas opções legendadas, devido ao público da região, e me recuso a pagar para ver filme dublado”. Ela percorre cerca de 25 quilômetros para chegar a um dos dois cinemas. E essa estrutura de trazer a distância como relevante ou não se repete em outras falas:

Eu adoro ir para a sala do Dragão do Mar, que é o único cinema de rua que, tirando o São Luiz, tem filmes diferentes. Mas o local que eu moro [bairro Montese] não influencia minha ida ao cinema, mesmo se eu morasse mais longe eu iria do mesmo jeito. Eu tenho bastante tempo para ir ao cinema, mas durante o dia, pois eu ando de ônibus e tem o perigo à noite. (Vanessa, 24 anos, estudante de Serviço Social)

A distância até o cinema para mim influencia. Eu me sinto mais a vontade no do [shopping] Benfica [bairro que leva o mesmo nome], que é mais próximo de casa, eu também gosto muito do São Luiz, vou com a minha filha até. Mas a distância ela influencia, prefiro ir para algum que seja mais próximo, já que tem vários mais acessíveis, do que outros mais distantes. (Verônica, 52 anos, pedagoga)

Cara, a distância de onde moro na Parquelândia até cinemas como esses ficam mais nas áreas culturais da cidade e acabam influenciando, mas outras coisas influenciam mais, o valor do ingresso, o tipo de filme exibido, até os horários. Assistir em *shopping* dependendo do horário passa mais confiança, mas o gostinho de assistir um filme que se gosta de verdade em um ambiente cultural é demais. (Felipe, 37 anos, fotógrafo)

A partir dessas falas vemos que há uma complexidade de fatores que influenciam as idas aos cinemas. Embora a distância possa ser relevante para uns e não para outros, todos relatam alguma dificuldade de acesso. Entre essas dificuldades, ressaltamos a localização dos cinemas. Por exemplo, o Cineteatro São Luiz foi e é um lugar de frequência às produções audiovisuais além de estar situado num dos cartões postais da cidade, a Praça do Ferreira. Durante muitos anos um dos desafios desse cinema era se manter em meio a degradação que a praça veio sofrendo.

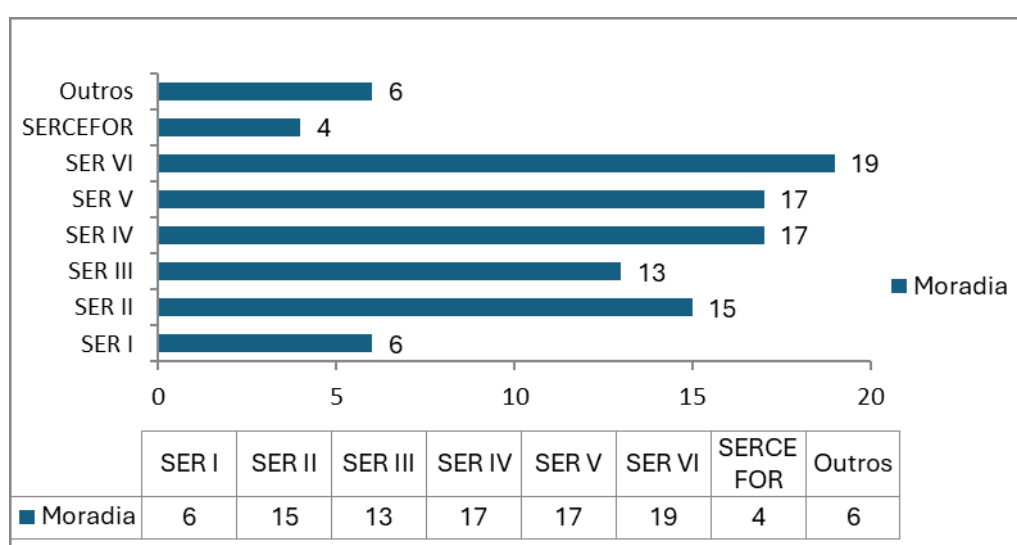
Além disso, esses dois cinemas disputam com grandes conglomerados como o UCI Cinemas, Cinépolis, Centerplex e Arcoplex, que junto com as salas do *shopping* Benfica, contabilizam 50 salas de exibições de cinema, das 53 existentes em Fortaleza. As três salas restantes são duas do Cinema do Dragão e uma do Cineteatro São Luiz.

Em vista dos condicionantes sociais já apresentados e suas complexidades, abrem-nos possibilidades analíticas para mensurar, mesmo que em aspectos a partir

dos recortes traçados, as preferências e conformações dos gostos dos frequentadores dos cinemas. Pensar as variáveis em caráter relacional nos dá a chance de compreender as práticas culturais e o consumo de filmes.

Aliando as metodologias quantitativas e qualitativas, obtém-se por meio dos questionários e das entrevistas, ainda que brevemente, um perfil que revelam alguns componentes que nos levam a mais um condicionante, o da *moradia* (ver gráfico 7). A partir dessa variável, pudemos observar que a maior parte dos espectadores não residem em locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B)¹³.

Gráfico 7 – Quantidade de espectadores por regional



Fonte: dados da pesquisa.

O que se avaliou com o IDH-B foi o padrão de vida das pessoas de cada bairro. A renda, a dimensão educacional e as condições de saúde e longevidade deram o fundamento dessa coleta e apreensão de dados. Trata-se, na verdade, de uma forma análoga à análise ampla do IDH operada pelo Programa das Nações Unidas (PNUD). Justamente por essa amplitude, delimitamos o conjunto de pessoas que moram dentro de diferentes Secretarias Regionais (SER).

Os bairros com os maiores índices de IDH-B são, respectivamente: Meireles, Aldeota, Estância (Dionísio Torres), Mucuripe, Guararapes, Cocó, Praia de Iracema, Varjota, Fátima, Joaquim Távora. Com isso, temos que a SER II comporta o maior Índice de De-

13 A Prefeitura de Fortaleza solicitou a feitura de um estudo intitulado “Índice de Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza” onde busca conhecer as dimensões econômicas, demográficas e culturais da cidade. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) foi a responsável pela pesquisa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza, tomando como objeto de análise os dados do censo demográfico de 2010, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

envolvimento Humano por Bairro de Fortaleza¹⁴. A exceção é o bairro Fátima, situado na SER IV.¹⁵ Dos frequentadores dos Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão, cerca de 16% deles residem em bairros com maiores IDH-B da cidade.

Contudo, embora existam bairros com os menores índices de IDH-B e menor ocorrência de frequência aos dois cinemas, como é o caso dos bairros encontrados na SER-I¹⁶, vê-se um nivelamento da SER-II à SER-VI. Além da SER-I, somente a SERCEFOR (Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza) e os “outros” (classificação para delimitar as respostas de quem não mora em Fortaleza) destoam desse nivelamento nas respostas.¹⁷

Associando esses diferentes nivelamentos e condicionantes sociais à luz da sociologia da cultura, criam-se caminhos para o exercício de traçar minimamente o perfil dos públicos dos cinemas, bem como da construção dos gostos desses espectadores e suas estratégias de diferenciação. Temos, portanto, dados que nos oferecem perspectivas analíticas que nos revelam alguns padrões que, aliados aos padrões de consumo, perpassam certas lógicas da ideia posta por Bourdieu em *A Distinção*.

A partir da chegada do cinema em Fortaleza, todo o período de sua consolidação é marcado por transformações das apreensões e consumos de novas tecnologias vindas nas formas de bens culturais consumíveis, como os filmes. Com isso, tornam-se mais evidentes as transformações¹⁸ nos padrões de consumo cultural das classes sociais ao longo do tempo (RADAKOVICH, 2011).

As mudanças de padrões estão ligadas diretamente à aspectos como o do surgimento de mentalidades “globais”, o da mundialização da cultura, assim como o das reorientações de políticas culturais. Há, desse modo, mudanças estruturais que alteram

14 Os bairros mais pobres estão imersos em precariedade, desemprego e inatividade de alguns fatores não amparados pelo Estado. A desqualificação social da qual são objeto desqualifica inclusive o espaço de residência, sendo bairros alvos de estigmatizações, assim como as pessoas que residem em tais locais. Todo esse processo simboliza para uma identidade negativa dos seus moradores. A mídia reforça partes dessa estigmatização por meio de classificações de bairros a partir de reportagens com apelos emocionais referente às violências urbanas e simbólicas.

15 Todos os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) e informações conexas foram retiradas do site da Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: < <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

16 Bairros da Secretaria Regional I: Álvaro Weyne, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Cristo Redentor, Farias Brito, Floresta, Jacarecanga, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Monte Castelo, Moura Brasil, Pirambu, São Gerardo, Vila Ellery e Vila Velha.

17 Os bairros com piores condições de IDH-B são socialmente desqualificados quanto aos índices abordados pelo estudo, caracteriza-os dessa maneira, em vista de tentativas de respostas às demandas de cada Regional ou bairro.

18 Estas transformações são variadas, perpassando tanto pela esfera econômica quanto pela cultural, a partir das ações dos agentes (empresários, críticos, cineastas, Estado etc.) envolvidos na estruturação de espaços onde as produções fílmicas são exibidas ao longo do século XX.

percepções e padrões de consumo cultural, seja a nível nacional ou local.

De maneira efetiva, Radakovich (2011) destaca que:

[...] o consumo constitui uma fonte de resolução de necessidades básicas e, ao mesmo tempo, uma forma de satisfazer desejos e expectativas de integração social. No entanto, o consumo oferece, ainda, um poderoso mecanismo de distinção para diferenciar uns de outros, consolidando barreiras simbólicas e materiais entre classes e estratos sociais. [...] As perspectivas contemporâneas que enfatizam a produção e reprodução do consumo como lógica social de distinção, tomando como eixo de análise o consumo como reprodução de uma nova lógica do capitalismo desigual (RADAKOVICH, 2011, p. 69).

Em vista disso, vemos que os sistemas de disposições que envolvem as estratégias e as práticas culturais são materializados nos gostos e consumos de filmes em determinadas salas de exibições. Estes, por sua vez, podem ser entendidos a partir das frações de classes que compartilham *habitus* parecido. Isto é, as práticas vivenciadas ao longo da trajetória de cada espectador, refletindo no seu momento presente e sendo passíveis de continuidade a partir de suas percepções para as preferências culturais. Esta ideia foi percebida ao longo das falas dos entrevistados nas quais revelam suas estratégias e motivos para consumir os filmes nas salas explicitadas.

As disposições apresentadas pelos agentes deste artigo abrangem práticas sociais, expressões de gostos, materializadas, por assim dizer, em suas práticas de consumo de filmes. Estas práticas se tornam importantes na presente análise na medida em que as disposições apresentadas para os agentes sociais irem aos Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão são incorporadas mediante o processo de interação com seu meio e a partir de contextos socialmente referenciados e circunscritos. Portanto, os condicionantes, que passamos a chamar de variáveis, apresentaram-se como instrumento de percepção dessas disposições. De modo mais preciso, *idade, moradia, nível de escolaridade e meio de obtenção de informações sobre os cinemas* serviram como base para a compreensão dos perfis dos públicos dos dois cinemas explicitados.

3 CONCLUSÃO

As práticas culturais averiguadas aqui são vistas, à luz do que Bourdieu (2007) nos apresenta, como práticas socialmente percebidas, reproduzidas e classificáveis. Frente a isso, um dos modelos de distinção evidenciados por Bourdieu, que também pudemos perceber no caso de Fortaleza, está presente no nível de escolaridade dos espectadores dos cinemas, que, a partir da soma de diferentes capitais, entre eles o cultural e o econômico, possibilita a apropriação e o manejo das práticas relacionadas a bens culturais

e de consumo cinematográfico. A própria participação e disposição para ir a festivais e mostras realizadas pelo Cinema do Dragão e Cineteatro São Luiz revela aspectos de distinção frente à *massa*.

O *habitus* existente na ida a esses espaços oferece um valor social condicionado ao capital social a partir do próprio espectador, que possui *necessidade* de consumo de bens culturais diferenciados. Vemos aqui valores além do uso e de suas finalidades objetivas. É nítido um valor de raridade que se instaura por parte da percepção de muitos espectadores. Não por acaso, Bourdieu (2007, p. 291) mostra que o gosto, enquanto elemento de distinção, é encontrado na origem social das disputas nos âmbitos dos *campos* em que os agentes estão inseridos.

A formação dos gostos pelas programações dos Cineteatro São Luiz e Cinema do Dragão passam por uma noção de *habitus* que não se encerra em si mesmo. Todavia, com a heterogeneidade encontrada mediante as programações diversificadas, compreendemos que, embora exista certo padrão no perfil do público desses dois espaços, há demandas variadas que se conectaram aos condicionantes sociais explicitados. O que os dados nos apresentam são públicos letrados, moradores de locais variados da cidade de Fortaleza e de cidades próximas, sendo jovens, em sua maioria, na faixa etária de vinte a trinta anos, que, em seus discursos, reproduzem as distinções sociais que o próprio consumo, as preferências e gostos trazem consigo.

Enfim, temos que é possível uma dada explicação que se situa na familiaridade com a linguagem cinematográfica (seja ela considerada somente entretenimento seja pensada enquanto arte), de seguimentos que têm ou se aproximam do gosto aos cinemas *cults*, indo com certa naturalidade às salas que exibem tais filmes, porque para muitos faz parte de seu modo de vida, isto é, de seus hábitos culturais. Tendo em vista os dados apresentados, há uma menor incidência de expectadores que se situam em camadas sociais de menores instruções educacionais.

Percebe-se também como as classes médias¹⁹ buscam ativamente uma posição elevada quanto a sua legitimidade e conhecimento sobre linguagem cinematográfica, havendo uma indicação de que o capital cultural esteja presente de forma mais efetiva do que o capital econômico.

Assim, trouxemos uma apresentação breve das programações em conexões com as estratégias de distinções. Isso funcionou como um dos elementos reveladores do tipo de perfil dos espectadores desses dois cinemas. Em uma análise como esta, na área da sociologia da cultura e dos públicos, os dados estatísticos foram importantes, pelas bus-

19 O público do Cinema do Dragão e do Cineteatro São Luiz é composto por uma classe média que se configura mais em seus anseios culturais e suas práticas do que de suas condições econômicas, esta ideia compreendida dentro da delimitação desta pesquisa, que ofereceu dados para entender alguns aspectos sobre as práticas culturais do fortalezense em relação aos dois cinemas de rua evidenciados.

camos compreender as práticas culturais, os gostos e os perfis dos públicos fizeram-nos chegar aos condicionantes sociais elencados. Com estes condicionantes vistos a partir de uma coleta quantitativa e com os dados qualitativos de maneira complementar, pudemos traçar um panorama e breves conclusões sobre como o gosto desses espectadores se evidencia frente a suas práticas, níveis de escolaridades, moradias, idade, sexo e manejo com as tecnologias. O consumo de filmes em salas de exibições, os gostos e as estratégias dos públicos puderam ser vistas à luz de um empreendimento sociológico bourdieusiano.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. (Tradução de G. A. de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- BARBALHO, Alexandre. **A Modernização da cultura**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.
- BARBALHO, Alexandre. A Política para o Audiovisual no Ceará: continuidade e rupturas. **O público e o privado** – UECE, n. 9, p. 9-22, jan/jun 2007.
- BAZIN, André. **O cinema: ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In SELIGMANN SILVA, Márcio. (Org.). **Walter Benjamin - A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. (trad. Gabriel V. Silva). Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.
- BÉRA, Matthieu; LAMY, Yvon. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação**: teoria e ideologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COSTA, Flávia Cesarino. Primeiro Cinema. In: MASCARELLO, Fernando. **História do cinema mundial**. Campinas: Papirus, 2006.
- COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições SESC, 2014.
- DIETRICH, Pascale. LOISON, Marie. ROUPNEL, Manuella. Articular as abordagens quantitativa e qualitativa. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ESQUENAZI, Jean-Pierre. **Sociologia dos Públicos**. Paris: Porto Editora, 2003.
- FREIRE, Rafael de Luna; ZAPATA, Natasha H. A. Quantas salas de cinema existiram no Brasil? Reflexões sobre a dimensão e características do circuito exibidor brasileiro. **Significação** – USP, v. 44, n. 48, p. 176-201, jul-dez 2017.
- GARCIA, Camila Camba. **FILHOS DO DRAGÃO – O impacto do Instituto Dragão do Mar no Audiovisual do Ceará**. 2012. Trabalho de conclusão de curso - CELACC/ECA – USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/366-1062-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- CODECHOT, Olivier. Interpretar as redes sociais. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- GONDIM, Linda M. P.. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna**: Cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.
- GRANT, Barry K. Science Fiction Double Feature: Ideology in the cult film. In: MATHIJS, Ernest; MENDIK,

- Xavier (ed.). **The Cult Film Reader**. Berkshire: Open University Press, 2008. Cap. 1.6. p. 76-87.
- MARTEL, Frédéric. **Mainstream**: a guerra global das mídias e das culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. **Revista Sociologia em Rede**, vol. 6, n. 6, p. 203-242, 2016.
- PAUGAM, Serge; VELDE, Cécile Van de. O raciocínio comparatista. In: PAUGAM, S. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- RADAKOVICH, Rosario. **Retrato Cultural**: Montevideu entre cúmbias, tambores e óperas. Tese (Doutorado em Sociologia), Unicamp. Campinas, 2011.
- SCONCE, Jeffrey. **Trashing' the Academy**: Taste, Excess, and an Emerging Politics of Cinematic Style. *Screen*, v. 36, n. 4, Winter. 1995. p. 371-393.
- VAZ, Toninho. **O rei do cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Sobre o autor

Fábio de Sousa Neves – Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará e funcionário público da Secretaria da Educação do Ceará.



Carnaval e futebol em tempos de pandemia: União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e agremiações carnavalescas paulistanas de torcidas organizadas de futebol

Carnival and football in times of pandemic: União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) and São Paulo carnival associations of soccer organized fans

Júlio César Valente Ferreira 

jcvferreira@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca –
CEFET/RJ

Universidade Federal Fluminense - UFF

 10.52521/opp.v22n47.12357

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 12/01/2024

Aprovação do trabalho: 20/02/2025

Publicação do trabalho: 31/03/2025

Resumo

A proposta do presente trabalho visa descrever as formas de enfrentamento às consequências da pandemia de Covid-19 pela União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e por agremiações filiadas e que também são torcidas organizadas de futebol: Pavilhão 9 (Corinthians) e Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP). A pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva etnográfica com análise de matérias jornalísticas, consulta às publicações em suas redes sociais e entrevistas informais com lideranças no acompanhamento dos preparativos para o carnaval de 2022, o qual foi o primeiro desfile após a fase mais aguda da pandemia de Covid-19, acumulando inscrições traumáticas às já existentes. A análise dos dados mostrou que o “tempo do futebol” distanciou-se mais do “tempo do carnaval”, privilegiando as ações das torcidas organizadas na seara do futebol, justificada pela estrutura teleofativa destas agremiações, configurando táticas que incrementaram os planos de clivagem entre futebol e carnaval, potencializadas pelo estigma que sofrem nos dois ambientes. Por outro lado, para a UESP, o alargamento do tempo entre desfiles demandou a configuração de um conjunto de ações que fortaleceram a estratégia de estabelecer um lugar próprio como base para atuar no campo do carnaval paulistano, com resultados positivos no enfrentamento ao estigma direcionado ao carnaval e recrudescido na pandemia.

Palavras-chave

Carnaval. Futebol. União das Escolas de Samba Paulistanas. Pavilhão 9. Torcida Uniformizada do Palmeiras. Covid-19.

Abstract

The aim of this study is to describe the ways in which the União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) and affiliated associations that are also organized football fan groups (Pavilhão 9, Corinthians) and Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP) have dealt with the consequences of the Covid-19 pandemic. The research was conducted from an ethnographic perspective, analyzing newspaper news, consulting publications on their social networks, and conducting informal interviews with leaders who were monitoring the preparations for the 2022 carnival, which was the first parade after the most acute phase of the Covid-19 pandemic, adding traumatic inscriptions to those already in place. The analysis of the data showed that the “time of soccer” has become more distant from the “time of carnival”, favoring the actions of organized fan groups in the football field, justified by the teleoffective structure of these associations, configuring tactics that have increased the plans to divide football and carnival, reinforced by the stigma they suffer in both environments. On the other hand, for UESP, the extension of time between parades required the configuration of a set of actions that strengthened the strategy of establishing its own place as a base for acting in the field of São Paulo carnival, with positive results in confronting the stigma directed at carnival and worsened during the pandemic.

Keywords

Carnival. Soccer. União das Escolas de Samba Paulistanas. Pavilhão 9. Torcida Uniformizada do Palmeiras. Covid-19.

Introdução

Territórios e continentes em todo o planeta foram acometidos pela pandemia de Covid-19. No Brasil, apesar de, no momento, estar em fase de redução, os números apontam elevadas taxas de incidência e mortes, com um total de mais de 39.000.000 de casos e mais de 700.000 óbitos (Ministério da Saúde, 2024) entre os anos de 2020 e 2024. Nos primeiros 18 meses, compreendendo os indicadores até 15 de agosto de 2021, o número de casos foi de 20.350.142 e o número de óbitos foi de 568.788 (Siqueira et al., 2022). Mesmo com o início da vacinação, em 17 de janeiro de 2021, ter sido tardio, a existência do Sistema Único de Saúde (SUS) acelerou o processo de imunização em todo o território nacional, reduzindo a taxa de letalidade dos casos notificados, conforme mostrados nos números apresentados no início deste parágrafo, comparando os índices apresentados em 18 e 24 meses (Moura et al., 2022). No entanto, seus impactos ao longo do tempo foram desiguais. Siqueira et al. (2022) assinalam que a capacidade para o enfrentamento às consequências da pandemia é diretamente proporcional às condições sociais das parcelas da sociedade. Os setores mais subalternizados foram os mais impactados por conta de possuírem menos condição de encontrar meios de subsistência em meio à crise global instaurada, além de serem menos informadas e possuírem menor cobertura sanitária e assistencial (Siqueira et al., 2022).

Em especial, a área laboral da cultura foi a mais afetada, pois foi a primeira a suspender as atividades e a última a plenamente reiniciar. “Segundo o IBGE, estamos falando de um universo 5,2 milhões de trabalhadores e de cerca de 325 mil organizações, ou seja 5,7% da força de trabalho do país” (Mamberti, 2021, p. 16). Mais especificamente, para as escolas de samba e blocos especiais, a questão temporal foi mais grave, pois foi o último tipo de evento autorizado a ocorrer. O desfile do carnaval de 2021 foi cancelado e o de 2022 somente foi ocorrer em abril.

Partindo desses pressupostos, este trabalho objetiva analisar os mecanismos de enfrentamento aos efeitos da pandemia em coletivos como escolas de samba, blocos especiais e torcidas organizadas de futebol, a partir do entendimento de que são estruturas teleoafetiva (Schatzki, 1997), estigmatizadas (Goffman, 2016) e marcadas em maior ou menor grau por traumas sociais inscritos durante suas existências (Farias, 2008; Farias; Pinto, 2016; Levy, 2011), que lançaram mão de estratégias e táticas (Certeau, 2009) para construir repertórios de manutenção e sobrevivência institucionais. Mais especificamente, este trabalho direcionou suas atenções às torcidas organizadas de futebol que participam do carnaval paulistano, porém apresentando-se fora da principal pista de desfile da cidade, e à entidade gestora destes cortejos. Com isto, o desenho da pesquisa centrou-se nas torcidas organizadas Pavilhão 9 (devotada ao Corinthians) e Torci-

da Uniformizada do Palmeiras (também nominada como TUP) e na União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP). Importante destacar que, em São Paulo, os blocos especiais são agremiações carnavalescas que possuem estrutura competitiva, estética visual e musical similar às escolas de samba, sendo todas os coletivos deste tipo organizadas na UESP.

A escolha dos grupos neste trabalho: (i) UESP (entidade gestora de desfiles carnavalescos), (ii) TUP (escola de samba) e (iii) Pavilhão 9 (bloco especial) baseou-se em duas questões. A primeira foi minha experiência da convivência com estas associações, possibilitando acessos que, em uma primeira abordagem, não seriam tão contornáveis, principalmente para tratar de um momento traumático como o enfrentamento às consequências da pandemia. A segunda foi a constatação da falta de trabalhos voltados para estes coletivos, que não operam na principal pista de desfile da cidade de São Paulo. Com isso, as condições iniciais e de contorno diferem-se severamente em relação às encontradas nos grupos que tem como seu lugar carnavalesco o espaço social simbolicamente mais valorizado na folia das escolas de samba, como aquelas tratadas, tendo o mesmo recorte temporal, nas publicações de Bártolo e Souza (2020), Bora (2021), Santos e Pêgas (2022) e Toledo e Souza Junior (2020). Outra camada importante deste substrato a ser destacada é que os trabalhos citados foram elaborados no contexto das escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo da principal divisão hierárquica, agremiações estas com um diálogo muito mais robusto com o poder público e departamentos sociais mais estruturados que os dos coletivos tratados neste artigo.

Agremiações carnavalescas e torcidas organizadas de futebol: estruturas teleoafetivas, estigmas, traumas, estratégias e táticas

DaMatta (1982) aborda o futebol como máquina de socialização, principalmente porque é algo rotineiro. Isto é, tem futebol durante todo o ano. Por outro lado, esta análise também é válida para o carnaval, pois, apesar do seu tempo possuir vacâncias em relação ao calendário anual, as escolas de samba e blocos especiais demandam tempo de seus integrantes (em intensidades distintas, logicamente), o qual supera (e muito) os dias oficiais de folia, constituindo-se então também em espaços de socialização (Leopoldi, 2010).

Segundo Schatzki (1997), determinadas organizações estruturam-se a partir de uma estrutura teleoafetiva, a qual representa um conjunto hierarquicamente organizado e descritivo no que tange aos seus objetivos e interesses, aos meios para alcançá-los (projetos ou ações) e às emoções (sentimentos e afetos) aconselhadas e aceitas, valida-

das e legitimadas na práxis, retirando o estatuto moral de uma ação ser considerada “certa ou errada”. O norte é honrar o nome, a manifestação cultural e/ou a instituição com as quais estabelecem laços de pertencimento.

A estrutura teleoafetiva possibilita uma fluidez configuracional de práticas em diferentes versões pelos diversos membros, mantidos os fins da organização, pois cada um foi operado em variados e distintos regimes de socialização, para além das condições de contorno estabelecidas no conceito de *habitus* por Bourdieu (1989). Para dar conta desta questão na sociedade contemporânea, não há possibilidade de pensar o indivíduo sendo regido somente por um único princípio de conduta. Tomando como exemplo a estrutura teleoafetiva presente em uma torcida organizada, ela acaba por socializar o indivíduo neste coletivo de forma diferente quando este se encontra em um bloco especial ou em uma escola de samba (Barbieri, 2020; Bueno, 2015; Souza Junior, 2020; Toledo e Souza Junior, 2020). Mesmo que considerássemos alguma simetria entre as emoções que dão substrato às práxis, elas não se verificam empiricamente nos princípios de conduta, objetivos, interesses e meios de obtenção. Desta forma, o quadro dos processos de socialização aqui tratados ombreia-se às críticas de Lahire (2002) ao conceito hermético de *habitus* em Bourdieu (1989). Observando os mesmos indivíduos quando estão no futebol, como torcedores organizados, e na agremiação carnavalesca do respectivo coletivo, constata-se que eles não agem de forma homogênea nas muitas situações de vida e muito menos ancoram-se em uma coerência ontológica por conta de uma estrutura com elementos imanentes únicos e sem qualquer possibilidade de plasticidade.

O conceito de estigma proposto por Goffman (2006) é baseado na construção heurística de um binômio classificador societal entre os estigmatizados e os normais, com os primeiros configurando-se em sujeitos conhecidos e devidamente identificados como desviantes e evitáveis/combatíveis. No caso das torcidas organizadas de futebol, opera-se principalmente na seara da violência (Hollanda; Medeiros; Teixeira, 2015; Palhares; Schwartz, 2015). Em todo o território nacional, elas são classificadas como inimigas da ordem pública, da urbanidade e da disputa pelos usos do espaço público (Hollanda; Medeiros; Teixeira, 2015; Palhares; Schwartz, 2015; Piva, 2019; Toledo, 1996).

Ao direcionarmos nosso olhar para as escolas de samba e blocos especiais, o estigma opera não somente por conta das origens territoriais apontarem para os setores mais pobres e excluídos da sociedade e das práticas religiosas estarem em sintonia com predicados afro-brasileiros; mas também por se organizarem em entidades gestoras de desfiles e celebrarem contratos de prestação de serviços culturais durante o carnaval com os poderes públicos. Configura-se então uma cadeia produtiva da economia criativa do carnaval, em grande parte invisibilizada e desprezada com o intuito de justificar

a retirada do apoio do poder público, somando-se a esta reivindicação o avanço de uma retórica conservadora que vê nesta manifestação, por exemplo, uma potência perigosa que deve ser controlada e regrada por não seguir os predicados culturais, sociais e raciais considerados normais (Menezes, 2020; Raymundo, 2021). Durante a fase mais aguda da pandemia, o discurso tomou formas que atendessem a uma narrativa reacionária com alcance capilar rápido e eficiente para condenar o carnaval como o vetor inicial de propagação do vírus no Brasil (LIGA-SP, 2020).

Não obstante, importante ressaltar que o noticiário sobre as torcidas organizadas de futebol (principalmente no jornalismo esportivo, o qual, em tese, é o que está em maior proximidade com este universo) normalmente opera no estigma destes grupos serem praticamente constituídos para a prática de atos violentos contra todos aqueles que consideram como “inimigos”, isto é, qualquer pessoa que não honre o nome e a instituição aos quais os coletivos estabelecem laços de pertencimento (Bassi, 2022; Palhares; Schwartz, 2015). No campo do folia momesca, a oposição à participação das torcidas organizadas de futebol se mostra latente ou estabelece uma “escala de civilidade”, onde o carnaval é idealizado como o lócus das relações comunitárias e familiares, sem um *ethos* beligerante. Por outro lado, as torcidas organizadas de futebol são posicionadas diametralmente opostas (Fernandes, 2010) (Lance, 2023). Considerando os trabalhos de Barbieri (2020) e Souza Junior (2020), os quais abordam escolas de samba ou blocos especiais criados a partir de uma torcida organizada de futebol ou de um sentimento de pertença clubístico, não há como estabelecer um constructo de imbricamento entre eles. São fenômenos justapostos que são operados pelos membros de um mesmo coletivo em distintos graus de adesão, cujo grau de urdimento é influenciado (não determinado) fundamentalmente a partir das relações sociais mediadas pelas lideranças.

Sobre o entendimento por trauma, Farias e Pinto (2016) trabalham sua formulação nos âmbitos individual e social. A experiência traumática se concretiza no percurso existencial com a situação de choque ou catástrofe. O trauma pode ter efeitos a partir do processo de aniquilamento do ser ou na geração de alternativas para o enfrentamento. Por fim, a noção de desamparo decorrente do aabalamento é importante porque permite a viabilidade de analisar os efeitos das políticas de estigmatização, as quais colocam em prova os limites de resistência e que podem levar a um quadro de paralisia na construção de alternativas de existências, quando nem mais a insistência faz sentido. Quando mantida por muito tempo, instaura-se um regime de desorientação, o qual afeta diretamente as capacidades cognitivas e físicas (Levy, 2011). Afinal, o trauma produz restos, um excesso que não consegue naturalmente ser purgado (Farias, 2008). A atuação dos coletivos estudados neste artigo demonstrou que os mecanismos de enfrentamento ao choque instaurado pela pandemia de Covid-19 foram diversos, mesmo que o discurso

de aniquilamento destes tipos de seres institucionais tenha recrudescido nesta época. Com diferentes gradações de aparições públicas e de diálogo com a sociedade, TUP, Pavilhão 9 e UESP não se entregaram à paralisia plena que o desamparo traumático potencializado pelo estigma apresenta.

As estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um agente detentor de algum tipo de poder, o qual postula um lugar próprio, a partir do qual estabelece como base para atuar no campo. As táticas referem-se às ações calculadas determinadas pela ausência de um lugar próprio, atuando nas frestas existentes do projeto totalizador do adversário (Certeau, 2009). Claramente, as escolas de samba, blocos especiais, entidades gestoras de desfiles e torcidas organizadas de futebol operam praticamente no terreno da tática. Considerando as posições da UESP, da TUP e do Pavilhão 9, esta afirmação se reforça na medida em que não são permitidos a eles a prerrogativa de ocupação de um lugar próprio; nem na pista de desfile e nem nas arquibancadas dos estádios (Barbieri, 2020; Souza Junior, 2020). No máximo, consegue-se configurar um lugar na sede do coletivo, sem a potência do lugar próprio nos campos do futebol e/ou do carnaval, cuja finalidade é ser um espaço para a organização de táticas, onde a capacidade de enunciação é condicionada pela eficácia de atrair atores e estabelecer redes.

Questões metodológicas

Para a consecução do objetivo da pesquisa, em primeiro lugar, possui relevância delinear o posicionamento e a atuação destes coletivos no campo do carnaval através das forças sociais que os mobilizam e das redes, internas e externas de apoio, que suportam suas atividades, a partir dos suportes teóricos apontados nas seções anteriores deste artigo. O trabalho de campo foi empreendido em três frentes, no período temporal de janeiro de 2022 a dezembro de 2022: (i) consulta às matérias jornalísticas, (ii) exame das publicações feitas pelos coletivos em seus perfis oficiais no Facebook¹ e (iii) entrevistas informais e individuais com membros do “comando administrativo” de cada coletivo.

Neste trabalho, utilizei o termo “comando administrativo” para se referir à pessoa que assume o cargo máximo administrativo de um coletivo, o qual normalmente é nomeado “presidente”, ou a um grupo específico de indivíduos responsáveis por qualquer decisão ou ação administrativa, comumente denominado como “conselho administrativo” ou “direção administrativa”. Em determinados grupos, a figura do presidente tem sua capacidade de agência regada por um estatuto ou pelo conselho ou gerência ad-

1 Outra mídia social muito adotada pelos coletivos pesquisados é o Instagram. No entanto, verificou-se em todos os casos que o conteúdo era replicado do Facebook e vice-versa.

ministrativa. Para a pesquisa em questão, esta tipologia permitiu operar os dados obtidos sem a exposição do interlocutor, o qual necessariamente se trata de um presidente ou de um membro do conselho ou direção administrativa, sendo então um ator que ocupava posição de liderança no período temporal durante a pandemia de Covid-19.

Como fonte inicial de consulta de dados, optou-se pelas matérias jornalísticas, as quais possibilitaram verificar que tipo de cobertura midiática foi destinado para tratar das ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 pelas torcidas organizadas de futebol e pelas entidades gestoras de desfiles das escolas de samba e dos blocos especiais na cidade de São Paulo, tendo clara a preocupação com o que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (Luca, 2010, p. 139).

Em relação às publicações nas redes sociais, em tempos de isolamento social, a internet foi o espaço mister de comunicação para a divulgação de informes, notícias, campanhas e eventos virtuais ou presenciais (neste caso, com ênfase nas indicações dos procedimentos preventivos). Este espaço virtual foi reforçado, sendo praticamente o único meio para a manutenção e incremento dos laços de socialização, consolidando novas ou mais intensas possibilidades de construção de comunidades de sentimento, conceito este formulado por Appadurai (1996), sem mais a condição ora indispensável de um território ou espaço físico vivido e percebido por um indivíduo e compartilhado com outros.

No que concerne à entrevista informal, foi considerado importante esta abordagem para dialogar com um membro do comando administrativo. Considerando o contexto do estudo, na seara da pandemia da Covid-19, o qual continua sendo um assunto muito sensível, intentou-se através de uma conversa simples, com o menor grau de interferência no momento em que o diálogo era travado, baseada em uma postura fundamental de escuta ativa (Levy, 2011).

Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP) e a Sociedade Escola de Samba TUP: desentrelaçamentos iniciais e urdimentos posteriores

Segundo Campos e Louzada (2012), a TUP foi a primeira associação de torcedores da Sociedade Esportiva Palmeiras, fundada em 29 de novembro de 1970 por um grupo de alunos do Colégio Dante Alighieri, uma tradicional escola da comunidade italiana em São Paulo, frequentada por estratos médios e superiores da sociedade paulistana. Os autores ressaltam que camadas inferiores (porém, extremamente ligados à colônia italiana) também integravam a TUP em seu início. Mas, em movimento que perpassou

por todas as torcidas organizadas de futebol fundadas nas décadas de 1960 e 1970, Piva (2019) destaca que, a partir da década de 1990, as lideranças passaram a ser exercidas por indivíduos nascidos e criados em bairros periféricos da capital paulista, normalmente filhos de migrantes nordestinos, em um processo que se iniciou na década de 1980.

O envolvimento da TUP com o carnaval começou exatamente na década de 1980, com as mudanças ocorridas no comando administrativo da torcida, cujos membros também eram envolvidos com o carnaval paulistano das escolas de samba. Desta forma, ao longo desta década gestou-se a criação de um bloco especial com o objetivo de participar do carnaval oficial organizado pela UESP em 1991. Depois, com praticamente todos os blocos especiais ligados às torcidas organizadas de futebol terem se transformado em escolas de samba, em 2008, a TUP assume este novo estatuto.

Observando as postagens nas mídias sociais da TUP e da escola de samba TUP (elas possuem seus canais próprios), praticamente não se verificaram mensagens sobre falecimentos. Quando isso ocorreu, sempre foram relativas a pessoas da velha-guarda e sem citação do motivo do óbito. O intuito foi de não espalhar mais medo, pânico e açodiar o trauma pela comoção psíquica. Nas entrevistas, sempre se pontuou que as mídias sociais foram utilizadas para a divulgação de iniciativas que promovessem algum tipo de alívio.

A TUP não fechou a quadra durante o período mais agudo da pandemia. Em visitas anteriores a esta época, já tinha observado que a quadra era uma referência local para as pessoas em situação de rua ou que necessitassem de um auxílio, metabolizando assim toda uma tensão de desamparo e exclusão de longa duração, transmutadas em traumas individuais e que buscam uma escuta ativa. Ao longo desse decurso, principalmente nos primeiros meses após declarada o estado de pandemia, as famílias das comunidades faveladas que se localizam ao longo do bairro da Barra Funda (onde fica a quadra da TUP) ou em situação de rua procuravam o local para se hidratarem e alimentarem, tomarem banho, buscar alimentos e cestas básicas e conversar e desabafar, pois, estavam atônitas.

Sobre o poder público, apesar da proibição de abertura de espaços públicos, não houve qualquer ação de repressão e nenhum contato ou parceria foi estabelecido. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, campanhas massivas foram empreendidas pela TUP, conforme ilustram as Figuras 1 e 2. Importante destacar também a realização de ações nas subsedes e que não houve uma coordenação rígida de publicações destas atividades nas mídias sociais oficiais da torcida e da escola de samba.

Figura 1 – Campanha de arrecadação iniciada em abril de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Figura 2 – Campanha Periquito Solidário – março de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Retornando ao uso das mídias sociais, a principal iniciativa foi a retomada do programa “Quando Surge - Papo de Arquibancada”. Criado em 2018, ele sempre foi pensa-

do para ser um canal de comunicação interativa com os “tupistas” e demais torcedores e simpatizantes do Palmeiras para dialogar, enviar mensagens, manifestar opiniões sobre os caminhos do futebol do clube, informar sobre caravanas e venda de produtos oficiais da TUP, receber convidados que fizeram história no clube e na TUP, além dos momentos de desabafo sobre a pressão do comando administrativo do clube contra as torcidas organizadas. Após uma redução no número de *lives* em 2019, logo após a declaração do estado de pandemia, o programa foi retomado em maio de 2020, tendo frequência semanal (Figuras 3 e 4). A configuração do programa mudou para incluir na pauta campanhas de conscientização no combate aos vetores da Covid-19, dicas de cuidado de saúde e pedidos de doações, reforçando as mobilizações ilustradas nas Figuras 1 e 2. Outra questão importante foi que, no período de recomendação intensa do distanciamento social, o programa serviu como forma de manter a conexão entre os “tupistas”, que não tinham mais a quadra e a arquibancada como lócus de encontro, e de se estabelecer de forma mais incisiva como um agente de socialização, configurando-se em um espaço social de reforço desta comunidade de sentimento (Appadurai, 1996). Depois de findado o período mais agudo da pandemia, o programa continuou, mas com uma frequência mais espalhada no tempo. Porém, cabe destacar que o comando administrativo reconhece a importância de tal iniciativa e, mesmo com todas as atividades da torcida e da escola de samba terem retornado ao ritmo de antes da pandemia, não pretende descontinuar o programa.

Figura 3 – Retomada do Programa “Quando Surge – Papo de Arquibancada” – maio de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em 10 dez. 2022.

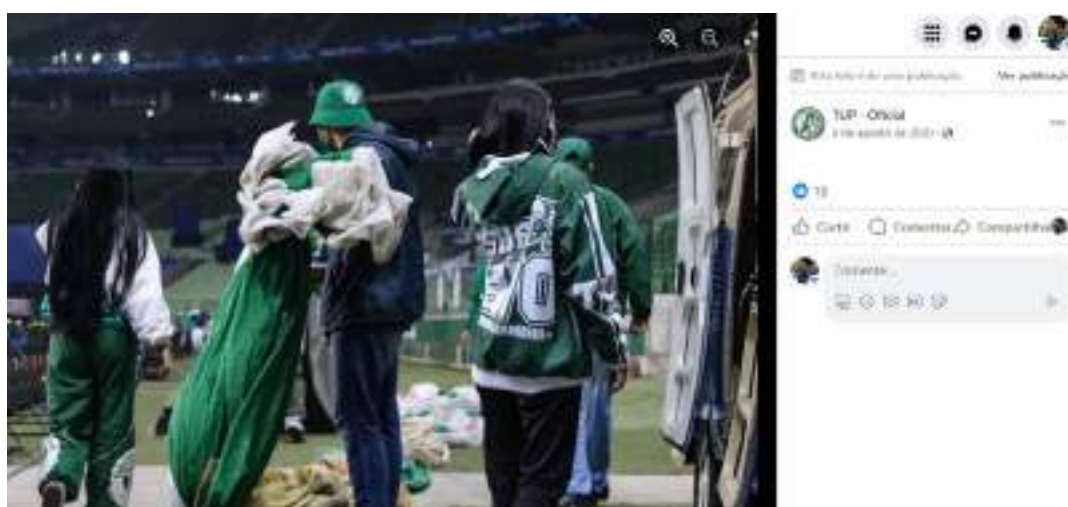
Figura 4 – Programa “Quando Surge – Papo de Arquibancada” – 23/03/2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em 10 dez. 2022.

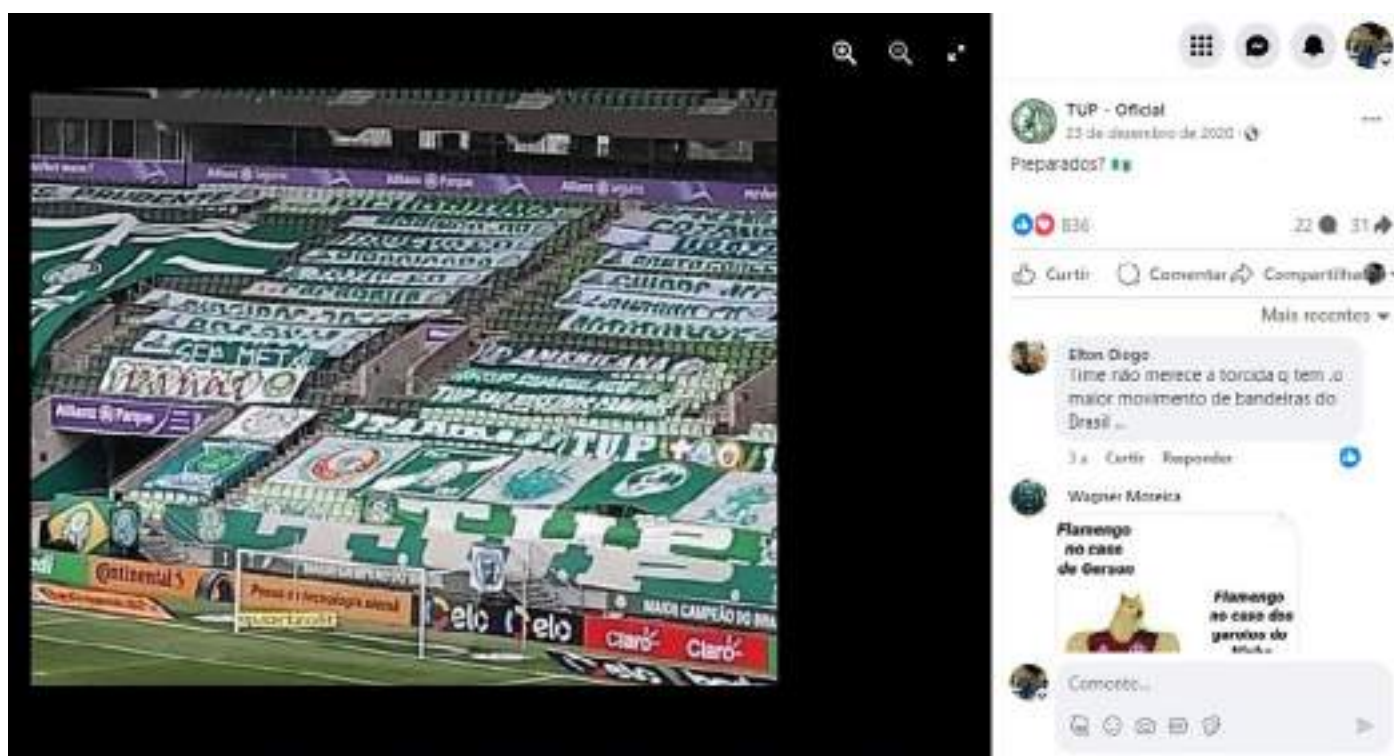
Outra ação da TUP (e de outras torcidas organizadas) neste período foi a decoração das arquibancadas com faixas e bandeiras ao longo das arquibancadas (Figuras 5 e 6) enquanto os campeonatos de futebol eram disputados sem a presença de público. Analisando como foi este período, o comando administrativo entende que foi manipulado pela diretoria do clube para preencherem os locais vazios e, de alguma forma, estabelecerem algum vínculo entre torcedores e atletas, além de fornecerem elementos estéticos geradores de valor para a transmissão televisiva.

Figura 5 – Membros da TUP no gramado do estádio do Palmeiras para decoração de parte das arquibancadas – agosto de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 6 – Setor destinado à TUP decorado com faixas e bandeiras – dezembro de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupoficial>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Com o passar do tempo, os conflitos com a diretoria e funcionários do Palmeiras cresceram e, hoje, o comando administrativo entende que cobrir as arquibancadas era uma alegoria para mascarar os túmulos dos vitimados pela pandemia. No entanto, a prática permaneceu até a liberação da presença do público e foi considerada importante, além de um dever da torcida, retomando a questão da imanência deste elemento da estrutura teleoafetiva das torcidas organizadas de honrar o nome e a instituição a qual estabelecem laços de pertencimento acima de qualquer condição. Afinal, se tinha Palmeiras em campo, a TUP deveria lá estar.

Sobre o carnaval, a paralisação foi mais impactante. Inicialmente, somente estava definido o enredo e o samba. As constantes mudanças de data dos desfiles (fevereiro de 2021, julho de 2021, fevereiro de 2022 e, por último, abril de 2022) geraram uma incerteza muito forte na produção do desfile e afetou os trabalhadores desta cadeia produtiva. A implicação junto a estes profissionais foi de menor monta em relação aos que atuam nas escolas de samba da principal divisão hierárquica, conforme é apresentado por Bártolo e Sousa (2020) e Bora (2021), pois o lapso temporal de produção entre desfiles é maior nas agremiações das últimas categorias (em 2022, a TUP encontrava-se na quarta classe das escolas de samba). Segundo o comando administrativo, partes das fantasias começaram a ser confeccionadas, até porque as primeiras cotas do repasse financeiro

municipal de incentivo cultural (também nomeado no universo do carnaval como subvenção) foram pagas em 2021 e, com isso, havia a necessidade de se utilizar a verba para posterior prestação de contas (financeiramente e temporalmente).

Sobre os imbricamentos urdidos na torcida organizada, a TUP passa por um processo de separação entre aqueles que cuidam da parte relativa ao futebol e os que se dedicam ao carnaval do coletivo. Este plano foi intensificado pela pandemia, pois o futebol retornou bem antes dos desfiles de carnaval, em junho de 2020. A única atividade que se manteve mais orgânica neste período foram os ensaios da bateria, que contam com integrantes da torcida e outros inseridos pelo mestre de bateria da escola de samba. Na TUP, a escola de bateria tem a função importante de ser um lócus onde o processo de socialização dos jovens que se filiam ao coletivo inicia-se.

Com relação à UESP, o diálogo com a entidade gestora operou em duas esferas: (i) recebimento de parcelas da subvenção e (ii) parceria e convite para participação em eventos de grande porte para a arrecadação de mantimentos e outros itens, cujas dinâmicas serão delineadas neste artigo *a posteriori*. No que tange ao desfile de 2022, havia a necessidade de estar na avenida, pois, no caso da TUP, parte da verba recebida foi utilizada para pagar dívidas com a UESP. Então, devido à prestação de contas, mesmo a contragosto do comando administrativo, a TUP desfilou. A contrariedade em questão residia no trauma ainda muito recente da perda de familiares e amigos por conta da pandemia. Por fim, a realização do desfile representava simbolicamente o retorno à “normalidade”. Afinal, justamente após duas semanas da realização dos desfiles de 2020, foi declarado o estado de pandemia.

As atividades da escola de samba TUP com participação de público retornaram em outubro de 2020, com a promoção de um evento gastronômico para apresentação das fantasias e do samba-enredo (Figura 7). Posteriormente, em 2021, a TUP promoveu, com o apoio da UESP, a *live solidária* no intuito de arrecadar fundos para os profissionais do circo, manifestação cultural homenageada no enredo (Figura 8). O acontecimento contou com a participação de intérpretes, segmentos e componentes de escolas de samba filiadas à UESP, tendo mais de quatro horas de duração. Outro ponto importante da *live* foi ser um momento de reencontro de muitos apreciadores do carnaval com as escolas de samba das agremiações filiadas à UESP.

Figura 7 – Macarronada do Periquito – outubro de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/sestup2019>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 8 – Live Solidária da TUP – junho de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/sestup2019>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Pavilhão 9: manutenção dos vínculos sociais através do futebol e o bloco especial em suspenso

A fundação do Grêmio Recreativo Cultural Social Bloco Torcida Clube Desportivo Pavilhão 9 (G.R.C.S.B.T. C.D. Pavilhão 9) ocorreu no dia 09 de setembro de 1990. Aqui, temos um caso de uma torcida organizada surgida em uma região periférica da cidade de

São Paulo. Além disso, diferente da TUP e das demais atuantes no carnaval paulistano, o Pavilhão 9 já iniciou suas atividades como torcida organizada e bloco carnavalesco.

No caso específico, além de seu lócus periférico, outro elemento recrudescceu a recepção deste coletivo no nível operacional do estigma, inclusive por parte das demais torcidas organizadas devotadas ao Corinthians já existentes. Conforme relata Vedovello e Rodrigues (2020), a torcida organizada teve como base criadora um grupo de corinthianos da Vila dos Remédios (zona oeste da cidade de São Paulo) e do município de Osasco que realizava ações sociais junto a encarcerados torcedores do clube no Pavilhão 9 do presídio do Carandiru. Por conta do massacre, ocorrido justamente no mesmo local, em 02 de outubro de 1992, com o assassinato de 111 prisioneiros, e, depois, por outros eventos traumáticos, o estigma desta torcida posiciona-se em um patamar superior de distinção.

Através da adoção do slogan “preso por uma só paixão” e do mascote representado pelos Irmãos Metralha (Figura 9), a torcida Pavilhão 9 trouxe para fora, e de forma escancarada, signos remetentes ao sistema prisional, como ainda não se tinha observado no espectro do futebol; elementos de um espaço social operado em profundo grau de estigmatização, o qual traduz o C.D. da sigla da torcida de Clube Desportivo para Casa de Detenção (justamente, o início do nome oficial do presídio do Carandiru – Casa de Detenção de São Paulo). Para Vedovello e Rodrigues (2020), a potencialização da operação do estigma está no fato de que esta torcida organizada evoca a ideia, rechaçada pelo descrédito, de que as pessoas em cárcere são sujeitos portadores de subjetividades forjadas em processos de socialização como qualquer outro indivíduo.

Figura 9 – Signos do G.R.C.S.B.T. C.D. Pavilhão 9



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/cdpavilhao9>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Posteriormente, dois fatos em que o Pavilhão 9 foi protagonista marcaram tragicamente seus associados, com reverberações ainda presentes. O primeiro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2003, sábado de carnaval, na concentração da pista de desfile destinada aos blocos especiais, quando integrantes do bloco Tricolor Independente, formado por torcedores são-paulinos, atacaram corinthianos do bloco Pavilhão 9 (Sarmiento, 2003). Como resultado do conflito, registrou-se o assassinato de Ruy Luciano Nogueira, carnavalesco do Pavilhão 9, morto com um tiro na cabeça. O segundo fato ocorreu em 18 de abril de 2015, no interior da sede da torcida quando, após um churrasco comemorativo de um campeonato de futebol, três homens armados adentraram o local, renderam e assassinaram com tiros na cabeça oito pessoas que ainda se encontravam no local, mas que não conseguiram fugir (Pinho; Duarte, 2015). Depois deste massacre, o Pavilhão 9 mudou sua sede de uma ampla quadra situada na Vila dos Remédios (Zona Oeste da cidade) e passou a ocupar uma casa situada em Itaquera (Zona Leste da cidade), próxima ao atual estádio do Corinthians.

Quando foi declarada o estado de pandemia, todas as atividades foram suspensas abruptamente (Figura 10). Segundo o comando administrativo, havia o receio de sofrerem sanções do governo municipal. Mais uma vez, os filigramas dos traumas atuaram, pois o estigma posto em um patamar superior, inclusive em relação às demais torcidas organizadas de futebol, configuraram mais um obstáculo para a constituição de interlocutores que permitissem a fluência dos dados, complexificando a reelaboração e adensando a inscrição da condição de choque.

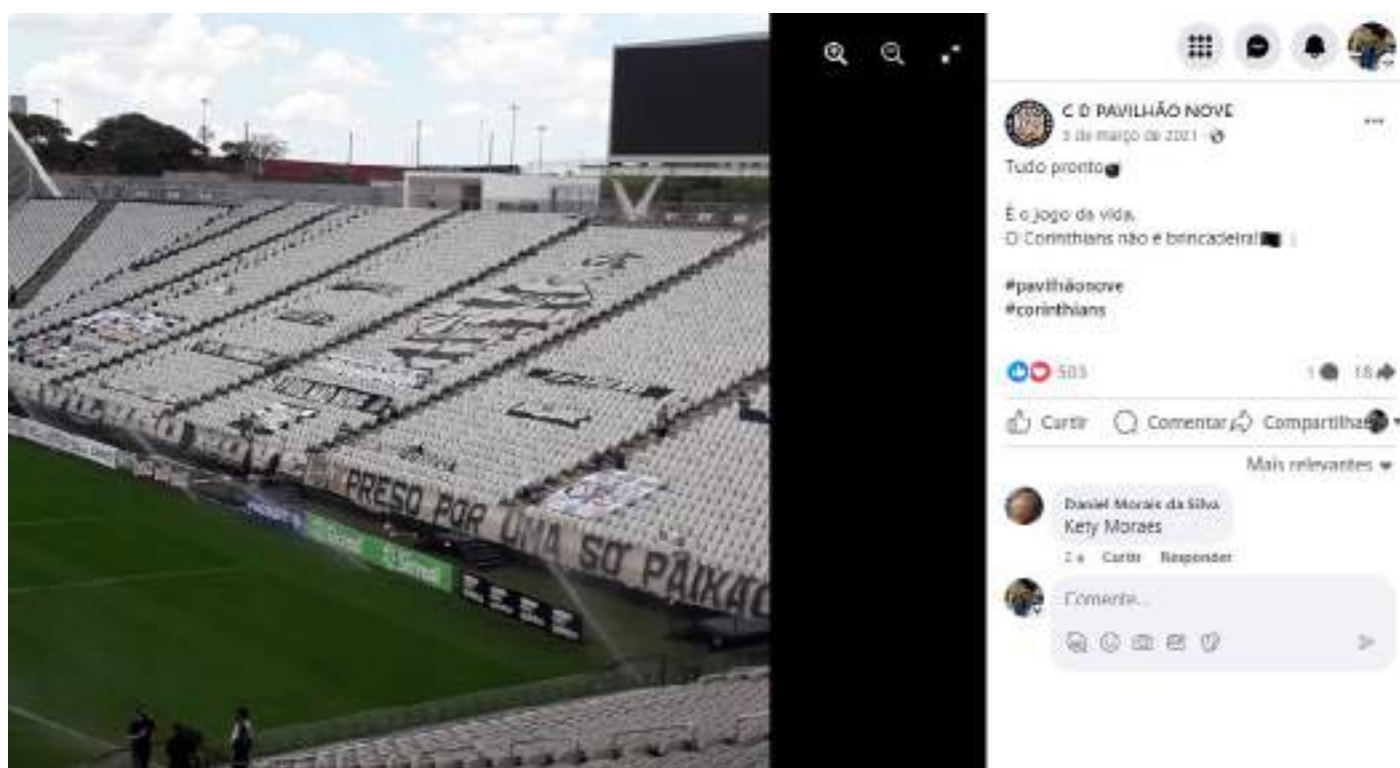
Figura 10 – Comunicado sobre a suspensão das atividades do Pavilhão 9



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/cdpavilhao9>>. Acesso em 10 dez. 2022.

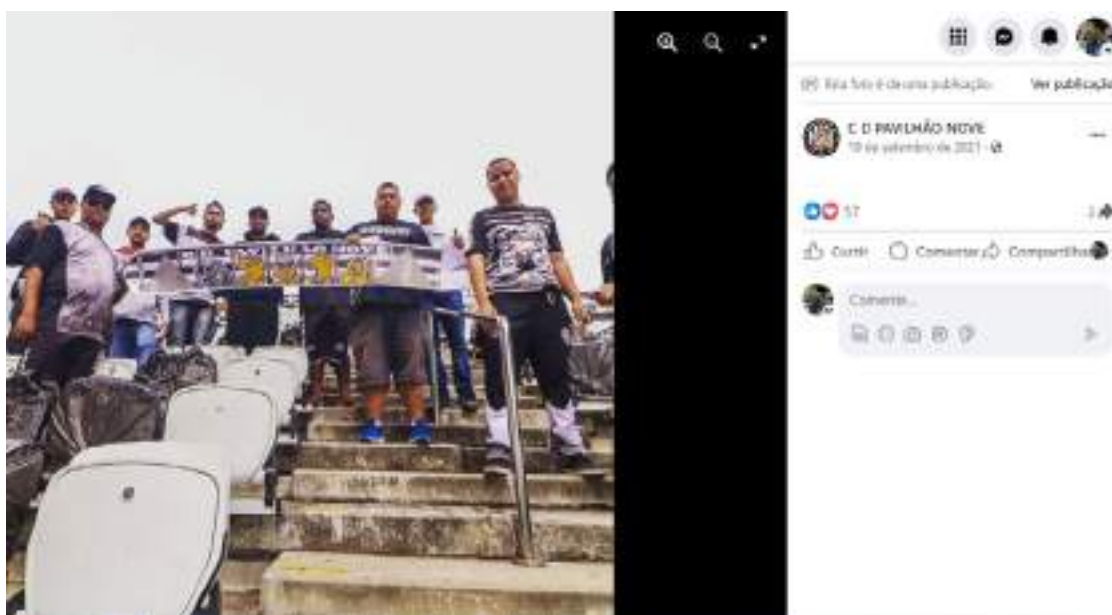
As atividades retornaram paulatinamente somente a partir de outubro de 2020. No entanto, com um uso muito mais moderado das mídias sociais (ao contrário da TUP, sem distinção entre a atuação no futebol e no carnaval), sendo a comunicação mais promovida por grupos existentes no aplicativo WhatsApp. Esta tática reverberou na participação na decoração das arquibancadas para os jogos realizados no estádio do Corinthians. Além de um número bem reduzido de publicações, as fotos inicialmente eram configuradas em plano aberto, impossibilitando, mesmo que estivesse naquele espaço, qualquer identificação pessoal (Figura 11). Com o avançar temporal, houve um esmaecimento desta tática, porém sem alteração no fluxo de postagens (Figura 12).

Figura 11 – Decoração de parte das arquibancadas – março de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/cdpavilhao9>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 12 – Decoração de parte das arquibancadas – setembro de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/cdpavilhao9>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Ao longo dos anos de 2020 e 2021, campanhas de arrecadação de alimentos e produtos de higiene pessoal foram empreendidos de forma atomizada pelo Pavilhão 9, com grande participação das subsedes. Durante este período, além de não terem realizado uma campanha coordenada pelo comando administrativo, a divulgação das iniciativas era feita por *stories* do Instagram (que ficavam no ar por apenas 24 horas) ou por publicações no Facebook com a preocupação de mostrarem todos os envolvidos utilizando máscara².

Observando as postagens nas mídias sociais sobre notificações de falecimentos, comparando quantitativamente com o montante verificado nas mídias da TUP, a densidade foi muito superior. No entanto, em nenhum momento era citado o motivo do falecimento. Não obstante, a mensagem era sempre a mesma, somente alterando o nome do falecido e sua foto. Ao dialogar sobre esta questão, o comando administrativo foi evasivo e pontuou que era algo já feito, não se mostrando afetado pela condição pandêmica. A única menção à Covid-19 como questão central foi identificada em publicações feitas no início da pandemia sobre os cuidados básicos de higienização.

Sobre o carnaval, o comando administrativo avaliou a existência do bloco no carnaval paulistano de forma positiva, pois acredita que mostra outra possibilidade de se enxergar este coletivo para além do estigma da violência, naturalizando mais as iniciativas de promoção social e cultural. No entanto, considerou que o desfile de 2022 não

2 Tal postura pode ser lida como uma atitude de prevenção sanitária ou de não identificação das pessoas por receio de sanções do poder público. A leitura pode também ser feita de forma conjunta pelos dois prismas. No entanto, esta questão não foi posta ao longo do trabalho de campo para não evocar condições traumáticas coletivas vividas e comprometer a operação de memória empreendida no diálogo sobre as ações.

deveria ter ocorrido por conta do choque dos óbitos advindos da pandemia, o que no caso do Pavilhão 9 sempre é potencializado por conta dos filigramas acumulados pelos traumas que ainda ecoam fortemente na memória coletiva da torcida. Mas, por outro lado, da mesma forma que a TUP, reconhecia a necessidade da apresentação para embasar a prestação de contas da verba da subvenção recebida e do entendimento de fechar um ciclo.

Outro aspecto que justificou o posicionamento de comparecer ao desfile foi que o mesmo já estava montado. Desde o carnaval de 2019, a confecção do carnaval é terceirizada. No entanto, a estrutura teleoafetiva direciona esta parceria. No intuito de se manter o dever de honrar o nome e a instituição a qual estabelecem laços de pertencimento, tal procedimento é feito com membros ou ex-membros do Pavilhão 9. Com isso, o urdimento é feito por e com pessoas que compartilharam experiências semelhantes, no caso como torcida organizada de futebol, proporcionando maior fluidez de inserção e interpretação da própria estrutura teleoafetiva que configura esse coletivo e seus integrantes.

A retomada das atividades carnavalescas apenas ocorreu em janeiro de 2022, com o regresso dos ensaios. Foram praticamente dois anos sem qualquer menção ao bloco especial. A única citação encontrada foi nas mídias sociais da UESP, quando a entidade gestora foi uma das promotoras do evento “Unidos da CUFA”. A agremiação não participou de outras atividades lideradas pela UESP e nem a procurou para algo.

União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP): a construção do lugar próprio para o rearranjo da atuação das agremiações carnavalescas em tempos pandêmicos

A União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) foi a primeira entidade gestora dos cortejos das escolas de samba e blocos especiais de São Paulo. Criada em 10 de setembro de 1973, atualmente é responsável pela administração dos desfiles das últimas divisões hierárquicas das escolas de samba (da quarta à sétima escala) e blocos especiais, os quais ocorrem nos bairros da capital paulistana, e a consequente representação junto ao poder público. Além dos desfiles, a UESP desenvolve projetos sociais, educacionais, culturais e assistenciais em conjunto com suas filiadas.

Logo após a declaração de estado da pandemia, foi criada no Facebook e no Instagram a página da UESP Solidária, atrelada às mídias sociais da UESP (Figura 13), voltada para a divulgação de ações sociais organizadas pela entidade ou apoiando as iniciativas das agremiações filiadas. A UESP Solidária também foi responsável pelo incremento do trabalho social, já em curso anteriormente, no atendimento à população em situação

de rua, com a doação de marmitas e agasalhos. Os recursos são captados através das redes construídas pelo capital social da entidade gestora, bem como de seus integrantes, além de doações das próprias agremiações. Os perfis destas mídias sociais não tiveram mais atualizações após o ano de 2021, quando a fase mais aguda da pandemia findava. No entanto, a atuação da UESP nesta seara permanece no âmbito da Direção Secretária, pois em seu estatuto não conta a existência de um Departamento Social.

Figura 13 – Criação da UESP Solidária – abril de 2020



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100057622442302>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Diante da procura intensa por recursos materiais apresentada pelos comandos administrativos das agremiações filiadas, como cestas básicas, em diálogo com o poder público municipal, a UESP orientava sobre os procedimentos para inclusão nos programas emergenciais da prefeitura de enfrentamento às consequências da pandemia.

Posteriormente, UESP e LIGA-SP³ em conjunto promoveram dois grandes eventos no Sambódromo do Anhembi, com o apoio do poder público de São Paulo. O primeiro, denominado Carnaval Solidário (Figura 14), realizado nos meses de abril e maio de 2021 consistiu em uma grande campanha de arrecadação de alimentos nas sedes de todas as agremiações filiadas e das entidades gestoras. No dia 15 de maio de 2021, em forma de carreata (Figura 15), as agremiações (e demais pessoas que desejassem par-

3 A Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA-SP) é a entidade gestora das três primeiras divisões hierárquicas das escolas de samba paulistanas, cujos desfiles ocorrem no Sambódromo do Anhembi.

tipicar) entregaram as doações, totalizando 30 toneladas de alimentos, as quais foram igualmente distribuídas entre os coletivos (Figura 16). A ampla cobertura da mídia ampliou o capital social da UESP junto à prefeitura, além do fato de ter uma capilaridade de atendidos pelo território paulistano, visto que seus filiados abrangem 99 comunidades/bairros espalhadas pela malha urbana. Outra conquista foi operada no patamar do capital simbólico em um momento em que a opinião pública manifestava sua contrariedade à realização do carnaval, aos investimentos alocados e aos esforços empreendidos para se chegar a um consenso para a realização dos desfiles das escolas de samba e blocos especiais já em 2021.

Figura 14 – Carnaval Solidário – abril e maio de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/uespUniaoDasEscolasDeSambaPaulistanas>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 15 – Carreata do Carnaval Solidário – 15 de maio de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/uespUniaoDasEscolasDeSambaPaulistanas>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 16 – Entrega dos alimentos da carreta do Carnaval Solidário – 15 de maio de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/uespUniaoDasEscolasDeSambaPaulistas>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Com o sucesso da campanha e o consequente reforço dos capitais social e simbólico da UESP e da LIGA-SP, uma segunda iniciativa massiva (e de maior porte) foi promovida em organização conjunta com a Central Única das Favelas (CUFA), a qual coletou e repassou 140 toneladas de alimentos e itens de higiene pessoal, também divididas igualmente entre as agremiações, destinados aos profissionais da cadeia produtiva do carnaval. Chamado de Unidos da CUFA (Figura 17), o evento teve dinâmica semelhante ao Carnaval Solidário. Também realizado no Anhembi e em formato de carreta, os representantes das agremiações filiadas chegavam e recolhiam sua parte (Figura 18).

Figura 17 – Unidos da CUFA



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/uespUniaoDasEscolasDeSambaPaulistanas>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Figura 18 – Entrega das doações durante a Unidos da CUFA – 31 de julho de 2021



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/uespUniaoDasEscolasDeSambaPaulistanas>>. Acesso em 10 dez. 2022.

Sobre os processos de captação de verba para a consecução dos desfiles das escolas de samba e blocos especiais, há uma diferença fundamental em relação à cidade do Rio de Janeiro, que somente pode utilizar o valor da subvenção em material de consumo. Em São Paulo, a partir de uma visão mais ampla de cadeia produtiva da economia criativa do carnaval, o contrato celebrado com o poder público envolve duas rubricas. A primeira é chamada de “cachê artístico” e se destina à remuneração dos profissionais. A segunda é relativa à infraestrutura, onde a verba é direcionada para a compra de materiais e pagamento de prestação de serviços para fornecer o substrato material necessário para os desfiles. Além desta configuração legal, a UESP pode receber verbas de emendas parlamentares. Em 2021, uma emenda de 1 milhão de reais da Câmara dos Vereadores ajudou no balanceamento financeiro institucional e das agremiações filiadas, pois o total das verbas auferidas foi, na realidade, utilizada durante os anos de 2021 e de 2022 para a realização dos desfiles de 2022.

Com relação aos impactos, a UESP avaliou que não foi somente no desfile em si. Mesmo com a retomada dos eventos, os ensaios começaram com um público muito aquém do comum, pois as pessoas ainda estavam em situação de comoção psíquica, seja pela perda de um familiar, de um amigo, de um vizinho, mas também pelas imagens reproduzidas nos meios de comunicação sobre os mortos que o Brasil somou e as pessoas em busca desesperadora por alimento em um país que tinha retornado ao mapa da fome. A violência dessas estampas pairou na memória coletiva, inscrevendo um trauma cujas filigramas demoraram para serem minimamente tratadas. Outro ponto avaliado pela entidade e muito conversado com as agremiações filiadas foi sobre a perda de profissionais. Para além do aspecto do ser humano, esta lacuna operou na cadeia produtiva, pois a formação de trabalhadores neste setor é lenta e a reposição é custosa pelos óbices das etapas de construções epistêmicas laborais na área.

No entanto, constantemente era frisado pelo comando administrativo da UESP: o contrato tinha que ser cumprido. O desfile de 2022 foi encarado como forma de se fechar um ciclo nos arranjos mnêmicos daqueles que estavam no comando administrativo, diante de uma situação traumática vivenciada, pois o valor da experiência enquanto dimensão subjetiva fornece o substrato para a finitude, em um contexto social onde o esquecer é promulgado através do fazer (Farias, 2008). Desta forma, conforme tipifica Levy (2011), a UESP protagonizou a figura da presença do interlocutor, trabalhando com as agremiações filiadas a normalização da responsividade, o que inclui as próprias reações corporais dos comandos administrativos das agremiações filiadas e as elaborações comunicacionais funcionais, orbitando em torno do desfile que precisava ser realizado. Este diálogo operava também em planos em que a UESP não costumava atuar até a

instauração do ambiente traumático. A incerteza fazia oscilar qualquer planejamento e o desfile de 2022 teve três adiamentos ao longo do período temporal. Então, a entidade gestora precisou assessorar e caminhar com os coletivos que estavam desalentados por empreender esforços de articular/desarticular as redes de seu sistema produtivo.

Por fim, a questão do local de desfiles foi problemática de ser trabalhada com as agremiações filiadas. A prefeitura optou por levar todos os desfiles da UESP para o Autódromo de Interlagos. A experiência de anos anteriores no mesmo local não foi positiva. As críticas eram centradas na grande distância entre as quadras e pontos de encontro dos grupos em relação ao local de desfile, a dificuldade do público oriundo dessas comunidades em lá chegar e o aumento das despesas de logística para transportar componentes, alegorias, equipamentos para manutenção corretiva e peças de bateria.

A preocupação desta oposição e de poder decidir em plenária a não realização dos desfiles acionou pela UESP os discursos de se “manter acesa a chama do carnaval”, “da necessidade de transmitir os saberes às gerações mais novas que seriam impactadas por mais um ano sem desfiles”, baseados na estrutura teleoafetiva calcada no valor do samba. Por fim, mobilizar este devir se ancorou em uma tática de enfrentamento a um receio baseado na especulação construída pelo comando administrativo da UESP, mediante a compilação dos discursos em voga sobre a verba aplicada no carnaval das escolas de samba representar de forma estigmatizada um “custo” e não um investimento de múltiplos alcances sociais. O comando administrativo da UESP inferiu processualmente que a não realização dos cortejos ensejaria um sentimento de descartabilidade destes desfiles que, lembramos, atingem as agremiações carnavalescas citadinas das áreas mais empobrecidas da malha urbana. E esta preocupação é real quando se observa o esvaziamento ou o fim do carnaval das escolas de samba de muitas cidades do Brasil. Se a cultura de São Paulo “sobreviveria” sem o desfile destas agremiações, por que retomar? Essa chega a ser uma apreensão de contorno estratégico.

Considerações finais

Este conjunto de mecanismos de enfrentamento à pandemia incrementou os planos de clivagem entre o carnaval e o futebol. Em primeiro lugar, reforçou-se a des-sacralização temporal operada pelo futebol, tão cara à cosmologia das escolas de samba e blocos especiais, nas torcidas organizadas estudadas neste artigo, a qual também ampliamos para os demais coletivos futebolísticos que participam da folia momesca paulistana. Por estarem em divisões hierárquicas que não desfilam na principal pista do carnaval citadino, para TUP e Pavilhão 9, esta clivagem é ainda mais expandida. Porém,

mesmo com estas questões emergidas com mais potência durante a fase mais aguda da pandemia de Covid-19, revelando de forma mais latente de que a folia não é a prioridade das torcidas organizadas de futebol que participam do carnaval paulistano, não se pode afirmar que é apenas um complemento. Ao longo da existência destes coletivos, sempre se mostrou que carnaval e futebol são manifestações que se justapõem durante parcela do ano e dotadas de importância pois, em ambos os casos, a estrutura teleoafetiva opera ideologicamente no dever de honrar o clube e seu nome.

Paras as torcidas organizadas, não há a visão cíclica, mas sim um *continuum*, pois tem futebol durante todos os meses do ano. Por outro lado, a participação nas últimas divisões hierárquicas é regida por uma visão de um projeto (o desfile), com um recorte temporal estreito em termos de meses do ano onde, após o encerramento de um carnaval, instaura-se um estado de paralisia até o início de um novo empreendimento moresco. No entanto, cabe destacar que o plano em andamento da TUP em desassociar o comando administrativo entre aqueles que cuidam da parte relativa ao futebol e os que se dedicam ao carnaval foi um elemento importante para a manutenção de uma base mínima operativa, impedindo uma paralisia total das atividades carnavalescas, diferentemente do que se constatou no Pavilhão 9. Porém, há de se ressaltar os traumas dos óbitos, cujos filigramas são reunidos quando a memória coletiva opera no Pavilhão 9, principalmente em um contexto pandêmico, cuja morte é sua faceta mais temida.

Outro aspecto da expansão desta clivagem foi o quase imediato retorno do futebol, diferente do carnaval que foi atingido pelo recrudescimento dos processos de estigmatização. Enquanto o futebol retornava em junho de 2020 (claro, com críticas de parcela da sociedade, as quais rapidamente se esvaíram), o desfile das escolas de samba e blocos especiais paulistanos de 2021 somente ocorreu em abril de 2022, aos atropelos, com fortes críticas dos filiados a UESP e da sociedade (transcrita nas matérias jornalísticas). Para TUP, Pavilhão 9 e UESP, além do devir oriundo de suas estruturas teleoafetivas, uma questão tática era fundamental: o contrato com a prefeitura precisava ser cumprido.

Tal clivagem também foi ampliada por questões exógenas. Nas duas agremiações pesquisadas, TUP e Pavilhão 9, não houve qualquer cobertura midiática das ações desenvolvidas. Quando ocorria, a pauta era destinada às escolas de samba das torcidas organizadas de futebol que estão na primeira divisão hierárquica do carnaval paulistano, porém sem o reconhecimento de seu estatuto organizacional no campo do futebol.

Por fim, mesmo com o carnaval sofrendo um processo contínuo e incremental de estigmatização, fundamental foi o diálogo entre a UESP e a prefeitura da cidade. A partir de elementos como o apoio logístico nas grandes campanhas de arrecadação, viabilizou-se uma base para o enfrentamento das consequências da pandemia de Covid-19

na cadeia produtiva da economia criativa do carnaval que permitem até configurar futuramente uma proto-política pública para o carnaval. A atuação da UESP foi reconhecida pelo poder público, seus capitais sociais e simbólicos elevaram-se e, como primeira consequência, aditamentos foram realizados no contrato para a consecução dos desfiles de 2023, permitindo assim o aumento do repasse financeiro às agremiações filiadas, onde dentre elas estão TUP e Pavilhão 9.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARBIERI, R. J. de O. Escolas de samba e futebol no Rio de Janeiro. In: CAVALCANTI, M. L. V. de C.; GONÇALVES, R. de S. (orgs.). **Carnaval sem fronteiras**: as escolas de samba e suas artes mundo afora. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, p. 197-216.

BÁRTOLO, L.; SOUSA, J. G. M. M. de. Notas sobre as escolas de samba e a pandemia do novo coronavírus. **Cadernos de Campo**, v. 29 (supl.), p. 194-203, 2020.

BORA, L. A. "Glória a quem trabalha o ano inteiro?": notas sobre os "barracões" do carnaval carioca. **PRAGMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 11, n. 21, p. 24-47, 2021.

BASSI, P. No jornalismo esportivo, torcidas organizadas são relacionadas à violência, fidelidade e fiscalização. **Jornal da USP**, São Paulo, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/no-jornalismo-esportivo-torcidas-organizadas-sao-relacionadas-a-violencia-fidelidade-e-fiscalizacao/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, A. Uma torcida que samba: o Grêmio Recreativo Gaviões da Fiel. In: HOLANDA, B. B. B. de; NEGREIROS, P. L. (orgs.). **Os Gaviões da Fiel**: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 219-254.

CAMPOS, H. B.; LOUZADA, R. A trajetória das associações de torcedores de futebol da cidade de São Paulo: de torcidas de futebol a escolas de samba. **Maguaré**, v. 26, n. 2, p. 147-171, 2012.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DAMATTA, R. (Org.). **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

FARIAS, F. R. de. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A. de (org.). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 101-112.

FARIAS, F. R. de; PINTO, D. de S. Memória social em situação traumática. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, v. 9, n. 15, p. 177-201, 2016.

FERNANDES, A. Escolas de samba ganham torcidas organizadas, mas torcedores dão exemplo de bom comportamento. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/escolas-de-samba-ganham-torcidas-organizadas-mas-torcedores-dao-exemplo-de-bom-comporta->

mento-3068600. Acesso em: 25 nov. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma**: la identidad deteriorada. Tradução Leonor Guinsberg. 1. ed. 10. reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

HOLLANDA, B. B. B. de; MEDEIROS, J.; TEIXEIRA, R. da C. (orgs.). **A voz da arquibancada**: narrativas de lideranças da federação de torcidas organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução Jaime A. Clasen. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LANCE. Jornalista se opõe às escolas de samba ligadas a torcidas de clubes: 'Não gosto'. **UOL**, São Paulo, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/lan-cepress/2023/02/16/jornalista-se-opoe-as-escolas-de-samba-ligadas-a-torcidas-de-clubes-nao-gosto.htm>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LEOPOLDI, J. S. **Escola de samba, ritual e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LEVY, S. D. Trauma e desintegração psíquica na contemporaneidade. In: FARIAS, F. R. de (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 75-92.

LIGA-SP. Covid-19 no Brasil. Por que insistem em culpar o Carnaval? **LIGASP**, São Paulo, 12 mai. 2020. Disponível em: <https://ligasp.com.br/covid-19-no-brasil-por-que-insistem-em-culpar-o-carnaval/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MAMBERTI, S. Prefácio. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (orgs.). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 11-24.

MENEZES, R. de C. Caos, crise e a etnografia das escolas de samba do Rio de Janeiro. **Hawó**, v. 1, p. 1-38, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 no Brasil**. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html#. Acesso em: 30 dez. 2024.

MOURA, E. C. et al. Covid-19: evolução temporal e imunização nas três ondas epidemiológicas, Brasil, 2020–2022. **Revista de Saúde Pública**, v. 56: e105, 2022.

PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. **"Não é só a torcida organizada"**: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PINHO, M.; DUARTE, N. **Chacina deixa oito mortos em sede de torcida do Corinthians**. **G1**, São Paulo, 19 abr. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/sobe-para-oito-o-numero-de-mortos-em-chacina-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PIVA, R. Entrevistas com lideranças de torcidas: um relato das gravações. In: HOLLANDA, B. B. B. de; FLORENZANO, J. P. (orgs.). **Territórios do torcer**: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol. São Paulo: EDUC, 2019, p. 63-73.

RAYMUNDO, J. Não é só folia: culturas populares, festas populares e o carnaval na pandemia. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (orgs.). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 273-283.

SANTOS, E. de J.; PÊGAS, K. G. "Águia Solidária": atenção às famílias em meio a pandemia de Coronavírus num subúrbio do Rio de Janeiro. **Revista da ABPN**, v. 14, n. especial, p. 256-278, 2022.

SARMENTO, A. De luto, Pavilhão desfila em silêncio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2402200302.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SCHATZKI, T. R. Practices and actions: a wittgensteinian critique of Bourdieu and Giddens. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 27, n. 3, p. 283-308, 1997.

SIQUEIRA, C. A. dos S. *et al.* COVID-19 no Brasil: tendências, desafios e perspectivas após 18 meses de pandemia. **Pan American Journal of Public Health**, v. 46: e74, 2022.

SOUZA JUNIOR, R. de A. P. de. Da arquibancada à avenida: práticas de sociabilidade e disputa dentro de uma torcida organizada de futebol. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32., 2020, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2020.

TOLEDO, L. H. de. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas, SP: Autores Associados/ANPOCS, 1996.

TOLEDO, L. H. de; SOUZA JUNIOR, R. de A. P. de. Redes populares de proteção: Torcidas Organizadas de futebol no contexto da pandemia da COVID-19. **Ponto Urbe**, v. 26, e8706, 2020.

VEDOVELLO, C. de L.; RODRIGUES, A. M. As chacinas em São Paulo: da historicidade à chacina da Torcida Pavilhão 9. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, n. 2, p. 161-179, 2020.


Sobre o autor

Júlio César Valente Ferreira – Professor associado do Departamento de Engenharia Mecânica e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do Núcleo de Estudos Culturais Orientais (NECO) e do Grupo de Pesquisa Produção e Economia de Comunhão (GPPEC).



Oswald Barroso, Um Companheiro de Estrada: o legado cultural do artista e do acadêmico

Oswald Barroso, A Travel Companion: the cultural legacy of the artist and the academic

Rosemberg Cariry 
cariri.filmes@uol.com.br
Cariri Filmes

 10.52521/opp.v22n47.15068

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 25/02/2025

Aprovação do trabalho: 01/03/2025

Publicação do trabalho: 31/03/2025

Resumo

Este artigo discute aspectos da vida e da obra de Oswald Barroso (1949–2024), sociólogo, professor, jornalista, dramaturgo e artista múltiplo que desempenhou papel fundamental na cultura do Ceará, sobretudo no fortalecimento de manifestações populares e na formação de pesquisadores e artistas. Apresenta-se, ainda, uma perspectiva memorialística da amizade entre Barroso e o autor, evidenciando parcerias desenvolvidas em movimentos culturais marcantes das décadas de 1970, 1980 e 1990. O texto explora as múltiplas facetas de Barroso, desde sua atuação acadêmica até suas criações artísticas, ressaltando sua busca por valorizar as culturas populares e articular práticas de resistência social e política.

Palavras-chave

Oswald Barroso. Cultura Popular e Arte de Resistência. Grupo Por Exemplo. Nação Cariri. Siriará. Teatro cearense.

Abstract

This article discusses aspects of the life and work of Oswald Barroso (1949–2024), a sociologist, professor, journalist, playwright, and multifaceted artist who played a pivotal role in Ceará's culture, mainly by strengthening popular manifestations and training researchers and artists. In addition, it offers a memorial perspective of Barroso's friendship with the author, highlighting partnerships in key cultural movements of the 1970s, 1980s, and 1990s. The text explores Barroso's academic undertakings and artistic creations, emphasizing his efforts to promote popular cultures and foster forms of social and political resistance.

Keywords

Oswald Barroso. Popular Culture and Art of Resistance. Grupo Por Exemplo. Nação Cariri. Siriará. Cearense Theater.

Oswald Barroso: uma trajetória

Bem antes de mencionar quando e como as minhas vivências culturais e artísticas convergem com as de Raimundo Oswald Cavalcante Barroso, conhecido como Oswald Barroso, é importante destacar que esse acadêmico e sociólogo foi também jornalista, escritor, poeta, cineasta, ator e dramaturgo, deixando um relevante legado para as culturas e as artes cearenses e brasileiras, por ter se identificado com as raízes culturais, as lutas e as causas políticas mais avançadas de sua gente.

Portador de uma sólida formação acadêmica em Ciências Sociais, teve igualmente uma boa formação marxista e humanista contemporânea, mantendo-se atento às teorias críticas dos pensadores que estudaram as sociedades e crises mundiais na atualidade, sobretudo em suas relações políticas, econômicas e culturais. Formou-se em Comunicação Social na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde também fez mestrado e doutorado em Sociologia; posteriormente, concluiu Estágio Pós-Doutoral em Teatro com o projeto “A máscara e sua performance no Nordeste brasileiro”, em 2014, na Escola de Teatro da UNIRIO, no Rio de Janeiro. Colaborou com pesquisas sobre reisado, maracatu, dramas populares, cavalo-marinho e outros folguedos nordestinos no núcleo de estudos da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Esse aspecto da atuação acadêmica de Oswald Barroso, com notável papel de educador em comunidades e universidades, muitas vezes foi eclipsado pela visibilidade de sua atuação artística e social, sempre inquieta e divulgada mais amplamente pela imprensa. Vale lembrar também que, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), por anos, foi professor e colaborou na formação de dezenas de profissionais que se desenvolveram em diálogo com seus saberes acadêmicos e práticos, enfrentando os desafios que ele apresentava ao criar grupos de estudos especializados e laboratórios de pesquisas sociais e culturais, como o “Núcleo de Estudos das Performances Afro-ameríndias”. Esse espaço dinâmico possibilitou a criação de parcerias com educadores e pesquisadores de teatro, música e outras representações culturais afro-brasileiras, ameríndias e de outras etnias formadoras do corpus que constitui a diversidade da cultura brasileira, tanto do Nordeste como de outras regiões do país.

Percebe-se que o amplo trabalho de Oswald Barroso, como estudioso e militante das artes e da cultura, está inserido em sua trajetória de vida de forma inseparável. Seu cerne é a cultura — entendida como ação viva na transmissão de saberes e valores sociais, força vital na luta cotidiana por melhores dias, sempre reforçada por renovadas utopias. Na condição de professor, escritor e pesquisador, ele escreveu livros e apostilas de estética, história da arte e da cultura brasileira, ensinando tais conteúdos a seus alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e de outras instituições, por meio de

conferências e palestras.

Um dos traços marcantes do professor Oswald Barroso era trazer para as aulas, além de sua erudição e de seus textos acadêmicos, o conhecimento e a visão de mundo dos chamados mestres e mestras da tradição popular, incentivando a pesquisa de campo e o contato direto com artistas populares e comunidades sertanejas. Esse aspecto pedagógico desenvolvido por Oswald, fundamental para compreender a extensão de sua obra, propunha uma formação acadêmica enraizada na cultura do povo (em sua diversidade étnica e cultural), oferecendo uma vivência prática na forma de experiência de campo, simultaneamente real e imaginária, em que o diálogo constante entre teoria, realidade sociocultural e universo simbólico gerava novas percepções.

Essa perspectiva mais ampla da educação popular foi introduzida por Oswald Barroso na vida acadêmica, por exemplo, no grupo de pesquisa do CNPq intitulado “Cultura Brasileira: Educação e Práticas Pedagógicas”, proposto por ele. Dessa maneira, ao longo do tempo, criou centros de estudos e pesquisas, sem descuidar de produzir meios de registro para preservar e difundir os costumes, saberes e expressões artísticas das classes sociais menos favorecidas, muitas vezes excluídas, onde a sobrevivência, a resistência e a luta se dão em meio às contradições sociais e políticas do dia a dia.

Além de suas contribuições acadêmicas, ao dedicar-se a estudos sociológicos e antropológicos que analisavam e interpretavam criticamente o significado de fenômenos sociais e culturais populares pouco estudados, Oswald Barroso difundiu as simbologias e práticas que compõem o patrimônio cultural imaterial do povo cearense e nordestino, prestando assim uma reconhecida colaboração à cultura regional. Também foi um militante, uma voz ativa na sociedade, cobrando de forma contínua que as instituições públicas assumissem seus deveres e obrigações em relação à cultura popular. Em muitos momentos, viveu as contradições entre sua condição de artista e militante político de esquerda e os cargos públicos que exerceu. Pois, ao lado do acadêmico e do servidor do Estado, estava o artista rebelde, que teve forte atuação na chamada “cultura independente” cearense, participando de movimentos culturais e artísticos populares como Grupo Urubu, Grupo de Teatro Grita (dirigido pelo inesquecível José Carlos Matos), Grapo, Grupo Siriará de Literatura, Salão de Outubro, Movimento Nação Cariri, Centro de Literatura, Arte e Ciência (CLAC), cia. de Teatro da Boca Rica, Teatro de Caretas, entre outros. Como gestor de instituições culturais do Estado do Ceará, à frente do Teatro José de Alencar e do Museu da Imagem e do Som (entre outros exemplos), manteve o compromisso de democratizar acessos e saberes, respeitando e valorizando tanto as manifestações artísticas eruditas quanto as populares.

A relação visceral de Oswald Barroso com a cultura do povo cearense (aqui compreendida como a manifestação de certa parcela da população de baixa renda, locali-

zada na periferia da capital e no interior do estado) foi vivida intensamente, por meio de um trabalho contínuo de pesquisa e práxis, que o conduziu a descobertas relevantes e a posições estéticas e políticas firmes. Essa atitude se reflete em sua produção literária, não apenas em textos acadêmicos e jornalísticos, mas sobretudo na poesia e no teatro, ou ainda em sua colaboração em obras cinematográficas, nas quais Barroso abordou, com lirismo e realismo, a cultura popular como forma de resistência e luta pela transformação social e política. Ele percebia a globalização neoliberal como força homogeneizadora avassaladora, vinda de grandes centros de poder e exercida por meio de violência econômica e do controle da indústria cultural, ameaçando as culturas dos menos favorecidos e deserdados da terra, nas vilas dos sertões e nas periferias das cidades. Em ensaios, artigos e entrevistas, Barroso realçava que as expressões culturais populares são formas sociais e simbólicas de resistência à “colonização” cultural secularmente perpetuada pela elite dominante contemporânea, pela mídia hegemônica e pela indústria cultural. Em trabalhos como *Ceará Mestiço* e *Ceará Nômade*, ele revela, de modo incisivo, seu posicionamento crítico em relação às formas de dominação, bem como aos processos históricos, sociais e econômicos, valendo-se de textos consistentes — sejam acadêmicos, jornalísticos, poéticos ou documentais — que abrangem as mais amplas dimensões simbólicas e modos de vida de segmentos expressivos do Ceará, em especial os mais pobres e expostos à exploração.

Em seus livros, Barroso sempre realçava a sabedoria da ancestralidade em seus modos de sobrevivência e em suas expressões artísticas e culturais, suas hibridações e ações existenciais na modernidade, atribuindo-lhes grande relevância.

Como pesquisador acadêmico, ao documentar tradições populares como o rei-sado, o bumba-meu-boi, os cocos, o catimbó, as danças de roda, as poéticas e cantares, as técnicas artesanais, os autos, as danças dramáticas, as peças teatrais e festas das periferias e pequenas comunidades, Barroso empregava metodologia antropológica/etnográfica e sociológica, diferenciada pelo envolvimento com a comunidade. Em sua visão, o registro cultural não deveria ser uma prática distante, mas uma interação viva com os participantes, que permitisse ao pesquisador-cidadão (homem científico e político, portanto ético) compreender significados mais profundos. Sua abordagem motivava a sensibilidade e sociabilidade do estudioso, atuando de forma participativa e inclusiva, de modo a assegurar que essas práticas continuassem a ser repassadas e adaptadas pelas comunidades e pelas gerações, segundo as necessidades sociais e a dinâmica histórica. Assim como o filósofo e antropólogo argentino Néstor García Canclini (2013), Oswald Barroso enxergava essas culturas populares como processos de hibridação e como possibilidades de “entrar e sair da modernidade”.

O teatro foi uma das grandes paixões de Barroso, que escreveu e dirigiu (além

de atuar em algumas ocasiões) diversas peças nos palcos do Ceará e de outros estados. Essas peças apresentavam cenas típicas da cultura nordestina, histórias sobre religiosidade popular, folguedos, conflitos sociais e utopias, numa atmosfera que misturava lirismo e crítica social. Sua proposta artística transitava entre influências do teatro contemporâneo brasileiro (afro-indígena, europeu e asiático) e do teatro popular, incluindo elementos de rituais como o reisado do congo, o bumba-meu-boi e as dramatizações circenses, criando um cenário de encantamento “para divertir e conscientizar”, aproximando-se, portanto, do modelo de Bertolt Brecht, sem ignorar as dimensões políticas e as reflexões sobre consciência de classe. Em síntese, Barroso entendia que essas manifestações populares, além de ajudarem a construir a identidade coletiva, também poderiam impactar a realidade, trazendo possíveis transformações materiais e simbólicas à vida em comunidade.

Enquanto escritor, poeta, cronista, jornalista e acadêmico, Barroso publicou vinte e nove títulos, entre peças teatrais, ensaios sobre folguedos, coletâneas e textos abrangendo história, sociologia e antropologia. Aqui destaco a obra inédita *Trem Azul*, manuscrito digitalizado (2020), em que narra experiências pessoais e coletivas ocorridas entre 1975 e 1990, período de suas vivências culturais mais intensas, quando ele e eu atuamos juntos. Nesse manuscrito busquei algumas referências para este artigo.

A partir de 1979, quando Fortaleza, Recife e outras grandes cidades do Nordeste viviam o ciclo do cinema Super-8, também surgiu no Cariri cearense gente produzindo filmes documentários e de ficção nessa bitola (Jackson Bantim, Émerson Monteiro, Ronaldo Brito, Francisco Assis, José Roberto França, Luiz José dos Santos, Heron Aquino, entre outros). Um passo decisivo ocorreu quando Jefferson de Albuquerque Jr., Hermano Penna e eu começamos, naquela época, a rodar na região os primeiros filmes em 16 mm, com maior repercussão. Nesse período, trabalhando para o Centro de Referência Cultural do Estado – CERES¹ – Secult-CE (1975-1990), Oswald Barroso e Carlos Lázaro produziram o curta *Reis do Cariri* em Super-8, filmado em Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O CERES desempenhou importante papel como laboratório de pesquisa e centro de discussão sobre a diversidade cultural do Ceará (NOGUEIRA, 2020).

Dada sua trajetória e contribuição acadêmica e artística à cultura do Ceará, Oswald Barroso recebeu inúmeros prêmios e homenagens ao longo de sua vida. Um reconhecimento que é fruto não apenas de realizações individuais, mas também de um trabalho coletivo de grande alcance social, fazendo de Oswald Barroso um dos autores e cidadãos mais queridos e respeitados do Ceará.

1 Passaram pelo CERES, em diferentes períodos, a partir de 1975, vários intelectuais, pesquisadores e artistas cearenses.

Uma amizade e uma trajetória comum

Assim, preparado o terreno preambular deste artigo, no qual tratei rapidamente de algumas ações acadêmicas e obras culturais e artísticas de Oswald Barroso, passo agora à narrativa da minha amizade com ele, desenvolvida ao longo de cinquenta anos de parceria e ações comuns na cultura e nas artes. Conheci-o em 1974, quando ele veio ao Cariri cearense fazer uma série de entrevistas para o jornal *O Povo*. Tendo se encontrado com o xilógrafo e poeta Stênio Diniz, em Juazeiro do Norte, este lhe recomendou que falasse comigo, não para me entrevistar, mas para obter informações sobre o xilógrafo e gravador popular Walderedo Gonçalves, que já gozava de certa fama à época e a quem ele desejava entrevistar. Encontramo-nos no Crato, onde lhe falei sobre a importância de Walderedo para as artes do Cariri e do Nordeste e, em seguida, levei-o até ele. O encontro foi proveitoso, e Barroso realizou uma longa e antológica entrevista com o mestre da xilogravura do Cariri. Depois, à noite, na Praça da Sé, conversamos a respeito do entrevistado e falamos sobre Patativa do Assaré, Cego Oliveira, Mestre Noza, Mestre Nino, Dona Ciça do Barro Cru e outros mestres da tradição popular, bem como sobre os jovens artistas do Cariri que faziam parte do Grupo de Artes Por Exemplo, entre eles Geraldo Urano, o mais ousado e brilhante dos nossos poetas. Eram muitos os jovens reunidos em torno do *Grupo de Artes Por Exemplo*,² que editava revistas mimeografadas, apresentava performances, espetáculos e peças teatrais, além de realizar o Salão de Outubro — evento que, em parte inspirado pelo Festival de Inverno de Ouro Preto, conhecido por mim na época em que estudei lá (1970/1972), ganhou destaque na vida artística do Cariri cearense, mantendo-se, por décadas, à frente da arte independente na região.

Durante sua estadia no Crato, Oswald Barroso fez amizade com alguns integrantes do *Grupo de Artes Por Exemplo*, colaborando com o *Salão de Outubro* e facilitando contatos com outros artistas de Fortaleza, ao mesmo tempo em que realizava palestras e entrevistava artistas jovens e mestres das tradições nordestinas, publicando suas reportagens em jornais de Fortaleza. Em suas conversas, Barroso sempre introduzia temas de crítica social, de luta contra o autoritarismo e contra a exploração do trabalhador rural e dos operários, além de outras dificuldades enfrentadas pela população nordestina. O assunto da luta contra o autoritarismo e a ditadura, dada a periculosidade do pensamento crítico em relação ao sistema vigente, era mencionado apenas a poucas pessoas, de modo cauteloso; um desses interlocutores era José Roberto França, assíduo leitor de literatura marxista. O *Salão de Outubro* cresceu e contribuiu para o reconhecimento de uma geração de artistas e intelectuais comprometidos com uma estética de resistência e com a valorização da cultura nordestina.

2 O grupo era bastante heterógeno, sem regulamentos e fichas identitárias, agrupando dezenas de pessoas, a partir da participação nos eventos que promovia e nas suas publicações.

O *Grupo de Artes Por Exemplo* teve esse nome derivado de um show tropicalista que ocorrera na Bahia. Sofria influências de movimentos de contracultura, do tropicalismo e da antropofagia modernista, além de referências aos trabalhos de Lina Bo Bardi em Salvador (no Solar do Unhão), que valorizavam as culturas do povo, aproximando-as das vanguardas e dos movimentos de contracultura na época.³ Uma das principais características do grupo era a diversidade de tendências e experimentos em fusão com a tradição, ao estilo do movimento tropicalista, do MCP pernambucano e das vanguardas baianas, tudo visando promover a cultura do Cariri no Ceará e no Nordeste. Entre os integrantes, havia diferentes níveis de conhecimento, informação e formulação teórica, assim como variavam o engajamento político e a compreensão do quadro político grave pelo qual o Brasil passava. É importante ressaltar o papel da música popular brasileira, que exerceu forte impacto artístico, social e político, despontando no Cariri por meio de novos músicos, cantores e compositores, reunidos em torno do *Festival da Canção do Cariri* e de outros movimentos culturais em Juazeiro do Norte e outras cidades.

Um estudo revelador sobre esse período, especialmente no que se refere às manifestações culturais e artísticas dos jovens do Cariri cearense, com análise dos aspectos de tradição e de modernidade em transe e sua inserção em um contexto mais amplo de hibridações, foi publicado pelo Dr. Prof. Roberto Marques, tornando-se uma obra de referência acadêmica importante (MARQUES, 2004).

Algum tempo depois, mudei-me para Fortaleza, onde iniciei uma nova fase de vida, profissional e acadêmica, ampliando meus horizontes. Como Oswald também vivia na capital, encontramos-nos muitas vezes, estreitando ainda mais nossa amizade, construída sobre afinidades culturais, artísticas e preocupações políticas compartilhadas, voltadas à esquerda. Desenhamos planos de ação cultural e, posteriormente, de ação política, quando Oswald Barroso me convidou a ingressar em uma célula clandestina do PCdoB, nos tempos de enfrentamento à ditadura, mas não somente para a luta contra o regime, e sim para organizar ações culturais que justificassem nosso envolvimento. Desde o início, discordávamos de determinadas tarefas de agitação e propaganda, acreditando que a função do artista consistia na arte — e que a arte, em si, era possibilidade de conscientização e transformação. A mobilização ocorria por meio de eventos culturais e publicações. Enquanto alguns se pautavam em manuais do pensamento marxista — sobretudo soviéticos, cubanos, chineses, albaneses ou da nova esquerda europeia —, outros buscavam caminhos próprios, sem perder de vista as questões sociais e políticas dentro da realidade cultural brasileira, caracterizada pela pluralidade étnica e simbólica, pela magia e pelo encantamento. No jornal e na revista *Nação Cariri*, foram publicados alguns textos de diversos autores que refletiam visões diversas, em variadas épocas. Em

3 A esse respeito, ver: CARIRY, Rosemberg. *Dona Ciça: o barro das maravilhas*. Fortaleza: Interarte Editora, 2019. p. 139-159.

certos momentos, Oswald Barroso apoiava teorias marxistas da arte (mesmo as mais modernas, como as de Gramsci, Lukács e outros), enquanto alguns textos escritos por pessoas do Cariri tinham viés mais desarvorado, aberto a dimensões humanas como o imaginário, o mágico, o lúdico, o fantástico e o mito. Acreditamos que essas visões mais livres e antiacadêmicas exerceram influência sobre a perspectiva de Oswald acerca da arte, ao longo de seu amadurecimento, bem como o convívio direto e afetivo com grandes mestres do Cariri cearense. Já no fim da vida, Barroso dizia-se “anarquista-catimbozeiro” e iniciado na jurema sagrada, afirmação que não pode ser interpretada literalmente, mas que indica uma mudança significativa na sua visão de mundo.

Nesse contexto histórico intenso, a amizade com Oswald Barroso ultrapassou o plano pessoal, expandindo-se no campo da cultura e das artes, e tornando-se, aos poucos, uma cooperação repleta de cumplicidades, da qual resultaram inúmeros projetos e uma convivência pautada por diálogos, trocas culturais e intelectuais. Entre conversas sobre arte, literatura, história, lutas e artes do povo, fomos percebendo que tínhamos uma missão em comum: lutar contra o colonialismo externo e interno, valorizar a cultura cearense e nordestina em suas diferentes manifestações e contradições, reforçando a consciência cultural e política associada às lutas populares por justiça e pelo retorno do país ao Estado de Direito democrático. Ao mesmo tempo, mantínhamos um olhar aberto às questões globais e ao diálogo com outros povos e culturas. Dizíamos não aos regionalismos fechados e a qualquer “folclorismo” estreito, reafirmando também a nossa admiração por poetas africanos, latino-americanos e de outras nações engajadas em lutas de emancipação anticolonial, cujos textos e poemas passaríamos a publicar, mais tarde, nas páginas do jornal e da revista *Nação Cariri*.⁴

A Massafeira Livre e Siriará

Nos dias 15 a 19 de maio de 1979, no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, aconteceu a *Massafeira Livre* (EDNARDO, 2010), movimento coordenado pelo cantor e compositor Ednardo, organizado com a ajuda de Rodger Rogério, Augusto Pontes e Rogério Alencar Rafael, entre outros, reunindo jovens músicos cearenses, além de alguns nomes já conhecidos nacional e localmente, como Têti, Fagner, Amelinha, Belchior e o próprio Ednardo. A convite da produção, assumi a missão de organizar a participação de artistas do Cariri cearense e do interior, tanto os novos quanto aqueles ligados à tradição. Tive, para isso, a ajuda de Wilson Dedê, Jackson Bantim e Oswald Barroso, que, posteriormente, escreveria um artigo intitulado “Memórias do Woodstock Cearense”,⁵ lembrando es-

4 DIÁRIO DO NORDESTE. *Nação Cariri, contra todo o tipo de colonialismo*. Fortaleza: Diário do Nordeste, 29 out. 1987.

5 BARROSO, Oswald. *Memórias do Woodstock Cearense*. In: O Povo, Fortaleza, 15 mar. 1999.

ses acontecimentos que deixaram marcas duradouras na cultura de Fortaleza. Além de nomes emergentes da canção, foi fundamental a presença de artistas e mestres vindos do Cariri. Houve ainda uma segunda edição da *Massafeira Livre*, contando novamente com a marcante participação de artistas e mestres do Cariri.

Nesse mesmo período, devido ao clima de efervescência no país — com exigências por mais direitos sociais, pela anistia de exilados e presos políticos e pelo fim da ditadura — realizaram-se múltiplas atividades em bairros, periferias, universidades e no centro histórico de Fortaleza: exposições de arte, lançamentos de livros, passeatas estudantis, recitais e shows em praças e bares, destacando a intensa atividade política e cultural. Oswald Barroso lembra:

Os bares, livrarias, redações de jornais e auditórios foram aos poucos se repovoando de poetas e escritores, em animadas conversas. Ideias novas pululavam nas ruas. À medida que o movimento e a organização popular iam se ampliando, a abertura política criava novos espaços para a imaginação. A liberdade de pensar era retomada e, junto dela, o debate acalorado de estéticas e ideologias. Nesse ambiente de sonhos efervescentes, em 08 de abril de 1979, o Grupo Siriará veio à luz. Reuniões e mais reuniões, tendo por epicentro a página literária do jornal O Povo, editada por Rogaciano Leite Filho, além de outra página, editada no jornal Unitário por Rosemberg Cariry.⁶

No bojo dessas inquietações políticas, culturais e artísticas, surgiu o *Grupo Siriará de Literatura* (LIMA, 2022), que teve o mérito de agrupar boa parte de uma geração de escritores e poetas que se encontravam dispersos em trabalhos isolados ou em pequenos núcleos artísticos e literários, próximos à UFC, no bairro Benfica, ou em bares como o Estoril e o Quina Azul. O grupo surgiu às vésperas da realização da 31ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1979),⁷ evento de enorme relevância científica e política, que homenageou Patativa do Assaré ao inspirar-se no verso “Cante lá que eu canto cá”. Esse encontro abrangia programação acadêmica, científica, política e militante, com atividades literárias, seminários, espetáculos de arte e mostras de cinema, além de proporcionar o intercâmbio entre artistas e intelectuais do Ceará e de outras regiões.

Durante o congresso da SBPC, com o apoio de pessoas do Crato (Jackson Bantim, José Roberto França, Geraldo Urano, Wilson Dedê, Teta Maia etc.), de Oswald Barroso, Rogaciano Leite Filho e Firmino Holanda (de Fortaleza), e ainda inserido na atmosfera do *Grupo de Artes Por Exemplo* e do *Grupo Siriará de Literatura*, organizei e dirigi o espetáculo *Canto Cariri*, com a participação de mais de 50 artistas do Cariri cearense,

6 BARROSO, Oswald. Grupo Siriará de Literatura. In: *O Trem Azul*. Livro de memórias. [original digitalizado e inédito]. 2020. p. 101.

7 SBPC. 31ª Reunião Anual da SBPC: Dilemas da produção científica no Brasil, 11 a 18 jul. 1979, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, CE. Homenagem a Carlos Chagas Filho; Destaque: Comemoração do Centenário de Albert Einstein. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/livro/70reunioesanuais.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2025.

entre jovens músicos e poetas, bem como os mestres da cultura popular. O grande homenageado foi Patativa do Assaré, exaltado em um belo poema que Oswald Barroso escreveu para a ocasião.

O espetáculo foi um sucesso e rendeu enorme prestígio aos artistas e mestres do Cariri, fortalecendo a percepção — que se consolidaria ainda mais nos anos 1980 e 1990 — de que o Cariri cearense era um grande caldeirão cultural e artístico no Estado do Ceará e em todo o Nordeste, sobretudo no tocante às culturas populares e os seus encontros com jovens mais insubmissos.

O período que vai do final dos anos 1970 ao início dos 1990 evidenciou grande interação e parceria entre artistas do Cariri e de Fortaleza, fortalecendo laços culturais entre o interior e a capital e tornando conhecidos do grande público nomes como Patativa do Assaré (que atingiu uma espécie de consagração nacional), Cego Oliveira, Mestre Aldenir, Irmãos Aniceto, Dona Ciça do Barro Cru e Mestre Noza, entre outros. Também se ampliou o interesse pela cultura da região, mais vezes citada em matérias jornalísticas e artigos, e incorporada a espetáculos, gravações de filmes e discos etc. É verdade que o Cariri cearense, desde as primeiras edições do *Salão de Outubro* e do *Grupo de Artes Por Exemplo*, já despertava interesse entre artistas e pensadores de Fortaleza, mas essa atenção e difusão cresceu muito mais quando foi criado o movimento *Nação Cariri* (nascido das articulações anteriores e da crescente relação entre o Cariri cearense, Fortaleza e outras capitais do Nordeste), participando da então chamada luta por uma arte de resistência.⁸

Nação Cariri – A região se alarga

O movimento *Nação Cariri*, por mim coordenado, teve suas raízes na efervescência cultural promovida pelo *Grupo de Artes Por Exemplo*, que agitava o cenário artístico do Cariri em meados dos anos 1970, e ganhou força em Fortaleza (a partir de 1980), com participação decisiva de Oswald Barroso, Firmino Holanda, Marta Campos, Carlos Emílio Correa Lima e outros. O jornal do grupo buscava fortalecer a expressão cultural do Cariri (levando em conta, inclusive, artistas caririenses que residiam em centros importantes, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo), mas se abriu para maior participação, reunindo, além de artistas da região e da capital cearense, criadores de outras partes do Brasil, notadamente do Nordeste. Havia um olhar específico para os chamados artistas das tradições do Cariri, mas sem perder uma perspectiva universalista, inspirada pela antropofagia oswaldiana, pela contracultura e pelo tropicalismo. O jornal *Nação Cariri* propunha um diálogo constante entre o local e o global, entre a cultura popular

8 CARIRY, Rosemberg. *Por uma arte de resistência*. In: O Popular, Goiânia, 15 maio 1982.

e movimentos de “vanguarda” e “contracultura”, equiparando-os numa perspectiva de contemporaneidade. Havia uma “invenção do Cariri” como a “Nação das Utopias”, como bem sintetiza um artigo que escrevi posteriormente sobre a nossa visão do “Cariri simbólico” e de fronteiras alargadas: “verdade e imaginação”, mito e realidade, não deixando de ter um fundamento na história, na sociologia e na antropologia (CARIRY, 2008).

O *Nação Cariri* transformou-se em um veículo importante para a divulgação de ideias e propostas culturais, reunindo artistas de áreas diversas — música, teatro, literatura, artes visuais e cinema — e valorizando histórias de resistência ao colonialismo cultural, principalmente num momento em que o Brasil lutava para reconquistar liberdades democráticas, em meio a processos de luta popular. Mais do que um periódico, o jornal se fez plataforma de combate ao autoritarismo e ao colonialismo, propondo uma arte vinculada às periferias das cidades e à juventude do sertão, sem abdicar das raízes populares.⁹ Oswald Barroso destaca que, além das suas buscas estéticas e suas preocupações políticas de esquerda, o *Nação Cariri*:

[...] caracterizou-se pelo relevo dado às artes e aos artistas populares, trazendo-os para o primeiro plano. Entre estes artistas, teve participação destacada nas páginas de suas publicações, o poeta Patativa do Assaré. Muitos outros, ainda, foram revelados para o Brasil, tanto artistas do Cariri, a exemplo dos Irmãos Aniceto, Cego Oliveira, Dona Ciça do Barro Cru, etc.; como de outras regiões do Ceará e do Nordeste. [...] O encontro com os artistas populares influenciou profundamente setores intelectuais da classe média, ligada à Nação Cariri. O *Nação Cariri* buscava a ligação com uma literatura de combate terceiromundista. Nesta direção, publicou uma série de autores estrangeiros, latino-americanos, africanos e asiáticos, de preferência, identificados com suas propostas. Um bom número de lutas populares foi passado em revista, como Canudos, Quebra-Quilo e Caldeirão (BARROSO, 2019, p. 506-507).

Barroso gostava de frisar que o *Nação Cariri* funcionou como editora de livros, gestor do *Salão de Outubro*, promotor de revistas e jornais, álbuns e encartes; serviu de grupo de teatro mambembe, bloco de brincantes, produtora de filmes (alguns já em 16 mm), bem como laboratório de pesquisas sobre culturas populares, caravana de poetas e cantores, mantendo uma intensa produção de obras artísticas, espetáculos e recitais na fase de redemocratização nacional.

Oswald e eu, organizamos várias caravanas de artistas, percorrendo cidades do interior cearense, com cantores, músicos, sessões de filmes e lançamentos de jornais, livros, revistas e peças teatrais. Esse intercâmbio extrapolou Fortaleza e o interior do Ceará, alcançando algumas capitais do Nordeste, contando com o apoio de estudantes e artistas cearenses que se mudaram para outros estados. O jornal passou a ter distribuição relativamente mais ampla, contando ainda com colaboradores no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis, etc. Nessa rede, consolidaram-se encontros e diálogos entre distintas linguagens, tradições e experiências estéticas, expressando,

9 O POVO. *Nação Cariri faz três anos e entra em uma nova fase*. In: O Povo, Fortaleza, 26 abr. 1983.

de forma insubmissa, o espírito do movimento. A referência era a luta de resistência e combate aos colonialismos internos e externos (CAMPOS, 1986).

O nome Nação Cariri é uma referência à Confederação dos Cariris, que reúne índios de diversas tribos de todo o Nordeste, desde o São Francisco até o Maranhão, resistindo por décadas à invasão portuguesa. Inicialmente, o jornal tinha o objetivo de ser um elo entre os artistas do Cariri espalhados pelo Brasil. Com o tempo, porém, passou a ser produzido em Fortaleza, sempre com uma perspectiva universal. Publicamos trabalhos de artistas e escritores da África, de El Salvador, mas sem esquecer a nossa realidade. A linguagem é nordestina, mas sem regionalismos fechados. Estamos conectados com tudo que tem identidade conosco — novos poetas africanos, da Nicarágua, negros, latino-americanos e outras periferias do Brasil (BARROSO, 2020, p. 138).

O conceito de resistência, associando-se à *Guerra dos Bárbaros* ou *Confederação dos Cariri* (1683 – 1713), emergira ainda no Cariri cearense, no calor dos debates do *Grupo de Artes Por Exemplo*, nas célebres reuniões que fazíamos nos bancos da praça da Sé, debaixo dos oitizeiros. No Nação Cariri, a oposição não se restringia ao autoritarismo e ao colonialismo externo, mas voltava-se também ao “colonialismo interno”, refletido na hegemonia da cultura brasileira de regiões economicamente mais favorecidas (sobretudo o Sudeste) sobre as mais pobres e exploradas. Como forma de resistência, o movimento promovia a produção independente e concedia espaço a novas vozes e linguagens artísticas identificadas com as lutas populares e o anseio de liberdade, com atenção especial às periferias e às pequenas localidades, que viram no movimento um meio de expressar-se e ganhar visibilidade, embora se tratasse de uma iniciativa autônoma e colaborativa, com recursos escassos.

Mesmo com a repercussão positiva, a ampla abrangência e impacto cultural, o *Nação Cariri* acumulou prejuízos, sobretudo ao investir em edições mais onerosas (Editora Nação Cariri), na produção de discos (Cariri Discos) e em filmes mais ambiciosos (Cariri Filmes), bem como em espetáculos de maior custo. Isso levou ao encerramento das atividades em 1987, com a publicação da última revista.¹⁰ O aclamado escritor José Alcides Pinto escreveu, na ocasião de lançamento da revista *Nação Cariri*: “O certo é que temos que reconhecer, queiramos ou não, que é um ato de verdadeiro heroísmo publicar uma revista de tamanho porte no Ceará – terra em que as letras e as artes só encontram hostilidades”.¹¹

Nação Cariri,¹² ao longo de sete anos, foi uma onda nova, um movimento amplo e democrático, em buscas criativas e insubmissões que, com percalços e vitórias, passou por transformações dialéticas e simbólicas importantes, mesmo quando deixou de exis-

10 Edição comemorativa, capa colorida, ricamente ilustrada e com 112 páginas, cuja tiragem foi de dois mil exemplares.

11 PINTO, José Alcides. *Nação Cariri, ato de heroísmo*. In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 1º dez. 1987.

12 O POVO. *Sete anos de cultura e ideias*. Fortaleza, 29 out. 1987.

tir como ação cultural mais visível.

[...] A passagem dos anos 80 para os anos 90 implicou uma reciclagem de ideias e propósitos: menos ilusões com a política e mais profissionalismo artístico. Para tal, alguns conceitos foram revistos e, de uma atitude de resistência militante, passou-se a um trabalho de ocupação de espaços e construção cultural. Ou melhor, muitas das premissas levantadas por Nação Cariri sofisticaram-se e foram traduzidas em obras de maior fôlego e sutileza, tanto na literatura, quanto no cinema, no teatro, na crítica de arte, na música e nos estudos de antropologia.

[...] A presença recorrente de temas e traços estéticos da vida e da linguagem popular no cinema, no teatro, na música, na literatura e até nas artes plásticas, que hoje se faz no Ceará, não é de todo alheia à influência militante que Nação Cariri exerceu em nosso movimento cultural. O mesmo acontece com o reconhecimento do mérito (inegável, mas por tanto tempo negado) de artistas populares que são hoje orgulho de cearenses e brasileiros. Talvez o espaço na mídia e nas homenagens oficiais a eles dedicado fosse menor, sem a intervenção de Nação Cariri (BARROSO, 2019, p. 506-507).

O fim das atividades editoriais do *Nação Cariri* não apagou suas propostas e seu ideário, que sobreviveram a diversas iniciativas nos anos seguintes, como o I Encontro das Culturas do Nordeste, o projeto *Mestres e Guardiões dos Saberes Populares* e as duas edições do *Festival Internacional de Trovadores e Repentistas (FESTVIOLA, 2004 e 2005)* — eventos que idealizei e dirigi, com a participação de Oswald Barroso, recitando e realizando palestras, preservando o espírito do *Nação Cariri*. O *FESTVIOLA* reuniu grandes mestres de diferentes estéticas de vários países (Portugal, Cuba, Japão, China, Chile, Uruguai, etc.). Em seu palco, estiveram artistas como Elomar, Xangai, Belchior, Amelinha, Pedro Mestre, Mestre Aldenir e seu Reisado, Ivanildo Vilanova, Geraldo Amâncio, Ednardo, Dona Zabé da Loca, Pereira da Viola, Cego Zé Oliveira e De Freitas, Fausto Nilo, Abidoral Jamaru, Cleivan Paiva, Fagner, entre tantos outros.¹³

Trazíamos, portanto, do movimento *Nação Cariri*, o espírito insubmisso que recusava “confinar” os chamados “mestres da cultura” em redomas folclóricas, preservando-os como “sacrários” ou peças de museu. Para nós, tudo estava em movimento e se transformava, abrindo-se para o mundo.

Do mesmo modo, não existia arame farpado a separar a arte da vida ou a obra da pessoa; muitos mestres tornaram-se nossos grandes amigos e compadres. Um exemplo é o próprio Patativa do Assaré, que foi compadre meu e de Oswald Barroso: padrinho de Petrus Cariry e de Pedro Ângelo, mantendo com nossas famílias laços de grande amizade. Patativa era o nosso grande mestre, tinha para nós a importância que tiveram um Pablo Neruda no Chile, uma Garcia Lorca na Espanha ou Nâzin Hikmet na Turquia.

Assim, como eu e Firmino Holanda, no contexto do movimento *Nação Cariri*,

13 BARROSO, Oswald. *Catálogo dos Mestres do Mundo*. Edição digital com impressão em xerox do relatório, contendo fotos, textos sobre o evento e reportagens de jornais. Fortaleza: Interarte, 2004-2005.

Barroso compreendia o “mestre” como agente de renovação a partir da tradição,

[...] encarna em seu corpo a memória de um saber coletivo, mas não se limita a repeti-lo: inova e aprofunda a herança que lhe foi transmitida. [...] O Mestre, além disso, é a um só tempo artífice e artista. Seu fazer nunca é mecânico nem repetitivo. Nos produtos de sua criação está a marca não apenas da sua habilidade, mas também de seu gênio criativo. Suas obras são únicas, por isso, artísticas e subjetivas. Revelam um imaginário a um só tempo coletivo e individual. O Mestre trabalha com contraposições e analogias, metáforas do que traz no espírito. Seu saber é o saber de um rito, de uma série de procedimentos, que domina.¹⁴

Nos palcos, nas praças, nas ruas, nas terreiradas, nos livros, nas revistas e jornais, na TV e no cinema, os mestres que participavam do movimento *Nação Cariri* estavam sempre em interação com outros artistas de diversas linguagens e diferentes graus de experimentação artística, sem guetos que os isolassem em sua integridade nem rotulassem sua linguagem artística de forma reduitiva.

Tanto Oswald Barroso, que sugeriu a criação do *Centro de Literatura, Arte e Ciência (CLAC)*,¹⁵ em 27 de janeiro de 1983, quanto eu, que propus depois — juntamente com o projeto *Mestres e Guardiões da Cultura* — as *Escolas de Saberes*, tínhamos nuances em nossa maneira de conceber a transmissão de conhecimento, a criação e a agitação cultural e social. Já fazíamos, por exemplo, uma distinção entre “Mestre” (alguém que, individualmente, recria, em seu tempo, a partir de um acervo cultural coletivo, mas conectado à inventividade e à contemporaneidade) e “Guardião da Cultura Popular” (aquele que acessa e conserva saberes coletivos, auxiliando em sua difusão). A partir de reflexões como essas, Barroso e eu nos engajamos em inúmeras iniciativas de defesa e valorização das culturas populares.

Cultura Insubmissa

Um momento simbolicamente importante da minha parceria com Oswald Barroso foi a escrita, edição e lançamento do livro *Cultura Insubmissa* (1982), que representou um marco ao divulgar e celebrar a riqueza e a vitalidade da cultura popular caririense e cearense, analisando-a a partir de suas possibilidades criativas e de seus artistas mais relevantes. O lançamento, com apoio da Rádio Universitária da UFC, ocorreu na Concha Acústica da UFC, em 28 de novembro, durante um evento que reuniu artistas da tradição e jovens cantores, tanto do Cariri quanto de Fortaleza. Um grande encontro, com dezenas de artistas. A grande atração da noite foi o poeta Patativa do Assaré, que

14 BARROSO, Oswald. *Catálogo dos Mestres do Mundo*.

15 O POVO. *Artistas e intelectuais preparam a Fundação do CLAC*. In: O Povo, Fortaleza, 10 jan. 1983.

improvisou versos sobre o livro e seus autores, enaltecendo a coragem de enfrentar os poderosos da terra (na luta contra latifundiários e burgueses) e valorizar os artistas populares, salientando ainda a cultura como um instrumento de luta e de consciência coletiva para o povo cearense. A presença de Patativa do Assaré era sempre uma garantia de boa poesia e de uma manifestação política. Sobre o livro, Firmino Holanda escreveu:

[...]. A cultura popular, apesar de suas contradições (enraizadas sobretudo na herança católica colonial), traz em seu bojo inúmeras lições, marcas da condição de nosso povo em sua incessante luta pela transformação de sua dor atávica em mar de fartura e paz.

[...] Seja estudando ou debatendo, seja organizando mostras de cultura popular em praças e teatros, a realidade aqui estudada é um referencial constante na vida e na obra de Rosemberg Cariry e Oswald Barroso, que também são poetas dos mais representativos da atual geração em nosso Estado (HOLANDA, 1982).

Com tiragem de mil exemplares, *Cultura Insubmissa* figurou entre os livros mais vendidos no Ceará e se esgotou rapidamente, tendo sido lançado em algumas cidades do interior, onde foram realizados espetáculos e palestras. Hoje, a obra é considerada rara entre colecionadores, e uma segunda edição, revista por mim e por Oswald Barroso pouco antes de sua morte, está prevista. Nessa edição ampliada, esperamos trazer novas contribuições para análises da cultura cearense na atualidade, estimulando o debate e a reflexão crítica.

Violeta Arraes – laços

Quando falamos da trajetória de Oswald Barroso, não podemos esquecer um fato importante que foi a posse, em 25 de agosto de 1988, da socióloga e psicanalista Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau, ou simplesmente Violeta Arraes, recém-chegada da França, como Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (no governo de Tasso Jereissati, durante o processo de redemocratização do país).

Durante sua gestão, Violeta Arraes conseguiu abalar certos resquícios de cultura provinciana que, porventura, estavam enraizados nas instituições culturais públicas. Além disso, ampliou a visibilidade do Ceará nacionalmente e, por meio de boas relações com o exterior e com grandes nomes da cultura brasileira, modernizou as políticas públicas culturais cearenses e expandiu as fronteiras culturais e artísticas do estado. Seu legado inclui uma administração inovadora na gestão pública e nas instituições ligadas à cultura e o planejamento de projetos mais ousados. Foi durante a sua administração, com participação da Universidade Federal do Ceará, da Finep e outras instituições, que Violeta Arraes promoveu um debate organizado que visava uma política de sustentabilidade da indústria audiovisual no Ceará e no Nordeste. Mudanças políticas posteriores

terminaram por inviabilizar o projeto, permanecendo a ideia que floresceu em outros momentos e ainda hoje está em pauta, com a possível criação da *Ceará Filmes*.

Muito atenta aos acontecimentos, Violeta Arraes se aproximou de inúmeros artistas e intelectuais do Estado, entre os quais alguns integrantes do *Nação Cariri*, como Barroso, que já ocupava o cargo de diretor do Departamento de Ação Sociocultural da Secult-CE. Violeta Arraes o manteve nesse posto enquanto definia o novo *staff* administrativo.

Comigo, Violeta Arraes estreitou laços de amizade e cooperação (sem vínculo com o Estado), sobretudo no que dizia respeito à aproximação com os artistas do Cariri cearense. Foi nessa época que recomendei a Alembert Quindins que apresentasse a ela o seu projeto de educação cultural de crianças e adolescentes, o que resultou no forte apoio dado à *Casa Grande de Nova Olinda*, transformando-a e ajudando-a a alçar repercussão nacional, graças aos seus contatos e conexões relevantes. Violeta Arraes manteve igualmente ligações próximas com Patativa do Assaré (seu parente) e com mestres e artistas do Cariri, a exemplo de Espedito Seleiro e Mestre Nino, promovendo-os.

Foi Violeta Arraes quem incentivou minha primeira viagem ao exterior (Portugal e França – 1991, para festivais de cinema) e obteve uma bolsa de estudos para Oswald Barroso, possibilitando-lhe cursos de especialização e formação cultural em Paris, onde ele se aprofundou em estudos de artes cênicas e gestão cultural. Hospedado na Cité Universitaire, na Maison du Brésil. Barroso encontrou ali um ambiente multicultural, com biblioteca, cinema e teatro, ampliando seus horizontes (BARROSO, 2020, p. 464-475).

Nesse período, Oswald Barroso visitou Villeneuve d'Ascq, um polo de desenvolvimento cultural computadorizado e bastante avançado para a época, onde fez estágio. Em seguida, percorreu Portugal, Andaluzia e Marrocos, buscando compreender as raízes ibéricas da cultura nordestina. Chegou a viajar para a Albânia, interessado em conhecer o contexto político local, em função de sua prolongada atuação no PC do B. De volta à França, viajou pelo interior do país, absorvendo as diversidades culturais. Participou de simpósios sobre teatro popular, relacionando a tradição “encenada” entre África, Portugal e Brasil, o que reforçou ainda mais seu interesse em incorporar influências afrodescendentes na arte nordestina. De um lado, o contato com culturas e formas de expressão estrangeiras enriqueceu Barroso; de outro, intensificou ainda mais sua dedicação à cultura popular do Ceará e do Nordeste, que ele passou a conceber como algo ainda mais hibridizado em suas múltiplas influências.

Nesse período, encontrei-me com Barroso em Paris. Visitamos museus e instituições culturais e muito conversamos sobre os processos formativos da cultura brasileira, sobre política e a nova esquerda europeia, fazendo contato com alguns grupos de esquerda e artistas de outras nacionalidades.

Ressalto esses fatos para mostrar a efervescência cultural do período e salientar que Violeta Arraes defendia a tese de que o Cariri cearense possuía uma cultura muito rica e diversificada, carecendo de incentivo e reconhecimento da sua capacidade criativa. Daí a sua proximidade com as pessoas que integravam o *Nação Cariri* e acadêmicos da região, como o Dr. Prof. Plácido Cidade Nuvens e o Dr. Prof. Patrício Melo, entre outros.

O legado de Oswald Barroso

Após um longo período de doença, Oswald Barroso faleceu em 22 de março de 2024.¹⁶ Diversas instituições públicas e culturais, no Ceará e em todo o Brasil, divulgaram notas de pesar, ressaltando sua trajetória admirável e sua relevante contribuição para a cultura do Estado. O corpo foi velado no Teatro José de Alencar, reunindo inúmeros artistas, brincantes de folguedos populares, acadêmicos, intelectuais e autoridades.

Em 26 de abril, no mesmo Teatro José de Alencar, em Fortaleza, ocorreu uma homenagem em memória de Oswald Barroso, intitulada *Sarau Ceará Mestiço*, reunindo artistas de várias expressões (teatro, folguedos, cinema, poesia, música), organizada pela poeta e produtora cultural Marta Pinheiro, com presença de familiares e muitos amigos. Na ocasião, para expressar meus sentimentos e prestar um tributo ao grande artista e amigo, li o seguinte texto que escrevi para ele:

Ele veio do mar, da beira-mar, da Fortaleza debruçada sobre a areia, grávida e apaixonada, mas tinha na alma a ânsia do sertão. O sertão não como um território físico e limitado, mas como encontro de mundos, de povos, de culturas, de utopias mal segredadas nas bocas dos velhos beatos e beatas. Tinha o fascínio pelas romarias, pelos artistas populares, pelos cantadores e cegos rabequeiros, pela majestade de Patativa do Assaré o “nosso poeta do futuro”. Era um homem que se alimentava de sonhos e poesias, cabeça dura e coração mole, que experimentava o teatro como um exercício pleno de representação do mundo e das suas lutas. Parceiro de tantos compositores, músicos e menestréis, encontrou na canção um fôlego para o seu melhor lirismo. Amava a juventude e gostava de estar entre jovens — sopro vital para o seu espírito inquieto. Talvez compreendesse, como o poeta Geraldo Urano, lá do Crato, que ‘a juventude é a granada de Deus’ (numa revisita a Nietzsche). A arte e a luta política eram vertentes que formavam um mesmo rio e a vida era o imenso caudal de lutas e aventuras que desaguava no mar de um destino que se constrói e onde também se é construído. Um dia partiu, assim como tudo parte, assim como se sucedem os crepúsculos e as auroras, assim como incessantes sopram os ventos terral e Aracati, assim como as estrelas seguem seu curso no céu e, no sertão, a natureza ora se veste de verde e ora se despe em um cinza mais dramático e profundo, cumprindo os ciclos cósmicos de morte e de ressurreições. Partiu, mas não partiu ao deixar sonhos e semear poesias. Partiu e não partiu ao deixar a consciência da realidade e a vontade de lutar para transformá-la.

16 ABÊ, Renato. *Morre Oswald Barroso, mestre do teatro cearense, aos 76 anos*. In: O Povo, Fortaleza, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2024/03/22/morre-oswald-barroso-mestre-do-teatro-cearense-aos-76-anos.html>. Acesso em: 8 dez. 2024.

Hoje, quando vemos os horrores cometidos pelo governo de extrema-direita de Israel, bombardeando e matando de fome o povo palestino, sitiado em Gaza, cercado por tanques e muros, pensamos no amigo Oswald Barroso e erguemos os punhos da nossa revolta e indignação, e nos reunimos nas praças e nas ruas, protestamos contra o horror do fascismo e contra os inimigos da vida.

A liberdade é uma estrela que avistamos ao anoitecer, avistamos na aurora e avistamos no pingo do meio-dia. Ela brilha sempre. A liberdade é uma estrela-guia.

Oswald Barroso presente!¹⁷

Por fim, depois de abordar aspectos do artista e do acadêmico, e de evocar algumas das ações culturais e obras que realizamos juntos ao longo de quase cinquenta anos, deixo como conclusão o reconhecimento do legado de Barroso para a cultura e as artes do Ceará e do Nordeste, que continuará a inspirar acadêmicos, estudiosos e pesquisadores da cultura popular, além de artistas de múltiplas linguagens. Destaco seu compromisso com o reconhecimento e valorização das culturas de diferentes povos e etnias nordestinas, sobretudo das classes mais pobres e desfavorecidas, enxergando em sua arte um instrumento de luta pelos direitos, pela cidadania e pela dignidade.

A vida e a missão de Oswald Barroso, como educador, artista múltiplo, militante político e pensador, são inseparáveis, pois se fundem de modo orgânico (no sentido gramsciano) com seu sentimento de pertença a uma “comunidade de destino” e ao que ele reconhecia como seu: o povo brasileiro, em sua multiplicidade e contradições, em meio ao seu conturbado processo histórico. Nesse sentido, ele reforçou a importância das tradições populares, bem como das práticas e inovações artísticas mais arrojadas, como alicerces da identidade brasileira e da construção de uma concepção mais profunda e mais igualitária de nação.

Referências

Livros e Revistas

BARROSO, Oswald. *Ceará Mestiço*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

BARROSO, Oswald. *Ceará Nômade*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022.

BARROSO, Oswald. *Nação Cariri – Jornal, Revista e Grupo*. In: *Ceará – Uma cultura mestiça*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 506-507.

BARROSO, Oswald. *O Trem Azul*. Livro de memórias. [Original digitalizado e inédito]. 2020.

BARROSO, Oswald; CARIRY, Rosemberg. *Cultura Insubmissa*. Fortaleza: Nação Cariri Editora e Livraria Gabriel, 1982.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Marta. *O colonialismo interno: o caso Nordeste*. Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 1986.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2013.

CARIRY, Rosemberg. *Cariri – A Nação das Utopias*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS JR., Raimundo Elmo de Paula; ARAÚJO, José Edvar Costa de (org.). *História da Educação – Vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 364-399.

17 CARIRY, Rosemberg. *Oswald Barroso, presente*. [Documento original digitalizado]. Acervo do autor, 2024.

CARIRY, Rosemberg. *Dona Ciça: o barro das maravilhas*. Fortaleza: Interarte Editora, 2019. p. 139-159.

EDNARDO, Soares Costa Sousa (org.). *Massafeira 30 anos: som, imagem, movimento, gente*. Fortaleza: Aura Edições Musicais, 2010.

ESPINOLA, Adriano; BARROSO, Oswald; CARIRY, Rosemberg; CORREIA, Carlos Emilio; LEITE FILHO, Rogaciano. *Revista Siriará de Literatura*. Edição do Grupo Siriará de Literatura. Fortaleza, 1979.

HOLANDA, Firmino. *Orelhas* In: *Cultura Insubmissa*. Fortaleza: Nação Cariri Editora, 1982.

LIMA, Batista de. *Manifestos da Literatura Cearense*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2022.

MARQUES, Roberto. *Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo*. *ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL/DOSSIÊ Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva* • An. mus. paul. 28 • 2020. p. 1-30. Arquivo on-line. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/gcVncCNSjdqrY-DhRKYY6Syj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Jornais

BARROSO, Oswald. *Memórias do Woodstock Cearense*. In: *O Povo*, Fortaleza, 15 mar. 1999.

BARROSO, Oswald. *Patativa: nosso poeta do futuro*. In: *Nação Cariri*, n. 5, Fortaleza, dez. 1981 – jan. 1982.

PINTO, José Alcides. *Nação Cariri, ato de heroísmo*. In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 1º dez. 1987.

CARIRI, Rosemberg. *Por uma arte de resistência*. In: *O Popular*, Goiânia, 15 maio 1982.

O ESTADO. Rádio Universitária. *Promove espetáculo Canto Popular*. In: *O Estado*, Fortaleza, 26 nov. 1982.

O POVO. *A poesia choveu grosso na Praça do Ferreira*. In: *O Povo*, Fortaleza, 2 jan. 1983.

O POVO. *Artistas e intelectuais preparam a Fundação do CLAC*. In: *O Povo*, Fortaleza, 10 jan. 1983.

O POVO. *Chuva poética banhará o centro de Fortaleza*. In: *O Povo*, Fortaleza, 31 dez. 1982.

O POVO. *Cultura Insubmissa em Canto popular*. In: *O Povo*, Fortaleza, 28 nov. 1982.

O POVO. *Nação Cariri faz três anos e entra em uma nova fase*. In: *O Povo*, Fortaleza, 26 abr. 1983.

O POVO. *Sete anos de cultura e ideias*. Fortaleza, 29 out. 1987.

Consultas On-Line

ABÊ, Renato. Morre Oswald Barroso, mestre do teatro cearense, aos 76 anos. In: *O Povo*, Fortaleza, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaearte/2024/03/22/morre-oswald-barroso-mestre-do-teatro-cearense-aos-76-anos.html>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BARBALHO, Alexandre. A política do audiovisual no Ceará: continuidades e rupturas. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 5, n. 9, jan./jun, p. 9–22, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2356>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/31346-Texto%20do%20Artigo-111087-1-10-20160530.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MACEDO, Dimas. Literatura e escritores cearenses. *Jornal Oboé*. Disponível em: <https://vicentefreitas.blogspot.com/search?q=dimas+macedo&updated-max=2024-08-05T17:02:00-03:00&max-results=20&start=2&by-date=false>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MACIEL, Nilton. A revista O Saco e o Grupo Siriará. Disponível em: <https://literaturasemfronteiras.blogspot.com/2006/05/revista-o-saco-e-o-grupo-siriar.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NETTO, Raymundo. O dia em que choveu poesia. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/o-dia-em-que-choveu-poesia>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SBPC. 31ª Reunião Anual da SBPC: Dilemas da produção científica no Brasil, 11 a 18 jul. 1979, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza-CE. Homenagem a Carlos Chagas Filho; Destaque: Comemoração do Centenário de Albert Einstein. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/livro/70reunioesanuais.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SOUZA, Luciane Ângelo de. Análise de contexto da Política Pública dos Mestres da Cultura do Ceará com base na proposta de Avaliação em Profundidade das Políticas Públicas Sociais. *Revista NAU Social*. v. 7, n. 12, p. 15-20, Maio/Out. 2016. Acesso; 28 de jan. 2024.

TAVARES FONTELES, Kalil; Sousa Moraes, Kleiton de. Preto e branco, azul e vermelho: esquerdas e a cultura popular no jornal Nação Cariri (1980-1987). In: *Encontros Universitários da UFC. V. 4 n. 3 (2019): XII Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação / XII Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/56188>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Documentos

BARROSO, Oswald. *Catálogo dos Mestres do Mundo*. Edição digital com impressão em xerox do relatório, contendo fotos, textos sobre o evento e reportagens de jornais. Fortaleza: Interarte, 2004-2005.

CARIRY, Rosemberg. *Oswald Barroso, presente*. [Documento original digitalizado]. Acervo do autor, 2024.

CATÁLOGO FESTVIOLA. *O Sertão: O Mundo*. Catálogo do I Festival Internacional de Trovadores e Repentistas – FESTVIOLA. Quixadá e Quixeramobim, out. a nov. 2024.

MAIA, Teta; REINALDO, Rejane. *Anotações para uma história*. Fortaleza, 1989. [Texto digitalizado].

Arquivo Cariri

Jornal

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 1, Crato–CE, abr. 1980.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 2, Crato–CE, jul./ago. 1980.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 3, Cariri–CE, jan./fev. 1981.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 4, Crato–Fortaleza–CE, set./out. 1981.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 5, Crato–Fortaleza–CE, dez./jan. 1981/1982.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 6, Crato – Fortaleza–CE, abr./maio 1982.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 7, Crato – Fortaleza–CE, set./out. 1982.

NAÇÃO CARIRI. Jornal Nação Cariri, n. 8, Fortaleza–CE, maio/jun. 1983.

Revista

NAÇÃO CARIRI. Revista Nação Cariri, n. 9, Fortaleza–CE, nov./dez. 1983. (Capa colorida – 90 p.)

NAÇÃO CARIRI. Revista Nação Cariri, n. 10, Fortaleza–CE, primeiro semestre de 1987. (Capa colorida – 112 p.)

Sobre o autor

Rosemberg Cariry – Cineasta cearense, tendo escrito e dirigido mais de uma dezena de filmes, premiados em festivais de cinema em vários países: Brasil, Cuba, Argentina, EUA, Itália, Bélgica, França, Portugal, Índia, África do Sul e Turquia, entre outros. Teve ativa participação nos movimentos artísticos e literários do Ceará e editou revistas literárias, com destaque para o jornal/revista Nação Cariri. É Filósofo de formação e Doutor em Belas Artes pela Universidade do Porto.



Educação Permanente em Saúde: reflexões acerca do programa de residência multiprofissional em atenção à saúde cardiovascular no Hospital Universitário do Maranhão

Permanent Health Education: reflections on the multidisciplinary residency program in cardiovascular health care at the Maranhão University Hospital

Suerly Ferreira Melo

suerlyferreira.sf.sf@gmail.com

Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão

Mariana Cavalcanti Braz Berger

mariana.braz@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

10.52521/opp.v22n47.13987

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 09/02/2024

Aprovação do trabalho: 13/12/2024

Publicação do trabalho: 23/12/2024

Resumo

O Sistema Único de Saúde é um marco histórico em nosso país. No entanto, apesar de todos os avanços, encontra-se distante da proposta ambicionada pela Reforma Sanitária. Destaca-se como impasse, o modo como se organizam os processos de trabalho no cotidiano dos serviços de saúde. A vista disso, tem-se a Educação Permanente em Saúde (EPS) apontada como importante estratégia a ser desenvolvida nas Residências Multiprofissionais em Saúde, que visa contribuir com a qualificação e a transformação das práticas, por meio da formação articulada com ensino e serviço. Dessa forma, objetiva-se analisar os padrões e as tendências da EPS presentes no cotidiano dos residentes da área de atenção à saúde cardiovascular no Hospital Universitário do Maranhão. A investigação apoiou-se no método do materialismo histórico-dialético, abordagem qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada e questionário eletrônico aplicado com os residentes, dos anos de 2020 a 2024, contabilizando 14 profissionais. Verificou-se que a EPS discute a educação no trabalho e provoca o sentido ético-político dos sujeitos. No entanto, os fundamentos e a implementação da EPS enfrentam limitações ao priorizar o trabalhador como elemento de mudança, desconsiderando as contradições do capitalismo. Diante disso, é essencial a compreensão da EPS em uma perspectiva que considere diversos fatores e contextos.

Palavras-chave

Educação Permanente; Trabalho; Formação Profissional

Abstract

The Unified Health System is a historic milestone in our country. However, despite all the advances, it is far from the proposal sought by the Health Reform. What stands out as an impasse is the way in which work processes are organized in the daily routine of health services. In view of this, Permanent Health Education (EPS) is identified as an important strategy to be developed in Multiprofessional Health Residencies, which aims to contribute to the qualification and transformation of practices, through training combined with teaching and service. Thus, the objective is to analyze the patterns and trends of EPS present in the daily lives of residents in the cardiovascular health care area at the Maranhão University Hospital. The investigation was based on the method of historical-dialectical materialism, a qualitative approach, through semi-structured interviews and an electronic questionnaire applied to residents, from 2020 to 2024, accounting for 14 professionals. It was found that EPS discusses education at work and provokes the ethical-political sense of the subjects. However, the foundations and implementation of EPS face limitations when prioritizing the worker as an element of change, disregarding the contradictions of capitalism. Given this, it is essential to understand EPS from a perspective that considers different factors and contexts.

Keywords

Permanent Education; Work; Professional qualification.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco histórico em nosso país, criado em 1988 pela Constituição Federal. Organiza-se em torno dos princípios fundamentais de universalidade, equidade e integralidade e, sobretudo, parte de um princípio constitucional da saúde como dever do Estado e direito de todos (Brasil, 1988).

No entanto, apesar de todas as acumulações e avanços, o SUS real encontra-se ainda distante da proposta ambicionada pelo movimento da Reforma Sanitária. Dentre suas especificidades ligadas ao movimento, apresenta-se como o ordenador da formação dos trabalhadores da saúde em sua integralidade (Brasil, 1988). Entretanto, Merhy (2007) afirma que o modo como se organizam os processos de trabalho no cotidiano se mostra como um obstáculo para as propostas defendidas pelo movimento, que apostam na mudança do modelo tecnoassistencial em saúde no Brasil, caracterizado pela formação profissional tradicionalmente apoiada em um modelo biomédico. Segundo Matta e Morosini (2008), esse modelo se desenvolveu durante o século XIX com a ideia de limitar o processo saúde-doença à sua dimensão anatômica e fisiológica, excluindo as dimensões histórico-sociais, como a política, a econômica e a cultural, e, consequentemente, focalizando suas principais estratégias de ação na doença.

Conforme aponta Sarreta (2009), historicamente há a prevalência desse padrão assistencial na saúde, representado por práticas curativas centradas no médico e nas tecnologias. Trata-se de um modelo que focaliza a doença e não a promoção da saúde, além de reforçar a formação fragmentada e distante do perfil profissional para o trabalho na saúde pública. Logo, a configuração dos processos de trabalho na saúde se apresenta como um desafio à efetivação e ao fortalecimento do sistema público de saúde, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988: universal, integral e com prestação de serviços de saúde com qualidade a todos os usuários do SUS.

Em vista disso, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída pela Portaria nº 198 de 13 de fevereiro de 2004, é apontada como uma importante estratégia do SUS que visa contribuir para a organização dos serviços de saúde, com a qualificação e a transformação das práticas tecnoassistenciais por meio da formação e do desenvolvimento dos profissionais, buscando articular a integração entre ensino e serviço (Brasil, 2004). Com base em seus documentos oficiais, a política pretende integrar tanto trabalhadores da área da saúde quanto trabalhadores do ensino em saúde à discussão das mudanças das práticas profissionais, direcionadas à consolidação e ao fortalecimento do sistema público de saúde.

Porém, como afirma Feuerwerker (2002), para operar mudanças é necessário reconhecer a existência dos projetos em disputa, que envolvem a formação desses tra-

balhadores, ou seja, as tendências que são reprodutoras da condição atual e as que estimulam a mudança e a transformação de práticas. Dessa forma, chama-se a atenção para as tendências que seguem as bases de formação dessa política e como se apresentam no cotidiano e nos espaços das Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS), levando em consideração os projetos vigentes: Projeto da Reforma Sanitária e o Projeto Privatista, que serão discutidos adiante.

Enquanto profissional de Serviço Social residente na área de Atenção à Saúde Cardiovascular, fez-se necessário refletir acerca da implementação da Educação Permanente em Saúde (EPS) no programa de residência e suas implicações na formação e no trabalho dos profissionais de saúde residentes que atuam na Atenção Cardiovascular.

Destaca-se esse programa, pois é a especialidade que capacita profissionais para cuidar de uma das demandas mais urgentes da rede de saúde do país, as doenças cardiovasculares. Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, cerca de 14 milhões de brasileiros sofrem de alguma doença cardíaca, e cerca de 400 mil morrem anualmente devido a essas condições, representando 30% de todas as mortes no país (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2021). Apontando, assim, para uma necessidade maior de serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde (Simão *et al.*, 2013).

Posto isso, objetiva-se refletir com base na experiência dos profissionais de saúde residentes da área de atenção à saúde cardiovascular do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) a EPS na formação e no trabalho desses residentes. Contemplando as seguintes categorias profissionais: Psicologia, Fisioterapia, Serviço Social e Enfermagem, priorizando as turmas dos anos de 2020 a 2024, o que equivale a 14 residentes para essa pesquisa, não incluindo a pesquisadora nesse grupo.

Metodologia

Esse estudo se baseou em uma investigação apoiada no método do materialismo histórico-dialético, considerando que

a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e da totalidade da realidade concreta, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser considerados isolados, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais (Gil, 2008, p. 32).

A partir desse método, é possível uma aproximação com a realidade da EPS em suas múltiplas dimensões no contexto hospitalar do programa de residência em um hospital universitário. Esse trabalho se constitui de uma pesquisa com ênfase na abordagem qualitativa. Conforme explicita Minayo (2013), esse tipo de pesquisa se ocupa de “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, atua

com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2013, p. 21). Além disso, permite uma compreensão e análise mais aprofundada dos discursos, possibilitando uma exploração detalhada das perspectivas individuais. Assim, analisou-se as experiências, com base nos discursos, relacionadas à EPS desenvolvida na RMS, de forma a apreender as experiências subjetivas e objetivas dos residentes.

A pesquisa foi delineada através de três etapas distintas: revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica, foram consultados livros, revistas, anais e dissertação para aprofundar as reflexões sobre a EPS, enquanto a pesquisa documental se baseou na análise de legislações. A pesquisa de campo, por sua vez, consistiu em entrevista semiestruturada, conduzida tanto de forma presencial individual quanto remotamente através de questionário eletrônico.

O estudo foi realizado no HUUFMA, na Unidade Presidente Dutra, cidade de São Luís no Maranhão. O hospital é certificado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.000 de 15 de abril de 2004, que integra assistência, ensino, pesquisa e extensão na área da saúde (Brasil, 2021). Atualmente é reconhecido como referência estadual em procedimentos de alta complexidade, inclusive na área cardiovascular (Brasil, 2021).

Quanto ao universo da pesquisa, considerou-se o total de 77 residentes por turma, abrangendo os dois programas de residência e suas áreas de especialização correspondentes. Um programa dedicado à saúde do adulto e do idoso, contempla áreas como Atenção em Saúde Renal, Clínica Médica e Cirúrgica, Cardiovascular e Terapia Intensiva. O segundo programa é voltado para a saúde da criança e da mulher que compreende segmentos como Atenção em Saúde da Criança, Saúde da Mulher e Neonatologia.

Entretanto, a amostra desse estudo concentra-se exclusivamente nos residentes da área de Atenção à Saúde Cardiovascular, especificamente nas três turmas dos anos de 2020 a 2024 (turma 2020 a 2022, 2021 a 2023, 2022 a 2024). Em cada turma, ingressam cinco residentes de cada uma das categorias profissionais: Serviço Social, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia, com exceção da Psicologia, que possui dois residentes por turma, totalizando 14 participantes¹ para essa pesquisa. Não foram considerados para inclusão nesse trabalho profissionais da área da saúde e preceptores², pois trata-se exclusivamente da percepção e vivências dos residentes. Bem como, não foram incluídos residentes da Residência Médica, de acordo com a Lei Federal nº 11.129, em relação à

1 Eles atenderam ao seguinte critério de inclusão: ser ou que tenha sido profissional de saúde residente lotado na área de concentração em atenção à saúde cardiovascular do HUUFMA.

2 Função de supervisão docente assistencial por área específica de atuação ou de especialidade profissional, dirigida aos profissionais de saúde (Parente, 2008, p. 48).

natureza desses Programas de Residência Multiprofissional, a Portaria Interministerial nº 45 destaca ser essa, uma modalidade de ensino, destinada às áreas profissionais não médicas, relacionadas à saúde (Rodrigues, 2016).

Além disso, é relevante mencionar que a partir de 2020, as vagas nos programas de residência passaram a ser ofertadas por meio do Exame Nacional de Residências, ampliando o alcance do programa ao abranger um número maior e diversificado de residentes profissionais em todo Brasil, possibilitando que profissionais de todo o país pudessem ter acesso.

A coleta de dados envolveu duas bases que transcorreram durante o período de setembro a outubro de 2023. A primeira por meio de entrevista semiestruturada realizada individualmente com 3 residentes em atividade no hospital. As entrevistas foram conduzidas no ambiente hospitalar, em um espaço que garantisse o conforto e a confidencialidade das informações. E a segunda por meio de questionário eletrônico enviado aos dez residentes que já haviam concluído a residência e não estavam mais no hospital, contatados previamente por meio de rastreamento de dados junto a coordenação da residência, para participarem da pesquisa. Um dos residentes que ainda atuava no hospital estava afastado, mas recebeu o convite para participar por meio remoto, portanto, 11 participantes foram contatados mediante questionário eletrônico. No entanto, houve adesão apenas de 6 residentes. Dessa forma, foram analisados as 3 entrevistas realizadas de forma presencial e os discursos dos 6 que aceitaram participar remotamente, totalizando 9 participantes.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi conduzida após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão. Todas as entrevistas foram realizadas somente após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ademais, a fim de garantir o sigilo e confidencialidade, a identidade dos participantes foi preservada por meio da codificação pela letra R, por ser a letra inicial da palavra “Residente”, seguida de um número que não corresponde à sequência de participação na pesquisa.

Resultados

Considera-se que a EPS explicita as discussões acerca da educação no trabalho e provoca o sentido ético-político nos sujeitos para a consolidação do SUS. No entanto, os fundamentos da PNEPS enfrentam limitações ao priorizar o sujeito/trabalhador como elemento de mudança, desconsiderando as condições estruturais que têm grande impacto na qualidade do SUS. Além disso, torna-se essencial compreender que os problemas do mundo do trabalho que se propõe resolver não são de natureza exclusivamente

pedagógica (relacionada ao ensino ou à educação) e prática (que diz respeito ao trabalho); ou seja, para esses problemas é necessária uma compreensão mais ampla e abrangente que leve em consideração diversos fatores e contextos, por exemplo, econômicos, culturais, sociais e políticos.

DISCUSSÃO

Educação Permanente em Saúde: a relação entre educação e trabalho

A educação permanente se constitui em uma ideia político-pedagógica que favorece aos trabalhadores um processo de ensino aprendizagem através do seu cotidiano laboral (Brasil, 2018). Tal processo defende uma filosofia de reflexão e crítica sobre os processos de trabalho dos profissionais. Além disso, possui como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, sendo estruturada a partir da problematização do processo de trabalho. Apoia-se no conhecimento significativo de transformação, levando em consideração os conhecimentos e as experiências do dia a dia (Brasil, 2004).

Diante disso, apreende-se que a EPS se apresenta como uma proposta capaz de gerar mudanças nas práticas profissionais, à medida que propõe reestruturar tanto os processos de trabalho quanto os processos formativos dos profissionais de saúde. Sendo assim, é fundamental compreender como o trabalho é concebido nessa abordagem e como está delineado o processo de formação dos trabalhadores da área da saúde. Para tanto, faz-se necessário um resgate do processo histórico do surgimento da EPS e suas particularidades acerca da relação educação e trabalho, especialmente na sociedade capitalista.

Reflexões acerca da implantação da Educação Permanente em Saúde.

A discussão sobre Educação Permanente se iniciou na Europa no âmbito da temática da educação, nos anos 1930 e ganhou destaque nos anos 1960. O conceito de educação permanente estava relacionado a iniciativas que envolviam a aprendizagem de adultos em momentos de “reestruturação produtiva e de necessidade de reposicionar pessoas no mercado de trabalho devido à intensificação da industrialização e da urbanização” (Feuerwerker, 2014, p. 92). Nesse contexto, a educação permanente apresentava as ideias centrais de constante aprendizado e desenvolvimento dos trabalhadores para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho em crescimento.

A temática específica sobre EPS surgiu por volta da década de 1980, apresentada pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)³. Nesse momento, conforme ressalta Lemos (2016), na década de 1980, vivenciava-se a queda do muro de Berlim, o fortalecimento do neoliberalismo⁴, os questionamentos sobre o socialismo e o desmoronamento da união do fordismo/taylorismo e do keynesianismo. Com base no sistema de produção Toyotista, a intenção da OPAS foi construir um novo referencial pedagógico, a educação permanente, no qual o trabalhador tenha maior envolvimento no processo produtivo da saúde (Lemos, 2016).

No Brasil, a discussão acerca da EPS se destaca no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, na qual, em seu artigo 200, inciso III, define-se como atribuição do SUS: ordenar a formação na área da Saúde (Brasil, 1988). A partir daí, os assuntos pertinentes à questão da educação na saúde passaram a fazer parte do conjunto de atribuições do sistema público de saúde. Desde então, ao longo dos anos, têm-se desenvolvido estratégias e políticas públicas voltadas para a adequação da formação e qualificação dos trabalhadores da saúde às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento do SUS.

Em 2003 foi instituída, no Ministério da Saúde, a Secretaria de Gestão de Trabalho e da Educação em Saúde, que assumiu a atribuição de elaborar “políticas orientadoras da gestão, formação, qualificação e regulação dos trabalhadores da saúde no Brasil” (Lemos, 2016, p. 22). Como resultado disso, o Ministério da Saúde passou a ter um órgão específico responsável por direcionar e coordenar as ações relacionadas à gestão e educação em saúde. Consequentemente contribuiu para uma maior organização e integração das políticas voltadas para os trabalhadores da saúde, buscando garantir a melhoria das condições de trabalho e a qualificação dos profissionais.

No ano de 2004, instituiu-se a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde- PNEPS, pela Portaria nº 198, como uma estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Seguinte a esse momento, em 2007, foi estabelecida uma nova portaria de nº 1.996, a qual fortalece e implementa a política no país (Brasil, 2004). A partir dessas portarias, a PNEPS começou a se formalizar e a ganhar espaços cada vez maiores na cena do SUS.

A PNEPS, no cenário do sistema de saúde brasileiro, propõe integrar ações de ensino, serviço, gestão e controle social a partir da compreensão de educação e trabalho

3 A OPAS é responsável pelos países das Américas em melhorar a saúde e a qualidade de vida de suas populações. Atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas e é a agência especializada em saúde do sistema interamericano (Brasil, 2021).

4 Corrente de reação contra o Estado de Bem estar Social vivenciado nos países de capitalismo central na segunda metade do século XX. Com a crise deste modelo, o projeto neoliberal ganha forças, apresentando enquanto princípios básicos um Estado forte na capacidade de controlar o dinheiro e contencioso quanto aos gastos sociais (Muniz; Nunes, 2015, online).

em saúde. Além disso, é apontada como uma estratégia de transformação do processo de trabalho em saúde, com a finalidade de melhoria da qualidade do serviço, favorecendo a integralidade e a equidade do cuidado e o acesso aos serviços de saúde (Brasil, 2004).

A partir dessas medidas, observa-se um aumento significativo na importância atribuída à interação entre educação e trabalho no âmbito da saúde. Ademais, uma necessidade se fazia presente pois era essencial introduzir uma abordagem inovadora que permitisse aos profissionais da saúde não apenas participarem ativamente do processo de aprendizagem, mas também explorarem os conhecimentos adquiridos na realidade vivenciada.

Isso pode ser presenciado na concepção de Educação Permanente, a qual apresenta como principal estratégia a “aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho” (Brasil, 2018, p. 13). Adotando os referenciais construtivistas da educação: a problematização⁵ e aprendizagem significativa⁶ como possibilidade de transformação do SUS.

Para Lemos (2016), uma das abordagens inovadoras podem ser observadas na primeira fase da PNEPS, em que ocorreu uma ampliação da atuação da EPS. Antes, somente existia a tradicional parceria ensino/serviço, já mencionado na OPAS para outros setores. Posteriormente, a novidade consiste em desenvolver uma gestão da educação descentralizada e de forma democrática, a qual envolve diversos setores no delineamento da EPS, como gestores, trabalhadores, usuários, professores e acadêmicos.

Além disso, o documento oficial da PNEPS concebe a EPS como um recurso estratégico para a gestão do trabalho e da educação na saúde, a qual apresenta como finalidade a possibilidade de “educar um sujeito com compromisso e capacidade de gerar resolutividade aos problemas da saúde pública brasileira” (Brasil, 2003, p. 6). Diante disso, ressalta-se, a observação realizada por Lemos (2016) ao analisar as documentações referentes a PNEPS (2003-2005), destaca o trabalho como eixo central da proposta de EPS da PNEPS, apresentado como fundamento educativo e transformador da realidade.

Referente a isso, o Ministério da Saúde considera:

A Educação Permanente em Saúde (EPS) traz como marco conceitual uma concepção de trabalho no SUS como aprendizagem cotidiana e comprometida com os coletivos [...] A Educação Permanente em Saúde reconhece o cotidiano como lugar de invenções, acolhimento de desafios e substituição criativa de modelos por práticas cooperativas, colaborativas, inte-

5 Metodologia que visa oportunizar a solução de problemas como forma de participação ativa e de diálogo constante entre alunos e professores na busca de conhecimento. O objetivo dessa metodologia é dar sentido ao conteúdo, partindo de situações e problemas da realidade (Colombo; Berbel, 2007, p. 122).

6 A aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos [...] nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados [...] (Moreira, 2012, p. 2).

gradas e corajosas na arte de escutar a diversidade e a pluralidade do País (Brasil, 2014, p. 2).

Nesse sentido, nota-se que a ênfase recai para o trabalho, enquanto processo contínuo de aprendizagem, enxergando o cotidiano como um ambiente propício à construção e aplicação do conhecimento. Observa-se que a EPS valoriza as experiências do dia a dia as enfatizando como elementos essenciais na formação do conhecimento, considerando, portanto, o ambiente de trabalho como o local primordial para ensino e educação.

No entanto, o encadeamento entre educação e trabalho foi concebido por Marx como uma relação dialética. O autor explicita que a relação educação e trabalho

Pode ser marcada por uma positividade ou negatividade, a depender do contexto histórico-social em que ela se desenvolve. Na perspectiva ontológica marxista, o trabalho é o elemento fundante de todas e quaisquer relações e constitui em elemento de transformação humana. Contudo, na particularidade histórica do capitalismo, o trabalho carrega em si uma negatividade. Ao invés de criação, torna-se alienação. O homem deixa de ser “homem”, desumaniza-se ocorrendo um processo de “coisificação” da essência que vai repercutir nas suas relações sociais que se tornam embrutecidas e desumanizadas (Marx, 2004 *apud* Lemos, 2016, p. 916).

Na perspectiva do autor, em vez de ser uma força criativa, o trabalho no contexto da sociedade capitalista assume uma conotação negativa, à medida que se torna um processo de desumanização, onde o indivíduo deixa de ser verdadeiramente humano, ocorrendo uma espécie de objetificação de sua essência. Consequentemente, esse processo repercute nas relações sociais, evidenciando o trabalho com toda sua complexidade na sociedade capitalista.

Entretanto, presencia-se que a construção teórica da PNEPS expressa uma positividade na relação entre educação e trabalho, ao passo que atribui como resultado dessa relação, as renovações das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, o que diverge com as teses marxistas que vêm a incapacidade do trabalho como fundamento educativo no capitalismo.

Além disso, a política aponta a mudança de postura do trabalhador frente aos desafios do cotidiano como estratégia fundamental, motivando os trabalhadores a enfatizarem o eixo das tecnologias leves⁷ e reduzir a dimensão centrada no profissional ou nos procedimentos (tecnologia leve-duras e duras⁸), e com isso mobilizar os profissionais para que tenham uma postura mais humanizada e tenham maior compromisso

7 As tecnologias leves são as das relações (Coelho; Jorge, 2009, p. 1524).

8 As leve-duras são as dos saberes estruturados, tais como as teorias, e as duras são as dos recursos materiais equipamentos tecnológicos do tipo máquinas, normas e estruturas organizacionais (Coelho; Jorge, 2009, p. 1524).

com a ação de cuidar do usuário (Lemos, 2016).

Para tanto, essa abordagem traz uma vertente educacional ligada a mecanismos e temas que incentivam

[...] gerar reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço, por meio da proposta do aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de construir cotidianos e eles mesmos constituírem-se como objeto de aprendizagem individual, coletiva e institucional (Brasil, 2018, p. 15).

Frente a isso, Vieira *et al.* (2008, p. 118) destacam a estratégia de corresponsabilização das ações, que desconsidera notavelmente a influência da “infraestrutura/superestrutura”.

Há uma visão unilateral que os formuladores da PNEPS assumem ao não tratar a relação entre infraestrutura/superestrutura como uma totalidade, o que lhes permite afirmar a possibilidade da desalienação dos trabalhadores, pela constituição de uma nova subjetividade, desconsiderando a interferência da base material na constituição da subjetividade do trabalhador e na própria relação deste com o usuário (Vieira *et al.*, 2008, p. 118).

Em vista disso, percebe-se que essa abordagem não leva em conta a interferência do material de base nesse processo, ou seja, como as condições materiais, estruturas e contextos práticos podem impactar a formação da subjetividade dos trabalhadores e a relação destes com os usuários. Para tanto, percebe-se a falta de uma análise mais abrangente que considere a interação entre diversos elementos, para uma compreensão mais completa e realista dos desafios e possibilidades na área de saúde e da educação permanente.

Perante o exposto, torna-se necessário examinar as estratégias da EPS e sua aplicação em seus Pólos de disseminação, especificamente nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, os quais desempenham papel significativo ao ampliar a discussão da EPS. Para isso, é fundamental destacar e analisar a natureza específica dessa formação e refletir de que forma o ensino em serviço influencia na sustentação destas ideias, por exemplo, a corresponsabilização e a intencionalidade do trabalhador como principais mecanismos de mudanças do até então modelo tecnoassistencial de saúde.

Processo Formativo e Trabalho na Residência Multiprofissional em Saúde

O conceito de Residência Multiprofissional surgiu a partir de discussões realizadas em um seminário que idealizava a constituição de um modelo de residência que preservasse as especialidades de cada profissão, acrescida da ideia da criação de uma

área comum, particularmente alinhada ao pensamento de saúde pública, enriquecida por valores como a promoção da saúde, a integralidade da atenção e o acolhimento (Brasil, 2006). O movimento contou com a participação de órgãos formadores: Associações de Ensino das respectivas áreas, Federação Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde, Comissão Intersectorial de Recursos Humanos e Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2006).

Ao longo de amplos debates, os Programas de Residência foram instituídos por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, artigo 13, integrados no âmbito do Ministério da Educação. A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde possui organização e funcionamento disciplinados em ato conjunto dos Ministérios da Educação e da Saúde (Brasil, 2006).

A Residência Multiprofissional é conceituada como uma modalidade de pós-graduação, *lato sensu*, que se caracteriza pela formação em serviço, supervisionada por profissionais especializados, em regime de dedicação exclusiva ao serviço de saúde (Brasil, 2006). O Ministério da Educação preconiza que a residência multiprofissional tenha a duração mínima de 2 anos, com 60 horas semanais. A inclusão do residente multiprofissional às equipes de saúde surgiu como um incentivo à saúde pública, baseada nos princípios da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, através da formação de uma equipe multiprofissional, nos hospitais de ensino, com o objetivo de promover uma assistência integral ao usuário (Brasil, 2006).

A carga horária total é contemplada por atividades teóricas e práticas. Os currículos de formação propõem metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como metodologia da problematização, aprendizagem baseada em problemas (Brasil, 2019). Por metodologia ativa, entendem-se momentos de discussão e aprofundamento dos conhecimentos de forma multiprofissional e interdisciplinar, partindo das necessidades de aprendizado com base na prática em serviço, pactuada entre os tutores⁹, preceptores e residentes (Bernardo *et al.*, 2020). Nesse momento, percebe-se um programa, cujo principal objetivo é o ensino e a formação de profissionais da saúde por meio da educação em serviço.

Segundo Lobato (2010), a RMS possui como perspectiva a construção interdisciplinar da experimentação do trabalho em equipe, da educação permanente e, assim sendo, da reorientação das lógicas tecnoassistenciais. Propondo que seja através do trabalho e da educação (ensino em serviço) a construção de profissionais capacitados e preparados para atender às demandas complexas do atual sistema de saúde. No entanto, cabe destacar que essa relação ensino em serviço impõe aos profissionais residentes a inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente os desafios que dele decorrem.

9 Supervisão docente-assistencial no campo de aprendizagens profissionais da área da saúde, exercida em campo, dirigida aos profissionais de saúde (Parente, 2008, p. 48).

O “Mundo do Trabalho”, de acordo com Antunes (2018, p. 56), caracteriza-se,

Como um conjunto de transformações que vêm ocorrendo, [...] quando o capitalismo enfrenta mais uma de suas crises que abalam as certezas até então vigentes e altera substancialmente a materialidade e a subjetividade daqueles que vivem do trabalho. A crise instalada propiciou inúmeras transformações, dentre estas, a reestruturação produtiva do capital, sendo um de seus aspectos, a precarização com a desregulamentação do uso da força de trabalho.

Diante disso, compreende-se que o trabalhador está inserido em uma lógica de produção que perpassa por contradições que implicam diretamente no desenvolvimento dos processos de trabalho, como as formas de flexibilização e precarização do fazer profissional. Entretanto, observa-se no discurso da EPS o destaque para a intencionalidade do trabalhador no processo de resolução e superação das insuficiências e fragilidades dos serviços de saúde, sem mencionar a lógica do sistema capitalista.

Para Bravo (2010), essas insuficiências e fragilidades a serem enfrentadas estão presentes tanto na consolidação e desenvolvimento das políticas públicas, em especial a política de saúde, quanto nas relações no mundo do trabalho, e são permeadas pelas tensões e propostas entre os dois projetos em confronto que materializam a política de saúde em direções opostas: o Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto de Saúde Privatista. O primeiro projeto caracteriza-se pela defesa das políticas sociais e dos direitos sociais, incluindo a saúde como direito universal entendida por diversas determinações sociais, um projeto alinhado com os interesses da classe trabalhadora e o segundo alinhado aos interesses do capital e da ideologia neoliberal, que visa uma política precarizada, focalizada, privatista e individualizada, transformando a saúde em um bem de consumo, uma mercadoria (Helena *et al.*, 2013).

Dessa forma, salienta-se a necessidade de refletir como essa perspectiva de modelo privatista implica na formação dos profissionais da saúde, além de investigar os processos formativos que são produzidos na sociedade capitalista e quais influências reverberam no ensino em serviço, principalmente nos programas de RMS.

Lima (2007) destaca que a expansão do conceito de saúde, resultante do movimento da reforma sanitária, e a complexidade que surgiu durante essa ampliação, principalmente a partir dos anos 1990, trouxeram implicações nos processos formativos. Nesse período, nota-se que se tornou evidente que somente a experiência e o treinamento em serviços de saúde não eram suficientes, tornando-se imperativo estabelecer escolas técnicas para a formação e ampliação da consciência sanitária dos trabalhadores e dos futuros profissionais de saúde sobre os princípios da reforma e do projeto societário que se almeja. A proposta da Reforma Sanitária consistia não apenas em promover a compreensão individual como membro da equipe de saúde, mas, de forma primordial,

em promover a atuação conjunta na gestão, organização e controle do sistema, sendo assim uma perspectiva democrática (Lima, 2007).

No entanto, faz-se necessário destacar que, nesse período, houve uma redefinição da concepção de educação no SUS. Isso pode ser verificado na definição de formação profissional inscrita na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUS:

Processo que sistematiza os conhecimentos técnicos e científicos por meio da educação profissional [...], com o objetivo de propiciar ao indivíduo o permanente desenvolvimento de aptidões, habilidades, competências específicas e posturas solidárias perante os usuários, para o exercício do trabalho e da educação a fim de inseri-lo nos setores profissionais (Brasil, 2005, p. 32).

Para Severino (2006), esse fenômeno, que prioriza o desenvolvimento das habilidades e competências individuais em detrimento das relações sociais, está associado aos pressupostos defendidos pela ideologia neoliberal, que, no decorrer dos anos 1990, expandiu-se no país. No âmbito educacional, essa ideologia encontrou expressão concreta, conforme evidenciado por Ramos (2001), na adoção da pedagogia das competências. Essa abordagem preconiza a formação do trabalhador centrado em si mesmo, atribuindo-lhe responsabilidade por sua própria empregabilidade. Essa concepção surgiu no mundo do trabalho com a flexibilização e integração dos processos produtivos, os quais passam a dar ênfase à subjetividade e ao saber tácito do trabalhador (Ramos, 2001).

Verifica-se que, embora haja uma valorização da subjetividade ao considerá-la positiva como riqueza das experiências individuais, é importante refletir se essa abordagem não é, em certos casos, convertida em estratégias do próprio modo de produção para adequar e manter as condições de trabalho.

O estudo de Garrafa e Córdón (2009) aponta que os ambientes do cuidado profissional são inevitavelmente regulados pelos princípios da sociedade capitalista. Isso pode ser constatado quando o trabalhador da saúde também se vê compelido a atingir metas de produtividade, a ter seus serviços avaliados permanentemente e a manter seus conhecimentos atualizados. Além disso, de acordo com Kuenzer (2004), os trabalhadores desse âmbito não se diferenciam dos demais no que se refere à superexploração, flexibilização e precarização do trabalho. Nesse contexto, é crucial ponderar sobre os processos que configuram a formação e o trabalho dos profissionais de saúde residentes, tendo em vista o avanço crescente de iniciativas como o Programa de RMS.

Educação Permanente em Saúde na residência multiprofissional no Hospital Universitário do Maranhão

O programa de RMS do HUUFMA iniciou no ano de 2010, com a especialização de 20 residentes, sob uma promoção conjunta do Ministério da Saúde e da Educação, oferecido pela Universidade Federal do Maranhão, sendo desenvolvido nas unidades Presidente Dutra, Materno Infantil, bem como nas unidades da rede conveniada do SUS (Brasil, 2019).

Os cursos seguem a modalidade de dedicação exclusiva, conforme Lei nº 11.129/2005, em regime integral de 60 horas semanais. A carga horária total é de 5.760 horas, sendo distribuída entre atividades teóricas (20%, equivalente a 1.152 horas) e atividades práticas (80%, totalizando 4.608 horas) (Brasil, 2019). Ademais, o profissional da saúde residente recebe mensalmente, durante todo o Programa de Residência, uma bolsa, de estudo de acordo com o estabelecido pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (Portaria nº 1.111/GM/MS), a qual está sujeita aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei.

O desenvolvimento da estrutura teórica do Programa de RMS/HUUFMA ocorre a partir de programação prévia estruturada pelas Coordenações dos programas. A estrutura prática é organizada pelos preceptores e tutores, estruturados segundo o Projeto Pedagógico de cada Programa (Brasil, 2019).

Desde 2019 a RMS/HUUFMA conta com 77 vagas por ano, distribuídas nas seguintes categorias profissionais: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Além disso, o programa é distribuído em dois programas: Programa de Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso e Programa de Atenção em Saúde da Criança e da Mulher com suas respectivas áreas de concentração, e em uma delas destaca-se a Atenção à Saúde Cardiovascular (Brasil, 2019).

Atualmente, a Residência Multiprofissional em Atenção Cardiovascular do HUUFMA possui vagas somente para as categorias profissionais: Serviço Social, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia, a cada ano ingressa um profissional residente por categoria, a exceção da Psicologia com o ingresso de dois profissionais por turma (Brasil, 2019).

Ao que se refere a proposta formativa a EPS vincula-se a uma formação orientada à integralidade e à interdisciplinaridade, que são princípios norteadores e inovadores na prática de saúde do SUS. A proposta formativa, que se faz presente e é percebida pelos residentes e pode ser observada através das seguintes falas. Segundo R1, trata-se de “um processo de ensino-aprendizagem no cotidiano de trabalho que serve como espaço de reflexão e crítica sobre os processos de trabalho na saúde”. O R3 define a Educa-

ção Permanente como “troca de saberes, ensino-aprendizagem, envolve solidariedade e acolhimento por partes dos atores envolvidos”.

Já o R9 descreve: “É isso que eu entendo como educação permanente, esse processo que vai além de uma educação continuada, além daquela formação que é institucional, ela vai para a discussão, vai para o aprendizado no dia a dia”.

Percebe-se que em conjunto, essas declarações destacam a EPS como um processo essencialmente reflexivo, colaborativo e contínuo. E isso pode ser corroborado na fala de Merhy (2002) ao afirmar que na perspectiva da EPS a RMS consiste em um espaço intercessor, apresentando-se como um local que produz encontro entre os sujeitos de diferentes saberes permitindo troca de experiências, e construção de pensamento coletivo, ou seja, como resultado desse encontro tem-se a possibilidade de surgir novas maneiras de formação e aprimoramento profissional em saúde.

No entanto, ao passo que a RMS contraria à formação fragmentada dos profissionais e se direciona à práticas voltadas à saúde coletiva, a trajetória das RMS é, como a própria política de saúde pública, também moldada por interesses contraditórios que, como explicitado por Silva (2020, p. 9, grifos do autor), ora o profissional residente é visto como trabalhador assalariado, “mão de obra barata” qualificada e precarizada dentro dos serviços de saúde, ora como profissional em processo de formação especializada.

Todavia, ressalta-se a percepção dos residentes ao serem questionados sobre a relação ensino em serviço:

[...] a gente sabe que 60 horas é uma rotina puxada. O treinamento em serviço, a maior parte é isso, né? Então assim, a gente passa muito tempo em treinamento em serviço e como eu te disse, tem que ter um tempo, né? Esse treinamento em serviço envolve tanto estar no setor atendendo, fazendo os atendimentos clínicos ou totalitários, quanto... discutir os casos, nem que seja informalmente. A gente estava conversando sobre o PTS agora pouco, e a gente sabe que o PTS é uma discussão de casos de forma formal, estruturada (R9).

Sobre esse aspecto o R5 ressalta que “a extensa carga horária semanal impacta negativamente sobre o processo de ensino-aprendizagem”. Enquanto isso, o R3 destaca que “a exigência maior, tanto da coordenação quanto da categoria [...], é apenas para cumprimento de trabalho e hora sem uma reflexão dos atendimentos realizados”. Para o R2, a dinâmica ensino em serviço traz características ligadas “às imposições institucionais que exigem o cumprimento de metas nos números de atendimentos. Dinâmica do setor que não estimula um planejamento ou integração e déficit de profissionais”.

Diante disso, percebe-se que as falas apresentadas abordam um ciclo de desafios no processo ensino em serviço vivenciados pelos residentes durante o programa. Destaca-se carga horária extensiva, foco na quantidade e não na qualidade, bem como déficit de profissionais. Desse modo, ressalta-se que as problemáticas que são enfren-

tadas no mundo do trabalho também perpassam o trabalho dos profissionais de saúde residentes, as quais dizem respeito à própria lógica do sistema de produção vigente.

Nesse sentido, Silva (2020) ressalta que a formação em serviço, modalidade que localiza as Residências em Saúde, traz a centralidade para o processo formativo a partir do trabalho, assim como a abordagem é reforçada pela EPS que tem o trabalho como fundamento educativo e transformador da realidade. No entanto,

É preciso entender que o trabalho da saúde não está inserido numa bolha imune aos problemas do capital. O trabalhador da saúde, como qualquer outro, está submetido à lógica do capital e o seu trabalho por mais relacional ou humanizado que seja também está voltado para a lógica mercantil de acumulação. A alienação não se dá apenas no ato da produção material (no cotidiano do trabalho), se constitui a partir de um estranhamento do trabalhador consigo e com os outros, intervindo nas relações e constituição do homem para si e para os outros homens (Lemos, 2016, p. 917).

Logo, compreende-se que o trabalhador da saúde não é uma parte isolada da história e, por isso, também está sujeito às imposições do capital. Consequentemente, vivencia as fragilidades do mundo do trabalho, assim explicitadas por Borges (2007) em sua condição de assalariados no contexto do Estado neoliberal, representado pela ausência de direitos trabalhistas e, cada vez mais, pela precariedade. Em um contexto caracterizado principalmente pela flexibilização dos salários e da carga horária, e pela instabilidade e precariedade do vínculo empregatício.

Diante desse cenário, Silva (2020) destaca ainda que a Residência é um espaço permeado por múltiplas dimensões que interagem com esta formação pelo e para o trabalho em saúde. Na Residência diversos sujeitos sociais estão envolvidos no processo, por exemplo, as instituições, os coordenadores de programa, os docentes, os tutores, os preceptores, os demais trabalhadores inseridos nos serviços, os usuários e os residentes, submetidos às contingências objetivas do processo de reestruturação produtiva na saúde, “processo este marcado, dentre outras questões, pela privatização dos serviços, desoneração fiscal, intensificação do trabalho em saúde, precarização dos vínculos e das condições para sua realização no SUS” (Silva, 2020, p. 11). Sendo assim, essas contingências podem influenciar tanto os processos formativos como os processos de trabalho nos serviços de saúde.

Na visão de Lemos (2016, p. 914), a introdução da EPS trouxe uma nova roupagem à abordagem da relação trabalho e educação nos serviços de saúde, a fim de sanar as insuficiências produzidas pelo, até então, modelo de produção fordista. Com o advento do modelo toyotista, têm-se as novas exigências relacionadas ao mundo do trabalho, que se delineiam em outro ritmo, outra intensidade e outros requisitos.

A OPAS buscava construir um novo referencial pedagógico baseado na lógica

do trabalhador mais comprometido no processo produtivo da saúde, superando o fragmentado, desumanizado, conflitivo e alienante por efeitos da lógica fordista/taylorista imperante, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados e possuindo como intencionalidade responder às demandas emergentes impostas pelo capital (Lemos, 2016). Para isso, de modo a superar a lógica do fordismo que, de certa forma, desconsidera o aspecto intelectual do trabalho e se baseia na execução de atividades repetitivas e desprovidas de sentidos, tem-se o modelo toyotista que desenvolve uma lógica mais integrativa do sujeito no envolvimento dos processos e organizações do trabalho (Lemos, 2016).

Entretanto, esse discurso da EPS, o qual propõe uma corresponsabilização entre os sujeitos e uma participação ativa do trabalhador e uma valorização ao saber intelectual, reproduz e destaca uma relevância na intencionalidade do sujeito, ao passo que o próprio trabalhador, por meio de sua intencionalidade, consiga propor mudanças e solucionar as dificuldades que enfrenta no cotidiano. Nesse caso, desconsidera que o trabalhador faz parte do processo de reprodução das relações sociais e do modo de produção capitalista, à medida que é atravessado pelas implicações do mundo do trabalho.

Para Silva (2020, p. 8) essa lógica da relevância na intencionalidade do sujeito também é reforçada nos processos formativos, pois “as mudanças são tensionadas mundialmente para que o sistema de educação esteja alinhado à economia capitalista vigente, demandando formação profissional polivalente, flexível, capaz de gerenciar crises”. Campos (2019) destaca que a formação, orientada pela EPS, ocupa um lugar estratégico na cena do SUS. Afirma que a EPS pode contribuir para uma formação profissional multiprofissional no sentido da efetivação do sistema de saúde democrático, considerando as necessidades de saúde da população e realizando uma leitura da realidade social concreta.

Essa perspectiva da EPS é reconhecida pelos profissionais de saúde residentes, conforme demonstram as declarações quando questionados sobre o papel da EPS em relação à formação profissional. Para o R1: “Desenvolvimento de capacidade crítica para reflexão e ação sobre o cotidiano de trabalho em contexto de saúde, para que sejam aplicadas de forma correta os princípios doutrinários e organizativos do SUS”.

Através da educação permanente, o estímulo à reflexão crítica seria uma das principais contribuições para o aperfeiçoamento profissional, ao passo que, melhora a qualidade dos atendimentos, deixando de se transformar em um trabalho meramente mecanizado ou que venha apenas atender as necessidades da sociedade burguesa (R3).

Essa parte da educação contribui para isso e isso na minha formação, no meu dia a dia, no treinamento de serviço, propriamente dito. [...] porque querendo ou não, diferencia quem está dentro de uma residência de outras pós-graduações. Dentro da área da saúde, eu acho que todo mundo devia passar por um treinamento em serviço na residência, porque a gente

sabe que a faculdade não ensina tudo o que a gente deveria aprender (R8).

São várias as contribuições, entre elas posso mencionar a atuação em equipe multidisciplinar. Reconhecer a importância dos diversos profissionais de saúde envolvidos e saber trabalhar em equipe é fundamental para um trabalho de qualidade. Além disso, quando aliamos teoria e prática no âmbito hospitalar, vivenciando situações reais de saúde, desenvolvemos uma série de habilidades profissionais (R5).

Com isso, nessas declarações, tem-se a RMS como espaço de desenvolvimento das potencialidades da EPS. Para Campos (2019), nos programas de residências, assume-se a ideia de que a construção de aprendizados vai além da aquisição formal de conhecimentos academicamente validados e transmitidos pela escola, valorizando, assim, as experiências adquiridas no processo de trabalho. Logo, a proposta visa um aprendizado contínuo, no qual os profissionais residentes são incentivados a refletir sobre suas práticas, identificar necessidades de aprimoramento e desenvolver habilidades que atendam às demandas reais dos serviços de saúde.

Contudo, vale ressaltar que a formação orientada pela EPS não deve deixar de levar em consideração a essencialidade das rápidas mudanças que se processam nos processos de trabalho, ou decorrentes dos eventos que ocorrem com as novas formas de produção flexível na sociedade capitalista. Ao passo que a formação pode ser utilizada como forma de substituição e precarização das condições de trabalho no SUS, conforme observado nos discursos dos residentes.

Conclusão

Os Programas de RMS têm sido apresentados como uma estratégia importante para atuarem como espaços de construção da EPS. Porém, essa estratégia também é formada por interesses que contribuem para a manutenção do sistema de produção vigente. Atualmente, vivencia-se a saúde pública no país com grandes contradições, especialmente no que se refere à formação profissional. Esses programas vêm contribuindo para a mudança da lógica tradicional da fragmentação do cuidado, promovendo a integração entre saberes e práticas multiprofissionais. Entretanto, persistem questões relacionadas às problemáticas estruturais do SUS, como a precariedade dos vínculos de trabalho e, conseqüentemente, a flexibilização e a precarização.

Ressalta-se que as experiências dos profissionais residentes evidenciam tensões e contradições vivenciadas no contexto da RMS. Ao relatarem suas experiências, destacaram aspectos positivos e negativos que merecem atenção. Quando questionados sobre o papel da EPS em relação ao ensino, ressaltam a contribuição positiva como a criação de um espaço de reflexão e crítica, um ambiente de ensino-aprendizagem, fo-

mento da solidariedade e acolhimento. Destacam-se também elementos como a transcendência dos limites da formação institucional, a superação da rotina mecanizada, a recomendação da experiência de residência para outros profissionais e a oportunidade de vivência de situações reais de saúde. Além disso, destacaram a RMS como espaço de cuidado integral ao usuário e o desenvolvimento de habilidades profissionais.

Por outro lado, quando questionados sobre a interação ensino em serviço, apontam aspectos negativos dessa vivência, incluindo a carga horária extensa e cansativa, a percepção de que muitas vezes a atividade se torna apenas um cumprimento de tarefas, a pressão para atingir metas, a falta de reflexão sobre os atendimentos realizados, o déficit de profissionais e a dinâmica do setor, que nem sempre vivenciam o planejamento adequado.

Sendo assim, percebe-se que a condução da EPS na RMS é constantemente tensionada por conflitos de interesses, os quais exercem impacto significativo que influenciam seu desenvolvimento. Tem-se, portanto, um ambiente complexo e desafiador para a implementação eficaz da EPS. Entretanto, é crucial ressaltar que, embora apresente desafios, também oferece oportunidades de mudanças substanciais. Logo, compreende-se que as relações não devem ser fragmentadas ou tratadas como fatos isolados, bem como não se deve atribuir demasiada relevância às intencionalidades do sujeito para que haja mudanças, resolução de insuficiências e fragilidades do SUS, desconsiderando o contexto social, estrutural e as próprias contradições da sociedade capitalista.

Desse modo, torna-se necessário pensar em uma perspectiva de EPS que articule o objetivo central da saúde como direito de todos, com a possibilidade de melhoria da qualidade de vida, tanto para trabalhadores, profissionais residentes como para usuários, sem desconsiderar o avanço cada vez mais fortalecido do projeto privatista em disputa com o projeto que prioriza a concretização do SUS constitucional.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BERNARDO, Mariana da Silva *et al.* A formação e o processo de trabalho na Residência Multiprofissional em Saúde como estratégia inovadora. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Florianópolis, v. 73, n. 6, p. 1-5, 2020.

BORGES, Ângela Maria C. Mercado de trabalho: mais uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81-93.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Hospital Universitário da UFMA**: histórico de competência e referência. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, Gerência de Ensino e Pesquisa, Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde. **Manual do residente**. São Luís/MA, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. A trajetória da residência multiprofissional em Saúde no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Residência multiprofissional em saúde**: experiências, avanços e desafios. Brasília, 2006. p. 11-16.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS** (NOB/RH-SUS). Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Organização Pan-Americana da Saúde** - OPAS/OMS. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS**: caminhos para a educação permanente e pólos de educação permanente em saúde. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reconhecer a produção local de cotidianos de saúde e ativar práticas colaborativas de aprendizagem e de entrelaçamento de saberes. **Biblioteca Virtual em Saúde**, Brasília, 2014. p. 1-4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Caminhos para a mudança da formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde**: diretrizes para a ação política para assegurar Educação Permanente no SUS. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?. Brasília, 2018.

BRAVO, Maria Inês S. Política de saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS-SISTEMAS DE PODER, PLURICULTURALIDADE E INTEGRAÇÃO, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...] Rio de Janeiro, 2010. p. 1-12. Disponível em: <https://ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-187.pdf> Acesso em: 24/mar/2023.

CAMPOS, Euler Antonio. Residência Multiprofissional em Saúde: Qualificação ou Precarização da Formação em Saúde?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais Eletrônicos** [...] Brasília, 2019. p. 2-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1693> Acesso em: 04/abr/2023.

COELHO, Márcia Oliveira; JORGE, Maria Salete B. Tecnologia das relações como dispositivo do atendimento humanizado na atenção básica à saúde na perspectiva do acesso, do acolhimento e do vínculo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Fortaleza, v. 14, n.1, p. 1523-1531, 2009.

COLOMBO, Andréa; BERBEL, Neusi Aparecida. N. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 28, n. 2, p.121-146, 2007.

FEUERWERKER, Laura Camargo M. **Além do discurso de mudança na educação médica**: processos e resultados. Rio de Janeiro: Hucitec, 2002.

FEUERWERKER, Laura Camargo M. **Micropolítica e saúde**: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

GARRAFA Volnei, CORDÓN Jorge. Determinantes sociais da doença. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 388-396, 2009.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELENA, Moara M Sant' *et al.* Da reforma sanitária às privatizações: discutindo a saúde pública brasileira. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...] Florianópolis, 2013. Não paginado. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Da-Reforma-Sanit%C3%A1ria-%C3%A0s-Privatiza%C3%A7%C3%B5es-discutindo-a-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-brasileira.pdf> Acesso em: 22/abr/2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 107-119, 2004.

LE MOS, Cristiane Lopes S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente ?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Goiânia, v. 21, n.3, p. 913-922, 2016.

LIMA, Júlio C. França. Neoliberalismo e Formação Profissional em Saúde. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 5, n. 5, p. 1-16, 2007.

LOBATO, Carolina P. **Formação dos trabalhadores de saúde na residência multiprofissional em saúde da família**: Uma cartografia da dimensão política. 2010. 117p. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

MATTA, Gustavo C; MOROSINI, Márcia V. G. Atenção à Saúde. In: PEREIRA, Isabel B; LIMA, Júlio C. F. (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 39-44.

MERHY, Emerson Elias. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: Merhy EE, Onocko R. (org.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO, Maria Cecília S. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 09-30.

MOREIRA, Marco Antonio. O que é afinal aprendizagem significativa? **Quirriculum**, La Laguna, v. 25, p. 29-56, mar 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeeafinal.pdf> Acesso em: 24/out/2023.

MUNIZ, Mariana C Soares; NUNES Thátilla C. Ideologia Neoliberal e a sua incidência na Assistência Social: identificação de tendências. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 7., 2015, São Luís. **Anais Eletrônicos** [...] São Luís, 2015. Não paginado. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/ideologia-neoliberal-e-incidencia-na.pdf> Acesso em: 02/dez/2023.

PARENTE, José Reginaldo F. Preceptoría e Tutoria na Residência Multiprofissional em Saúde da Família. **SANARE**, Sobral, v. 7, n. 2, p. 47-53, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Terezinha F. Residências multiprofissionais em saúde: formação ou trabalho?. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 71-82, 2016.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. São Paulo: UNESP, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio

C. F, NEVES, Lúcia M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 289-320.

SILVA, Leticia Batista. Residência Multiprofissional: notas sobre uma formação através do trabalho em saúde. **Libertas Online**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 140-158, 2020.

SIMÃO, Antônio Felipe et al. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 101, n. 6, p. 02-52, 2013. Supl. 2.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Aumenta o número de mortes por doenças cardiovasculares no primeiro semestre de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.portal.cardiol.br/br/post/aumenta-o-n%C3%BAmero-de-mortes-por-doen%C3%A7as-cardiovasculares-no-primeiro-semester-de-2021> Acesso em: 13/mar/2023.

VIEIRA, Mônica et al. Análise da política nacional de educação permanente em saúde: um estudo exploratório dos projetos aprovados pelo Ministério da Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; DANTAS, André Vianna (org.). **Estudos de politécnica e saúde**. vol 3. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 103-124.

Sobre as autoras

Suerly Ferreira Melo - Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Atenção Cardiovascular pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário do Maranhão e Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

Mariana Cavalcanti Braz Berger - Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão com graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba e mestrado e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.



Cartografia do feminicídio em Fortaleza – 2015 – 2019

Mapping of femicide in Fortaleza – 2015 – 2019

Maria Jaqueline Maia Pinheiro

jaquemapinheiro@gmail.com

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará

10.52521/opp.v22n47.12221

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 14/12/2023

Aprovação do trabalho: 13/12/2024

Publicação do trabalho: 23/12/2024

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa sobre feminicídio íntimo em Fortaleza, analisando processos criminais no período de 2015 a 2019. O artigo traça o perfil das mulheres vítimas de feminicídio, bem como dos agressores, cartografando faixa etária, escolaridade, raça/etnia e profissão, discutindo a desigualdade de gênero e a pluralidade das mulheres no acesso às políticas públicas e a responsabilização do Estado. Pretendemos relacionar o feminicídio como um crime de Estado, fruto de uma cultura patriarcal.

Palavras-chave

Feminicídio íntimo, violência contra a mulher, Políticas Públicas para as Mulheres.

Abstract

This article is part of the research on intimate femicide in Fortaleza, analyzing criminal cases from 2015 to 2019. The article profiles the women victims of femicide, as well as the aggressors, mapping age range, education, race/ethnicity and profession, discussing gender inequality and the plurality of women in access to public policies and State accountability. We intend to relate femicide state crime, the result of a patriarchal culture.

Keywords

Intimate femicide, violence against women, Public Policies for Women.

Introdução

A minha mãe não discernia senão sobre lidas da casa [...] uma mulher é ser de pouca fala, como se quer, parideira e calada, explicava o meu pai, ajeitada nos atributos, procriadora, cuidadosa com as crianças e calada [...], mas o meu pai ensinava-nos tudo a todos... por se achar seguro na rotina que dava à minha mãe, apertada na mão dele a cada deslize, resposta no respeito, e no juízo que, como mulher, podia compreender [...] (MÃE, 2018, p. 25-26).

Feminicídio é um problema global (SEGATO, 2011) que ocorre em todas as sociedades, com algumas pequenas variações, mas, em geral é caracterizado como crime de gênero caracterizam-se como crimes de gênero. No Brasil, pesquisas indicam que a maioria dos feminicídios é praticada por parceiros ou ex-parceiros íntimos das vítimas, denominado feminicídio íntimo, termo inserido na Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), não obstante existam outras formas, menos reconhecidas pela sociedade brasileira e até por atores do sistema de Justiça, conforme apontam estudos (FBSP/IPEA, 2019, 2020).

Na pesquisa que empreendemos sobre feminicídio, analisando processos e artigos de jornais, selecionamos os crimes de feminicídio íntimo perpetrados por parceiros, na cidade de Fortaleza, no período de 2015, ano de criação da Lei do Feminicídio, a 2019, completando um intervalo de tempo de cinco anos.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (BRASIL, 2016), feminicídio íntimo é a morte de uma mulher cometida por um homem com quem a vítima mantinha, ou manteve, relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, ex-companheiro ou namorado, amante, pessoa com quem tem filhos. Inclui-se a hipótese de amigo que assassina uma amiga ou uma conhecida que tenha se negado a manter relações íntimas, seja sentimental ou sexual

Sobre a discussão entre os termos femicídio e feminicídio, é necessário apontar que o debate ainda é vigente nos tempos atuais, principalmente na América Latina. É crucial ressaltar que o termo *femicide* foi nomeado por Carol Orlock ainda no início dos anos de 1970. Diana Russell utilizou o termo em 1976 para designar a forma mais extrema de violência (ou terrorismo) sexista, quando homens assassinam mulheres devido ao ódio contra elas. Posteriormente, já na década de 1990, Diana Russell¹ e Jill Radford (1992) retomam seus estudos de maneira mais ampla e estabelecem uma referência conceitual sobre as mortes violentas das mulheres.

Para as autoras Diana Russel e Jill Radford (1992, p. 34),

os femicídios no paradigma do patriarcado [...] tem por objetivo de preservar a supremacia

1 Diana Russel e Jane Caputi publicaram, ainda em 1990 um artigo em conjunto denominado *Femicide: Speaking the Unspeakable*, texto que, em 1992, foi copilado por Jill Radford e publicado em 1992. Em 1998, o texto foi revisado e atualizado.

masculina, tanto nas relações privadas como nas demais relações sociais, um mecanismo perverso de garantia da dominação masculina, tanto no âmbito privado quanto na vida pública. O feminicídio, portanto, faz parte dos mecanismos socioculturais que estruturam a dominação das mulheres pelos homens.

Utilizamos os termos “feminicídio perpetrado por parceiro íntimo” e “feminicídio íntimo”, a partir da tipologia criada por Júlia Estela Fragoso Monárrez (2009) e Ana Carcedo (2010), entendendo que a compreensão dos contextos e motivos geradores dos feminicídios são relevantes para o entendimento do fenômeno, bem como pelo fato de que não encontramos objeção entre os termos, pelo menos no Brasil. Ademais, conforme as autoras, evidenciar e analisar os distintos contextos e cenários nos quais ocorrem os feminicídios são ações importantes para que os crimes não sejam diluídos nos demais tipos de assassinatos de mulheres. Argumento reiterado por Radford (1992). Os usos de termos específicos apontam o feminicídio como crimes peculiares.

Reforçando a argumentação, Julia Monárrez Fragoso (2009, p. 212) explica que “o feminicídio não se circunscreve ao ato homicida e se contextualiza em uma trama social, político-cultural e econômica que o propicia”. Por isso é importante investigar o ato criminoso com um olhar para a questão de gênero, bem como é relevante compreender e aplicar as normas contidas nas *Diretrizes Nacionais – Feminicídio. Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres* (BRASIL, 2016).

Carcedo (2010) e Monárrez Fragoso (2009) têm concepções semelhantes sobre o feminicídio íntimo. Segundo Carcedo (2010), o feminicídio íntimo se refere aos que são executados por homens com quem as vítimas tinham uma relação próxima, afetiva, familiar ou de convivência, portanto o “cenário de feminicídio” é a família, concepção conforme a de Diana Russell (2006).

Fragoso Monárrez (2009) denomina de “feminicídio sexual sistêmico” o tipo de assassinato de mulheres que abarcam os elementos culturais, políticos e econômicos convergentes para que se dê o feminicídio.

O feminicídio sexual sistêmico é o assassinato de uma menina/mulher cometido por um homem, onde se encontram todos os elementos de uma relação injusta entre os sexos: a superioridade genérica do homem frente à subordinação da mulher, a misoginia, e o controle e o sexismo. Não só se mata o corpo biológico da mulher, mas também o que há de significado na construção cultural de seu corpo, com a passividade e a tolerância de um estado ausente (MONÁRREZ FRAGOSO, 2009, p. 11, tradução nossa)²

2 No original: “El feminicidio sexual sistémico es el asesinato de una niña/mujer cometido por un hombre, donde se encuentran todos los elementos de la relación inequitativa entre los sexos: la superioridad genérica del hombre frente a la subordinación genérica de la mujer, la misoginia, el control y el sexismo. No sólo se asesina el cuerpo biológico de la mujer, se asesina también lo que ha significado la construcción cultural de su cuerpo, con la pasividad y la tolerancia de un estado ausente” (MONÁRREZ FRAGOSO, p. 11, 2009).

São esses os casos de feminicídio mais conhecidos e numerosos no Brasil e também os que causam maior comoção pública porque as mulheres são mortas por pessoas – os parceiros, com os quais mantinham ou mantiveram relação de afeto e confiança e, na maioria das vezes, foram mortas em suas residências.

A partir dessa compreensão, cartografamos processos de feminicídios, cujas vítimas foram mortas em espaços compartilhados com seus familiares – domicílios ou locais que frequentavam no dia a dia³. Espaços privados e, no imaginário da sociedade, seguros e harmoniosos. No entanto, na realidade, são espaços sob controle e opressão que, historicamente, são denunciados como violentos (GREGORI, 1993; OSTERNE, 2001; SAFFIOTI, 2004; FROTA e SANTOS, 2012; PINHEIRO, 2012) e comprovados, por pesquisas⁴ (FBSP/IPEA, 2019, 2020, 2022), territórios onde mais ocorre matança de mulheres (DINIZ, COSTA, GUMIERI, 2015).

Por que cartografar feminicídios? Cartografia é a arte ou ciência de compor cartas geográficas, contudo, também tem sido emprestada às ciências sociais, com a designação de cartografia social. A cartografia social é uma importante “metodologia participativa com cunho social, pelo fato de oferecer possibilidades de dar poder, visibilidade e voz aos povos tradicionais e grupos sociais fragilizados” (FERREIRA, 1998, p. 35). A metodologia da cartografia “visa à ampliação de nossa concepção de mundo para incluir o plano movente da realidade das coisas” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 92). Apoiada nessas premissas, esta pesquisa analisa as realidades postas nos autos e nos artigos de jornais de maneira que “o que é analisado, então, é a partir da própria implicação, reiterando a ideia de que não existe a neutralidade do/a pesquisador/a” (GODINHO, p. 10, 2021)

No caso deste estudo, não foi possível dar o poder da voz às vítimas de feminicídio, contudo, ao revelar suas trajetórias de resistência através de um olhar feminista, acreditamos que encontramos uma “maneira pela qual essas mulheres se constituem discursivamente como sujeitas feministas” (RAGO, 2018, p. 30) e não silenciadas.

Cartografar feminicídios, para além de nomeá-los (DINIZ, COSTA, GUMIERI, 2015), traz a possibilidade de prevenir tais crimes, na medida em que se pode lançar luz sobre como e quais políticas públicas podem ser mais eficientes e eficazes para descortinar esse crime de gênero.

A cartografia do feminicídio é utilizada como uma ferramenta articuladora da memória e do reconhecimento coletivo dos crimes de violência de gênero que nos per-

3 Heleieth Saffioti (1997) explica que os tentáculos da violência doméstica se alargam para além dos muros do espaço doméstico.

4 Segundo o Atlas da Violência (2020) o percentual de mulheres que sofrem violência dentro de suas residências é 2,7 % maior do que dos homens. Disponível em: <https://www.observatorioseguranca.com.br/violência-mulher-feminicidio/> Acesso em: 10 mar. 2023.

mitiu conhecer os lugares e as características dos feminicídios em Fortaleza na tentativa de melhor compreender essa violação dos Direitos Humanos das mulheres (Münoz, 2021).

Na busca de compreender e desenhar a cartografia dos feminicídios em Fortaleza, no período de 2015 a 2019, perfilamos as vítimas e os agressores, com o objetivo de visualizar quem são os homens e as mulheres que estão envolvidos nessa teia de relações de poder, que determina quem mata e quem morre nas relações violentas de gênero.

Intentamos decifrar quem são as mulheres e os homens cujas vidas se entrecruzaram e findaram em feminicídio apresentando os resultados do levantamento de dados de 37 processos de feminicídio identificados nas cinco Varas de Júri de Fortaleza, complementados com informações coletadas em 98 reportagens que acessamos nos principais jornais do Ceará, dados importantes, principalmente, nos casos resguardados pelo sigilo de justiça.

É preciso ressaltar que não houve como não nos afetar ao “ouvir e presenciar” a história das mulheres faltantes (aquelas que foram retiradas do convívio dos seus familiares e amigos pela violência), protagonistas do estudo, e, no desenvolvimento da pesquisa, não houve como manter a neutralidade, pois, ao descrever números frios, identificamos, muitas vezes, uma carência vocabular para definir dores e injustiças.

Sujeitos: quem são as mulheres faltantes e os homens que matam?

Os dados que acessamos contêm informações biográficas das vítimas e de seus agressores tais como, idade, situação civil, escolaridade, raça, ocupação, e se tinham filhos.

O álbum construído contém histórias de vidas destruídas devido à cultura do patriarcado e do machismo, que se nutrem e se retroalimentam da opressão e da submissão das mulheres. A pesquisa não somente retrata dados de inquéritos, laudos e arquivos jurídicos, mas revela relatos de “pequenas mortes” diárias de mulheres que pereceram nas mãos de homens com quem mantiveram relações de afeto, cujas vidas foram ceifadas devido a uma cultura estrutural perversa, também corroborada pelo Estado.

Na investigação diagnóstica constatamos que a violência de gênero contra mulheres é estrutural porque a ordem social, ou seja, a organização da vida social, é patriarcal. Trata-se de uma sólida construção de relações, práticas e instituições (incluindo o Estado) que geram, preservam e reproduzem poderes (acesso, privilégios, hierarquias, monopólios, controle) dos homens sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, violam poderes sociais – sexuais, eco-

nômicos, políticos, legais e culturais para mulheres. (LAGARDE, 2006, p. 10, tradução nossa).

De modo que, ao traduzirmos números e informações, desvelando contextos contidos em arquivos judiciais, denunciemos a (ir)responsabilidade estatal na prevenção dos feminicídios, o que gera um número cada vez maior de mulheres faltantes, uma vez que, para cessar as mortes de mulheres, a criação de aparatos legais não é suficiente. Importa como o Estado age e busca efetivar as normatizações, e como essas alcançam as mulheres para efetivamente protegê-las.

A cartografia do feminicídio que construímos, referente à faixa etária das vítimas, foi dividida em seis níveis, sendo que apenas na faixa inicial (15-29 anos) ultrapassamos mais de dez anos entre a idade inicial e a final.

Tabela 1 – Distribuição dos Feminicídios por Faixa Etária das Vítimas.

FAIXA ETÁRIA	ANOS					TOTAL
	2015	2016	2017	2018	2019	
15 – 29	1	5	2	4	3	15
30 – 39	2	1	1	6	3	13
40 – 49	1	1	1	2	1	6
50 – 59	1	0	1	0	0	2
60 – 69	0	0	0	0	0	0
70 em diante	0	0	0	0	0	0
Não Informada	0	0	0	1	0	1
TOTAL	5	7	5	13	7	37

Fonte: Varas de Júri. Tribunal de Justiça do Ceará. Fortaleza 2015/2019.

Identificamos que 75,6% das mulheres estavam na faixa etária de 15 a 39 anos, sendo este o intervalo no qual mais prevaleceu a violência (40,54%), correspondendo ao período em que, geralmente, as mulheres iniciam a vida sexual e reprodutiva. Todavia, na faixa de 30 a 39 anos, verificamos o segundo maior percentual de feminicídio, permitindo-nos aventar que é nessa faixa etária que as mulheres estão em relacionamentos mais duradouros, geralmente com prole, sendo justamente o período em que convivem mais amíúde com o homem, ocasionando maior possibilidade de violência doméstica, inclusive a fatal⁵.

Segundo a publicação do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública/FBSP* (2019), o ápice da letalidade se dá em torno dos 30 anos, na fase de reprodução/produção das vítimas, época de plena atividade sexual das mulheres, corroborando com os dados deste estudo. A publicação revela ainda os seguintes dados: 28,2% das mulheres morreram

5 FBSP e IPEA. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicações_posts/atlas-da-violencia-2019/ Diversos acessos.

com idades entre 20 e 29 anos; 29, 8%, entre 30 e 39 anos; e 18, 5% na faixa etária entre 40 e 49 anos.

São irmãs, filhas, mães, mulheres em fase reprodutiva/produtiva que tiveram suas vidas interrompidas, produzindo um número considerável de crianças órfãs, visto que, dos processos analisados, apenas 10,81% não informavam se as mulheres tinham prole⁶, e somente 2,7% das vítimas não tinham filhos.

É importante ressaltar que 21,62% dos casos analisados encontravam-se em segredo de justiça, não sendo possível acessar os dados, de forma que o percentual de mães assassinadas (89,19%) pode ser ainda maior, demonstrando que o feminicídio produz, em seu trajeto, profundas consequências para as famílias e para a sociedade.

Para além do agravante de deixar crianças órfãs, o fato de 45,94% dos agressores serem os genitores dos filhos das vítimas – comprovando a existência de relações de afeto e ou de conjugalidade –, esse dado expõe a ambivalência dos crimes de domesticidade e a dificuldade da sua previsibilidade (DINIZ, COSTA, GUMIERI, 2015). Dos dados coletados, apenas uma mulher era menor de idade e mantinha relação marital com o agressor que a matou na frente da sua genitora, acentuando a matança e a crueldade sobre os corpos femininos.

No que concerne à faixa etária dos agressores, foi observado que 59,46% deles tinham idade entre 15 e 39 anos quando cometeram o feminicídio, correspondendo a mesma faixa das mulheres mortas.

A ausência ou falta de informações completa sobre o agressor é citada por Saffioti (2004) ao estudar a violência de gênero, quando assevera que há uma lacuna no que tange às informações sobre os agressores, fato que, embora com avanços, ainda é perceptível quanto ao silenciamento de alguns dados. Seus nomes, suas profissões e até seus endereços são preservados.

O número significativo de mulheres solteiras vivendo relações maritais foi um dado observado durante a coleta de dados. Rachel Soihet (2001, p. 368) explica que principalmente as mulheres pobres, “não demonstram interesse pelo casamento tanto pela ausência de propriedade, mas também pelos entraves burocráticos”, o que é de fato observado na pesquisa, pois em 59,45% dos casos as mulheres tinham ou tiveram vínculos maritais com os agressores sem, contudo, oficializarem a relação conjugal.

Dos 37 casos analisados, apenas 7 mulheres eram casadas e em 4 processos não foi possível identificar o estado civil das vítimas. Quatro mulheres eram viúvas, e destas, duas foram mortas por homens com os quais conviviam maritalmente após a viuvez (eles, civilmente, solteiros) e duas por namorados. O fato de que mais da metade das mulheres mortas serem solteiras nos levou a refletir se a ausência de um contrato não

6 O número relativo de filhos é em média de 2,1% por mulheres. Segundo o IBGE (2020), a taxa de fecundidade do Nordeste é de 2,04

confere uma fragilidade maior às mulheres, já que a relação conjugal não apresenta formalidade⁷.

Segundo Carole Pateman (1993), “o contrato é o meio caracteristicamente moderno para se criarem relações de subordinação, mas, porque a subordinação civil se origina num contrato, ela é apresentada como liberdade” (1993, p. 178). Para a autora, apesar dos avanços nas legislações, as mulheres ainda não têm a mesma situação civil que os homens, nem os contratos que se originam nas relações domésticas têm o mesmo valor: “um contrato entre um homem e uma mulher, é muito diferente do significado dos contratos entre homens na esfera pública” (*idem, ibidem*).

Quanto aos dados da categoria “estado civil” dos autores dos crimes, assim como das mulheres, prevaleceu o estado solteiro (64,85%), seguido do estado civil casado (sete agressores). Ainda identificamos um caso de agressor viúvo e outro divorciado, além de um considerado “amasiado” (possivelmente união estável), que computamos como solteiro.

No que diz respeito à escolarização, assim como Araújo (2021), optamos por agrupar o item relacionado à instrução de forma diferenciada do grafado nos processos, já que os termos “analfabeto” e “alfabetizado” indicam um modo pejorativo de se referir às pessoas, pois todos os indivíduos têm alguma capacidade de compreender as letras e as palavras no contexto em que estão inseridos. Utilizamos, então, os termos: “sem instrução formal”, e não “analfabeto”, e “ensino fundamental incompleto”, em vez de “alfabetizado”, bem como “ensino superior”, independentemente de ter a graduação completa ou incompleta.

No que concerne à escolaridade das mulheres, observamos que 32,44% tinham ensino fundamental incompleto, e apenas 2,7% tinham nível de escolaridade superior. A informação sobre a escolaridade das vítimas não parece ter importância nos processos analisados, contudo, consideramos extremamente relevante quando observada na perspectiva de gênero⁸, pois muitas mulheres são proibidas por seus parceiros de frequentarem a escola, por entenderem, certamente, que é um espaço emancipador e fortalecedor da autonomia feminina (MILLER, 1999). Os dados aferidos de baixa escolaridade contribuem para a pouca qualificação e, conseqüentemente, para o trabalho mal remunerado, ocasionando a “revitimização” das mulheres e a precarização de suas condições socioeconômicas (PINHEIRO, 2012).

Quanto às atividades profissionais⁹ que as mulheres exerciam, os dados indicam

7 Embora seja um tema de relevância, a relação entre formalidade e fragilidade do contrato de casamento para as mulheres e a violência doméstica contra elas não foi tratado neste artigo.

8 Mary Wollstonecraft, no seu clássico livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, escrito em 1792, já argumenta a importância de as mulheres terem acesso à educação como forma emancipatória.

9 Optamos por manter as informações contidas nos processos mesmo entendendo que algumas não são

que quase a totalidade das vítimas exerciam atividades de reprodução, ou seja, atividades domésticas ou ligadas a serviços, corroborando com a pouca escolaridade das vítimas e resultando em baixa remuneração, gerando vulnerabilidade financeira e, portanto, dificuldade em romper com a relação violenta. Os serviços domésticos, taxinomia na qual estão inseridas profissões consideradas nitidamente femininas ou ligadas a atividades domésticas, são ocupações pouco rentáveis e, em geral, são exercidas na informalidade, fato que gera maior vulnerabilidade às mulheres que desempenham essas funções (IPEA, 2019), posto que a profissão está ligada historicamente à escravidão (ALMEIDA, 2019).

Constatamos, em dois casos, que, antes de desenvolverem uma relação de afeto seus agressores, as mulheres assassinadas desempenhavam atividades domésticas nas residências deles, ou seja, tinham sido contratadas como empregadas domésticas e, com o tempo, passaram a namorar com o empregador, mantendo um relacionamento conturbado, mesclando subordinação, opressão e relação de afeto. A baixa escolaridade, aliada à ausência ou à baixa remuneração, contribuem para a sujeição das mulheres, o que não significa que mulheres com maior nível de escolaridade ou renda não possam ser alcançadas pela violência doméstica. Contudo, o que identificamos na pesquisa em Fortaleza foi um número expressivo de mulheres em situação de precariedade socioeconômica vivendo em territórios com ausência de políticas públicas e, ainda, vivenciando interseccionalidades de violações de direitos (COLLINS, BIRGE, 2021) – mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade.

A partir das informações coletadas, observamos que 27,02% das mulheres vitimadas não estavam exercendo atividades remuneradas. Se esse número for acrescido ao percentual de ocupações não identificadas, o total de mulheres que não dispunham de renda chega a perfazer 48,64% das vítimas, um número considerável de mulheres sem acessar qualquer tipo de renda. Pela leitura dos processos foi possível concluir que as mulheres identificadas como empresárias (autônomas), exceto uma, possuíam pequenos negócios: eram “sacoleiras”, vendiam produtos de beleza de porta em porta, indicando pouca ou insignificante renda¹⁰.

Pela leitura dos processos, foi possível constatar ainda que 13,51% das vítimas exerciam atividades no espaço público semelhante àquelas secularmente destinadas às mulheres no espaço privado – diaristas, empregadas domésticas e garçonetes –, repetido na produção o que fazem no espaço doméstico, preservando, ainda que no público, as funções de reprodução das mulheres, ditas como naturais e não da organização social que produz a diferença sexual (SCOTT, 2002).

profissões.

10 Consideramos renda insignificante quando a remuneração encontrada nos processos pesquisados indicava ser menor ou igual a um salário-mínimo mensal.

Das mulheres pesquisadas, 10,81% têm como indicação de profissão como “do lar” (que exercem tarefas domésticas em suas casas), cujo trabalho não é assalariado, gerando o confinamento da mulher e a sua sujeição às agressões, “já que a maioria das mulheres não teve alternativa a não ser depender de homens para sua sobrevivência econômica e se submeter à disciplina que vem com essa dependência” (FEDERICI, 2019, p. 109). Se agregarmos a esse número os 27,02% das vítimas desempregadas, chegamos a 37,83% das mulheres mortas em condições precárias no que se refere à situação econômica.

De fato, é relevante considerar a profunda dependência que as mulheres identificadas como “do lar” vivenciam em relação aos seus maridos ou companheiros, como esclarece Amaral (2001, p. 121).

As mulheres desempenham diariamente as atividades domésticas, passando roupas, tomando conta dos filhos, arrumando a casa, preparando os alimentos. Quando agressivo, esse marido/companheiro submete a mulher a momentos de angústia e tensão que vão minando, aos poucos, sua autoestima, incutindo-lhes uma dúvida se seria capaz de viver longe dele.

Embora o número de mulheres chefe de família, ou que ganham mais do que os parceiros, venha crescendo ano a ano, tendo chegado a 34,4 milhões (IBGE, 2020), a desigualdade salarial entre homens e mulheres tende a persistir. Nos casos investigados, em muitas dessas famílias nem o homem nem a mulher estavam empregados, o que converge para exacerbar a violência conjugal e a vulnerabilidade da família e dos filhos (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995).

Ainda no mesmo sentido, Flávia Biroli (2018, p. 44) ressalta que um dos obstáculos para que mulheres deixem suas relações maritais violentas “são suas condições materiais e cotidianas desvantajosas e de maior vulnerabilidade em relação aos homens, sobretudo quando tem filhos pequenos” e, na impossibilidade de deixá-los, sem assistência, permanecem. Daí a importância da política de aluguel social para as mulheres vítimas de violência doméstica¹¹, recentemente implantada, sancionada pelo Presidente Lula. Para Biroli (2018) existem muitas restrições quanto às escolhas das mulheres, principalmente quando têm crianças pequenas que necessitam de cuidados, e quando suas “escolhas” são resultados de “posições desiguais das mulheres na esfera doméstica e na pública sem levar em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e desempenhar um conjunto de funções no cotidiano” (BIROLI, 2018, p. 64), o que equivale a dizer que, no geral, as “escolhas” das mulheres são perpas-

¹¹ BRASIL, Lei 14.674/2023. Prevê a concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica. A lei prevê a inclusão do benefício no rol das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/15/lei-concede-auxilio-aluguel-para-mulher-vitima-de-violencia>. Acessos diversos

sadas por dificuldades inerentes à função de cuidar.

Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a falta de alternativas coletivas e públicas para garantir o cuidado das crianças, de idosos e dos mais vulneráveis produziu uma crise do cuidado. Embora seja vivenciada nas relações interpessoais, ela está diretamente ligada ao papel do Estado e à parcela de responsabilidades partilhada entre Estado, mercado e família (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 151).

Nesse aspecto, Flávia Biroli (2018, p. 10-11) assevera que as relações de poder historicamente estabelecidas no ambiente doméstico, relacionadas à posição das mulheres, expõem a baixa efetividade de direitos que foram universalizados nas sociedades ocidentais, mesmo os mais fundamentais, como o direito à integridade física. A autora afirma que quando a dualidade entre público e privado não é problematizada, na grande maioria das teorias da democracia, há uma incompreensão das relações de poder na esfera privada e de “como os indivíduos se tornam quem são e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente” (*idem, ibidem*).

Quanto ao recorte de escolaridade dos autores de feminicídio, ao relacionar os dados das vítimas com os dos agressores, foi possível inferir que tanto as mulheres, como os homens envolvidos na amostra que analisamos tinham baixo nível de escolaridade, e, mais uma vez, observamos uma ausência de informações em relação à educação formal dos homens (43,24%), como se a trajetória de vida deles não fosse importante para o entendimento da problemática que envolve o feminicídio (SAFFIOTI, 2004).

No que diz respeito à ocupação dos autores, sete estavam desempregados, cinco eram autônomos (advogado, pequenas vendas) e quatro exerciam suas atividades na construção civil (servente, pedreiro e pintor), além de vigilante, taxista, porteiro, mecânico e borracheiro. O único aposentado era um homem com deficiência física. O estresse socioeconômico causado pelo desemprego e pela pobreza é compreendido não como uma causa, mas pode ser considerado um fator desencadeante da violência, caso contrário seria afirmar que apenas nas classes sociais vulneráveis as mulheres sofrem feminicídio. Sobre esse aspecto, Saffioti (2004) afirma que não conhece nenhum estudo que traga correlação positiva entre desemprego e violência.

A autora, em pesquisa conjunta com Suely Almeida (1995), demonstra que os homens são socializados para o exercício do poder; enquanto as mulheres, para conviver com a impotência. Portanto, eles não convivem bem com a condição de impotência, bem como reproduzem e exacerbam, dentro de casa, as frustrações sofridas na vida pública. Ainda para Saffioti (2004), “o papel de provedor material da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade” (SAFFIOTI, 2004, p. 84), e, quando não desempenham mesmo que minimamente esse papel, os homens reagem de forma violenta, agredindo mulheres e filhos.

Quanto à cor das vítimas e dos agressores, utilizamos o padrão do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contudo, não incluímos as denominações amarela e indígena por não ter encontrado indicação de homens ou mulheres nessas categorias.

Ao cartografar o feminicídio em Fortaleza, encontramos o percentual de 21,62% de mulheres brancas vítimas de feminicídio, 2,7% negras e 54,05% pardas, além de 21,62% sem indicação de cor, sendo similar ao diagnóstico da Pesquisa da Plataforma Eva (INSTITUTO IGARAPÉ, 2019), bem como pelos dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP no Atlas da Violência Violência¹² (2018).

O fato de serem as mulheres negras as que têm vidas mais precárias (BUTLER, 2016) está associado ao alto índice de pouca escolaridade, desemprego ou em profissões que não escapam às tarefas domésticas, revelando, para além do gênero, que a “constituição do sujeito social também é constituída pela classe social e pela raça/etnia (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p. 9), dentre outros marcadores de poder intrínsecos do patriarcado e da colonialidade.

Da mesma forma que são as mulheres negras as que mais morrem, são os homens negros os que mais matam, segundo os resultados do estudo que empreendemos, onde encontramos 27 negros (somados pretos e pardos), seis brancos e, em sete arquivos, a cor do agressor não foi informada.

Contudo, para além da presença dos marcadores mencionados, “afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo” (BUTLER, 2016, p. 30), significando, portanto, que a vida dessas mulheres não importa, porque não são vidas enlutáveis, valorizadas, choráveis.

Para Marcela Lagarde (2008),

Quando o Estado e suas autoridades designadas para prevenir e erradicar estes crimes agem de maneira negligente, ineficiente e preconceituosa, e coexiste na sociedade uma cegueira de gênero ou preconceitos sexistas e misóginos sobre mulheres, se cria condições para a existência de feminicídio e este passa a ser um crime de Estado (LAGARDE, 2008, p. 217).

A autora, ao pensar o feminicídio como crime de Estado, pensa na instituição “Estado” que não consegue proteger a mulher, pois, a despeito das legislações, não garante condições de segurança para que a mulher possa desfrutar uma vida digna, livre da violência nos ambientes de casa, do trabalho ou de lazer. Lagarde (2001, 2005) enfatiza que a questão dos feminicídios é de ordem estrutural, devendo-se pensar em políticas que envolvam os âmbitos sociais, políticos e econômicos, visando ao desenvolvimento

12 IPEA E ATLAS DA VIOLÊNCIA. Rio de Janeiro, 2018, p.51. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

de um estado democrático de direito.

Considerações finais

Embora com avanços na criação de um sistema de proteção legal às mulheres com os adventos das Leis 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – e 11.104/2015 – Lei do Feminicídio –, não ocorreram reduções significativas nos casos de feminicídio no Brasil, nem no Ceará ou em Fortaleza, principalmente, no que tange às mulheres negras, pobres e jovens.

Nesse sentido, é necessário ressaltar, mais uma vez, que, devido à especificidade do feminicídio, traçar um perfil das vítimas e dos agressores é bastante complexo. No entanto, percebemos que há uma significativa predominância de mortes de mulheres negras, pobres e com outros fatores que, interseccionados, agudizam a violência e revelam a distribuição precária e desigual de poder onde há sujeitos cuja precariedade anuncia mortes que não causam comoção, mortes de pessoas com vidas não choráveis. Nessa lógica, o Estado aparece garantindo direitos a uma parcela da população de forma diferenciada, de maneira que a violência atinge mulheres de formas desiguais.

Operando como um mecanismo de controle sobre os corpos das mulheres, a violência presente nos discursos institucionais naturaliza e reforça o sistema do patriarcado-capitalista, principalmente nos países periféricos, cujo modelo neoliberal exacerba as desigualdades econômicas e de gênero, colocando grande parcela das mulheres em ocupações informais, com maior possibilidade de exploração, menores salários, e ainda deixando-as com a responsabilidade de continuarem arcando com os cuidados da reprodução.

A organização social dos gêneros e a consequente relação que se estabelece entre eles norteia a sociedade brasileira, sendo construída por representações simbólicas que interferem no mundo do trabalho, dentre outros espaços, normatizando-a. Essa relação também atua nas organizações políticas e perpassam as subjetividades, funcionando como “micro-controles” que estruturam e ditam as diferenças de gênero, embora nenhum desses subconjuntos de representações sociais, isoladamente, permita entender a construção dos gêneros e as diferenças entre os sexos, que somente pela pesquisa histórica se poderá compreender. Nessa linha de raciocínio, o Estado é uma das dimensões de poder que imprime sua força nas políticas públicas que aciona, trazendo um cabo de forças com os movimentos sociais, a exemplo da luta pelo voto, pelo aborto e pelas cotas.

O feminicídio traz, no seu tecer, características próprias. É um crime peculiar, onde o agressor emite, através dos assassinatos, uma mensagem que atinge toda a so-

cidade, necessitando, portanto, que o Estado efetive políticas públicas diferenciadas que acessem as mulheres em suas pluralidades.

Diante das informações obtidas, constatamos que há ainda alguns dados relevantes para traçar o perfil dos envolvidos na problemática estudada que não constam nos documentos que vasculhamos, como renda e religião das vítimas e agressores, dentre outros. Essa ausência de informações, principalmente em relação aos dados dos agressores, nos leva a refletir qual a relevância de omitir tais informações.

Nesse sentido, cabe a reflexão: quem define o que é digno de “ser guardado”? O que é relevante levar para o júri a respeito do crime? De quem é o olhar sobre o cenário do crime e, principalmente, sobre o corpo – território das mulheres mortas? Como esses corpos resistiram? São indagações que buscaremos responder em outras pesquisas, e deixamos para futuros estudos.

Referências

- AMARAL, Célia Chaves Gurgel. **Família às avessas**. Gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EDUFC, 2001.
- ARAÚJO, Geórgia Oliveira. **Entre autos e vidas**: um estudo de casos e processos criminais de feminicídios na Comarca de Fortaleza entre 2015 e 2019 e os limites do sistema produtivo à violência letal de gênero. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021, 239 f.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: os limites da democracia no Brasil. 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Genero, Neoconservadorismo e Democracia**. Disputas e retrocessos na América Latina. 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto – Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acessos diversos.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais Feminicídio**. Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres. SEPM, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_Final.pdf Acesso 8 fevereiro 2017.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Tradução Sergio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2ª ed. RJ. Civilização Brasileira. 2016.
- CARCEDO, Ana. **No olvidamos y ni aceptamos; Feminicidio em Centroamérica (2000 – 2006)**. Associação Centro Feminista de Información y Acción (CEFEMINA). 1ª ed. San José, Costa Rica, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interserccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1ª edição. São Paulo. Boitempo. 2021.
- DINIZ, Débora; COSTA, Bruna S.; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Re-**

- vista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 114, ano 23, pp. 225 – 239, São Paulo: Ed. RT, maio-jun. 2015.
- FEDERICI, Silvia. **A história oculta da fofoca**. Mulheres, caça às bruxas e resistência ao Patriarcado. Tradução: Heci Regina Candiani. Boitempo. 1.ed. 2019.
- FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Geografia em Mapas**. Introdução a cartografia. Ed. Moderna. 1998.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. FBSP e IPEA. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicações_posts/atlas-da-violencia-2019/ Acesso Diversos.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2020**. FBSB e IPEA. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116.riatrasdaviolencia2020>. Acessos Diversos.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º Semestre de 2022**. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/ Acesso Diversos.
- FROTA, Maria Helena de Paula; SANTOS, Vivian Matias. **O Femicídio no Ceará**. Machismo e impunidade? Fortaleza: EdUECE, 2012.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: ANPOCS, 1993.
- IBGE. **Estatísticas de Gênero** (2020). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704> acesso em 4 março 2023.
- INSTITUTO IGARAPÉ. **Plataforma Eva**. Disponível em: https://eva.igarape.org.brutm_source=eurio.com.br&utm_medium=referral&utm_content=portal_primenews&utm_campaign=hotfixpress#/ Acesso em 23 feve de 2023.
- MÃE, Valter Hugo. **O remorso de Baltazar Serapião**. 2ª edição. Editora Globo, 2018.
- LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Apresentaión. Fin al feminicidio. In Russel, Diana; Harmes, Roberta (org.) **Feminicídio. Uma Perspectiva Global**. Diversidad Feminista. CELLCH, UNAM: Cidade do México. 2006.
- MILLER, Mary Susan. **Feridas Invisíveis**: abuso não físico contra mulheres. Tradução: Denise Maria Bolanho: São Paulo: Summus, 1999.
- MONÀRREZ, Julia Estela Frago. **Peritaje sobre feminicídio Sexual Sistêmico em Ciudad Juárez**. Caso 12.498. "González y outras vs. México" Campo Algodonero. Santiago de Chile: Corte Internacional Derechos Humanos. 2009.
- MÜÑOZ, Consuelo Diaz. Cartografias de Feminicídio em Ciudad Juárez: Ellas tienen nombre. Analisis de uma propuesta articuladora e la memória coletiva. **Revista de Estudios de Gênero**. La ventania. Jul-dec 2021. pp 175-208.
- OSTERNE, Maria do Socorro F. **Família, pobreza e gênero**: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PINHEIRO, Maria Jaqueline Maia. **Mulheres Abrigadas**: violência conjugal e trajetórias de vida – Fortaleza: EDMETA, 2012.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Editora UNICAMP. 2018.
- RUSSEL, Diana; RADFORD, JILL. **Femicide: The politics of women Killing**. New York: Twayne Publisher, 1992.
- RUSSEL, Diana. Feminicídio: La "solución final" de algunos hombres para lãs mujeres. In Russel, Diana; Harmes, Roberta (org.) **Feminicídio. Uma Perspectiva Global**. Diversidad Feminista. CELLCH, UNAM: Cidade do México. 2006.
- SAFFIOTI, Heleith I.; ALMEIDA, Suely Sousa de. **Violência de Gênero**: Poder e Impotência. Editora Revinter: Rio de Janeiro. 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica. Série: debate na escola)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo. Ed. PerseuAbramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SEGATO, Rita Laura. “Femi-geno-cídio como crimen em fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho de nombrar el sufrimiento en el derecho”. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (orgs.). **Feminicidio en América Latina**, México, DF: EIIH/UNAM, 2011.

SOIHET, Raquel. **Condição Feminina e Formas de Violência**: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920. Editora Forense Universitária, 2001.

SCOTT, Joan W. **A Cidadã Paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Tradução: Elvio Antônio Funk. Florianópolis. Ed. Mulheres. 2002.

WOLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Edição Comentada do Clássico Feminista. São Paulo. Boitempo, 2016.


Sobre a autora


Jaqueline Maria Maia Pinheiro - Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará, vinculada ao OBSERVEM (UECE). Atualmente encontra-se em atividade junto à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará.



Periferias, tráfico de drogas e redes criminais: diversificação de produtos, acumulação e controle social em Fortaleza, Ceará

Peripheries, drug trafficking and criminal networks: product diversification, accumulation and social control in Fortaleza, Ceará

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior 
clodomir.cordeiro@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

João Pedro de Santiago Neto 
joao_santiago_33@yahoo.com.br
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará

 10.52521/opp.v22n47.4443

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 30/11/2024

Aprovação do trabalho: 13/02/2025

Publicação do trabalho: 31/03/2025

Resumo

O trabalho visa explorar as transformações do mercado varejista de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará, nos últimos vinte anos e sua importância para a compreensão da emergência e conformação de um novo arranjo criminal no estado a partir de 2014. Privilegiando as representações e experiências dos traficantes varejistas das periferias da capital cearense, através de uma pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2019 em três bairros da cidade, o artigo destaca, por um lado, a importância do processo histórico de diversificação da oferta de mercadorias ilegais para os estudos sobre a atuação das redes criminais, e, por outro, os ajustamentos e dispositivos de controle que permeiam os engajamentos desses sujeitos a uma nova maneira de condução e gestão do crime nos bairros periféricos da região Nordeste do Brasil.

Palavras-chave

Tráfico. Drogas. Redes. Controle. Fortaleza.

Abstract

The work aims to explore the transformations of the illegal drug retail market in Fortaleza, Ceará, in the last twenty years and its importance for understanding the emergence and conformation of a new criminal arrangement in the state as of 2014. Privileging the representations and experiences of traffickers retailers in the peripheries of the capital of Ceará, through a research conducted between the years 2016 and 2019 in three neighborhoods of the city, the article highlights, on the one hand, the importance of the historical process of diversifying the supply of illegal goods for studies on the performance of criminal networks, and, on the other hand, the adjustments and control devices that permeate the engagement of these subjects to a new way of conducting and managing crime in the peripheral neighborhoods of the Northeast region of Brazil.

Keywords

Trafficking. Drugs. Networks. Control. Fortaleza.

Introdução

O trabalho visa explorar as transformações do mercado varejista de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará, nos últimos vinte anos (2000-2019) e sua importância para a compreensão da emergência e conformação de um novo arranjo criminal no estado. Privilegiando as representações e experiências dos traficantes varejistas de *cannabis*, cocaína e *crack* da capital cearense, temos por objetivo destacar o processo de diversificação da oferta de mercadorias ilegais e seus impactos econômicos e políticos no perfil dos varejistas das periferias de Fortaleza, como também os ajustamentos práticos e subjetivos que permeiam os engajamentos desses sujeitos às redes criminais que se capilarizaram, sobretudo a partir de 2014, nos bairros periféricos da região Nordeste do Brasil.

Apresentando os resultados de uma investigação realizada, entre os anos de 2016 e 2019, em três bairros¹ da periferia de Fortaleza em interlocução com traficantes varejistas de drogas ilegais, o presente texto busca dar visibilidade a um cenário que tornou possível, através do acúmulo de diferentes capitais (Bourdieu, 2011), a conformação de um arranjo criminal que se precipita de maneira difusa em meados de 2014 no estado. Conectando-se às redes nacionais e internacionais de circulação de pessoas e mercadorias legais e ilegais, sobretudo a partir da modernização da infraestrutura de transportes aeroportuários e adensamento populacional da região metropolitana da capital, os varejistas das periferias cearenses nos dão pistas significativas sobre a presença, anteriormente “silenciosa”, das redes criminais em terras cearenses e sobre o processo de acumulação (Misse, 2006) necessário para a conformação contextual dos arranjos criminais locais.

Buscando contemplar os objetivos do texto, inicialmente nos debruçaremos sobre a figuração do mercado varejista de drogas ilegais nas periferias de Fortaleza, Ceará, e suas transformações a partir do final da década de 1990. Percorrendo as narrativas e representações de traficantes varejistas que atuam nas periferias da cidade, produtos, dinâmicas e redes que conectam Fortaleza às rotas regionais e internacionais de circulação de mercadorias ilegais ganharam forma e densidade.

Em um segundo momento, exploraremos as mudanças nas formas de organização, gestão e controle das atividades ligadas ao comércio de mercadorias ilegais agenciadas nas periferias cearenses a partir de 2014 e seus impactos nas experiências, regimes de moralidades e engajamentos exigidos dos varejistas de drogas em Fortaleza. Diante de uma figuração criminal que coloca em evidência sujeitos conectados, alguns mais outros menos, a redes que atuam em nível local, nacional e internacional, as experi-

1 Buscando preservar a integridade física de nossos interlocutores, seus nomes, assim como os dos bairros onde a pesquisa foi realizada, são fictícios.

ências associadas ao tráfico e à vida no “mundo do crime” (Ramalho, 1979) transformam-se simbólica e materialmente.

Procedimentos metodológicos

Uma maneira instigante de compreender os procedimentos metodológicos das pesquisas sociais consiste em considerá-los como o caminho e o instrumental próprios das abordagens da realidade (Minayo, 1994). Nessa perspectiva, a metodologia ocupa um lugar de destaque na produção do conhecimento científico ao permear as visões de mundo veiculadas nas teorias sociais.

Partindo desse pressuposto e privilegiando um olhar qualitativo sobre nosso objeto, trabalhamos na execução da pesquisa que deu origem ao presente texto, entre 2016 e 2019, com momentos interligados e complementares. Com o intuito de compreender os processos sociais que tornaram possível a emergência dos coletivos criminais no Nordeste brasileiro, exploramos fontes midiáticas (jornais, revistas e páginas da internet) e produções bibliográficas locais e nacionais (livros, teses, artigos), escolhidas por versarem, direta ou indiretamente, sobre as diferentes formas de atuação desses sujeitos e suas conexões com as dinâmicas do tráfico de drogas. Desse modo, buscamos trabalhar ao longo da pesquisa com textos que pudessem contribuir teórica e metodologicamente com o desenvolvimento e o refinamento de nossa análise.

Interligado a esse momento, realizamos observações diretas em três bairros de Fortaleza, capital do estado do Ceará, Brasil, localmente reconhecidos como áreas de intenso comércio de drogas e conflitos armados. Fruto de contatos estabelecidos por meio de experiências de moradia e realização de estudos acadêmicos anteriores², enquanto pesquisadores conseguimos tecer as relações de empatia e confiança com sujeitos inseridos nas dinâmicas de comércio e consumo de drogas nas ruas, esquinas e praças das periferias de Fortaleza, situação que tornou nossa pesquisa possível. Privilegiando um olhar sobre o cotidiano³ e as práticas de nossos interlocutores, realizamos observações de campo, conversas informais, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas, entre 2016 e 2019, buscando compreender as transformações do mercado varejista de drogas nas periferias da capital cearense nas últimas duas décadas (2000-2019). Individu-

2 Um dos autores do artigo pesquisou a produção de sentidos em torno da violência em um desses bairros durante a graduação e as dinâmicas locais de consumo de drogas para a produção de sua dissertação (Matos Júnior, 2004; 2008), enquanto o outro estudou as sociabilidades que envolvem o consumo de *crack* durante a pesquisa que deu origem a sua monografia e em sua dissertação os conflitos que se produziam a partir das dinâmicas do tráfico de drogas em outro desses bairros (Santiago Neto, 2011; 2014).

3 Entende-se que o “quotidiano é um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam” (Pais, 2003, p. 72).

almente ou em dupla, tivemos a oportunidade de entrevistar 18 interlocutores do sexo masculino, com idades entre 25 e 56 anos, que afirmaram, categoricamente, atuarem no tráfico varejista de *cannabis*, cocaína e *crack* em suas comunidades. Desse total, 06 nos permitiram, a partir dos contatos tecidos ao longo dos anos e da exposição dos objetivos e procedimentos éticos da pesquisa científica, utilizar o gravador para o registro de nossos diálogos e entrevistas.

Após as etapas de campo da pesquisa os dados presentes em nossos cadernos de campo e entrevistas foram organizados para uma posterior análise, sendo trabalhados e interpretados a partir de recortes que nos ajudam a compreender as conexões locais entre o crime, as juventudes e o tráfico de drogas.

1 Tráfico varejista de drogas ilegais nas periferias cearenses: traços de sua história, produtos e conexões

Os dados oficiais relativos ao comércio e consumo de drogas ilegais no Brasil, como em diversos países do mundo, subestimam de maneira significativa o volume das mercadorias que circulam no território nacional, sejam as produzidas para o abastecimento das rotas internacionais do tráfico internacional dessas substâncias, sejam as que se voltam para o consumo doméstico no país. Coelho (1979) considera que as estatísticas oficiais não conseguem identificar, através de seus levantamentos e números, a *criminalidade real* que permeia a sociedade brasileira, apresentando dados relevantes sobre as dinâmicas das atividades dos órgãos encarregados do controle do crime, mas pouco significativos para a mensuração do volume do comércio e consumo de mercadorias ilegais no país⁴. Nesses levantamentos reveladores de “tendências”, os fluxos das atividades ilegais são rotineiramente *sub-representados*, criando uma série de dificuldades para a elaboração de estimativas confiáveis sobre a quantidade de drogas que circulam no território nacional e sua potencial lucratividade.

Analisando as modalidades de atuação do “crime organizado” e suas articulações com o fenômeno do tráfico de drogas ilegais no estado do Rio de Janeiro na década de 1970, Alba Zaluar (2004) considera que:

De fato, foi no final daquela década que o Brasil entrou nas rotas da droga (cocaína), mas a partir de estados muito mais próximos das fontes produtoras, como Acre, Rondônia, Mato Grosso, Paraná e São Paulo (Geffray, 1996, 2001), e pelas rodovias que atravessam o país, especialmente a mais ampla malha existente no estado de São Paulo (Mingard e Goulard, 2002). (Zaluar, 2004, p. 353)

4 O United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) publica anualmente, desde 1997, o “Relatório Mundial sobre Drogas”, buscando apontar tendências na produção, tráfico e consumo de drogas ilegais em diferentes partes do mundo. Ver <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/index.html>. Acessado em 01/02/2021.

A inserção do Brasil nas rotas internacionais do tráfico de drogas, inicialmente através de seus estados fronteiriços, atendia, naquele momento: as expectativas de altos lucros dos atacadistas da droga, posicionados nos mais altos níveis da hierarquia dessas redes e extremamente organizados; as demandas por ganhos imediatos dos traficantes varejistas locais, envolvidos no comércio de drogas e armas nas periferias das cidades; e, a conformação de *estilos de uso* que se transformavam rapidamente em uma sociedade de consumo como a brasileira (Zaluar, 2004)⁵.

No estado do Ceará, região Nordeste do país, o incremento populacional dos últimos cinquenta anos⁶ e a instalação de equipamentos logísticos nas últimas três décadas, tais como o Aeroporto Internacional de Fortaleza e o Complexo Portuário do Pecém⁷, ampliaram exponencialmente a capacidade de transporte e circulação de pessoas e mercadorias em terras cearenses, inserindo o estado nas rotas do lucrativo comércio internacional e nacional de mercadorias legais e ilegais. A interface desses processos em uma sociedade do capital e do consumo contribuiu de maneira decisiva para a transformação do cenário do tráfico varejista de drogas nas periferias de Fortaleza. Nesse momento, como apontam nossos interlocutores, ampliou-se a variedade e a qualidade dos produtos oferecidos nas “bocadas” da cidade; potencializou-se a lucratividade dos sujeitos envolvidos nesse arriscado comércio, alterando de maneira significativa o perfil econômico e social dos traficantes varejistas localmente enraizados; e, ganharam forma novas experiências e práticas associadas ao uso dessas substâncias em terras cearenses.

Nascido em Pontamar, tradicional reduto do tráfico varejista de drogas em Fortaleza desde pelo menos a década de 1970, usuário de *cannabis* e traficante do varejo, Carlos descreve com certo saudosismo os produtos, formas de apresentação e valores que caracterizaram o início de suas atividades ilegais nas ruas da comunidade.

“[...] Eu morava perto da “boca” do Antônio e sempre pegava lá com ele. Naquele tempo a gente fumava o “solto”, era “meio mundo” (uma grande quantidade) de “bagulho” quando

5 Alba Zaluar (2004) utiliza o termo *estilo* para se referir à rapidez com que marcadores sociais da diferença e práticas sociais se modificam em um mundo de redes cada vez mais conectadas.

6 A população da capital Fortaleza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 872.702 indivíduos em 1970 para cerca de 2.669.342 em 2019, tornando-se a quinta cidade mais populosa do país.

7 A hipótese da intensificação da inserção do Ceará nas rotas internacionais do tráfico de drogas a partir da década de 1990 está associada, em termos infraestrutural e logístico: a inauguração do novo Terminal de Passageiros (TPS) do Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza, em 07 de fevereiro de 1998; a instalação do terminal portuário do Porto do Pecém na região metropolitana de Fortaleza, em março de 2002; e, a inauguração de um novo Terminal de Logística de Carga (TECA) em julho de 2009 no aeroporto internacional do estado. Essas instalações teriam ampliado significativamente a capacidade de circulação de pessoas e importação e exportação de mercadorias, legais e ilegais, no Ceará, atraindo para o estado grupos de traficantes com articulações nacionais e internacionais.

tu ia fazer um “jogo” (comércio). (Nesse momento o interlocutor articula as duas mãos com a intenção de mostrar a quantidade que era adquirida). Tinha as bala de dois (reais) mas também tinha na quantidade! Quando o cara ia pegar de quantidade a galera vendia era na “lata”! (Referência a latas de leite em pó que eram utilizadas como medidas para a venda da erva) Hoje você pode procurar na favela toda que você não acha quem venda do “solto”! [...]” (Carlos, 45 anos, morador de Pontamar).

Nas décadas de 1980 e 1990, como aponta Carlos e outros interlocutores da pesquisa, predominava nos bairros das periferias de Fortaleza o comércio da *cannabis* do tipo “solta”, apresentada sob a forma de “balas”, quando em pequenas quantidades, ou sob a forma de “latas”, quando em maiores volumes. Durante esse período o tráfico varejista da “erva” em Pontamar passa a ter Antônio como um de seus grandes protagonistas. Contando com a cooperação e organização de sua rede familiar o traficante estabeleceu conexões duradouras com produtores das cidades que compõem o “Polígono da Maconha”, histórica zona produtora da droga na região Nordeste do país⁸, garantindo por muitos anos o abastecimento regular da mercadoria em sua comunidade.

A presença da *cannabis* em cidades pernambucanas (Belém de São Francisco, Betânia, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Petrolina) e baianas (Curaçá, Glória, Juazeiro e Paulo Afonso) foi registrada ainda no século XIX pelo inglês Richard Burton (Fraga, 2015). Como aponta Fraga (2015):

Já nos anos 1930, Jarbas Pernambucano, estudioso de questões sociais envolvendo o uso da maconha, revela a presença de plantios para fins de abastecimento dos incipientes mercados de Salvador e Recife, [...]. Nos anos 1950, em seu livro *O Homem do Vale do São Francisco*, Donald Pierson descreve situações de uso coletivo da maconha e de plantio em, pelo menos, cinco localidades. Nesta mesma época, já há preocupação das autoridades brasileiras com a repressão do plantio nessa região, sendo organizado encontro de autoridades da área de segurança para este fim. (Fraga, 2015, p. 17).

Preocupação das autoridades brasileiras desde pelo menos os anos 1950, a produção de *cannabis* na região do Polígono teria sido responsável durante as décadas de 1980 e 1990 por cerca de 40% do produto consumido no país (Fraga, 2015), corroborando os argumentos que consideram que não apenas o tráfico e o consumo, mas também a produção da droga é um fato pertinente e recorrente na região.

Historicamente abastecido pelas grandes quantidades da droga originárias das cidades do Polígono, a oferta da *cannabis* “solta” teria caracterizado a cena do tráfico varejista nas periferias de Fortaleza até pelo menos o início dos anos 2000⁹. Nesse arranjo, as grandes “balas” do “solto”, apresentação comum no varejo das periferias cearenses

8 O “Polígono da Maconha” abrange cidades localizadas nas divisas dos estados nordestinos de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe (Fraga, 2006).

9 Segundo dados da pesquisa, as principais drogas consumidas nas periferias de Fortaleza nesse período eram: a *cannabis* do tipo “solto”; comprimidos, tais como a *artane* e o *rohypnol*; e, solventes, especialmente a cola.

nas décadas de 1980 e 1990, associam-se não apenas às práticas e técnicas que caracterizavam estilos de uso e consumo no período, mas também à prevalência histórica de rotas regionais do tráfico dessas mercadorias no Nordeste brasileiro, e, sobretudo, a um momento em que a acumulação de capitais econômicos e políticos dos varejistas da droga nas periferias cearenses se desenhava de maneira diferente daquela que encontramos hoje.

O comércio de grandes volumes da *cannabis* do tipo “solto”, e em menor quantidade comprimidos, nas periferias dos bairros de Fortaleza e cidades do Ceará, não produziram nesse período os ganhos econômicos e políticos capazes de estimular a conformação da cena criminal que se precipitaria em meados da última década em terras cearenses. As condições de possibilidades que tornaram possíveis e necessárias (Foucault, 2000) a capilaridade de redes criminais nas periferias do estado parecem estar associadas, e essa é uma das hipóteses do trabalho, às mudanças que transformaram, a partir do final da década de 1990, a oferta das mercadorias ilegais nas periferias cearenses e seus respectivos ganhos econômicos, simbólicos e políticos.

1.1 Transformações do mercado varejista de drogas ilegais e suas implicações para o arranjo da cena criminal no Ceará

No início dos anos 2000, como apontam nossos interlocutores, uma diversificação na oferta das drogas que circulavam nas periferias de Fortaleza impulsionou, não sem conflitos, a transformação das experiências associadas ao comércio desses produtos e o perfil econômico dos traficantes varejistas da cidade. “Da noite para o dia”, o “solto” sumiu das “bocadas” cearenses e em seu lugar passou a ser ofertado um produto apresentado sob uma forma diferente, associado a novos gostos, cheiros, ritmos de consumo e preços.

Um dia eu cheguei lá na “boca” do Vitalino pra pegar um “bagulho” (cannabis) e o cara me apareceu com uma “balinha” bem pequenininha. (Com a mão esquerda o interlocutor coloca em sentido paralelo os dedos indicador e polegar com o objetivo de demonstrar o tamanho diminuto da quantidade ofertada.) Eu olhei praquela “merreca” (quantidade irrisória) e perguntei que “porra” era aquela! A Maria me olhou e disse que era o “paraguaio”, que era pequenininho, mas era potente! Que era melhor do que o “solto”. Na hora eu fiquei indignado e pedi foi meu dinheiro de volta! Eu tava acostumado com as “balas” de dois do “solto” e a mulher me chega com uma balinha “mirrada” (quantidade diminuta)! [...] (André, 44 anos, morador de Pontamar).

Batizado nas periferias de Fortaleza como “paraguaio”¹⁰, a *cannabis* “prensada”

10 O Paraguai é considerado, por fatores climáticos, geográficos e econômicos, um dos grandes produtores de *cannabis* da América do Sul. Fraga (2006) aponta que “A maconha paraguaia entra no Brasil pelo Mato Grosso

popularizou-se nas “bocadas” do estado no início dos anos 2000, ocupando um mercado historicamente dominado pela oferta de seu tipo “solto”¹¹. Nesse período, como consideram nossos interlocutores, o “prensado”, a cocaína, antes restrita a determinados espaços da cidade, e o *crack* inundaram as periferias do Ceará, apontando não apenas para as conexões do estado com o tráfico nacional e internacional de mercadorias ilegais, mas também para as bases econômicas e políticas sobre as quais se desenvolveria de maneira gradual nossa atual cena criminal.

Com ampla circulação nos estados fronteiriços e na região Sul e Sudeste do país, a chegada dessas drogas às periferias de Fortaleza transformou, devido aos valores aplicados, a quantidade comercializada e as dinâmicas de consumo desses produtos, os ganhos econômicos dos traficantes varejistas da capital cearense. Integrados a rede internacional que conecta produtores e consumidores de drogas ilegais¹², sobretudo após a inauguração do Aeroporto Internacional Pinto Martins em 1999 e do terminal portuário do Porto do Pecém em 2002, os traficantes atacadistas que atuavam ou passaram a atuar no estado transformaram a oferta dessas mercadorias no Ceará, potencializando de maneira significativa, como um mercado residual ou não, a lucratividade do comércio varejista dessas substâncias nas “bocadas” das periferias de Fortaleza.

Comparando o período em que vendia “bagulho solto” com o momento em que as drogas da *conexão paraguaia* chegaram às periferias de Fortaleza, Pedro, traficante varejista há mais de 40 anos, considera que:

Era complicado demais cara! A gente pegava uma “lata” (medida comum para o comércio da cannabis do tipo “solta”) ali no Trilho (comunidade localizada no bairro vizinho) desfazia tudo em “bala de dois” e do apurado a gente tirava o “de comer”. Todo dia era essa marmotata! Ninguém tinha dinheiro pra nada! Às vezes ia almoçar tarde porque não tinha feito o apurado ainda! Era “foda” nessa época! [...] Isso aí foi até a hora que chegou as drogas que os caras começaram a trazer do Paraguai. Quando chegou o “prensado”, o “branco” (cocaína) e a pedra (crack) na favela o negócio mudou! [...] Macho, os menino tudim agora tem uma casa decente pra morar, tem moto, tem carro! Olha aí a casa da mãe “macho”! Dois andar, toda rebocada, toda equipada! [...] O Antônio aqui na favela tem é mais de quarenta

do Sul, pela cidade fronteira de Ponta Porã e por Dourados, proveniente de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. Proporção considerável de maconha que ingressa no país vem pelo Rio Paraná, cuja boa navegação (e corrupção) facilita a entrada” (Fraga, 2006, p. 101).

11 As representações e valores relacionados ao uso da *cannabis* do tipo “solto” foram sensivelmente alterados com a penetração de sua versão “prensada” nas duas últimas décadas no Ceará. Com a oferta do “paraguaio” o consumo do “solto” foi associado a narrativas que valorizam um cuidado e uma “dietética de si” (Foucault, 2006). Frente às incertezas relacionadas às formas de produção e substâncias presentes na *cannabis* “prensada”, o “solto” tem sido associado a processos “artesaniais” de produção, idealmente menos carregados de substâncias potencialmente nocivas ao organismo, e a um consumo que valoriza o cuidado de si.

12 Thoumi (2014) aponta que durante os anos 1990 a demanda mundial por mercadorias ilegais passou por transformações significativas, sobretudo devido à saturação do mercado norte americano, levando os produtores de drogas sul-americanos à exploração de novos mercados consumidores e rotas alternativas para o escoamento de seus produtos.

“barracos” (alusão a unidade domiciliar) *tudo alugado! O negócio agora é “barriga cheia”* (referência a um momento economicamente confortável)! [...] (Pedro, 55 anos, morador de Pontamar).

Junto com os hábitos e estilos de consumo dos usuários de drogas¹³, a oferta de novas mercadorias, sobretudo a cocaína, o *crack* e a *cannabis* “paraguaia”, nas periferias de Fortaleza e demais cidades do estado, transformaram positivamente os ganhos econômicos dos traficantes varejistas que atuavam nos bairros das periferias cearenses, como aponta nosso interlocutor. O “apurado” do comércio das drogas, de onde só se tirava o “de comer”, deu lugar, com a popularização do tráfico varejista dessas mercadorias no Ceará, a um processo de acumulação econômica que vai garantir o acesso desses atores a uma série de mercados ilegais e bens de consumo, como casas, veículos e armas de fogo.

No rastro dessa narrativa, corroborada por outros interlocutores, os processos que tornaram possível o arranjo da cena criminal cearense que ganha visibilidade através de uma série de “eventos espetaculares” a partir de 2013 associam-se a processos econômicos, políticos e sociais que se desenvolvem no estado desde pelo menos o início dos anos 2000¹⁴. A ampliação da oferta de drogas ilegais, a conformação de públicos consumidores assíduos e as altas cifras associadas a esse comércio, permitiram a acumulação de bens materiais, consideração (Sá, 2011) e armas de fogo pelos traficantes varejistas das comunidades de Fortaleza, estimulando as condições de possibilidades para que mais tarde estes atores assumissem posições de liderança e controle na estrutura hierárquica das redes criminais que conectam o estado às rotas do tráfico de mercadorias ilegais¹⁵.

2 Tráfico varejista, periferias e redes criminais em Fortaleza, Ceará

As mudanças nas formas de organização, gestão e controle das atividades ilegais

13 Algumas mudanças sentidas pelos usuários de *cannabis* no período, como apontam os interlocutores, estão associadas a transformações no gosto, cheiro, rituais, quantidades diariamente consumidas, gastos financeiros, e, insumos utilizados.

14 As análises que centram sua atenção em eventos espetaculares tendem a desconsiderar os processos históricos de *acumulação social* (Misse, 2006) que envolvem a atuação e reprodução de sujeitos ligados ao crime no Brasil. No Ceará essas análises tendem a desconsiderar, sendo essa é uma das hipóteses do presente trabalho, o papel decisivo da variação da oferta de drogas ilegais e seus respectivos impactos econômicos e políticos na conformação do atual arranjo criminal das cidades cearenses.

15 Cerca de uma década após a chegada do “paraguaio”, no início de 2011 a *cannabis* de tipo híbrida, nacionalmente conhecida como *skunk*, passou a ser comercializada com sucesso nas “bocadas” de Fortaleza e demais cidades do estado. A penetração do *skunk* “manauara”, nesse novo ciclo de diversificação da oferta de produtos, tende a revelar não apenas a capacidade empresarial dos traficantes atacadistas que atuam no Ceará, mas também a atuação de coletivos da região Norte do país que passam a conectar o estado às rotas internacionais do tráfico de mercadorias ilegais que atravessam aquela região.

observadas nas periferias cearenses, sobretudo a partir de 2014, foram acompanhadas por processos que alteraram sensivelmente as experiências, regimes de moralidades e formas de engajamento dos varejistas da droga em Fortaleza. O arranjo local que ganhou corpo nos bairros empobrecidos da cidade, como resultado das interações entre as formas coletivas historicamente presentes nesses espaços, especialmente traficantes varejistas e integrantes de gangues juvenis (Diógenes, 2001; Matos Júnior, 2008), e os representantes do modelo empresarial em rede do crime negócio, que articula o interior das instituições carcerárias e os bairros de nossas cidades (Coelho, 1979; Misse, 2006; Zaluar, 2004)¹⁶, estimulou a tessitura de novas experiências e percepções relacionadas ao tráfico, suas dinâmicas e hierarquias. Diante de uma figuração criminal que coloca em evidência sujeitos conectados, alguns mais outros menos, a redes que atuam em nível local, nacional e internacional, pretendemos explorar, nesse momento do texto, as percepções de traficantes varejistas das periferias de Fortaleza sobre as mudanças, especialmente a partir de 2014, em suas experiências associadas à vida no “mundo do crime” (Ramalho, 1979).

2.1 Redes criminais, gestões centralizadas e tráfico varejista de drogas nas periferias

A atuação “silenciosa” dos traficantes varejistas das periferias cearenses, muitas vezes ofuscada pelo protagonismo dos conflitos entre as gangues de bairros e a atuação das torcidas organizadas que caracterizaram durante algumas décadas a cena criminal juvenil do estado, alterou-se gradualmente com o processo de expansão de coletivos nacionalmente consolidados e a emergência de grupos locais articulados a essas redes (Paiva, 2019). Quando novas dinâmicas de controle agenciadas por coletivos que atuam no interior das prisões cearenses e nos bairros de suas cidades se exacerbam e ganham visibilidade em meados de 2014 (Nascimento; Siqueira, 2022), os varejistas que atuavam de maneira pulverizada nas “bocadas” de Fortaleza destacam que um processo de centralização da gestão dos ilegalismos, à revelia de muitos, incidiu de maneira direta em suas práticas, margens de atuação e expectativas de lucros associados ao tráfico de drogas.

Os ganhos econômicos das últimas duas décadas, o respeito e consideração (Sá, 2011) acumulados ao longo de extensas carreiras criminais e o uso da violência e armas de fogo como dispositivos recorrentes de controle nesses espaços criaram as condições de possibilidades para a consolidação de lideranças locais, que passaram a controlar de

¹⁶ “Levantamento feito por agências de inteligências ligadas ao governo federal apontaram a existência de mais de 80 gangues prisionais no Brasil, modelo que se tornou presente nas 27 unidades da federação.” (Manso e Dias, 2017, p. 27)

maneira intensiva as atividades ligadas ao comércio de mercadorias ilegais nas periferias cearenses. Em meio aos conflitos que envolveram o domínio dos territórios do tráfico no estado, sujeitos que emprestam seus nomes as “bocas de fumo” historicamente consolidadas da cidade e outros que ganharam destaque em um processo de *capilarização das redes criminais* nas periferias de Fortaleza, consolidaram-se como figuras responsáveis pela gestão dos territórios das cidades, seus conflitos e atividades ilegais (Paiva, 2019; Matos Júnior; Santiago Neto, 2019; Nascimento; Siqueira, 2022), tensionando sensivelmente as experiências dos varejistas localmente enraizados.

Como aponta Tico:

[...] Eu vendo aqui e meus primos vendiam lá na terceira quadra. Isso tem uns 20 anos. Nós “tinha” que se virar pra ir atrás de uns e outro fornecedor que a gente conhecia. Aí quando eu conseguia uma mercadoria boa, eu “jogava na mão” da galera pra todo mundo ganhar um trocado. Tinha que correr atrás, perguntar onde tinha e “meter as cara” para ganhar dinheiro. Às vezes o negócio ficava brabo e passava um tempo sem rolar nada. Hoje o negócio tá diferente! Veio uns moleques aqui em casa, de uma hora pra outra, e disseram que se eu quisesse continuar “agilizando” (traficando) ia ter que comprar deles agora! Vieram com um papo que eu tinha que “fortalecer o lado” da galera aqui do bairro e que agora era “tudo 2”! (referência ao coletivo criminal fluminense Comando Vermelho) Agora se eu quisesse continuar “adiantando” (traficando) tinha que pegar só deles! Disseram que se eu pegasse de outra pessoa eles iam saber e iam “cobrar”. [...] (Tico, 40 anos, traficante varejista há cerca de 20 anos.)

Em sua fala Tico identifica não apenas as dificuldades envolvidas na aquisição de drogas para o tráfico varejista no final da década de 1990, mas também pistas significativas sobre os processos difusos que envolvem a consolidação de lideranças em nível local e a exacerbação de práticas de controle ligadas a gestão do comércio de mercadorias ilegais nas periferias de Fortaleza.

Para nosso interlocutor, envolto pelas pressões de uma gestão territorial permeada por ameaças, violências e armas, a continuidade e o sucesso de suas atividades ilegais passavam, agora, não apenas pela aquisição de mercadorias de fornecedores predeterminados, geralmente associados às redes que envolvem suas lideranças¹⁷, mas também pela expressão de novos regimes de moralidades. O comércio varejista de drogas, que ajudou a mudar o poder aquisitivo e bélico dos traficantes das periferias cearenses nas duas últimas décadas, viabilizou o engajamento dos varejistas locais, muitas vezes de maneira involuntária, com fornecedores capazes de garantir a reprodução e o fortalecimento de redes que atuam nos territórios empobrecidos das cidades cearenses.

17 Os conflitos entre esses grupos por domínios territoriais nas periferias de Fortaleza foram marcados por uma série de expulsões de traficantes varejistas, especialmente membros de coletivos rivais, e moradores locais. A partir de 2014 observamos no estado a intensificação de deslocamentos forçados em conjuntos habitacionais e bairros das periferias de Fortaleza e cidades do interior do Ceará. Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em 22/10/2023.

Apreciado de maneira positiva em algumas narrativas, especialmente quando a variedade dos produtos e os altos lucros ligados ao comércio ilegal de drogas entram em pauta, o processo de exacerbação do controle das atividades do comércio varejista nas periferias cearenses foi apresentado em outros relatos sob uma ótica negativa, sobretudo quando externalizavam-se experiências associadas à restrições na escolha de fornecedores e ao estreitamento das margens de ação individual na resolução de conflitos interpessoais. Para Catita, que afirma ter deixado de traficar devido às exigências desse novo arranjo criminal:

[...] Não vale a pena mais o cara se envolver no tráfico não! E não “tó” falando nisso por causa do dinheiro não. “Mô galera” (muita gente) enricou nesses últimos anos aqui nas “área” com o tráfico. Nunca vi tanto dinheiro circular na favela! Eu até queria “tá” ganhando esse dinheiro também, mas não vale a pena não! Hoje pra tu traficar tu é obrigado a comprar “dos caras” (coletivo) que a galera manda, tu tem que comprar arma, tu tem que formar o teu “exercitozinho” pra entrar no jogo e a galera te respeitar. Já “tô” velho demais pra isso cara! Os pivete entra nessas parada e tu vê aí um monte de mãezinha chorando, por que o cara tem que dar a vida pela facção! Não entrei no tráfico pra isso não meu chapa! [...]
(Catita, 56 anos, traficante varejista há pelo menos 40 anos)

As restrições relacionadas à escolha dos fornecedores que agora poderiam ser acionados no abastecimento das “bocas” de Fortaleza minavam, aos olhos dos nossos interlocutores, as margens de liberdade e auto-organização que pareciam caracterizar historicamente as atividades dos sujeitos envolvidos no tráfico varejista das periferias cearenses.

“Permanecer no tráfico” no arranjo criminal que se pronunciou de maneira exacerbada a partir de 2014 permitia, por um lado, o acesso à complexa rede do tráfico de mercadorias ilegais e suas lucrativas atividades, e exigia, por outro, o enredamento desses sujeitos nas teias de obrigações morais e práticas associadas aos valores, normas e regras que balizam, sob a ameaça de violência e morte, a atuação dos coletivos criminais nas periferias cearenses. Os varejistas de Fortaleza, segmentados em grupos localmente enraizados, deviam agora responder, quando cobrados, aos responsáveis por “sua área”, esquadrinhadas em meio aos conflitos pelos territórios do tráfico na cidade (Paiva, 2019). Em nome da manutenção de domínios territoriais e rendimentos econômicos dos grupos locais e das redes com as quais se conectam, lideranças foram responsabilizadas pela cobrança de “pisos” e “furos” em seus domínios, articulando novas maneiras de conduzir e administrar a resolução de conflitos e o tráfico varejista no estado¹⁸.

18 Feltran (2010) aponta que a utilização da violência armada seria a “[...] fonte última da legitimidade e autoridade do “mundo do crime” e dos “irmãos” nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente, esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na “atitude”, “disposição” e “proceder” na oferta de “justiça” a quem dela necessita.” (Feltran, 2010, p. 63)

A atuação dessas lideranças, em outros contextos chamada de sintonia (Feltran, 2010), e os dispositivos de controle acionados na gestão de seus territórios foram capazes de garantir, e em alguns casos aumentar, a lucratividade das atividades dos varejistas que atuam nas franjas de Fortaleza ao mesmo tempo em que “fortaleceram o lado” dos coletivos criminais que atuam na cidade. Essa figuração criminal que tornou possível e necessário um processo de centralização da gestão dos ilegalismos, muitas vezes articulado a um discurso de igualdade no “mundo do crime”, e a exacerbação de práticas de controle e disciplina, exigem dos varejistas de Fortaleza engajamentos sensivelmente diferentes daqueles que historicamente configuraram o comércio de mercadorias ilegais na capital do estado. “Vestir a camisa de uma facção” (Matos Júnior; Santiago Neto; Pires, 2022) parece ter enredado nossos interlocutores em uma teia de controles e obrigações práticas e subjetivas que incide de maneira decisiva sobre as dimensões materiais, simbólicas e morais de suas experiências associadas ao tráfico de drogas, revelando algumas das transformações recentes da cena criminal no Ceará.

2.2 Redes criminais, moralidades e consumo de drogas

Um processo de centralização da gestão das atividades ilegais nos territórios da cidade e a exacerbação do uso de mecanismos de controle pelos representantes localmente enraizados das redes criminais no Ceará estimularam a tessitura de novos regimes de moralidades e comportamentos associados ao tráfico varejista. Acostumados a jornadas e rotinas de trabalho pautadas em suas expectativas pessoais e familiares de lucros e demandas consumistas, os varejistas das periferias de Fortaleza passaram a cumprir horários rígidos de trabalho, a evitar práticas que tendiam a maximizar seus ganhos econômicos¹⁹ e a abandonar o consumo de determinadas substâncias, especialmente o crack, moralmente desvalorizadas e rechaçadas em seus grupos.

Traficante varejista há mais de 10 anos na comunidade de Rosacruz, Renato considera que:

[...] As coisas mudaram muito cara! Antes o “nego” acordava a hora que queria e eu que fazia o meu horário! Agora eu tenho que prestar conta de tudo que eu faço! Deu a hora, eu tenho que tá lá no beco. E aí de mim se eu não tiver lá! “Os cara” sabe de tudo e vem logo “cobrar”! Pode vir aqui que toda hora tem um “pivete” aqui pra despachar a droga. (Renato, 39 anos, traficante varejista morador de Rosacruz)

A gestão mais incisiva das atividades ilegais e as práticas de controle associados a

19 Um de nossos interlocutores recorda que durante o processo de capilarização dos coletivos criminais nas periferias de Fortaleza, em 2014, foi instruído a não “batizar a droga” (misturá-la com outras substâncias) que iria vender em sua “boca”, sob o risco de severas punições.

esse arranjo demandam de nossos interlocutores disposições e comportamentos distintos daqueles com os quais estavam cotidianamente acostumados. Como aponta Renato, regimes de trabalho mais rígidos foram impostos pelos “patrões” locais do crime aos varejistas do tráfico, deteriorando a capacidade de autorregulação e a margem de ação desses sujeitos nas “bocas” da cidade. O cumprimento de extensos horários de trabalho, o manejo adequado do estoque para o abastecimento regular da “boca” e a precisão na prestação de contas dos valores negociados durante “a atividade”, entre outros compromissos, envolvem nesse contexto não apenas relações monetárias, mas também a possibilidade de “andar pelo certo” e permanecer integrado aos grupos locais ligados ao crime (Marques, 2014). Associados a uma ética e moralidade do crime (Biondi, 2018), o descumprimento dessas regras poderia “deixar um furo” passível de severas cobranças, que vão desde repreensões verbais e suspensões momentâneas das atividades do tráfico até processos de expulsões e assassinatos²⁰.

Integrados às redes dos coletivos criminais, os varejistas do tráfico transformaram, sob o signo da vigilância e da ameaça, não apenas suas rotinas de trabalho, mas também suas práticas de consumo, ajustando-as às moralidades e necessidades de um novo arranjo. Antônio aponta que muitos de seus parceiros do tráfico foram estimulados e pressionados a abandonar o consumo de algumas substâncias quando passaram a “vestir a camisa” dos Guardiões do Estado (GDE):

[...] “Os cara” não aceita “vacilo” não! Tinha uns e outro aí que dava maior valor tomar umas “rocha” (*rohypnol*) e tiveram que parar de tomar pra entrar pra facção. Deram o toque que mesmo quando não tivesse no “corre” (tráfico) não podia tomar, pois era droga de “vacilão”! O “pivete” que quer “vestir a camisa” hoje não pode tomar rocha e nem fumar *crack* na favela. Se a galera pegar o cara fumando *crack* e tomando rocha é um “foguetete” (problema) do tamanho do mundo! [...] (Antônio, 40 anos, morador de Pontamar, traficante varejista)

Os processos dinâmicos de ajustamento dos traficantes varejistas ao arranjo criminal articulado em redes no Ceará, como aponta nosso interlocutor, envolveram uma série de mudanças comportamentais e consumistas ajustadas às exigências comerciais, morais e éticas que permeiam os discursos e formas de reprodução desses coletivos no estado. Sujeitos que até então afirmavam gozar de autonomia e liberdade, relativamente amplas, em suas tomadas de decisões foram envolvidos pela interdição do consumo de drogas que no “mundo do crime” cearense, e não apenas nele, tendem a ser apreciadas de maneira negativa. Como ponderou Antônio em outro momento, “*Malandro não usa pedra, só vende!*”.

A interdição do consumo de drogas nas periferias de Fortaleza, especialmente o

20 Barreira (2015) aponta que a crueldade seria uma das marcas das ações dos coletivos que atuam no Ceará a partir de 2014. Em busca de afirmação e reconhecimento, grupos locais encontrariam na crueldade, segundo o autor, um mecanismo capaz de revelar sua força e organização.

crack e alguns comprimidos, foi acompanhada por um esquadramento dos espaços onde essas substâncias poderiam ser cotidianamente consumidas. Historicamente numerosos quanto à presença das forças policiais durante o consumo de drogas no interior de suas comunidades, nesse novo arranjo criminal, que articula o interior das prisões e as periferias do estado, os traficantes varejistas foram pressionados a abandonar o consumo de drogas em determinados espaços de seus territórios, sobretudo naqueles onde circulavam grandes quantidades de pessoas.

Morador de Rosacruz e traficante varejista há pelo menos duas décadas, Paulo recorda que certo dia ao acender um “baseado” na rua que dá acesso a praia da comunidade foi alertado por um de seus companheiros que ninguém mais poderia usar drogas naquele local. Descrevendo suas experiências e impressões sobre as limitações do consumo de drogas nos espaços de “sua área”, nosso interlocutor ponderou que:

[...] Todo mundo sabe que é errado usar droga, principalmente na frente das crianças! Aí tem cara folgado que chega se sentindo o dono da praia e acende um baseado do tamanho do mundo no “mei” dos “coroa” e das “criança”. Aí vem a tiazinha da igreja e tem que ver aquilo ali. Agora a gente não deixa mais não, senão vira bagunça. Se o “pivete” não souber a gente avisa numa boa, agora se continuar aí não é mais comigo que dei o aviso, é com os “pivete” da facção que vão “cobrar”. Não adianta nem se fazer de desavisado, todo mundo sabe que aqui não pode! (Paulo, 38 anos, morador de Rosacruz, traficante varejista).

A narrativa de Paulo considera em seu teor algumas das transformações recentes que ocorreram nas dinâmicas de controle exercidas sobre o consumo de drogas nos territórios dominados por coletivos criminais em Fortaleza, destacando os regimes de moralidades e disposições (Bourdieu, 1994) que passam a nortear as ações dos sujeitos envolvidos no tráfico varejista local, como também dos demais moradores das periferias da cidade.

Nos bairros empobrecidos de Fortaleza traficantes varejistas e seus clientes foram proibidos de consumir drogas em espaços onde funcionam equipamentos de relevância comunitária, tais como praças públicas, pontos de ônibus, escolas, postos de saúde e templos religiosos. Os espaços da comunidade e determinados grupos sociais, especialmente famílias, religiosos, idosos e crianças, deviam agora, mais do que em outros tempos, serem respeitados, evitando-se a todo custo o consumo de drogas diante desse público.

Advertidos oralmente ou através de inscrições estampadas nos muros de seus territórios²¹, os traficantes varejistas cearenses ajustaram dinamicamente suas práticas,

21 As inscrições nos muros da cidade indicam, entre outras situações, a presença, domínio territorial, alianças e exigências comportamentais dos coletivos criminais que atuam nas periferias de Fortaleza. Para mais detalhes ver Matos Júnior & Santiago Neto (2019).

moralidades e ética ao vincularem-se às redes locais e nacionais que atuam na gestão do crime no Brasil. Sob essa perspectiva, a proibição do consumo de determinadas drogas e a interdição seletiva dos espaços das comunidades para seu consumo emergem como práticas associadas à adoção de novas disposições e a profundidade dos engajamentos individuais exigidos pelo “mundo do crime”. Em meio às lutas diárias pela sobrevivência individual e familiar, às aspirações por lucro e reconhecimento social e os dispositivos de controle e violência acionados nas franjas da cidade, estão sendo tecidas, sobretudo a partir de 2014, formas substancialmente diferentes de vivenciar e representar o tráfico de drogas varejista e suas tramas nas periferias do Ceará.

Considerações Finais

Diante do exposto ao longo do texto, podemos considerar em nossas linhas finais que o arranjo do tráfico varejista de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará, vem passando por mudanças sensíveis nas duas últimas décadas a partir, por um lado, da diversificação da oferta de produtos e sua correspondente lucratividade nas periferias da cidade, e, por outro, da articulação de novos atores e suas regras práticas e morais a essas atividades. Explorando as pistas que a análise das transformações do mercado da droga nos permite entrever e se distanciando de investigações que privilegiam em suas linhas apenas “eventos espetaculares”, a atuação de redes criminais, de alcance nacional e internacional, revela-se anterior aos eventos que vêm sacudindo a capital cearense desde meados de 2014.

Privilegiando as conexões entre a emergência de uma nova cartografia das drogas e a atuação dos chamados “coletivos criminais”, as transformações que tensionam o lucrativo comércio de mercadorias ilegais nas periferias de Fortaleza e o engajamento de nossos jovens nessas arriscadas e lucrativas atividades podem ser compreendidos sob um outro ângulo. Nessa perspectiva, a variação da oferta de produtos ilegais nos últimos vinte anos, sobretudo a penetração da cocaína e do crack, promoveu mudanças significativas não apenas no perfil econômico, social e político dos traficantes varejistas da capital cearense, mas também nos ajustamentos individuais e dispositivos de controle necessários a gestão do crime nos bairros da periferia de Fortaleza. Sob o rastro da diversificação da oferta de drogas ilegais nas periferias da cidade no início dos anos 2000 e seus impactos econômicos, políticos e simbólicos, o arranjo criminal da década seguinte torna-se possível e necessário (Foucault, 2000), dando-nos pistas para a compreensão das novas dinâmicas associadas ao crime no Nordeste brasileiro.

Referências

- BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. *Revista Sociedade e Estado*. Curitiba, vol. 30, n. 1, pp. 55-74, 2015.
- BIONDI, Karina. Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas. São Paulo: Papirus 1994.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- COELHO, Edmundo Campos. A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 1979.
- DIOGÊNES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. Fortaleza: Annablume, 2001.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, v. 23, p. 59-73, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FRAGA, Paulo César Pontes. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de *cannabis* no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, 9 (15), p. 95-118, 2006.
- _____. A participação feminina no plantio de *cannabis* no Vale do São Francisco. In: FRAGA, Paulo César Pontes (org.). *Mulheres e criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2017.
- MARQUES, Adalton. Crime e proceder: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda Editoria, 2014.
- MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo. Monografia apresentada ao Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, 58 p., 2004.
- _____. Violência, Cidadania e Medo: vivências urbanas em Fortaleza. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 137 p., 2008.
- MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de; SANTIAGO NETO, João Pedro de. Os muros da cidade: domínios territoriais, alianças e segurança em Fortaleza, Ceará. *Fotocronografias*, Vol. 5, nº 10, p. 81-90, 2019.
- MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de; SANTIAGO NETO, João Pedro de; PIRES, Artur de Freitas. Mercados Illegais e Dinâmicas Criminais: notas sobre as Transformações do Tráfico de Drogas nas Periferias de Fortaleza, Ceará. *Revista Tomo*, nº 40, jan./jun., p. 39-62, 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.
- MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2006.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa. Dinâmicas “Faccionais” e Políticas Estatais entre o Dentro e o Fora das Prisões do Ceará. *Revista Tomo*, nº 40, jan./jun., p. 123-164, 2022.
- PAIS, José Machado. Vida cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIVA, Luiz Fábio Silva. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32 (85), p. 165-184, 2019.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. São Paulo: Editora Graal, 1979.
- SÁ, Leonardo Damasceno de. A condição de “bichão da favela” e a busca por “consideração”: uma et-

nografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, nº 2, pp. 339-355, 2011.

SANTIAGO NETO, João Pedro de. *Fronteiras de Pedra: Controle, exclusão e sociabilidades nas madrugadas da praça*. Monografia apresentada ao Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, 55 p., 2011.

_____. *Riscos e Perigos: um estudo sobre os conflitos cotidianos dos agenciadores do tráfico de drogas ilícitas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará 134 p., 2014.

THOUMI, Francisco E. *Organized crime in Colombia: The Actors Running the Illegal Drug Industry*. In: PAOLI, Letizia. (ed.) *The Oxford Handbook of Organized Crime*. New York, NY: Oxford University Press, 2014.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Sobre os autores

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior – Doutor em Sociologia (PPGS/USP). Professor Adjunto da do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia do Centro de Ciências de São Bernardo (CCSB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA/CNPQ). Orcid: 0000-0001-5923-6980. clodomir.cordeiro@gmail.com

João Pedro de Santiago Neto – Doutorando em Sociologia (PPGS/UFC), com Estágio Doutoral na Universidade de Lisboa (UL). Mestre em Sociologia (PPGS/UFC). Pesquisador do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA/CNPQ). Orcid: 0000-0001-8052-2869. joao_santiago_33@yahoo.com.br